

RPPI

Revista Brasileira de
Políticas Públicas e Internacionais

ISSN 2525 - 5584
VOL. 9 / Nº 1 / 2024

UF Editora
UFPB





EDITOR-CHEFE

Anderson Rafael Nascimento, PGPCI/UFPB, Brasil

EDITORES DE ÁREA

Aline Contti Castro, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
Elia Elisa Cia Alves, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
Glenda Dantas, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

GERENTE

Polianna de Almeida Portela, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Abdenur, Instituto Igarapé, Brasil
Agostina Costantino, Universidad Nacional del Sur (IIESS) y CONICET, Argentina.
André Luis Reis da Silva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Andrés Serbin, Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), Argentina
Barry Ames, University of Pittsburgh, Department of Political Science, Estados Unidos
Brian Wampler, Boise State University, Department of Political Science, Estados Unidos
Bruno Ayllon, Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN), Equador
Carolina Sampó, Universidad de La Plata y CONICET, Argentina
Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Brasil
Eduardo Cesar Leão Marques, Universidade de São Paulo (USP) e CEM, Brasil
Fabrício H. Chagas Bastos, Australian National University e Universidade de Los Andes, Austrália
Fernando Guilherme Tenório, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Brasil
Gianpaolo Baiocchi, New York University (NYU), Estados Unidos
Gisela Zaremberg, FLACSO, México
Gladys Teresita Lechini, Universidad Nacional Rosario, Argentina
Haroldo Ramanzini, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil
Hermes Moreira Jr., Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
Janina Onuki, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Leonardo Avritzer, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil
Lisandra Lamoso, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
Luis Inácio Germany Gaiger, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil
Mas'úd Ortega, Universidad Núr, Bolívia
Michael Dunford, Chinese Academy of Sciences, (CAS/IGSNRR), China
Monika Meireles, Instituto de Investigaciones Económicas (IIec-UNAM), México
Paris Yeros, Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil
Pedro Feliu Ribeiro, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Rebecca Neaera Abers, Universidade de Brasília (UnB), Brasil
Renata Mirandola Bichir, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Roberta Holanda Maschietto, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (UC/CES), Portugal
Roberto Pires, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Brasil
Sandra Cristina Gomes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil
Sergio García, Universidad Rey Juan Carlos (CEDEU/URJC), Espanha
Wagner de Melo Romão, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil

ASSISTENTES EDITORIAIS

Isabella Barbosa Loiola, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Brasil
Maria Gêssica Silva da Costa, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

PARECERISTAS – VOL. 9 / Nº 1 /2024

A Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais gostaria de expressar seu apreço e profundo agradecimento aos colegas que serviram como pareceristas no primeiro número de 2024, conforme listado abaixo.

Agustina Garino
Aline Contti
Andrea Gill
Andrea Pacífico
Anny Medeiros
Camila Andrade
Claudia Stephan
Cimone Rozendo
Helena Salim de Castro
Izadora Xavier do Monte
Jorgelina Loza
Joséli Fiorin Gomes
Katiuscia Moreno Galhera

Leonardo Mercher
Lorena Madruga Monteiro
Mariana Baccarini
Melisa Deciancio
Natalia Felix Souza
Paula Gomes Moreira
William Rebouças



Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais (RPPI)
Centro de Ciências Sociais Aplicada CCSA - Campus Universitário
CEP.: 58051-900 - (83) 3216-7200 - João Pessoa - Paraíba
Contato: rppi.ufpb@gmail.com / Tel: (83) 3216-7200

SUMÁRIO

EXPEDIENTE

<i>Editorial</i>	<i>i</i>
Xaman Korai Minillo; Mojana Vargas e Aline Contii	

ARTIGOS¹

<i>A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</i>	12
Mariana Pimenta Oliveira Baccarini; Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves; Beatriz Ribeiro Rocha; Stela da Rocha de Medeiros Dantas	
<i>Capitalismo e patriarcado: Articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina</i>	44
Aline Recalcatti de Andrade	
<i>Pilares e Conceitos: uma chave de leitura para entender decolonialidade e interseccionalidade de raça, classe e gênero no pensamento feminista latino-americano</i>	67
Ellen Passos; Anna Carletti	
<i>Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global</i>	92
Gabriela Aparecida de Oliveira; Cristian Daniel Valdivieso; Helena Salim de Castro	
<i>Gênero e Feminismos no Ensino de Relações Internacionais no Brasil</i>	125
Alessandra Junges de Almeida	
<i>Descolonizar futuros: Relações Internacionais, Feminismo e Política</i>	150
Tchella Maso, Tchenna Fernandes Maso	
<i>Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte</i>	174
Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior; José de Arimatéia Silva; Joana Tereza Vaz de Moura	
<i>Instrumentos de Política Pública: um estudo a partir da Concessão Urbanística do Programa Nova Luz (São Paulo)</i>	202
Marcelo Ricardo Fernandes Rochel; Martin Jayo; Eduardo de Lima Caldas	
<i>Paradiplomacia periférica e os governos subnacionais brasileiros</i>	228
Liliana Ramalho Froio; Leandra Myrela Batista	
<i>Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020.</i>	252
Jéssica de Souza Lopes, Éverton Luís Pereira.	
RESENHA	281
<i>The Elgar Companion to Gender and Global Migration. Beyond Western Research.</i>	
María del Carmen Villarreal Villamar	
DOSSIÊ	289
<i>Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia</i>	
Maria Lidia Mattos Valdivia	
ENTREVISTA	312
<i>Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) (+ breve info COICA)</i>	
Aline Contti Castro	

¹ A tradução e revisão dos artigos em língua estrangeira publicados na Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais (RPPI) são de responsabilidade exclusiva dos autores/as.

APRESENTAÇÃO DA ARTE DA CAPA

Somos imensamente gratas à Diana Echenique por compartilhar conosco a arte da capa. Diana (04/10/1991) é uma artista visual venezuelana, nasceu na cidade de Maracay, estado Aragua, rodeada de montanhas, rios e praias e atualmente reside na cidade de Boa Vista, em Roraima, Brasil. A artista desenvolveu um olhar sensível que busca por meio das artes, representar elementos da natureza, geometrias e a energia das mulheres como criadoras de possibilidades. A artista tem florescido seu projeto artístico pessoal e adotou o apelido artístico de Afronativa: uma junção da sua herança corpórea. A arte que generosamente compartilhou conosco trata-se da tela no. 3 do projeto artístico [“Uma semente em crescimento”](#), criado para uma exposição on-line em retribuição do Edital de premiação N005/2020 “Faz Cultura Boa Vista” - Lei Aldir Blanc. Diana nos apresenta nessa série distintas fases do desenvolvimento da natureza feminina interior, uma transição que busca chegar a um florescimento pleno, uma viagem a um imaginário orgânico, e que representa um pouco do microcosmo da artista. Diana salienta como as mudanças e o crescimento são parte essencial da vida. A tela no. 3 nos situa no meio desse caminho. Ela remete ao momento em que a Rede MulheRIs+MujeRIs se encontra com a publicação deste dossiê. Nossa semente germinou e emergimos da terra. Somos uma rede de mulheres latino-americanas cheias de brotos e potencial em desenvolvimento promovendo conexões. Continuamos, sustentadas pela terra e nutridas pelo sol, a crescer e fortalecer.



EDITORIAL

DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.71236

Justiça de gênero é um elemento constituinte da democracia. Historicamente, as ondas de democratização contribuíram para avanços normativos e institucionais relacionados à agenda de Direito Humanos e aos direitos das mulheres. Tais avanços se deram como fruto das lutas e do ativismo dos movimentos de mulheres, que, por sua vez, contribuíram para o fortalecimento da democracia. Contudo, é evidente a continuidade das desigualdades. A equidade de gênero e o empoderamento feminino é um objetivo distante para 99% das mulheres e meninas, conforme pesquisa recente da ONU¹, limitando seu bem-estar, seu potencial e seu desenvolvimento. Além disso, na crise da democracia contemporânea marcada pelo avanço de líderes da extrema direita, destaca-se a ação conservadora anti-gênero que, em busca de controle sobre os corpos femininos, reprime movimentos feministas, fere os direitos das mulheres em ataques aos direitos sexuais e reprodutivos e, assim golpeia a democracia.

No contexto brasileiro, as mulheres continuam a sofrer com assédio e violência, com sobrecarga de trabalho doméstico não contabilizado, e com sub-representação em instituições, especialmente em posições mais elevadas. Tensões que estão refletidas na Universidades, onde apesar de alguns avanços, persistem disputas por espaço, limitações de acesso a recursos e episódios de assédio que evidenciam desigualdades (Baccarini, Minillo and Alves, 2019). O desafio também permeia os debates intelectuais. As leituras tradicionais da Política Internacional partem de perspectivas androcêntricas e racistas, urgindo o debate proposto pelo feminismo de analisar as desigualdades de gênero incrustadas nas teorias e práticas políticas. Collins já se perguntava: como fortalecer o pensamento feminista negro em uma academia dominada por homens brancos de elite?

¹ <https://news.un.org/pt/story/2023/07/1817692>

Seguimos perguntando pois são muitos os desafios. Foi pensando nessas questões que a Rede Latino-Americana de MulheRIS + MujeRIs foi constituída, conectando docentes e pesquisadoras da área de Gênero e Relações Internacionais. A maior união e articulação entre as mulheres representa uma possibilidade de transformação política e de mudanças sociais. Configura um processo complexo e não linear, que levanta questões como: É possível (e desejável) construir uma agenda global? Há possibilidade de consensos regionais? Como avançar na implementação de políticas de empoderamento e de combate à opressão? Como podem comunidades acadêmicas, situadas em sociedades generificadas, contribuir? A força dos movimentos de mulheres são fonte de respostas, inspiração, ânimo e de esperança para todas nós.

Como fruto da aproximação de pesquisadoras brasileiras e argentinas, os diálogos iniciais para a constituição de Rede começaram em 2019, por meio da interlocução dos grupos de mulheres internacionalistas no Brasil (MulheRIs) e na Argentina (MujeRIs). Em 2020, dias 17/09 e 24/09, realizamos o primeiro seminário virtual da Rede sobre Os Feminismos Latino-Americanos nas Relações Internacionais. O evento contou com a participação de 16 pesquisadoras e mais de mil visualizações nos dois dias de evento². O grande interesse nesse primeiro evento deu a dimensão da importância da Rede e impulsionou a constituição de um grupo de 25 docentes coordenadoras, majoritariamente do Brasil e da Argentina, mas incluindo também docentes sediadas no Uruguai, Colômbia, Equador e Chile. Foram definidas linhas de pesquisa iniciais centradas em 4 eixos dos debates de gênero nas RI:

- i) Feminismos latino-americanos, negros e indígenas;
- ii) Instituições e Sociedade;
- iii) Segurança Internacional; e
- iv) Sexualidades e Perspectivas LGBTQIA+.

Além disso, as coordenadoras passaram a discutir os objetivos da Rede. Isso ao longo de 2020/2021, em meio à pandemia da Covid-19, contexto marcado pelo aumento da desigualdade de gênero, o que reforçou ainda mais a importância desse trabalho.

Entre 2021 e 2022, as coordenadoras definiram os objetivos da Rede e um plano de trabalho inicial. Os objetivos colocados foram:

² https://www.youtube.com/live/Ddds21UB_YE?si=TgDIYx2RbEgRB7st.

- Reunir um grupo de mulheres pesquisadoras latino-americanas que produzam conhecimento na área de Gênero e Relações Internacionais, principalmente sobre a região latino-americana, mas também sobre o Sul Global;
- Discutir pesquisas realizadas na América Latina sobre feminismos/gênero na área de RI;
- Consolidar um espaço de debate estrelado por mulheres que trabalham na área de gênero e RI na América Latina;
- Fomentar as citações e o uso de publicações por autoras da América Latina em espaços de aula;
- Contribuir para a sistematização dessas análises e para a construção de uma perspectiva feminista/de gênero latino-americana, por meio de publicações organizadas pela Rede;
- Estimular a produção cruzada entre as participantes e seus grupos acadêmicos;
- Fomentar a realização de pesquisas conjuntas coordenadas pelas respectivas áreas temáticas;
- Estimular a produção de pesquisa e teoria desde a América Latina nas línguas da região;
- Pesquisar especialmente as realidades latino-americanas, por exemplo, mulheres indígenas e indigenismo, economias periféricas etc.;
- Desenvolver ações de incidência para visibilizar as diferentes barreiras e obstáculos que as mulheres vivenciam na carreira de pesquisa e ensino, assim como nas diversas instituições políticas;
- Compor pontos focais da Rede com representantes de todos os países latino-americanos; e
- Definir estratégias de comunicação para visibilizar os trabalhos da rede nacional e internacionalmente.

O plano de trabalho inicial se concentrou sobretudo em eventos e publicações. Os encontros e interlocução entre as pesquisadoras da Rede ocorreram, em 2022, em workshop realizado no encontro do World International Studies Committee (WISC) em Buenos Aires (em função ainda de transtornos relativos à pandemia, o evento acabou tendo que ocorrer virtualmente); e, em 2023, quando ocorreu o primeiro encontro presencial da Rede como pré-evento do encontro da Associação Brasileira de Relações

Internacionais (ABRI), cujo apoio foi fundamental para a continuidade e impulso dos trabalhos.

O outro eixo do plano de trabalho inicial se materializa agora com essa publicação que aqui se apresenta, organizada em torno do desejo de contribuir para discussões sobre feminismo e gênero nas relações internacionais, trazendo, especificamente, olhares latino-americanos. Buscávamos, com isso contribuir para um campo de estudos que insiste em chamar de nova abordagem a tradição feminista, que já tem mais de 3 décadas apenas no que poderíamos chamar de mainstream do campo do feminismo nas RI: o mundo anglo-saxônico. Os produtos de uma conferência que aconteceu na London School of Economics foram publicados em um dossiê da revista Millennium em 1988 sobre mulheres e RI. Desde então, sustentada em disputas sobre o que efetivamente constitui o campo e suas fronteiras disciplinares, cresceu a presença feminista (Sjoberg and Tickner, 2012). E quanto aos estudos que versam sobre temáticas feministas e de gênero originados de áreas periféricas? Como é mencionado no artigo de Maso et al, presente nessa edição, muitas das referências feministas latino-americanas que são conhecidas internacionalmente são mulheres latinas que escrevem a partir de contextos americanos – como María Lugones e Gloria Anzaldúa. Demonstra-se, assim, a importância de considerar o lugar de origem das teorias e pesquisas. Pode-se dizer como uma variação do lugar de fala, literalmente o lugar da escrita. Em um campo notadamente androcêntrico, eurocêntrico e literalmente predominantemente escrito a partir do ocidente, é urgente dar atenção à ação de feministas da América Latina.

Foi essa nossa motivação: contribuir para a construção e o conhecimento sobre perspectivas feministas latino-americanas de RI. Procuramos oferecer um espaço que estimule a publicação de internacionalistas latino-americanas e lhes dê visibilidade. Sendo assim, nossa chamada foi plural: para estudos a partir dos olhares de mulheres latino-americanas que discutem pesquisas em andamento na América Latina sobre gênero/feminismo nas RI ou que analisassem realidades de mulheres latino-americanas. Dentro do objetivo de trazer a periferia ao centro, chamamos atenção especial à interseccionalidade. Nosso objetivo logrou um dossiê diversificado, que contempla feminismos latino-americanos, marxistas, negros e indígenas, que versa sobre áreas de segurança, instituições, formas de se fazer pesquisa, o perfil das publicações latino-americanas, e o próprio ensino de Relações Internacionais no Brasil.

Os artigos que compõem o dossiê demonstram amplo escopo de abordagens teóricas, que demonstram a pluralidade e a riqueza dos feminismos. Enquanto alguns refletem uma abordagem liberal que enfoca na luta por direitos e inclusão, outros adotam uma visão marxista do feminismo e ainda há aqueles que se apoiam em feminismos decoloniais latino-americanos. Também demonstram uma rica pluralidade metodológica. Elemento importante, considerando a obscuridade metodológica que constitui o campo de RI do Brasil (Albuquerque, Mesquita and Lira Brito, 2022), e especialmente considerando como metodologias feministas são frequentemente criticadas de acordo com critérios positivistas (Barasuol and Zanella, 2023; Ackerly, Stern and True, 2006; Tickner, 1988). Tal pluralidade se expressa em artigos que apoiam-se tanto em abordagens quantitativas quanto qualitativas para subsidiar suas análises. Destaca-se, entre os trabalhos, a utilização do método de estudos de caso como ferramenta analítica para temas pouco aprofundados na área e que requerem maior descrição.

O ensejo de tratar do alcance de questões de gênero e demandas feministas que inspira este dossiê reflete-se em pesquisas que consideram seu alcance internacional. Em A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Mariana Baccarini et al examina como temas relevantes para as agendas feministas e a pauta de gênero foram incorporados nas Nações Unidas a partir do exame de documentos produzidos nas conferências internacionais sobre mulheres, e dos ODM e ODS. Valendo-se do recurso pedagógico às ondas feministas para salientar a diversidade de feminismos que caracteriza cada uma delas de acordo com os diferentes contextos, realizaram um levantamento de ideias e agendas feministas. A partir disso, elaboraram um codebook com as pautas identificadas, organizando-as de acordo com sua relação com direitos civis, políticos e sociais, assim como com a questão da interseccionalidade. O artigo explora como tais questões são tratadas nos diferentes documentos e ao longo do tempo, identificando estabilidades, variação, uso conectado de alguns conceitos, assim como a preferência por certos termos. O privilégio dado a princípios amplos em detrimento de direitos específicos, por exemplo, sinaliza limites à aplicação prática das agendas em prol do avanço da igualdade de gênero e da inclusão de mulheres.

Aplicando o feminismo à análise da política internacional, o artigo Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina de Recalcatti de Andrade traz a contribuição do feminismo marxista para

a discussão sobre a condição de marginalidade política e dependência econômica da América Latina, e da relação entre o patriarcado e a reprodução dessa dependência. Traçando as origens da abordagem marxista à questão do gênero, a autora lança luz a nomes que permaneceram obscurecidos durante muito tempo, inclusive entre adeptos das abordagens marxistas, algo que o artigo não deixa de mencionar como uma divisão entre o debate de gênero e a luta da classe trabalhadora. Alexandra Kollontai e Clara Zetkin foram pioneiras na luta por direitos sociais, políticos e sexuais para as mulheres, sendo ativistas revolucionárias destacadas, mas também formuladoras teóricas relevantes - valorizando inclusive a tradição marxista de vinculação entre teoria e práxis revolucionárias. Recalcatti de Andrade aponta também, no entanto, que não houve desenvolvimento teórico suficiente no campo das abordagens marxistas do tema do gênero e, particularmente, do debate sobre as questões de gênero na América Latina a partir da abordagem marxista. O desafio teórico que a autora se propõe a enfrentar foi justamente o de contribuir para o preenchimento dessa lacuna por meio da articulação entre as modernas análises de gênero e suas visões sobre o patriarcado como um sistema internacional que organiza as relações sociais e econômicas e a teoria marxista da dependência.

Gomes Passos et al também procuraram contribuir para esforços teóricos no campo com uma revisão da literatura sobre o conceito de interseccionalidade de raça, classe e gênero nos estudos feministas, analisando suas interfaces com algumas leituras feministas latino-americanas. A relevância de seu artigo justifica-se tendo em vista a importância desse conceito para a leitura histórica regional e seu significado na luta pela redução das desigualdades. Nesse sentido, as autoras abordam especialmente as visões de Lélia Gonzáles e sua análise sobre a questão racial no debate feminista; e Maria Lugones, que insere o debate de gênero no contexto das análises sobre a colonialidade e o sistema moderno-colonial de gênero.

A variedade de temas trazidos no dossiê é característica das produções feministas e sobre gênero na região, como foi salientado por Aparecida de Oliveira et al em seu artigo Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia. A partir de uma pesquisa bibliométrica focando nas principais revistas da área na região, as autoras oferecem um panorama dos temas abordados e das perspectivas teóricas adotadas em publicações em revistas brasileiras e colombianas que se situam na intersecção entre estudos feministas, de gênero e de

segurança desde o início do século. Elas demonstram o destaque dado a temas de violência de gênero, destacando sua ocorrência em contextos de conflitos característicos da região, como a guerra às drogas e questões de migração e de refúgio. Nota-se também o empenho em retratar mulheres como mais do que vítimas, participando em grupos armados, mas especialmente em operações e processos de reconstrução da paz. As autoras identificam, assim, a construção de um pensamento localizado, que reflete desafios que perpassam os países sul-americanos conscientes das conexões entre gênero, raça e classe. Além disso, denotam a adoção de perspectivas críticas intersectando feminismo e marxismo, pós-colonialismo, pós-estruturalismo além do perspectivismo do feminismo como ponto de vista. É digno de nota o achado do artigo de que o período de escrita da maior parte dos artigos identificados – a partir de 2017 – coincide com esse movimento de articulação entre mulheres parte da comunidade acadêmica de RI, demonstrando como o movimento vem avançando em várias frentes. Salienta-se, inclusive, como participantes do grupo MulheRIS contribuíram na autoria de artigos identificados no levantamento.

Pensar o que se produz nas RI nos chama a também questionar como se forma um profissional de RI? Quando se fala sobre a formação dos estudantes de Relações Internacionais, costuma haver um conjunto de temáticas que constituem o chamado “núcleo duro” da disciplina. Encontram-se aí tópicos como Teoria das RI, Economia Política Internacional e Segurança Internacional, entre outros. Porém, há diferentes temáticas que são vistas como associadas ao campo, sem fazerem parte específica dele, podendo estar presentes ou não no currículo dos cursos, a depender do perfil do profissional que cada instituição de ensino pretende formar. Assim, temas como Relações Étnico-raciais e Direitos Humanos, por exemplo, nem sempre estiveram presentes nos currículos de todos os cursos de RI. O mesmo se pode dizer sobre os estudos de gênero, objeto da análise do artigo Questionando Gênero no Ensino de Relações Internacionais: Uma Análise Curricular de Cursos de Graduação do Sul do Brasil, de Jungs de Almeida. Por meio do estudo do caso de três instituições públicas brasileiras, demonstra-se que, apesar de existência de uma perspectiva teórica feminista já bastante consolidada em RI, os debates propostos a partir desse viés ainda não chegaram ou chegaram muito escassamente ao âmbito do ensino superior brasileiro nesse campo. O trabalho em pauta se mostra relevante sob diferentes aspectos, mas destacamos a sua importância enquanto estudo de caso em um âmbito importantíssimo - o da organização curricular - para o qual traz uma rica contribuição metodológica. Ao problematizar a construção dos currículos

como resultados de disputas teóricas, políticas e institucionais, lança luz não apenas sobre o tema do gênero, mas sobre diferentes temáticas e abordagens consideradas dissidentes no campo das RI e sobre como os currículos são organizados com o objetivo de difundir as visões e perspectivas dominantes. Por fim, além da importante reflexão sobre o ensino de estudos e perspectivas de gênero em RI, Jungs de Almeida também suscita questionamentos e aponta para a necessidade de aprofundar a investigação sobre outros temas marginalizados.

O artigo *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia*, apresentado por Mattos Valdía é mais um trabalho que se ocupa da tarefa de alargar o alcance analítico e testar novas abordagens no contexto do pensamento feminista das relações internacionais. A autora mobiliza os conceitos de fabulação crítica - presente no feminismo negro - e de interrupção crítica - oriundo dos estudos sobre escravidão moderna - para discutir como os limites impostos pelo arquivo colonial das Relações Internacionais cerceou as possibilidades de formulação crítica acerca do modelo de distribuição do poder no cenário. Entendido como uma realidade que organiza socialmente o conhecimento considerado legítimo, mas também como metáfora daquilo que pode ser conhecido e estudado em uma sociedade e em um período histórico determinado, o arquivo colonial estabelece os limites epistemológicos e ontológicos para diferentes áreas do conhecimento. Uma barreira que no caso das RI vem sendo rompida muito lentamente e à custa de muitos esforços. Sendo uma área teoricamente concebida para lidar com o poder e com a sua manutenção, toda discussão que procure abordar a ausência de poder e o silenciamento dos desprovidos de poder ainda é problemática e essa é justamente a questão trazida por Mattos Valdía. Por meio da crítica do epistemicídio promovido pela seletividade do arquivo colonial, a autora avança com a utilização das literaturas negras, decoloniais e feministas como fonte para o debate dos diferentes modos de produção do conhecimento e da hierarquização que tratou de excluir particularmente, as mulheres negras. Trata-se de uma forma desafiadora de pensar o internacional, uma vez que o objeto de análise não está nos atores ou nas instituições, mas no processo de produção/reprodução de conhecimentos dominantes e na exclusão dos conhecimentos subalternizados.

Críticas à própria prática de produção de conhecimento racista e generificada também são desenvolvidas por Maso et al em *Descolonizar Futuros: Relações*

Internacionais, Feminismo e Política. As autoras oferecem uma rica revisão de literatura e contribuem para os debates sobre a descolonização feminista da política criticando a própria prática de produção de conhecimento racista e generificada. Salientam a importância do feminismo decolonial na América Latina para a produção de conhecimento em Relações Internacionais e alertam que em uma academia tradicionalmente eurocêntrica iniciativas feministas universalistas perpetuam as desigualdades. Uma academia que, para institucionalizar a moda de descolonização, encoraja incluir nos textos referências de feministas latino-americanas diluindo as críticas estruturais que elas propõem. Práticas que Cynthia Weber (2015) chamou de gentrificação das ideias ao tratar da ênfase em gênero em lugar de feminismo que observou no campo das RI. Dinâmicas que também são visíveis em políticas internacionais como a promoção da igualdade de gênero pelas Nações Unidas, que reafirma um feminismo liberal como a solução das demandas feministas. Rejeitando limitar-se a buscar inclusão como projeto político, o artigo oferece ao dossiê uma reflexão sobre a descolonização do conhecimento com o ímpeto de gerar mudanças nas formas de praticar política e de imaginar futuros. Para tal, destaca o conceito do corpo-território e a importância de alianças estratégicas entre pesquisadoras e ativistas, convocando as leitoras a engajarem as teorias que se fazem presentes nas ruas em práticas políticas do dia a dia, e no corpo-a-corpo.

Complementando os artigos, o dossiê traz uma entrevista e uma resenha de livro. A entrevista, feita por Aline Contti Castro com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) é um exemplo das práticas às quais Maso et al? nos convocam. Fany nos conta sobre sua trajetória como ativista, há tempos denunciando o extrativismo na Amazônia apesar da perseguição e criminalização que isso gera às lideranças indígenas. Os desafios que enfrenta na promoção da articulação regional incluem, além de fortalecer a COICA, torná-la autônoma, mais inclusiva e representativa, e superar disputas internas. Fany salienta o aspecto generificado de tais desafios, pois a disputa entre homens promoveu divisões na organização e são as mulheres quem tem lutado para superar a desunião. A líder enfatiza a importância do coletivismo e da solidariedade para se atingir o bem viver coletivo para todos, não o de um grupo em detrimento de outros. A entrevista nos leva do internacional ao pessoal, e Fany também compartilha um pouco de sua história e seu apreço por trabalhar com mulheres para que estas desfrutem dos seus direitos.

Encerramos o conjunto com a resenha de Villarreal Villamar, que oferece uma síntese do livro *The Elgar Companion to Gender and Global Migration: Beyond Western Research*. A autora nos apresenta um livro que aborda, de forma ampla, diversos estudos sobre Gênero e Migração Global, com maior foco em análises não ocidentais. O livro apresenta uma visão panorâmica e trata dos grandes debates nesse campo, como mobilidade feminina, interseccionalidade, políticas migratórias, debates sobre desenvolvimento, entre outros, além de abordar desafios da pesquisa na área e agendas futuras de trabalho. O tema é fundamental na contemporaneidade, e a resenha oferece uma contribuição destacando os pontos centrais da obra e os grandes temas tratados em cada um dos capítulos, que se dividem em uma seção sobre o estado da arte (“background”) e outras que analisam as regiões da América Latina, Ásia, África, Mediterrâneo e Europa.

Boa leitura!

Xaman Korai Minillo; Mojana Vargas e Aline Conti

Referências

ACKERLY, Brooke e STERN, Maria e TRUE, Jacqui. *Feminist Methodologies for International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros De e MESQUITA, Rafael e LIRA BRITO, Renato Victor. Obscuridade metodológica: um mapeamento da formação em métodos na pós-graduação em Relações Internacionais e áreas afins no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 39, p. 1–25, 2022.

BACCARINI, Mariana Pimenta Oliveira e MINILLO, Xaman Korai e ALVES, Elia Elisa Cia. *Gender Issues in the Ivory Tower of Brazilian IR*. [S.l.: s.n.], 2019. v. 41.

BARASUOL, Fernanda e ZANELLA, Cristine Koehler. Feminismo e Relações Internacionais: um mundo, muitos feminismos. *Feminismo, Gênero e Relações Internacionais*. São Paulo: Fino Traço, 2023. p. 23–46.

SJOBERG, Laura e TICKNER, J. Ann. *Feminist Perspectives on International Relations*. CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. (Org.). *Handbook of International Relations*. 2nd ed. ed. London: Sage, 2012. p. 170–194.

TICKNER, J. Ann. Hans Morgenthau's *Principles of Political Realism: a Feminist Reformulation*. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 17, n. 3, p. 429–440, 1988.

WEBER, Cynthia. Why is there no Queer International Theory? *European Journal of International Relations*, v. 21, n. 1, p. 27–51, 2015.

A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

The insertion of the feminist agenda in the UN agenda in the documents from the I Women's Conference to the Sustainable Development Goals

Mariana Pimenta Oliveira Baccarini¹ 
Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves² 
Beatriz Ribeiro Rocha³ 
Stela da Rocha de Medeiros Dantas⁴ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.65886]

Recebido em: 20/02/2023
Aprovado em: 08/05/2024

Resumo: Grande parte da estabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, depende da sua capacidade de se adaptar aos novos tempos. Caso se mantivesse estática, perderia relevância, tendo em vista as mudanças políticas, sociais e culturais que afetam diretamente as relações internacionais. Assim, analisar a inserção da temática de mulheres e de gênero na agenda da ONU é o objetivo primordial deste artigo. Para tanto, procedemos com uma pesquisa exploratória dos documentos finais produzidos nas principais conferências organizadas pela ONU sobre mulheres e nas agendas de desenvolvimento do Milênio e de Desenvolvimento Sustentável. Buscamos identificar as principais agendas dos feminismos nos documentos finais por meio de análise de conteúdo indutiva e utilização do software *Atlas.TI9*. A análise aponta que o âmbito do debate na ONU se orienta muito mais pela demanda por direitos sociais, enfatizados no feminismo do Sul Global, e pautas difusas presentes nos demais feminismos, que recebem ou perdem ênfase incrementalmente ao longo das décadas. Por fim, apontamos alguns direcionamentos e hipóteses futuras de trabalho.

Palavras-chave: Feminismo; ONU; agenda institucional; mudança institucional; ideias.

¹ Universidade Federal da Paraíba – E-mail: mariana.baccarini@academico.ufpb.br.

² Universidade Federal da Paraíba – E-mail: pascoal.goncalves@academico.ufpb.br.

³ Universidade Federal do Paraná – E-mail: beatrizribeirorocha075@gmail.com.

⁴ Universidade Estadual da Paraíba – E-mail: stelad_medeiros@hotmail.com.

Abstract: Much of the stability of the United Nations Organisation (UNO), created in 1945, depends on its ability to adapt to new times. If it remained static, it would lose relevance, given the political, social and cultural changes that directly affect international relations. Thus, analysing the inclusion of women's and gender issues on the UN agenda is the main objective of this article. To this end, we carried out an exploratory study of the final documents produced at the main conferences organised by the UN on women and the Millennium Development Agenda and the Sustainable Development Agenda. We sought to identify the main agendas of feminisms in the final documents by means of inductive content analysis and the use of Atlas.ti 9 software. The analysis shows that the core of the debate at the UN is much more oriented towards the demand for social rights, emphasised by the feminism of the Global South, and diffuse agendas present in other feminisms, which receive or lose emphasis incrementally over the decades. Finally, we point to some future directions and hypotheses.

Keywords: Feminism; UN; institutional agenda; institutional change; ideas.

1. Introdução

O estudo da mudança institucional usualmente salienta as mudanças bruscas ocorridas por choques externos, como grandes guerras ou crises econômicas, que tendem a desestabilizar e reorganizar a ordem institucional. Entretanto, nas últimas décadas, os institucionalistas buscam analisar de que forma as mudanças também podem ocorrer gradualmente nas instituições, inclusive por meio da incorporação de novas ideias que surgem na sociedade (Campbell, 2004; Mahoney & Thelen, 2010)⁵.

Por sua vez, o feminismo é um exemplo de como ideias geram mudanças na forma de pensar e estruturar a sociedade. Suas ideias e agenda adentraram o campo teórico, da militância e nos centros de tomada de decisão (Walters, 2021).

Partindo de tais reflexões, este artigo visa analisar a inserção de ideias, temas e agendas do movimento feminista na agenda da ONU desde a criação da instituição, e, em especial, entre 1975 a 2015. Para tanto, analisamos qualitativamente os documentos oficiais resultantes das Conferências voltadas para o debate das questões de gênero, assim como dos documentos que dão origem aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Partimos do suposto inicial que a própria organização de conferências específicas sobre mulheres no âmbito da ONU já denota um impacto da pauta feminista na Organização.

O presente trabalho apresenta uma análise exploratória dos documentos a partir da seguinte problemática: É possível afirmar que há uma mudança no “discurso” da ONU sobre os problemas e desafios enfrentados pelas mulheres no mundo? Podemos identificar ênfases e mudanças no uso de determinados termos disputados ou silenciados ao longo das décadas?

Para a realização da pesquisa, foram analisados os seguintes documentos: Relatórios da Conferência na Cidade do México (1975), Conferência de Copenhague (1980), Conferência de Nairóbi (1985), Conferência de Pequim (1995), Beijing + 5 (2000), Declaração do Milênio (2000), Beijing + 10 (2005), Beijing + 15 (2010), e a Agenda 2030 (2015).

Para tanto, foi necessária a utilização do método dedutivo com a elaboração de um *codebook* feito a partir dos principais termos inseridos nas pautas chaves do

⁵ Para aprofundamento teórico da teoria institucionalista de mudança institucional ver: Campbell (1998); Conran & Thelen (2016); Greif & Laitin (2004); Perissinotto, R & Stumm (2017); Schmidt (2010); Weyland (2008).

movimento feminista, sendo eles: o direito político, civil, social e questões raciais, com a utilização do software Atlas.ti 9.

O trabalho está subdividido em três partes para além desta introdução e das conclusões: o levantamento das ideias e agendas feministas; a luta das mulheres para trazer o debate para as Nações Unidas; e, por fim, a análise de conteúdo dos documentos.

2. O movimento feminista: ideias e agendas

O feminismo busca a libertação da mulher das atribuições impostas pelo patriarcado ao gênero feminino. Há articulação entre a militância e a fundamentação teórica, e seu discurso possui um caráter filosófico e político ao criticar o modelo patriarcal da sociedade (Silva, 2019). Didaticamente, os estudos feministas utilizam a denominação de *ondas* para se referir a um determinado momento e às demandas feministas características de uma época específica. Divide-se, então, na academia em quatro grandes ondas, não excludentes entre si, pois uma é originada da outra. (Kang, Lessard, Heston, 2017).

2.1.As ondas do movimento

O feminismo surge na virada do século XVIII para o XIX (Miguel & Biroli, 2015; Garcia, 2015). Apoiadas no debate filosófico e jurídico desencadeado pela “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (1789), pensadoras apontam a necessidade da atuação feminina na vida política e pública, uma vez que as mulheres também deveriam ser consideradas cidadãs (Gouges, 2007; Garcia, 2015; Walters, 2021).

A educação universal é considerada o caminho necessário para as mulheres alcançarem a sua independência no campo político, social e econômico, dado que a sociedade negligenciava uma parcela da população ao proporcionar um sistema educacional direcionado aos homens. (Alves & Pitanguy, 2003; Garcia, 2015; Wollstonecraft, 2016; Walters, 2021). Considerada a fundadora do feminismo moderno, Mary Wollstonecraft publica sua obra “Reivindicação dos Direitos da Mulher” (1792), destacando as opressões sofridas pelas mulheres na sociedade (Miguel & Biroli, 2015; Garcia, 2015).

Os anos de 1840 marcaram a ação das líderes operárias na busca pela emancipação feminina, como Jeanne Deroin e Flora Tristan, essenciais na luta contra o meio de produção capitalista e na exposição da situação da mulher proletária (Alves & Pitanguy, 2003; Garcia, 2015). Em contrapartida, em 1851, Sojourner Truth entoou uma fala no

Baccarini et al.. A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Women's Convention, em Akron, Ohio, no qual questionou se ela, mulher negra, não seria considerada uma mulher. Truth evidenciou a exclusão das mulheres negras na sociedade norte-americana, destacando a pauta de gênero e raça (Garcia, 2015; Hooks, 2020).

Na análise das ondas do feminismo, diferentes pautas foram elaboradas, a saber do lugar de fala e experiência das mulheres. Logo, a Primeira Onda é delimitada cronologicamente entre a metade do século XIX até meados de 1920, onde as principais demandas foram o sufrágio universal para mulheres e direitos à participação na vida política e econômica (Gray & Boddy, 2010).

O movimento em prol do direito ao voto foi realizado pelas Sufragistas na Inglaterra e nos Estados Unidos. Essa demanda buscava o reconhecimento das mulheres como cidadãs completas e um maior poder político para torná-las capazes de promover mudanças reais (Walters, 2021). O liberalismo é a filosofia política por trás da primeira onda, e o feminismo liberal ganha forma nas vozes de Harriet Taylor e Stuart Mill. Por possuir um forte viés de classe, duras críticas são feitas à abordagem por deslegitimar a vivência de mulheres que não fossem brancas e de classe média (Garcia, 2015; Silva, 2019).

Em reação a esta corrente, surge o feminismo de classe, sendo ele socialista, marxista e anarquista, que conectou opressões de classe às questões de gênero. Contudo, mesmo possuindo estratégias de atuação diferente, tanto as mulheres burguesas quanto socialistas protestavam em busca de ações igualitárias na arena política e econômica (Garcia, 2015, p. 52). Assim, após a Primeira Guerra Mundial, a realidade da participação política feminina, por meio do voto, já se fazia presente em boa parte dos países desenvolvidos desta época. O período das Guerras Mundiais afetou as mulheres, as quais foram instigadas a servir no que se chamou de front interno, fazendo com que saíssem do âmbito da vida privada para trabalhar dentro da esfera pública, exercendo funções de enfermeiras nos campos de batalha, por exemplo (Silva, 2019; Walters, 2021).

Consequentemente, a atuação das mulheres na guerra evidenciou a capacidade que tinham de exercer funções fora do ambiente doméstico (Silva, 2019). Após a guerra, muitas não queriam abdicar da recente conquista da independência (Friedan, 1971).

O livro *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir, deu novas bases teóricas e questionamentos para o movimento, sendo considerado um texto essencial para compreender o feminismo contemporâneo (Garcia, 2015). Beauvoir (2008) expôs a condição de outro ao qual a mulher era submetida, vista como um ser inferior em relação

Baccarini et al. A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

aos homens. Logo, ela buscou entender a construção social do que se considera o feminino e o cerceamento de questões tanto políticas quanto sociais vivenciado pelas mulheres em decorrência dessas expectativas atreladas ao gênero. Ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se”, Beauvoir (2008) retomou o debate sobre a condição biológica e social da mulher, diferenciando essas duas percepções através do entendimento entre sexo e gênero, sendo o primeiro uma questão biológica e o segundo uma construção social que atrelava certas características ao ser biológico (Miguel & Biroli, 2015).

A Segunda Onda tem como ponto característico uma forte demanda por direitos civis, a apresentação e o debate de pautas relacionadas a questões ligadas ao corpo feminino, aos padrões de beleza impostos pela sociedade, à saúde e o processo de reprodução com os métodos contraceptivos, bem como críticas ao uso da imagem das mulheres por meio da pornografia (Silva, 2019). Foi no eixo Europa-Estados Unidos, durante os anos de 1960 e 1970, que essa discussão mais se evidenciou, tendo sido Betty Friedan, autora de “A Mística Feminina” (1963), uma das principais representantes (Garcia, 2015; Silva, 2019).

Todavia, as lideranças negras, latinas e asiáticas possuíam papéis de importância durante o mesmo período, e reivindicavam o fim da segregação sexual ocupacional no emprego e a liberdade pelos direitos reprodutivos das mulheres, sendo essa uma luta contra as estruturas de poder do patriarcado (Kang, Lessard, Heston, 2017). As mulheres do Sul Global também protestavam em favor de pautas específicas das suas localidades, como: o processo de descolonização, direitos das minorias, discriminação racial e os movimentos estudantis (Alves & Pitanguy, 2003; Walters, 2021). Assim, frentes de lutas se tornaram generalizadas, em diferentes países, independentemente do contexto histórico e da realidade socioeconômica. Questões como: sexualidade e violência; saúde; ideologia; e a formação profissional e o mercado de trabalho se destacaram (Alves & Pitanguy, 2003).

Por meio desta busca por romper com a lógica do privado e do individual, as feministas enveredaram na lógica da coletividade, destacando a necessidade da união entre as mulheres. Assim, slogans como: “Sisterhood is powerful”⁶ se destacaram. Logo, a ideia da sororidade e do empoderamento foram centrais nas falas das feministas (Alves & Pitanguy, 2003; Garcia, 2015; Silva, 2019).

⁶ Tradução livre: “Sororidade é Poder”. Para aprofundamento ver: Morgan, Robin (1970). *Sisterhood is Powerful*. Editora Vintage.

O feminismo radical surge nos anos de 1970 e traz a questão biológica da mulher como raiz da opressão, uma vez que as funções reprodutivas da mulher são exploradas pelo patriarcado, condicionando as mulheres a um papel submisso dentro da sociedade. As feministas debatiam sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, defendendo a sua liberdade de ação (Silva, 2019). Além de buscar ocupar o espaço público, as mulheres defendiam a necessidade da transformação do espaço doméstico, criando o slogan “o pessoal é político” (Garcia, 2015). Segundo Garcia (2015, p. 90) “uma das características mais importantes dos grupos radicais foi seu impulso igualitarista e anti-hierárquico: nenhuma mulher é melhor que outra”.

Assim, as feministas da segunda onda objetivavam a conscientização coletiva como forma de empoderamento feminino. Além disso, incorporaram a luta pelos direitos civis como forma de ação, utilizando-se de métodos não-violentos, como as marchas de pacifismo contra a guerra do Vietnã, as bases militares e os testes nucleares nos países do Sul Global (Confortini, 2010; Kang, Lessard, Heston, 2017; Silva, 2019; Walters, 2021).

Com o fim do século XX e as mudanças no sistema internacional (fim da Guerra Fria e dissolução da URSS, fim das Ditaduras na América Latina e consolidação dos EUA como grande potência) observa-se forte renovação das perspectivas sociais. O feminismo de Terceira Onda se inicia nesse contexto, marcado por questões pós-estruturalistas, e buscando fugir das falhas da segunda onda, causadas pelo enfoque no sexo e tendências à universalização das vivências das mulheres (Silva, 2019). Neste momento se observa a consolidação das diversas correntes, em uma tentativa de separar e não generalizar o movimento, dando enfoque para as subjetividades e singularidades das diversas experiências. Esse momento também marcou o assentamento do feminismo como uma corrente acadêmica, em que houve uma junção entre o movimento político, o ativismo e a academia (Narvaz & Koller, 2006; Garcia, 2015).

O feminismo de Terceira Onda é composto por novas gerações de mulheres, que consideram que a igualdade de gênero e a autorrealização é um direito delas, uma vez que o feminismo sempre esteve presente em suas vidas. Algumas discussões problematizadas pelo movimento dizem respeito à produção cultural e aos ideais de beleza impostos pela mídia, enquanto aspectos da política tradicional tendem a perder espaço (Snyder, 2008). Segundo Silva (2019), o feminismo interseccional ganha visibilidade, por conta da ideia dessa visão de não atribuir as opressões somente ao gênero. Para bell hooks, não se pode separar o sexismo de outros tipos de opressões como racismo, classismo e homofobia,

pois eles se sobrepõem. Uma visão mais interseccional das desigualdades faz com que se inspire uma união maior entre os movimentos. (Kang, Lessard, Heston, 2017; Silva, 2019).

Outras abordagens feministas ganham evidência. O feminismo identitário focou em trazer as experiências de mulheres negras, latinas e lésbicas, evidenciando que as diferenças entre as mulheres ocasionam uma diferença nas experiências e na percepção social. O feminismo do bem-estar social trouxe à pauta demandas para que o Estado conceda mais programas sociais para auxiliar as mulheres de renda mais baixa. O feminismo pós-moderno acadêmico busca a desconstrução por meio de discursos práticos e é contra a generalização de experiências. Surge também o feminismo pós-colonial, que tem como cerne críticas ao imperialismo ocidental moderno e coloca em evidências e especificidades das pautas das mulheres do Terceiro Mundo (Gray & Boddy, 2010; Silva, 2019).

O aumento do uso da internet como meio de comunicação permitiu uma revolução na forma de acesso aos conteúdos e às informações, e caracterizou, assim, a Quarta Onda do Feminismo. O uso intensivo das redes sociais e do ciberativismo possibilitou a conexão entre mulheres de diferentes países e contextos sociais, econômicos e políticos. A troca fez com que debates locais se tornassem mundiais, como, por exemplo, o “Ni Una Menos”, movimento que se iniciou na Argentina como forma de denunciar as práticas de violência contra as mulheres. Alguns termos também se popularizaram no meio digital, como forma de denunciar as práticas de violência psicológica, moral, sexual e intelectual sofridas pelas mulheres, sendo elas motivadas a partir do gênero, como, por exemplo: gaslighting, slut-shaming, mansplaining, manerrupting e bropropriating⁷ (Silva, 2019).

⁷ De acordo com Silva (2019, p. 29), o termo gaslighting se refere a um “jogo de manipulação psicológica no qual o ‘equilíbrio mental’ da mulher é colocado em questão a fim de interditar a sua fala”. Esse termo é usado para referenciar mulheres e taxá-las como loucas apenas por serem mulheres. É uma representação de abuso psicológico sofrido pelas mulheres. O slut-shaming faz referência ao chamar uma mulher de “puta”, tendo como base as vestimentas e comportamento dessa mulher. É um termo machista “que julga o comportamento sexual de uma mulher a partir de suas roupas, jeito de falar, maquiagem etc.” (Silva, 2019, p. 31), colocando esses fatores como justificativa para o assédio e violência sexual sofrida pelas mulheres. Mansplaining, manerrupting e bropropriating podem ser entendidos como práticas de violência de silenciamento da mulher. Mansplaining, ou “homem explicando”, caracteriza a ação do homem explicar algo óbvio a uma mulher, ação essa que ele não repetiria com outro homem. O manerrupting é a interrupção do homem às falas das mulheres, ou seja, é o movimento “quando um homem não deixa uma mulher concluir qualquer frase ou raciocínio que esteja desenvolvendo, sempre interrompendo sua fala.” (Silva, 2019, p. 32). Por fim, o bropropriating “é um tipo de apropriação intelectual, ocorre quando um homem se apropria de uma ideia, um texto, uma criação de uma mulher e se aproveita para tomar os créditos daquilo como se fosse dele” (ibidem).

Desse modo, a quarta onda do feminismo dá visibilidade para as diferentes realidades e experiências das mulheres, uma vez que busca proporcionar o respeito às diversidades e a liberdade delas. Logo, o atual discurso do feminismo destaca a ideia do “lugar de fala”, e do respeito à representatividade que isso proporciona (Silva, 2019).

Sendo assim, é importante perceber que as ondas do feminismo deram destaque às pautas e temáticas específicas levantadas pelas mulheres, como, por exemplo, a busca pelos direitos civis, econômicos, políticos e sociais. Logo, o (s) feminismo (s) é um movimento que buscou, e busca, reivindicar os direitos das mulheres na sociedade. Ou seja, é um processo de busca constante pela aquisição desses direitos, fruto de uma ação contínua da evolução social e política da sociedade, visto que os direitos das mulheres não foi algo dado de forma natural e espontâneo (Silva, 2019).

3. A luta das mulheres nas Nações Unidas

As ideias e pautas feministas ultrapassaram as fronteiras físicas e buscaram influenciar a agenda das relações internacionais. Segundo Jain (2005), a participação das mulheres no processo decisório da ONU é constantemente vista como uma evolução inerente às conquistas da própria instituição. No entanto, a presença do movimento feminista na ONU em sua busca pela igualdade de gênero está diretamente relacionada com os acontecimentos históricos da sociedade, fundamental para a promoção de mudanças. Nos debates feministas, a linguagem e as expressões são variáveis importantes para a compreensão das demandas e do discurso do movimento, principalmente em instituições internacionais. Ao longo das décadas ocorreram uma série de ressignificações, como da própria palavra mulher, e das expressões sexo e gênero (Jani, 2005).

Segundo Charlesworth e Chinkin (2013), já na primeira reunião da Assembleia Geral da ONU em 1946, surge a demanda pelo reconhecimento da atuação feminina na Segunda Guerra Mundial. O destaque para as mulheres na ONU foi fruto da atuação de Bertha Lutz no momento de idealização da Carta da instituição, na Conferência de São Francisco em 1945. Delegada brasileira na conferência, Bertha Lutz lutou pelo reconhecimento da igualdade de acesso e de oportunidades entre mulheres e homens no âmbito das Nações Unidas (Brasil, 2017). Na resolução da Assembleia foi proposto ainda que os países garantissem às mulheres os mesmos direitos que aos homens.

Também em 1946, foi criada a Comissão para o Status da Mulher (Commission the Status of Women – CSW), cuja função principal era recomendar pautas políticas e econômicas aos demais órgãos da ONU e uma das primeiras realizações foi a assegurar a neutralidade de gênero dentro da Declaração dos Direitos Humanos (1948). No final dos anos 1960 e início dos anos 70, a CSW redigiu a “Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (Dedaw, 1967).

A partir dos anos 1970 é possível analisar uma mudança na abordagem realizada pelos diferentes grupos de mulheres que passaram a focar nas convenções da ONU, uma vez que foi percebido uma atuação das mulheres para além das euro-americanas, como mulheres da América Latina e Caribe (Walters, 2021). Isso dialogou de forma intensa com as pautas da segunda onda que ocorriam no período (Jani, 2005). Em 1972, devido às pressões de ONGs lideradas por mulheres, a Assembleia Geral decidiu pela realização de um encontro com o propósito oficial de discutir a igualdade entre os gêneros (Charlesworth & Chinkin, 2013).

A conferência ocorreu em 1975 na Cidade do México, e transparece a preocupação sobre como as condições de subdesenvolvimento impactam a vida das mulheres de forma direta e criam uma situação de exploração dupla – na vida de trabalho e em casa. Viu-se que seria necessário retirar obstáculos que ocasionassem problemas para a integração das mulheres dentro do desenvolvimento nacional. Para promover a expansão do debate, decidiu-se que o período de 1975 até 1985 seria declarado a Década da Mulher. Na Assembleia Geral foram identificadas três estratégias/propostas principais sobre as mazelas enfrentadas pelas mulheres: 1) a igualdade plena entre os sexos; 2) a participação das mulheres em questões de desenvolvimento; 3) um aumento da atuação das mulheres no fortalecimento da paz. Essa pauta estava em concordância com o que os movimentos feministas dessa geração defendiam: o debate sobre sexo e gênero, a busca pelo desenvolvimento dos países após o processo de descolonização, e a luta contra as ações militaristas nos países do Sul Global (Jani, 2005; Stephenson, 1982; ONU, 2000). Em consonância, em 1979 foi elaborada a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (Cedaw, 1979; Jani, 2005).

A segunda conferência da Década das Mulheres ocorreu em 1980, em Copenhague. Entre 1975-1980 ampliou-se a concepção de que o conceito de igualdade era maior do que o trazido pelo feminismo ocidental, incitando os governos a se comprometerem com a igualdade de gênero e uma maior participação de mulheres dentro

Baccarini et al. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

de aspectos econômicos e de desenvolvimento social (Jani, 2005). Além disso, percebeu-se a ligação entre o desenvolvimento nacional e a liberação da mulher, sendo o desenvolvimento não suficiente para solucionar os problemas da desigualdade de gênero (ONU, 2000).

O lema da Conferência de Copenhague, “Educação, Saúde e Emprego”, representava uma parte das lutas que generalizou na época, independentemente da localização geográfica e de orientação do movimento feminista. As mulheres debatiam sobre saúde, reprodução, sexualidade, violência, formação profissional e o mercado de trabalho (Alves & Pitanguy, 2003).

Em 1985 ocorreu em Nairóbi a Conferência Mundial para Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, reconhecida pelo nascimento do feminismo global. As análises dos dados recolhidos pela ONU demonstraram que, durante a década, houve pouco progresso no status das mulheres. Os objetivos da Década das Mulheres não haviam sido alcançados (Zinsser, 2002; ONU, 2000).

A Conferência de Pequim, em 1995, marca um novo capítulo no debate de gênero, com participação recorde de delegações de países e representantes de organizações não-governamentais, incluindo representantes de 189 governos. Como resultado da conferência firmou-se a “Plataforma para Ação” com doze pontos, estratégias e ações para solucionar as problemáticas que giram em torno das mulheres⁸ (ONU, 1995). Foram criados objetivos estratégicos e ações focadas nos governos, incluindo recomendações para ONGs, partidos políticos, instituições internacionais e outros atores (ONU, 2000).

Assim, o documento declara que a igualdade entre homens e mulheres era uma questão de direitos humanos e justiça social, além de um pré-requisito necessário para os objetivos mais amplos de igualdade, desenvolvimento e paz. Desse modo, três conceitos foram destacados na Plataforma, a saber: a integração da perspectiva de gênero; o empoderamento feminino; e a transversalidade de gênero (Pacheco, 2018).

Desses esforços, muitos foram posteriormente capturados e sistematizados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) para 2000-2015 (Hirsu, 2019). Dos oito ODM propostos, dois possuem métricas voltadas para os direitos das mulheres: o

⁸ São elas: Mulheres e pobreza; Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra a Mulher; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na liderança; Mecanismos institucionais para o Avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e a Mídia; Mulheres e o Meio Ambiente; e o Direito das Meninas

Baccarini et al. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

ODM 3, que trata sobre igualdade de gênero, e o ODM 5, que envolve a saúde da mulher na maternidade. A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres passaram a ser tratados como uma meta explícita (ODM 3), porém, o restante dos objetivos foi formulado em termos genéricos, algo preocupante, uma vez que a experiência mostrou que, a menos que mulheres e meninas fossem mencionadas explicitamente nos documentos de política, elas provavelmente seriam negligenciadas (Kabeer & Sweetman, 2015).

Para o alcance das metas, fazia-se necessária uma abordagem baseada em direitos humanos, em consonância com os princípios da indivisibilidade, interdependência e universalidade de direitos, além de apoio às organizações de mulheres e movimentos que podem ativar e energizar tal agenda. O que não ocorreu (Sem, 2019).

Entre a virada do milênio e 2015, três eventos mobilizaram a agenda internacional sobre mulheres: Beijing + 5, em 2000, e Beijing + 10, em 2005, e Beijing + 15, em 2010. Os encontros foram destinados a tratar dos avanços, retrocessos e estagnações acerca da situação das mulheres no mundo, baseados no documento produzido na Conferência de Pequim, em 1995, a Plataforma de Ação. Apesar de apontarem avanços, muito ainda precisava ser feito para a efetiva implementação da plataforma, e a violência e a pobreza continuavam sendo os principais obstáculos à igualdade de gênero em todo o mundo (ONU MULHERES, S/D).

Em 2015 foram criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nova agenda complexa e interligada, com dezessete objetivos para serem alcançados até 2030. As organizações feministas entraram na discussão com forças renovadas, em especial pela criação da ONU Mulheres, em 2010. Dentro e fora da ONU, reivindicar o espaço institucional foi fundamental para a capacidade feminista de participar efetivamente em pé de igualdade nas discussões internacionais. Elas mobilizaram-se e defenderam uma ampla gama de questões que se tornaram parte dos ODS e seus objetivos (Sen, 2019).

O ODS 5 é voltado à conquista da igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres e conta com oito metas, que pregam pela erradicação da discriminação; fim da violência sexual e tráfico de mulheres; fim do casamento infantil; políticas de bem-estar social para mulheres; igualdade de oportunidades; saúde da mulher; direitos econômicos; utilização da tecnologia para o empoderamento; fortalecimento de políticas para mulheres (ONU, 2016). É digno de nota o fato de que as negociações estavam ocorrendo em um contexto de enfraquecimento do multilateralismo e as tentativas de alguns governos de

reverter os direitos humanos da mulher e a igualdade de gênero nas discussões dos ODS, suas metas e indicadores (Sen, 2019).

O desenvolvimento histórico da luta feminista, que se reflete na ONU, não necessariamente implica em aderência total à pauta feminista por parte da organização e seus membros. Os documentos resultantes das conferências e acordos refletem, em grande medida, as limitações intrínsecas às negociações, tendo em vista se tratar de questões polêmicas para muitos Estados.

A luta pelo poder interpretativo dos documentos sempre esteve muito presente no desenvolvimento dos documentos e relatórios finais de conferências oficiais da ONU. Ao longo de décadas de atuação, o movimento feminista e suas organizações aprenderam a importância dos lobbys nos encontros prévios às conferências. A “batalha dos parênteses” ou “batalha dos colchetes” é constantemente referida ao lidar com a escrita dos documentos como a dificuldade em inserir determinadas questões nos planos de metas e ações das instituições da ONU. Mencionar explicitamente algumas temáticas pode ser visto com maus olhos por determinadas delegações, ou como enviesamento político. Por isso, as negociações pelo que entra ou não nos documentos costuma se estender por encontros e eventos antes das conferências oficiais, sendo este o momento onde ocorre somente a assinatura final pelas delegações. O lobby é essencial para a manutenção de determinadas temáticas no documento final (Kabeer & Sweetman, 2015).

Desta forma, consideramos que uma análise do conteúdo dos documentos da ONU nos possibilita compreender em que medida pautas históricas da agenda feminista são inseridas na agenda da organização. Esta análise será o foco da próxima seção do artigo.

4. Um olhar transversal das Conferências: análise de conteúdo dos documentos

Texto Como descrito anteriormente, o movimento feminista foi se diversificando, criando variações e agendas específicas e complexas, crescendo exponencialmente. Ao mesmo tempo, as organizações feministas buscavam seu espaço nas negociações internacionais, representando diversos interesses, cada vez mais interseccionizados.

Entretanto, como um todo, a luta do movimento feminista é por direitos, em seus variados aspectos. A leitura dos documentos da ONU nos remete a evolução particular da agenda feminista paralelamente à busca pela inserção desta agenda nas discussões no âmbito institucional internacional. Como dito anteriormente, as ondas feministas não são excludentes, mas complementares e interseccionais. Portanto, entende-se que, em um

primeiro momento, de forma generalista e enquanto opção metodológica para realização da pesquisa, podemos categorizar as pautas da agenda feminista enquanto direitos civis, políticos e sociais.

A análise de conteúdo dos documentos das nove conferências da ONU sobre as mulheres foi feita de forma dedutiva, ou seja, com a elaboração anterior de um codebook baseado na leitura dos documentos, da luta das mulheres no âmbito das diferentes ondas de feminismo e termos relacionados a fim de ampliar o escopo das dimensões analisadas. O codebook foi inicialmente elaborado partindo de três tipos de direitos: 1. Direitos civis; 2. Direitos políticos; 3. Direitos sociais.

Um cidadão precisa ter garantido essas três faces dos direitos, pois ao não os possuir, não poderia se reconhecer enquanto um cidadão pleno. Quanto ao primeiro, os direitos civis são os fundamentais a vida, dizem respeito à liberdade, ao direito de propriedade, de igualdade perante a lei, de livre manifestação de pensamentos e organização. Estão entrelaçados substancialmente à existência de uma justiça independente, eficaz e de acesso comum, garantidora da civilidade e das liberdades individuais (Carvalho, 2002).

É possível existir sociedades que respeitam os direitos civis e não os direitos políticos de sua população, sendo assim a existência de uns independe da garantia de outros. Porém, não é possível que existam direitos políticos sem os direitos civis. Os direitos políticos se referem às possibilidades de participação do cidadão em sua sociedade, sendo expressado nas capacidades de fazer manifestações políticas, de votar e ser votado; e, sem os direitos civis, estes se tornam esvaziados, não podendo garantir a legitimidade de suas ações ou sua existência (Carvalho, 2002).

Por fim, o terceiro ponto, são os direitos sociais. São eles que integram o cidadão à sociedade, que em sua efetivação permitem o acesso à educação, trabalho, salário justo, saúde, aposentadoria. Sua existência não está necessariamente vinculada à existência de direitos políticos e civis, porém, sem os outros, seu alcance pode estar severamente comprometido. Os direitos sociais estão intrinsecamente ligados à garantia de justiça social, na tentativa de garantir a todos o mínimo de bem estar social (Carvalho, 2002).

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva (Carvalho, 2002. P.10).

Os direitos civis foram analisados a partir de quatro subtipos de direitos: 1.1 Igualdade; 1.2 Liberdade; 1.3 Vida/segurança; e 1.4 Propriedade. Os Direitos Sociais foram subdivididos em três dimensões: 3.1 Saúde e Direitos Reprodutivos; 3.2 Trabalho; e 3.3 Educação. Os Direitos Políticos não foram subdivididos. Posteriormente, foi incluída uma quarta dimensão, intitulada interseccionalidades, com termos que remetem às questões étnico-raciais. A fim de facilitar a inspeção manual da codificação automática dos termos (ver tabela abaixo), utilizamos também termos basilares.

Tabela 01: Codebook

Tipo De Direitos/Termos Buscados	Codificação automática	Codificação final (após limpeza manual)
1. Direitos Civis		
1.1 Igualdade		
Egalitarian	0	0
Emancipation	21	20
Equal Rights	72	72
Equality	932	929
Equitable	91	76
Inequality	75	72
1.2 Liberdade		
Divorce	7	7
Freedom	72	52
Freedom Of Association	6	6
Freedom Of Conscience	1	1
Freedom Of Expression	8	8
Freedom Of Marriage	0	0
Freedom Of Opinion	1	1
Freedom Of Speech	0	0
Liberty	9	9
Religious Freedom	1	1
1.3 Vida/Segurança		
Abuse	80	80
Child Marriage	9	9

Baccarini et al.. A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Crime	42	29
Early Marriage	18	18
Exploitation	104	101
Harassment	24	24
Insecurity	8	8
Misogyny	0	0
Moral Harassment	1	1
Offence	6	6
Oppression	41	38
Persecution	8	8
Political Asylum	0	0
Prostitution	58	58
Rape	43	43
Refugee	96	96
Security*	261	0
Sexism	3	3
Sexual Assault	4	4
Sexual Violence	23	23
Subjugation	0	0
Violation*	34	0
1.4 Propriedade		
Right Of Ownership	0	0
2. Direitos Políticos		
Right To Vote	4	4
Suffrage	0	0
Vote*	425	0
3. Direitos Sociais		
3.1 Saúde E Direitos Reprodutivos		
Abortion	53	53
Contraceptive	7	7
Family Planning	71	71
Interruption Of Pregnancy	3	3

Baccarini et al.. A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Maternity Leave	9	9
Reproductive Health	96	96
Reproductive Rights	25	25
Sexual Rights	4	4
3.2 Trabalho		
Employment	383	382
Equal Pay	30	30
Job	51	50
Labor	0	0
Task*	43	0
Work	554	318
3.3 Educação		
Education	659	656
School	63	63
Study	54	16
Teacher	7	7
4 Interseccionalidades		
4.1 Raça		
Race/Racial ⁹	155	49
Racism	74	68
Black ¹⁰	11	8
Non-White	0	0
Not White	0	0
Ethnic Group	4	7
Racial		
Discrimination/Discrimination	59	175
Based On Race		
Ethnic Origin	2	5
Ethnicity	15	15
Ethnic ¹¹	32	21

⁹ Foi utilizado como referência para codificar manualmente “racial discrimination”

¹⁰ Todos os resultados encontrados são referentes à “black women” e no contexto do apartheid.

¹¹ Usado para codificar Ethnic Group e Ethnic Origin. As codificações remanescentes versam sobre questões étnicas e limpeza étnica principalmente.

Baccarini et al.. A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Colour	6	5
0.0 Termos Basilares		
Gender; Girl; Woman; Women; Female	8662	8662

Notas: Os termos foram excluídos durante a revisão manual pela baixíssima aderência às dimensões pesquisadas (direitos)

Fonte de dados: dados da pesquisa.

Os termos foram inseridos no software Atlas.ti 9 e cada um dos termos dentro de cada dimensão de direitos foi codificado individualmente, constituindo aquilo que Bardin (2011) definiu como unidade de registro. A unidade de contexto foi definida como sendo a “frase”, ou seja, segmentos de texto separados por pontos finais. Os “termos basilares” foram codificados de forma diferente. Utilizamos todos os termos de uma vez, separados pelo operador booleano “ou”, e utilizando como unidade de contexto o parágrafo. A estratégia foi gerar co-ocorrências com os demais termos a fim de facilitar a inspeção manual dos outros códigos/termos utilizados nos três diferentes tipos de direitos. A inspeção manual implicou na leitura individual de todos os segmentos de texto (frases) identificados no processo de codificação automática a fim de excluir as codificações “espúrias”. O resultado final, está apresentado na coluna “Codificação final”.

Pela Tabela 01 podemos observar que a dimensão 1.4 – Direito de Propriedade não retornou nenhum resultado. Dessa forma, a dimensão foi excluída de todas as análises posteriores. É possível observar também a aderência da grande maioria dos termos atrelados aos objetivos da pesquisa, apesar de os documentos de 1975, 1980 e 1985 serem escaneados e o OCR apresentar muitos problemas, limitando o funcionamento ótimo do software Atlas.ti.

Primeiramente, cabe analisarmos o quanto cada dimensão pesa no resultado final. Os termos buscados resultaram em 3.588 marcações alinhadas com os objetivos da pesquisa, que representam o somatório de todos os códigos apresentados na tabela 1. Os Direitos Civis (dimensão 1) tiveram um total de 1.466 codificações, a dimensão 2, Direitos Políticos, tiveram 75 resultados, e os Direitos Sociais, dimensão 3, foram identificados 1.694 vezes e a dimensão 4, Interseccionalidades, 353.

Em segundo lugar, cabe uma visão geral, dessa vez observando os documentos individualmente. Aqui um primeiro desafio se impõe: como comparar documentos tão

Baccarini et al.. A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

distintos? A Tabela 2 abaixo ilustra esse problema ao informar o leitor sobre o número de páginas de cada um dos documentos da ONU:

Tabela 02: número de páginas por documento

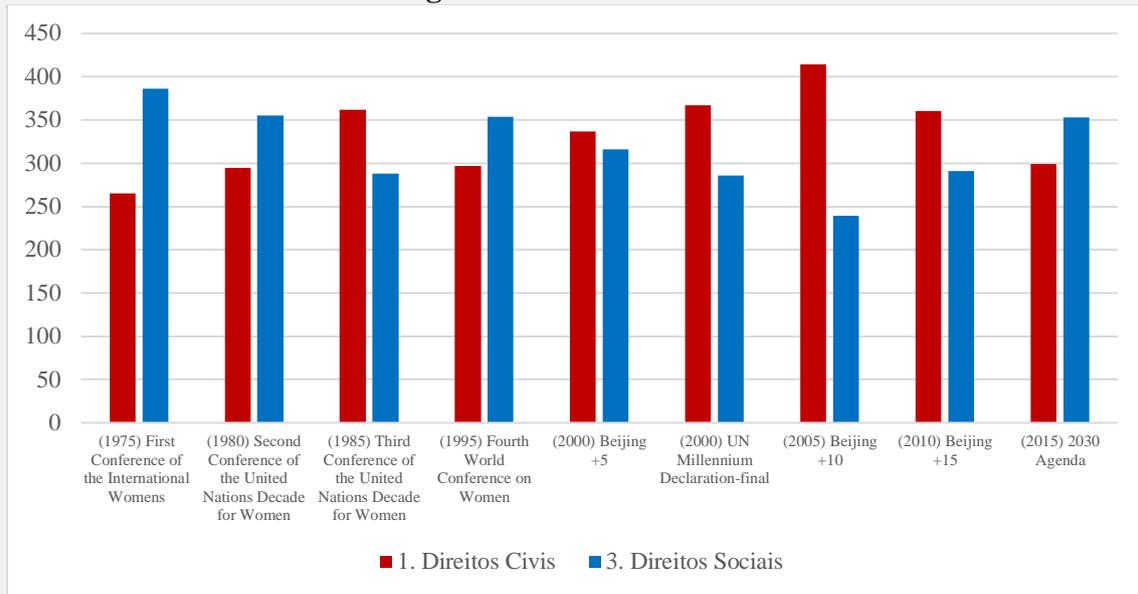
Documento	Número de páginas
(1975) Report of the First World Conference of the International Womens Year	203
(1980) Report of the Second World Conference of the United Nations Decade for Women	246
(1985) Report of the Third World Conference of the United Nations Decade for Women	309
(1995) Report of the Fourth World Conference on Women	223
(2000) Beijing +5	54
(2000) UN Millennium Declaration	11
(2005) Beijing +10	127
(2010) Beijing +15	103
(2015) 2030 Agenda	35

Fonte de dados: dados da pesquisa.

Por óbvio, um documento com 309 páginas como o da Terceira Conferência da ONU sobre as Mulheres terá um volume muito maior de resultados em termos absolutos do que um documento com onze páginas, como é o caso da Declaração do Milênio. A forma que encontramos para minimizar esse efeito foi normalizar os dados. O software Atlas.ti possui um recurso de normalização integrado para análise dos resultados. Segundo nota do próprio software, a normalização equaliza a densidade de codificação de todos os documentos na tabela. Cada documento é considerado como tendo as mesmas quantidades de citações. Desta forma, documentos desbalanceados tornam-se comparáveis para frequências relativas à códigos, como é o caso do trabalho desenvolvido. Observação importante, com a normalização, os valores apresentados nos gráficos a seguir diferem daqueles da Tabela 1.

Uma vez realizado o procedimento, comparar os resultados agregados para cada uma das três dimensões de direitos, conforme os gráficos abaixo:

Figura 01: Direitos Civis e Sociais

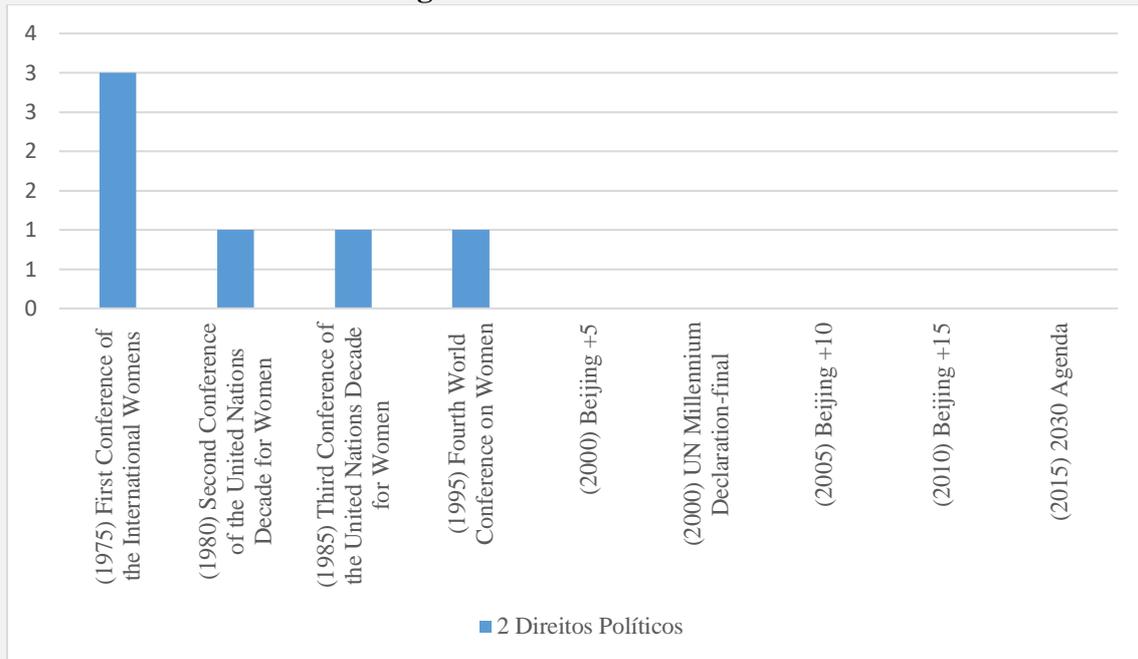


Fonte de dados: dados da pesquisa

O Gráfico 1 deixa evidente a preponderância das temáticas relacionadas aos direitos civis e aos direitos sociais nos nove documentos. Além do mais, chama a atenção também para a relativa estabilidade dos temas ao longo de 40 anos de debates em torno da questão das mulheres na ONU. Voltaremos a esse ponto posteriormente.

Por outro lado, quando tratamos de direitos políticos a situação é totalmente distinta. Primeiramente cabe observar que os termos buscados retornaram poucos resultados. Conforme consta na Tabela 1, a codificação encontrou somente 4 menções ao direito à voto. Mesmo normalizado (para fins de comparação com os gráficos anteriores) o resultado, os valores são muito baixos para serem incluídos e comparados com os direitos civis e sociais no Gráfico 1, demandando uma representação específica, o Gráfico 2 abaixo.

Figura 02: Direitos Políticos



Fonte de dados: dados da pesquisa

Como fica claro no Gráfico 2, os Direitos Políticos, tal como definido no escopo deste trabalho, tiveram uma relevância tímida e localizada nas quatro primeiras Conferências sobre Mulheres da ONU. Cabe notar que entre a segunda e a quarta conferência, a presença dessa dimensão foi pontual.

Essa pequena relevância dos direitos políticos e sua concentração nas primeiras conferências, reforçam a amplitude da pauta feminista, que não se concentra somente nos direitos políticos, pauta essencial do feminismo liberal. Uma possível explicação também seria o direito ao voto ter sido alcançado em grande parte dos países do mundo. Além disso, ao longo das décadas, vemos a predominância que o feminismo do Sul Global adquire na ONU, trazendo mais destaque a pautas atreladas a questões sociais, conectando desenvolvimento e questões de gênero.

Como a observação das dimensões agregadas não permitiu a identificação de nenhuma tendência, procedemos com a análise das dimensões desagregadas. Cabe observar que a análise das dimensões desagregadas impacta a normalização dos dados, ou seja, a frequência de cada termo pesquisado varia em função dos demais. Abaixo, selecionamos alguns termos que apresentam dados considerados mais interessantes para essa pesquisa, tendo em vista que ao desagregar as dimensões, alguns termos apresentam pouca relevância não somente numérica, mas também para a análise.

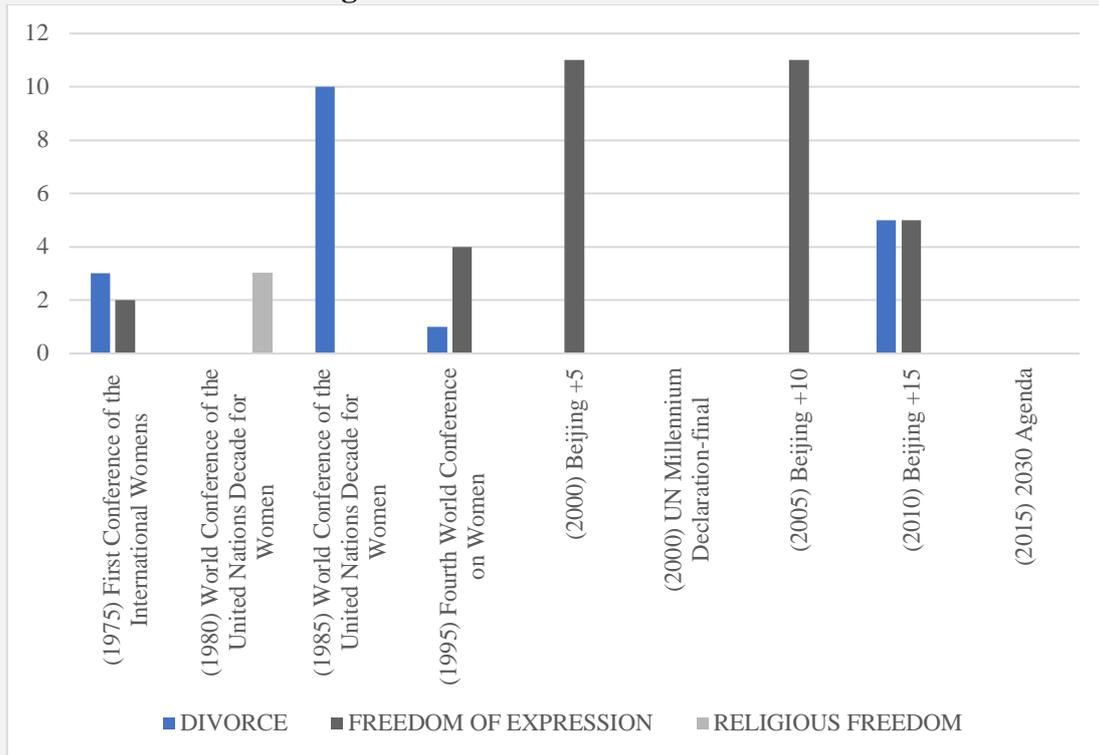
Figura 03: Direitos Civis - Igualdade



Fonte de dados: dados da pesquisa

Em primeiro lugar, cabe observar que a opção por termos mais generalistas e menos deterministas aparentemente é uma estratégia quando se trata de direitos das mulheres. Isso pode ser observado quando o termo “igualdade” é muito mais utilizado do que “direitos iguais”. A igualdade enquanto conceito filosófico é atraente, mas torná-la real, e palpável, depende de especificá-la em direitos, em políticas públicas. Desta forma, é interessante notar como somente na Declaração do Milênio e, posteriormente, na Agenda 2030, temos o aumento do termo “direitos iguais” e a redução no quantitativo do termo “igualdade”, o que pode indicar a busca pela efetivação da igualdade por meio de direitos mais específicos, favorecendo a criação de políticas públicas.

Figura 03: Direitos Civis - liberdades

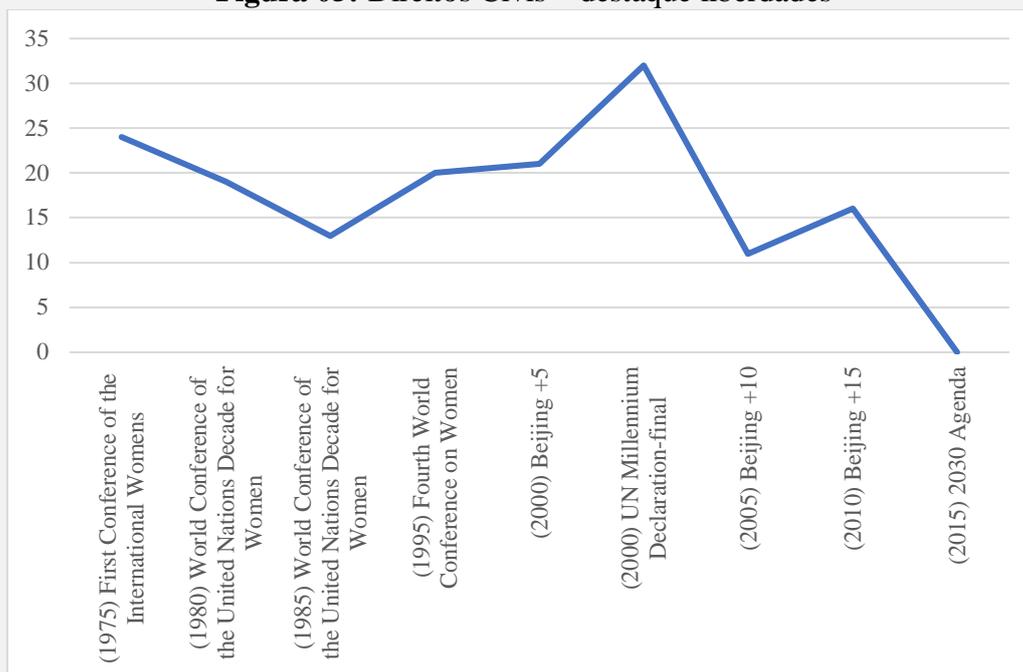


Fonte de dados: dados da pesquisa

Em relação aos direitos civis atrelados à liberdade, vemos que é um tema que relativamente aparece pouco ao longo das décadas, com maior relevância em determinados momentos. Enquanto liberdade religiosa aparece somente na II Conferência, a liberdade de expressão, que também aparece em 1975, perde espaço e só retorna como tema em 1995, na IV Conferência, em Pequim, adquirindo mais força nos anos seguintes, apesar de não ter aparecido enquanto tema na Declaração do Milênio e na Agenda 2030.

Por fim, incluímos também na análise o divórcio, que surge na primeira conferência, desaparece na segunda e só retorna na Terceira conferência, com mais força, e em 2010, de forma menos incisiva.

Figura 05: Direitos Civis – destaque liberdades

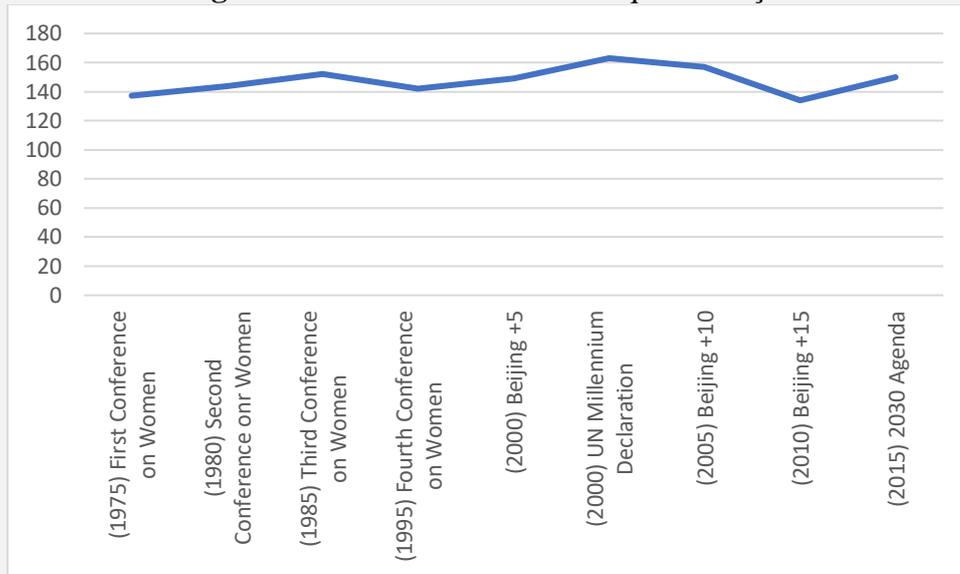


Fonte de dados: dados da pesquisa

De forma geral, como podemos ver, os direitos atrelados ao conceito da liberdade adquirem mais força na Declaração do Milênio, e vai perdendo força nas décadas seguintes, inclusive na Agenda 2030.

Por outro lado, quando falamos de educação, uma das principais pautas do movimento feminista desde a primeira onda, o direito à educação das mulheres e meninas é discutido como pauta da agenda na ONU desde o primeiro momento, aparecendo de forma absolutamente constante nos documentos da organização ao longo das décadas.

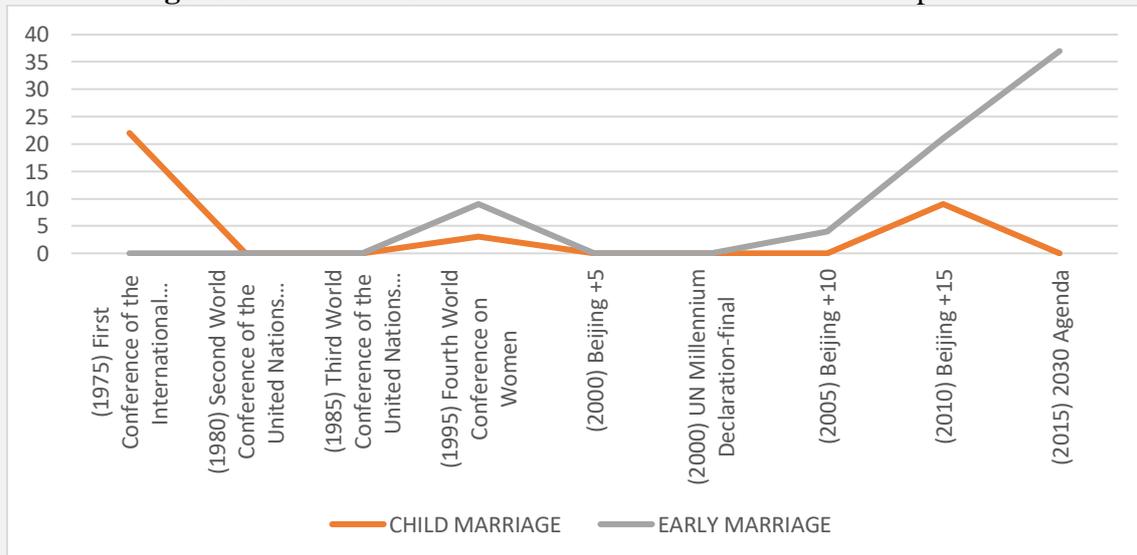
Figura 06: Direitos Sociais: destaque educação



Fonte de dados: dados da pesquisa

Já quando se trata de direitos mais polêmicos, como aos direitos civis atrelados à vida e segurança, vemos também o reflexo do embate entre os termos no que se refere ao casamento infantil. No gráfico 7, observamos a tendência em não se incluir nos documentos oficiais o termo “*child marriage*” e a troca estratégica, a partir da Conferência de Pequim + 10 pelo termo “*early marriage*”, menos sujeito a questionamento.

Figura 07: Direitos Civis: Casamento infantil vs casamento precoce

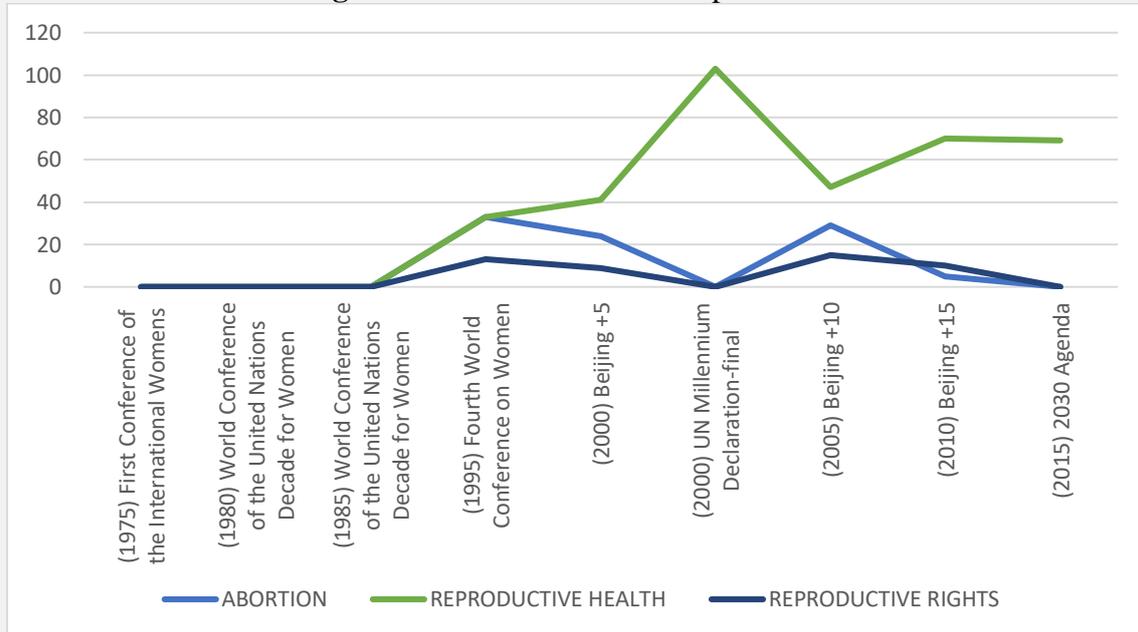


Fonte de dados: dados da pesquisa

Da mesma forma, vemos também a relação inversa entre termos “direitos reprodutivos” (e aborto) e saúde reprodutiva, no Gráfico 8. Enquanto o termo “direitos

reprodutivos” está diretamente associado ao termo “aborto”, o termo “saúde reprodutiva” é mais atrelado à precaução, proteção à saúde, podendo tratar até de prevenção à gravidez e métodos anticoncepcionais, mas nunca aborto (Kabeer & Sweetman, 2015).

Figura 08: Saúde e Direitos Reprodutivos



Fonte de dados: dados da pesquisa

Por fim, de forma a trazer, ao menos parcialmente, alguns apontamentos em relação à interseccionalidade, analisamos também a relação entre raça e gênero nos documentos oficiais da ONU. Desta forma, alguns termos também foram analisados em relação aos termos basilares anteriormente mencionados. São eles: *Black Women; Colour; Ethnic; Ethnic Group; Ethnic Origin.; Ethnicity; Race; Racial Discrimination; Racism.*

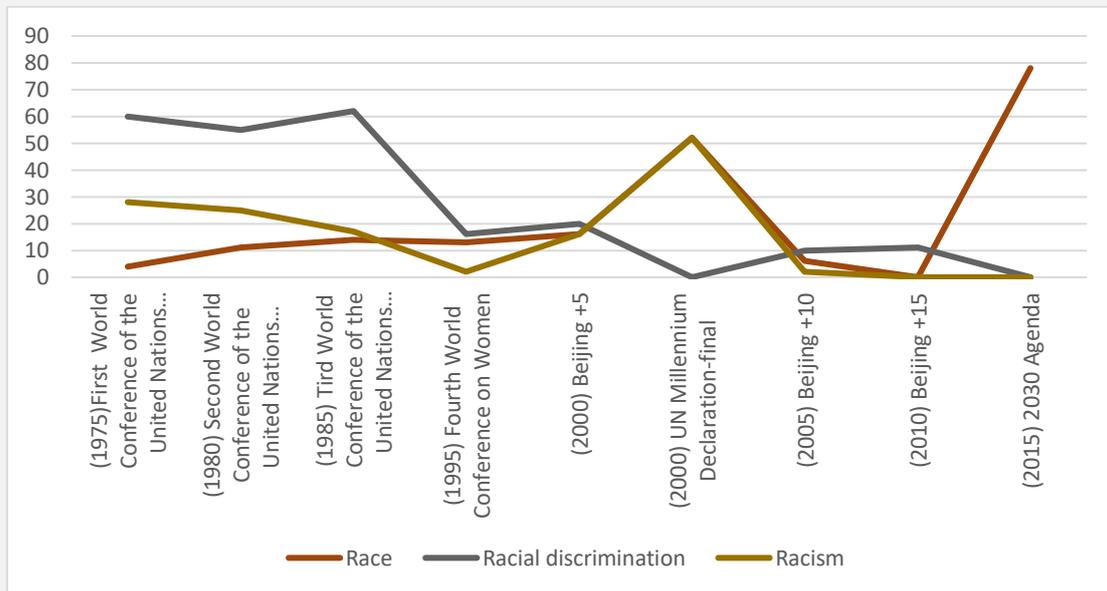
Tabela 03

	(1975)First World Conference	(1980) Second World Conference	(1985) Tird World Conference	(1995) Fourth World Conference	(2000) Beijing +5	(2000) UN Millennium Declaration	(2005) Beijing +10	(2010) Beijing +15	(2015) 2030 Agenda	Totais
Black Women	0	7	3	0	0	0	0	0	0	10
Colour	0	0	2	4	0	0	0	0	0	6
Ethnic	1	0	2	15	8	0	2	3	0	31
Ethnic Group	2	0	2	4	0	0	0	0	0	8
Ethnic Origin	1	0	3	1	0	0	2	0	0	7
Ethnicity	0	0	3	3	8	0	4	5	52	75
Race	4	11	14	13	16	52	6	0	78	194
Racial Discrimination	60	55	62	16	20	0	10	11	0	234
Racism	28	25	17	2	16	52	2	0	0	142

Ao analisarmos mais detalhadamente nos documentos o termo 'racial discrimination', podemos observar que no contexto das falas sobre mulheres e termos

basilares esta foi uma agenda que surge e se mantém especialmente até o fim do apartheid na África do Sul (1948-1994).

Figura 09: Questões étnico-raciais



Fonte de dados: dados da pesquisa

Por outro lado, 'race' é um dos termos caros tanto à agenda ODM como a ODS e 'racism' é quase sempre usado juntamente (na mesma frase) com 'race', com exceção do documento relativo aos ODS. Como explicação para o aumento do debate interseccional entre gênero e raça, temos que na agenda de desenvolvimento há uma grande demanda por dados desagregados sobre questões de gênero e étnico raciais, o que provavelmente explica esses picos.

5. Conclusão

O feminismo é um movimento social, filosófico e político que questiona a estrutura da sociedade e busca inserir as mulheres em lugares antes negados a elas, como, nos processos decisórios, na política, no mercado de trabalho e nas escolas e universidades. As ideias do feminismo causaram mudanças para além do campo teórico e acadêmico, dado que se desenvolveram nos movimentos de militância e estiveram presentes nas articulações políticas do sistema internacional, tendo como exemplo os lobbies necessários ao longo das Conferências da ONU.

A categorização do movimento a partir das ondas demonstra o que os diferentes grupos de mulheres buscavam em cada período, uma vez que cada geração foi marcada por especificidades nas suas pautas de luta; sendo, portanto, necessário destacar que as

Baccarini et al.. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

ondas não são excludentes, visto que uma origina a outra, fazendo delas um movimento conectado e que atua em conjunto.

Podemos destacar três grupos de direitos que refletem as pautas dos feminismos, a serem inseridos na agenda da ONU: os direitos políticos, civis e sociais. A busca pela participação política; emancipação feminina; educação universal; direitos sexuais, reprodutivos e à vida; acesso ao mercado de trabalho, entre outros temas, se constituem no conteúdo analisado dos documentos da ONU. Assim, a partir da elaboração do codebook, essas temáticas foram observadas nos documentos oficiais, em diferentes frequências e de acordo com cada período.

Enquanto a busca pelos direitos políticos esteve concentrada, o foco nos direitos sociais e civis ocorreu de forma mais equilibrada, uma vez que apareceu em todos os nove documentos, sendo reflexo das diferentes temáticas que eles abordavam. Ou seja, a atenção às questões relacionadas à saúde e direito reprodutivo, educação, trabalho, liberdade e segurança foram centrais ao debate; sendo, essas temáticas também presentes durante as três primeiras ondas do feminismo.

A diversificação do movimento, saindo do eixo euro-americano, também é observável nos debates, com a inclusão de temáticas diversas e específicas de cada localidade, dando voz e lugar para os diferentes grupos de mulheres, como, por exemplo, as feministas do Sul Global que lutavam em prol da liberdade dos seus países, nos movimentos de descolonização e na luta contra o imperialismo. Essa temática da busca pela “liberdade” também apareceu ao longo de todos os documentos, e em especial se recortamos a liberdade religiosa e de expressão, ou mesmo o direito ao divórcio, que se encaixa no direito civil.

Os ideais do feminismo liberal e radical também estiveram presentes ao longo das quatro Conferências sobre Mulheres, abordando questões relacionadas ao desenvolvimento, a participação e direitos políticos, a paz e a saúde. O feminismo identitário, do bem-estar social, pós-colonial e interseccional também aparecem ao longo dos documentos, mas em menor ocorrência.

Os documentos do Beijing +5, Beijing +10 e Beijing +15, por sua vez, destacam sobre as violências sofridas pelas mulheres, parte das pautas de debate inseridas no tema do direito civil do feminismo da quarta onda. Os ODM e ODS, por sua vez, se voltam para todas as temáticas abordadas ao longo do debate feminista, uma vez que conseguem abranger a extensa agenda feminista.

Baccarini et al. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

Por fim, em relação à interseccionalidade entre raça e gênero, podemos observar que, até a elaboração dos ODM e ODS, esta agenda esteve diretamente atrelada ao apartheid na África do Sul. Somente a partir do interesse específico por dados desagregados entre gênero e raça com a Declaração do Milênio, que vemos uma discussão mais profícua a respeito dos direitos das mulheres negras.

Sendo assim, podemos concluir que se percebe um movimento pela inserção da agenda feminista nos documentos oficiais da ONU. Entretanto, essa inclusão vem ocorrendo de forma desigual, em especial quando observamos os direitos das mulheres negras.

Especificamente, a análise aponta que o âmago do debate na ONU se orienta muito mais por direitos sociais enfatizados pelas demandas do feminismo do Sul Global. Nesse sentido, a ascensão desse feminismo enfatiza os problemas atrelados ao desenvolvimento enfrentados pelas mulheres, além da presença de demandas e pautas difusas presentes nos feminismos, que recebem ou perdem ênfase incrementalmente ao longo das décadas.

Ou seja, o avanço da pauta feminista na ONU pode ser puxado não somente pelos movimentos feministas e suas ideias em isolado, mas também por temas e agendas mais difusos no debate internacional, como os processos de descolonização de Estados africanos, os direitos humanos de forma mais genérica, questões de paz e segurança internacional e, atualmente, com as discussões sobre mudança climática e desenvolvimento sustentável.

Assim, faz-se necessário um aprofundamento das discussões que tratem da interseccionalidade da temática feminista com questões étnico-raciais e socioeconômicas na ONU, especificamente no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Por fim, cabe ressaltar que a inserção da agenda feminista também vem ocorrendo não somente por inclusão das ideias especificamente em documentos oficiais, mas também pela mudança organizacional, com a criação de órgãos e instituições específicos, como a ONU Mulheres, em 2010. O entrelaçamento da criação de instituições formais e o fortalecimento da agenda feminista na organização é algo a ser observado nas próximas décadas, a depender do contexto político que nos espera.

Baccarini et al.. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

Referências

- Alves, Branca Moreira; Pitanguy, Jacqueline (2003). *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Beauvoir, Simone de (2008). *O Segundo Sexo*. Editora Nova Fronteira.
- Brasil. *Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança* (2017, março). Brasília.
- Campbell, J. L. (1998). Institutional Analysis and the Role of Ideas in Political Economy. *Theory and Society*, 27(3), 377-409.
- Campbell, J. L. (2004). *Institutional Change and Globalization*. Princeton University Press.
- Carvalho, José Murilo de. (2002) *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Charlesworth, H., & Chinkin, C. (2013). The creation of UN Women. *Max Planck Yearbook of United Nations Law, Forthcoming, RegNet Research Paper*, (2013/7).
- Confortini, C. C. (2010). Feminist contributions and challenges to peace studies. In *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*.
- Conran, J. and Thelen, K. A. (2016). Institutional change. In: *The Oxford handbook of historical institutionalism*. Oxford University Press. pp. 51-70.
- Friedan, Betty (1971). *A Mística Feminina*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada.
- Garcia, Carla Cristina (2015). *Breve história do feminismo*. 3. ed. São Paulo: Claridade.
- Gouges, Olympe de (2007). Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. 1791. In: *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, v. 4, n. 1, Florianópolis, jan/jun.
- Gray, M., & Boddy, J. (2010). Making sense of the waves: Wipeout or still riding high?. *Affilia*, 25(4), 368-389..
- Greif, A., & Laitin, D. D. (2004). A theory of endogenous institutional change. *American political science review*, 98(4), 633-652.
- Hirsu, L., Hashemi, L., & Quezada-Reyes, Z. (2019). SDG 5: Achieve gender equality and empower all women and girls. *RMIT University, Melbourne*.
- Hooks, Bell (2020). *Eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. 4º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Jain, D. (2005). *Women, development, and the UN: A sixty-year quest for equality and justice*. Indiana University Press.

Baccarini et al. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

Kang, M., Lessard, D., & Heston, L. (2017). *Introduction to women, gender, sexuality studies*. University of Massachusetts Amherst Libraries.

Kabeer, N & Sweetman, C. (2015). Gender, poverty, and inequality: a brief history of feminist contributions in the field of international development. *Gender & Development*, 23(2), 189-205.

Mahoney, J., & Thelen, K. (Eds.) (2010). *Explaining institutional change: Ambiguity, agency, and power*. Cambridge University Press.

Miguel, L. F., & Biroli, F. (2015). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em estudo*, 11, 647-654.

ONU MULHERES (2000, 5 - 9 June). *Five-year Review of the implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action (Beijing + 5) held in the General Assembly*.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2016). A/RES/70/1. *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1995). *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. Pequim.

Pacheco, M. L. P. (2018). *A participação das mulheres nos processos de paz: uma perspectiva de gênero à luz da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança* (Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra).

Perissinotto, R., & Stumm, M. G. (2017). The Ideational Turn: When and How Ideas Matter. *Revista de Sociologia e Política*, 25(64), 121-148.

Schmidt, V. A. (2010). Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth 'new institutionalism'. *European political science review*, 2(1), 1-25.

Sen, G. (2019). Gender Equality and Women's Empowerment: Feminist Mobilization for the SDG s. *Global Policy*, 10, 28-38.

Silva, J. M. (2019). *Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda*. Recife: Publicação independente.

Snyder, R. C. (2008). What is third-wave feminism? A new directions essay. *Signs: Journal of women in culture and society*, 34(1), 175-196.

Stephenson, C. M. (1982, January). Feminism, pacifism, nationalism, and the United Nations Decade for Women. In *Women's Studies International Forum* (Vol. 5, No. 3-4, pp. 287-300). Pergamon.

Baccarini et al. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

Walters, M. (2021). *Feminismo: Uma breve introdução*. Editora Dialética.

Weyland, K. (2008). Toward a new theory of institutional change. *World Politics*, 60(2), 281- 314.

Wollstonecraft, M. (2016). *Reivindicação dos direitos da mulher*. Boitempo Editorial.

Zinsser, J. P. (2002). From Mexico to Copenhagen to Nairobi: The United Nations Decade for Women, 1975-1985. *Journal of World History*, 139-168.

Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina

Capitalism and Patriarchy: articulations between International Relations and Marxist Feminist Theory in Latin America

Aline Recalcatti de Andrade¹ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.65123]

Recebido em: 12/13/2022

Aprovado em: 02/22/2024

Resumo: Os elementos relacionais entre o campo das Relações Internacionais na América Latina com a teoria feminista marxista podem ser articulados pelos seguintes conceitos: patriarcado e capitalismo dependente latino-americano -, ambos os conceitos estão relacionados com a Teoria da Reprodução Social. Tal é a hipótese do presente artigo que se trata de uma pesquisa inicial, de caráter teórico, sobre o tema de analisar as Relações Internacionais na América Latina pelas lentes da teoria feminista marxista. Busca-se, por meio da pesquisa bibliográfica, desenvolver a questão apontando quais são as principais categorias desenvolvidas pelo feminismo marxista que permitem pensar a América Latina. Para alcançar esse objetivo, em primeiro lugar, se busca sintetizar essa corrente de pensamento e articulando-a com as particularidades em relação ao patriarcado. Na segunda parte do trabalho, para articular diretamente Relações Internacionais e feminismo marxista na América Latina, ressalta-se a teoria marxista da dependência articulando com gênero, especificamente quanto a abordagens de segurança e economia política internacional, com exemplos de pesquisas científicas que permitem pensar as Relações Internacionais, através especificamente dessa corrente do marxismo.

Palavras-chave: Capitalismo Dependente Latino-americano; Feminismo Marxista; Relações Internacionais; Reprodução Social; Teoria Unitária.

Abstract: The relational elements between the field of International Relations in Latin America and Marxist feminist theory can be articulated by the following concepts: patriarchy and Latin American dependent capitalism - both concepts are related to the Theory of Social Reproduction. This is the hypothesis of this article, which is initial research, of a theoretical nature, on the subject of analyzing International Relations in

¹Universidade Federal da Integração Latino-Americana– E-mail: alinerecalcatt@hotmail.com

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

Latin America through the lenses of Marxist feminist theory. We seek, through bibliographical research, to develop the question by pointing out which are the main categories developed by Marxist feminism that allow us to think about Latin America. To achieve this objective, firstly, we seek to synthesize this current of thought and articulate it with the particularities in relation to patriarchy. In the second part of the work, to directly articulate International Relations and Marxist feminism in Latin America, the Marxist theory of dependency is highlighted in conjunction with gender, specifically regarding approaches to security and international political economy, with examples of scientific research that allow us to think about the International Relations, specifically through this current of Marxism.

Keywords: Latin American Dependent Capitalism; Marxist Feminism; International Relations; Social Reproduction; Unitary Theory.

1. Introdução

O feminismo marxista surge como ferramenta de análise teórica, dentro do âmbito das ciências sociais, principalmente a partir dos debates com o crescimento do movimento feminista nos anos 60-70, no contexto histórico dos países capitalistas centrais, principalmente a partir do ano de 1968 e o maior desenvolvimento de diversas correntes do feminismo como o ambientalismo, antirracismo, feminismo radical, entre outros. Posteriormente, com o fim da Guerra Fria, em um contexto de descrença do marxismo como teoria emancipatória, houve uma suposta separação entre feminismo e marxismo, divisão da luta no âmbito do gênero e luta do proletariado, mas que, na verdade, concerne a um falso dilema com repercussões teóricas e práticas, todavia atuais (Fraser, 2006; Bonnet, 2020). Entretanto, isso se trata de um contexto mais presente nas relações entre teoria e prática dos países centrais, enquanto que nos países de contexto periférico, ainda ocorriam diversas lutas, como as por independência na África e Ásia e antiimperialista na América Latina. Isso permitiu que a relação entre feminismo e lutas socialistas mantivesse relações, debates e práticas sociais. Muitas mulheres latino-americanas representaram essa relação entre luta feminista e lutas sociais, como Berta Cárceres, Domitila Barros, Bartolina Sisa, Isabel Larguía, Helena Greco, entre tantas outras.

A origem do feminismo marxista, precede tais momentos históricos: Engels (2019 [1884]), tece críticas à família social burguesa e à opressão da mulher dentro do capitalismo, na análise da realidade social da classe trabalhadora inglesa. Desta forma, já em fins do século XIX o companheiro de Karl Marx já apresentava elementos preliminares de crítica à opressão sobre a mulher trabalhadora em sua opressão e exploração de gênero e classe articulando particularidade e singularidade concreta com a universalidade abstrata pelo método do materialismo histórico. Posterior a Engels, autoras feministas marxistas atuais também recuperam os aportes de autoras revolucionárias como Alexandra Kollontai e Clara Zetkin (Alambert, 1986). Como aponta as críticas a partir do feminismo negro (Davis, 2016), entretanto, houveram muitas faltas no movimento marxista ao não centralizar a raça e a questão colonial fazendo com que atualmente o debate também se centraliza na exploração e opressão de raça, dentro de uma análise da totalidade social do capitalismo (Arruzza; Bhattacharya & Fraser, 2019). Mas, de certa forma, o feminismo marxista, geralmente, é uma teoria que analisa as relações sociais de gênero dentro do modo de produção capitalista, como uma teoria que acompanha o

movimento e desenvolvimento do pensamento marxista baseado no materialismo histórico, que tem seu pressuposto máximo a práxis².

O feminismo marxista permite aportar conceitos, reflexões e debates sobre gênero e Relações Internacionais. Entretanto, muitas vezes centrado no Norte Global, tais debates são interpretados como alheios à realidade social latino-americana. A questão central do presente trabalho é justamente argumentar que o feminismo marxista é uma ferramenta teórica válida para a América Latina, principalmente quando articulado com a teoria marxista da dependência. Para demonstrar tais premissas, neste artigo será feita uma divisão conceitual desde uma revisão bibliográfica que destaque: i) os principais conceitos e debates da teoria feminista marxista; e ii) o delineamento dos conceitos mais importantes para pensar as Relações Internacionais na América Latina. No primeiro ponto, traz-se o contexto histórico de desenvolvimento como corrente teórica. Sobre as fontes utilizadas, traz-se a bibliografia mais utilizadas de autoras do Norte Global, principalmente Arruzza (2015, 2019) e o aporte de autores latino-americanos para pensar a realidade social sobre a questão de gênero relacionado com a questão de raça na América Latina, como Larguía e Dumoulin (1976) e Sabino de Souza (2020), focando e articulando entre si os seguintes debates: reprodução social, relação entre capitalismo e patriarcado - pela análise da teoria unitária -, e imperialismo, trazendo os aportes sobre capitalismo dependente latino-americano. No segundo ponto, apresenta-se análises recentes de autoras latino-americanas que, a partir de tal teoria e guiadas por tais debates e suas conceitualizações, estudaram casos concretos dentro da Economia Política Feminista e da Segurança Internacional.

2. O feminismo marxista e suas principais categorias de análise para América Latina

2.1. Sobre o feminista marxista

A práxis significa, essencialmente, a apreensão do movimento pela teoria, a teoria guiando a ação ao mesmo tempo que, dialeticamente, o movimento guia a teoria, buscando a transformação das condições objetivas e subjetivas da realidade social

² Práxis aqui é adotada na concepção de Sánchez Vazquez (2007) como pressuposto ontológico, a concepção materialista da história de que os seres humanos fazem sua própria história em condições sociais determinadas, e como pressuposto epistemológico, como critério da verdade da atividade científica, ademais que não se trata somente de interpretar a realidade social, mas o conhecimento deve ser adequado para a transformação social como seu objetivo essencial.

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

(Sánchez Vázquez, 2007). Esse é o principal ponto que permite relacionar marxismo e feminismo, trazendo suas categorias de análise, não como estóicas ou dogmáticas, mas como seguimento do movimento do real, como nas especificidades sociais, políticas, econômicas e culturais latino-americanas.

Entretanto, como afirma Bonnet, existe uma narrativa que conduziu a uma autonomia do feminismo frente ao marxismo, que os coloca como se fossem opostos e irreconciliáveis, “segundo a qual os movimentos sociais classistas, desde o século XIX, teriam falhado em organizar as mulheres e em reconhecer suas demandas” (2020, p.23). Essa narrativa representa um campo de disputa política e uma luta pela memória coletiva do conhecimento e pensamento social. Dentro do contexto de avanço das lutas feministas nos 70 também é atingido o início de uma crise do marxismo, desenvolvida principalmente nos países centrais do capitalismo, que se aprofunda nos anos 80 e têm como auge os anos 90, com o fim da União Soviética. Enquanto que nos países do Sul Global, muitas lutas continuam, mas como explica Bonnet acima, no contexto de fim da Guerra Fria criou-se uma ideia, muito presente atualmente, que o marxismo e a luta comunista nunca abordaram o problema da opressão da mulher.

Nancy Fraser aponta que as chamadas lutas por reconhecimento seriam a uma nova “forma paradigmática de conflito político no final do século XX” (2006, p. 231). Essas lutas envolvem demandas relacionadas a uma identidade como gênero, raça, etnia, sexualidade, conflitos muitas vezes colocados como uma nova forma de desenvolver política, mobilização e participação, uma via alternativa até o socialismo, apontado como derrotado com o fim da União Soviética. Por isso, muitas vezes, essas lutas se distanciam de uma análise e uma relação com as classes, já não mais visto como meio de mobilização política, assim como de interpretação teórica, por seu “economicismo”. Se trata da formação de um novo imaginário político, se propondo como radicalidade e alternativo, compondo novos termos e espaços de atuação. Nesses novos termos, a luta se radica nos “padrões sociais de representação, interpretação e comunicação” (*id.*, p. 232).

A proposta de Fraser seria trazer para a crítica às lutas de reconhecimento, de maneira que essas sejam assumidas política e teoricamente, sob um prisma de relações e estruturação com a exploração do sistema econômico vigente. A reivindicação de Fraser, uma teórica é apontar à uma análise que não exclua as lutas sobre as especificidades sociais. O problema de certas leituras é só se situar nesse campo de representação,

cultural, comunicativo, - o campo que geralmente aponta ao descrédito do comunismo e da teoria marxista - aprofundando a distância com as lutas de classe.

Para contestar essa narrativa e historiografia, e renovar as pontes entre marxismo e feminismo, iniciando pelos fundadores do materialismo histórico, é Engels (2019 [1884]) quem traz os melhores aportes iniciais para o marxismo sobre a questão de gênero, assim como vice-versa: para a questão de gênero desde o marxismo. No livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, há uma análise da concretude da situação da mulher trabalhadora em sua condição de exploração e opressão de classe e gênero, especificamente no modo de produção capitalista. Já nesse livro Engels traz os elementos que seriam trabalhados posteriormente por Marx para desenvolver sua teoria do valor: a relação entre tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário que depende do aumento da exploração do trabalhador e trabalhadora através do aumento do trabalho excedente, modificando a taxa de mais-valia relativa, incidindo no salário em relação ao valor social das mercadorias para a reprodução social da classe trabalhadora. Diz Engels:

Numa família em que todos trabalham, cada um pode contentar-se com um pagamento proporcionalmente menor e a burguesia, com vistas na redução dos salários, aproveitou-se largamente da oportunidade, proporcionada pela mecanização, de empregar mulheres e crianças. [...] Preferirá, na esperança de dias melhores, aceitar metade do salário a sentar-se silenciosamente numa rua e morrer na frente de todo mundo, como já aconteceu com tantos desempregados. É esse pouco, quase nada, que constitui o mínimo de salário. E se há mais operários que aqueles que à burguesia interessa empregar, se, ao término da luta concorrencial entre eles, ainda resta um contingente sem trabalho, esse contingente deverá morrer de fome, porque o burguês só lhe oferecerá emprego se puder vender com lucro o produto de seu trabalho. (2010 [1845], p. 119)

Esse último ponto, contingente excedente de trabalhadores, se relaciona com o conceito posterior de Marx de exército industrial de reserva. Tanto esse conceito quanto a reprodução da classe trabalhadora, que tem sua constituição modificada e readequada conforme o desenvolvimento do capitalismo pela inserção das mulheres no espaço de produção de capital, são indispensáveis para entender a superexploração do trabalho e o capitalismo dependente na América Latina, em sua incidência sobre a questão de gênero. Assim, está presente no livro de Engels as condições reais da classe trabalhadora, sua alimentação, moradia, saúde, educação, ou seja, os aspectos relacionados à redução do salário - elemento central da reprodução do capitalismo que determina e estrutura muitas

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

contradições no capitalismo dependente, se relacionando com a superexploração do trabalho -, que se estruturam com a ideia de reprodução da força de trabalho.

No primeiro capítulo do livro *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*, Larguía e Dumoulin (1976) abordam a importância das armas da crítica, ou seja, a apropriação e desenvolvimento de uma teoria científica pela classe trabalhadora que revele “los fundamentos de su explotación, desmitificando la sociedad burguesa” (1976, p. 9) com o objetivo de sua emancipação e fim de toda exploração, a partir da análise concreta. Para entender a relação entre marxismo e feminismo deve-se retomar a crítica de Marx ao idealismo, uma crítica que não pare na crítica da crítica:

A arma da crítica não pode é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominen*, e demonstra *ad hominen*, tão logo se torna radical. Radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem. (Marx, 2013 [1843], p. 157)

Assim, um feminismo que paira num idealismo, sem análise concreta da realidade concreta - nesse caso, uma crítica à sociedade como construção humana e seus problemas não naturalizados -, não possui o elemento mais central para o marxismo, a teoria transformada em força material que derrube o poder material: a práxis.

Sem embargo, como afirma Alambert (1986), é impossível buscar os atuais e avançados estudos sobre gênero na forma atual nas obras de Marx e Engels, somente elementos como o exemplificado, embrionários para pensar a questão. Os autores só tiveram como observar aspectos mais gerais da questão da mulher relacionada à uma questão social, captando situações concretas que estavam ocorrendo, abrindo espaço para as críticas posteriores sobre naturalização e essencialização do gênero. Partindo da análise das relações sociais, pode-se entender que o patriarcado é um sistema universal, mas “ele não pode ser entendido como um sistema não histórico” (Alambert, 1986, p.118), que esteja fora das relações de produção, não significando um primado econômico, sem se “contrapor à luta de classes” (*ibidem*, p.119), sendo que o “fundamental é descobrir no geral e em cada caso e situação concreta os vínculos dialéticos” (*idem*) entre patriarcado e capitalismo. Isso significa que essa contradição, as relações de gênero, que atravessa a história e as classes, devem ser compreendidas de acordo com as diferentes formações sociais. É isso que define a corrente do feminismo marxista. Como afirma Losurdo (2015), o marxismo como teoria geral do conflito social permite entender as diferenças

sociais em sua totalidade como processo histórico, levando em conta as multiplicidades no qual elas se expressam, como gênero e a contradição no âmbito internacional da exploração e opressão dos povos sobre outros pela nação, incluindo a estruturante e estruturado fator da raça, “lutas que põe em discussão a divisão do trabalho vigente em âmbito internacional, nacional e familiar” (2015, p. 64) como formas articuladas entre si. Em síntese, a concretude de elementos da realidade social foi captada de algumas formas por Marx e Engels, como essas análises iniciais sobre gênero contextualizado historicamente no capitalismo, trazendo e inserindo as contradições desse modo de produção para essa outra contradição, - e também sobre raça e opressão nacional pelos dois autores (Losurdo, 2015) - pelo fato de utilizarem o método do materialismo histórico³, e irem desenvolvendo suas reflexões a partir deste, como teoria social que parte da práxis.

Contribuições significativas que ocorreram posteriormente a Marx e Engels, como no período revolucionário bolchevique, demonstram esse desenvolvimento teórico e prático-político. As lutas pelas tentativas de mudanças estruturais sócio-econômicas garantiram avanços no desenvolvimento do pensamento sobre a questão da opressão da mulher dentro da linha socialista. Durante a Revolução de Outubro, leis foram adotadas em relação a igualdade de direitos entre homens e mulheres, como a busca da emancipação da mulher da economia doméstica pela criação de espaços sociais de reprodução como creches e refeitórios; incentivos à sua participação ativa no processo revolucionário, incluindo a luta armada e sem papéis considerados socialmente como “femininos”; o acesso à instrução e educação; os postos elevados nas tomadas de decisões como representantes; entre outras ações voltadas especificamente às mulheres (Armand, 1920).

Nessa época, autoras revolucionárias (Armand, 1920; Zetkin, (2022 [1920]), já escreviam sobre uma “tripla servidão” que ocorre dentro do espaço familiar, dentro do espaço de trabalho e da opressão das mulheres pelo Estado, através da negação de seus direitos políticos e sociais. Segundo Armand (1920), portanto, o capitalismo não acabou com a opressão da mulher - debate interno essencial á corrente marxista feminista, para

³ O exemplo utilizado da análise de Engels (2010 [1845]) todavia não se tratava de uma análise dentro do marco do materialismo histórico, sendo teoricamente e conceitualmente mais propriamente desenvolvido a partir de Marx (2008 [1859]). Mas os elementos de materialidade e concretude do estudo de Engels seriam justamente pontos adotados, incorporados e readequados por Marx.

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

Arruzza (2015), pois relaciona capitalismo e patriarcado -, mas instrumentalizou o patriarcado á seus interesses de manutenção e reprodução social, e trouxe as contradições capitalistas ao âmbito do gênero. Ademais, outra contribuição teórica de Armand foi associar o patriarcado como uma das bases estruturais para o capitalismo, em suas palavras: “Mientras exista el poder burgués, la obrera, la campesina, no podrá escapar de esa triple servidumbre, *que es la base sobre la que reposa el régimen capitalista y sin la que no puede existir*” (1920, grifo nosso).

É interessante também notar como as autoras da época relacionavam imperialismo, opressão das mulheres e luta socialista. Em um momento de eclosão de guerras interimperialistas, essas revolucionárias colocavam como necessário que a luta das mulheres fosse anti-imperialista. Clara Zetkin, famosa revolucionária alemã que trata a questão de gênero, advoga que as mulheres possuem um “papel histórico” (2022 [1915]), no qual o anti-imperialismo se relaciona com as lutas das mulheres, pois impede a unificação proletária internacional. Além disso, as contradições e problemas gerados pelo imperialismo afetam a vida das trabalhadoras pela sua opressão no papel dentro da reprodução social⁴, sendo que “as mulheres são as primeiras vítimas e as mais numerosas dessa crise” (2022 [1920]). O imperialismo como articulador das relações internacionais, reproduzindo e aumentando as contradições internas relacionadas à gênero, será essencial para entender as particularidades do capitalismo dependente latino-americano pela teoria marxista da dependência de Marini (2008 [1973]).

O desenvolvimento posterior da corrente chamada feminista marxismo, a partir dos anos 70 (Bonnet, 2020) é um resultado das contribuições dos autores e autoras citados. Tais autoras são estudadas dentro dessa corrente, pois mesmo que o feminismo marxista enquanto tal só tenha se desenvolvido posteriormente, suas contribuições se relacionam com a definição colocada por autoras da corrente atual, no qual postulam que o feminismo de linha marxista como perspectiva teórica significa, a partir de uma série de conceitos e do método do materialismo histórico, uma prática política, além de luta

⁴ “A enorme tensão e o contínuo aumento dos preços dos alimentos de primeiras necessidades e da moradia, dos meios de subsistência de milhares de mulheres, faz com que suas preocupações, suas privações, suas tristezas e dores na sua vida de operárias, trabalhadoras domésticas e mães, chegam a ser insuportáveis. A escassez de casas se converteu em uma praga terrível. O concreto estado de saúde das mulheres continua piorando cada vez mais, tanto por causa da desnutrição crônica que sofrem, quanto pelo cansaço do trabalho na fábrica e na economia doméstica. O número de mães que dão a luz a crianças saudias e fortes está diminuindo cada vez mais. A mortalidade infantil sobe de forma inquietante; males e doenças, conseqüências da desnutrição e das precárias condições de vida em geral, são o destino de centenas de milhares, inclusive de milhões de crianças proletárias, e o desespero de suas mães” (ZETKIN, 2022 [1920]).

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

contra o sistema total, mas também em oposição a outras perspectivas feministas que não adotam o fim do capitalismo e da sua classe dominante como base prática de seu desenvolvimento teórico em sua importância para emancipação concreta das mulheres e da luta contra o patriarcado (Arruzza; Bhattacharya & Fraser, 2019).

2.2. As particularidades da realidade social latino-americana e as categorias do feminismo marxista

No caso mais específico da América Latina e Caribe, a análise da opressão de gênero no espaço teórico não advém separado da construção do que é a América Latina e Caribe, o que constitui sua totalidade dentro do capitalismo e suas particularidades. Como afirma Osorio (2008), partir da totalidade, do materialismo histórico, significa entender que o todo da vida social é gerido pela produção e reprodução do mais-valor, a lógica do capital. O papel que América Latina e Caribe vai ocupar dentro da produção e reprodução à nível global, histórica e atualmente, coloca particularidades como espaço geral - mas também particularidades internas -, em sua relação com o Estado capitalista, organização social e política, com modos de produção anteriores e históricos, sua relação entre trabalho e natureza, as subjetividades e principalmente, as relações sociais que ocorrem. Essas relações sociais capitalistas têm a particularidade de estruturar formas de opressão e exploração que mantenham a lógica da totalidade. Através da *teoria unitária*⁵ (Arruzza, 2015; Vogel, 2013), entende-se que o capitalismo ao mesmo tempo que instrumentaliza outras opressões, estas também são necessárias para sua manutenção e que não se tratam de categorias abstratas para representar fenômenos, mas sim que possuem concretude na realidade social, por isso a importância do reconhecimento de raça como articuladora das relações sociais na América Latina. Para a teoria unitária a esfera do trabalho de reprodução social é condição necessária para o desenvolvimento e manutenção capitalista e base material da opressão de gênero (Vogel, 2013).

⁵ No presente trabalho foca-se nas relações de gênero patriarcais da opressão das mulheres na América Latina. Entretanto, a teoria unitária permite uma abrangência ao “estudo marxista sobre a sexualidade e diversidade, particularmente, estudos que examinaram as tensões de classe envolvidas na formação das identidades de gênero não normativas permeadas pelo processo sociocultural de mercantilização. Ligando a formação da identidade sexual a processos sociais maiores de acumulação de capital em espaços racializados e generificados, esses estudos interrogam a dialética de classe, sexualidade, raça e gênero de maneiras sutis e provocativas [...] Ao fazê-lo, realizam contribuições indispensáveis para o desenvolvimento de um robusto materialismo histórico do capitalismo tardio no qual a sexualidade e a opressão sexual são colocadas como características essenciais de qualquer teoria unitária viável da sociedade capitalista” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 53).

Segundo Arruzza (2015), a teoria unitária se contrapõe às teorias que propõem uma separação entre capitalismo e patriarcado como “sistemas” ou indiferentes entre si, teorias que interpretam a classe somente em termos econômicos, como se o capitalismo não dependesse necessariamente e estruturalmente da opressão de gênero para produzir e se reproduzir. O patriarcado, nos termos da teoria unitária, não é entendido como um sistema ideológico independente, que, mesmo que seja anterior ao capitalismo, ele não é trans-histórico, pois “não apenas a opressão de gênero nem sempre existiu, como não existiu em várias sociedades sem classe, onde a opressão de gênero foi introduzida pelo colonialismo” (Arruzza, 2015, p.46).

As conexões entre opressão de gênero e opressão e exploração de raça estão historicamente construídas e articuladas, podendo ser reconfiguradas pelas diferentes fases do capitalismo, com as condições sociais capitalistas em suas relações de produção e lutas de classe. Um exemplo do caso latino-americano é a análise feita por Larguía e Dumoulin, sobre essa relação entre transformação das relações de gênero com as mudanças efetuadas e encontradas no capitalismo, que afirma que “con el desarrollo del intercambio mercantil y de la división de la sociedad en clases, todos los cambios económicos, políticos y culturales tuvieron su centro en la esfera pública, mientras en el hogar se consolidó la familia actual” (1976, p. 10), efetivando a força de trabalho como mercadoria através da reprodução social, alocando a mulher nessa esfera privada, em uma divisão social e política entre esfera pública e esfera privada. Tal divisão, mesmo com as transformações societárias que passaram a reivindicar a mudança das relações de gênero no espaço público, ampliando de certa forma a análise de Armand (1920) sobre tripla servidão, foi rearticulada pelo capitalismo, ainda ao manter as mulheres como principal sujeito da reprodução social, causando um chamado “trabalho invisível”, o trabalho doméstico, com uma exploração e opressão de jornada de trabalho maior.

Entendendo que uma das particularidades da América Latina é o capitalismo dependente, esse se estrutura dentro da totalidade capitalistas com essas relações sociais. Disso, pode-se entender que o imperialismo, entendido em sua especificidade com o capitalismo, afeta as relações de gênero, como já observado desde Zetkin (2022 [1920]). Como afirmam Gouvêa e Mastropaolo (2019), partir do marxismo para entender determinantes da vida social significa compreender a articulação interna da sociedade capitalista em suas determinações mais essenciais, por isso não há separação, mas sim uma articulação determinante de racismo, patriarcado e capitalismo. Desse modo, o

debate sobre a relação entre capitalismo e patriarcado, que tem fortes implicâncias para a América Latina, e suas especificidades da materialidade concreta, pela situação de capitalismo dependente dos países e sua relação com a raça e o racismo, estruturam formas de superexploração do trabalho articuladas por raça e gênero (Sabino de Souza, 2020; Gouvêa & Mastropaolo, 2019). O problema racial, com a expansão do capitalismo na América Latina, é simultaneamente um problema de classe, por isso abordar a classe em sua concretude material, nesse marco da totalidade, não significa apagar as diferenças e identidades imanentes à classe trabalhadora, incluindo as mulheres e a questão de gênero.

Explica Arruzza (2019) que raça e gênero são utilizados como instrumentos dentro da divisão do trabalho. De tal forma, busca-se “negar a separação analítica entre a formação da classe e as formas históricas de consciência, de organização social e objetividade” (Arruzza, 2019, p. 138). Isso implica pensar a especificidade dessa formação da classe no caso latino-americano articulada com o desenvolvimento da economia capitalista, no caso dependente em formas que se traduzem como a superexploração do trabalho (Marini, 2008 [1973]). A questão da espacialidade do capitalismo, colocada por Lênin (2021 [1916]) como característica essencial do fenômeno do imperialismo em uma divisão desigual global, se coloca na América Latina como estruturante de sua própria composição social. Sua inserção no sistema internacional como periferia ou Sul Global, dada as diferenças entre os países que a compõem, faz parte da atual fase imperialista com a transferência da mais-valia para as potências econômicas, sobre formas de dívida, extração de recursos, financeirização e aumento da exploração da força de trabalho.

Entretanto, muitas vezes o movimento feminista na América Latina não abordou essa leitura da questão de gênero no seu espaço social e histórico das contradições capitalistas. Saindo da historiografia feminista dominante de corrente liberal, no qual o feminismo seria um movimento constituído em ondas, sendo a primeira a luta pelo sufrágio feminino, enquanto que na verdade, dentro desse primeiro momento no final do século XIX e início do XX já haviam debates e contestações a esse feminismo que não abarcava os problemas das mulheres da classe trabalhadora, como apontado pelas críticas de Kollontai, Zetkin e Armand, e não tratava do racismo, como aponta Angela Davis (2016) em seu estudo. Portanto, o movimento feminista não se trata de algo homogêneo e que somente as mulheres de classes médias e altas participavam. No caso da América

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

Latina e Caribe, a luta pelo sufrágio também é a parte contemplada da historiografia sobre feminismo, mas que ignora que havia um movimento de mulheres, como mulheres indígenas, mulheres da classe trabalhadora e mulheres comunistas, que também estavam presentes dentro de diversas frentes de lutas, amplificando com outras lutas a luta pelo sufrágio dentro dos marcos da democracia burguesa.

As lutas de classes - sob a ótica de Losurdo (2015) - se estruturam pela luta anticolonial, pela questão de gênero e da relação mais econômica entre capital e trabalho, se reproduzindo no plano internacional em uma divisão social do trabalho. Um dos exemplos do aporte de análise desde o feminismo marxista mais importante para pensar a América Latina se trata da mencionada questão da *reprodução social*. Tal conceito se relaciona com o trabalho necessário para reprodução social da vida (Larguía & Dumoulin, 1976), assim, lutas impulsionadas por mulheres, tanto sobre o âmbito doméstico - de sua dupla jornada de trabalho -, quanto lutas que abarcam os direitos aos bens comuns, contra as privatizações, expropriações e extrativismo, incorporam-se às lutas ecológicas na América Latina pensado a partir da questão de gênero. Dentro do conceito de reprodução social e seu debate no feminismo marxista, considerado como a maior contribuição conceitual dessa teoria para o pensamento e prática social (Arruzza; Bhattacharya & Fraser, 2019), está o debate sobre a relação entre capitalismo e patriarcado, presente nas autoras socialistas supracitadas, que tem fortes implicâncias para a América Latina, e suas especificidades da materialidade concreta, pela situação de capitalismo dependente dos países e sua relação com a raça e o racismo (Sabino de Souza, 2020; Gouvêa & Mastropaolo, 2019).

A identificação do trabalho doméstico com o gênero é uma construção social e histórica do processo de divisão social do trabalho, por isso que se pode afirmar que na América Latina, e também variando em cada formação social, ela pode ser também articulada pelo racismo. O debate acadêmico sobre o trabalho doméstico (Federici, 2019; Keargot, 2009; Mies, 2019); esteve presente desde as concepções feministas dos anos 60, e é no seu diálogo com o marxismo, no qual o feminismo marxista, geralmente, reivindica a teoria de reprodução social, que adquire força teórica e política. Primeiramente o tema se coloca como se trata de um trabalho invisível na sociedade capitalista (Larguía & Dumoulin, 1976), posteriormente o debate envolveu se o trabalho doméstico era um trabalho que produzia mais-valor ou somente valor de uso, amplificando a embrionária análise de Engels. Atualmente o debate foi retomado e reformulado por autoras feministas

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

marxistas (Ferguson & McNally, 2017) que colocam o trabalho doméstico como central ao processo de produção de mais-valor, mesmo que por si só não gere este, mas está inserido na produção de mercadorias ao garantir a produção e reprodução da força de trabalho, pois a força de trabalho é valor dentro da sociedade capitalista, e enquanto valor abstrato esse precisa de um trabalho humano concreto, respondendo a uma necessidade externa ao âmbito doméstico: à lógica de valorização do valor, o mais-valor.

O trabalho doméstico é centralizado para a perpetuação e manutenção tanto das relações patriarcais de gênero, quanto das relações sociais capitalistas. Entretanto, a teoria da reprodução social deve se colocar em termos concretos, seguindo a dialética marxista de concretude nas formações sociais, como o estudo das relações de gênero no capitalismo latino-americano. Segundo Ferguson e McNally, a “ideia de que a produção e reprodução da força de trabalho é, na verdade, um processo conduzido por pessoas socialmente localizadas traz ação e, em última instância, história de volta ao cenário. Isso também traz corpos para a equação” (2017, p. 52).

Sabino de Souza, retomando a teorização de Marini (2008 [1973]) pensa na especificidade da acumulação capitalista no caso da América Latina, caracterizado não como uma falta de capitalismo ou um pré-capitalismo, mas sim como um capitalismo *sui generis*, o *capitalismo dependente*. Para repor a transferência de mais valor absorvida pelos capitalistas dos países centrais, uma estrutura organizada do capitalismo desde sua expansão pela colonização, nos países periféricos ocorre uma superexploração da força de trabalho através do aumento da intensidade do trabalho, ou do aumento da jornada de trabalho ou ainda do aumento dos preços dos bens-salário, com a baixa remuneração, ou seja, redução do salário, causando estes menos acessibilidade para suprir as necessidades dessa força de trabalho. Partindo então da Teoria do Valor, com esses mecanismos de rebaixamento do valor da força de trabalho são a causa dos principais problemas sociais da América Latina, como a precarização dos empregos, falta das necessidades mínimas como alimento, saúde e educação, etc. O que Sabino de Souza agrega à essas conclusões da teoria marxista da dependência, é que a superexploração também está caracterizada e organizada estruturalmente por uma divisão racial, sendo as pessoas negras e indígenas uma força de trabalho ainda mais desvalorizada e superexplorada, sendo isso uma “determinação social e histórica” (2020, p. 158).

A superexploração como conceito abstrato é assim “preenchido” pela concretude latino-americana, em sua configuração racial. Se tratam de elementos políticos,

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

sociológicos e econômicos - economia aqui apreendida na concepção de Marx, não economicista -, que explicam a realidade social latino-americana. Entretanto, outro determinante necessário para essa análise materialista histórica, como afirmam Gouvêa e Mastrapolo (2019), é a questão de gênero, pois o patriarcado também é estruturante e estruturado pelo capitalismo, como apontado pelas análises da teoria unitária. É nessa questão especialmente que o feminismo marxista aporta para teorizar a América Latina, nessa relação de concretude de categorias do plano abstrato. Dessa forma, a superexploração também está atravessada pelas relações de gênero, explicando o porquê das mulheres serem geralmente as primeiras afetadas pelas crises econômicas, pela sua alocação inferior na esfera produtiva, baixos salários, desvalorização como mão-de-obra, a particularidade da situação das trabalhadoras mulheres trans, entre outras inúmeras questões. Sem embargo, por isso se trata de uma análise marxista, esses fatores não são analisados em separado ou somente em pontos de intersecção, mas em sua totalidade estruturante, e é isso que permite uma análise de gênero das Relações Internacionais da América Latina e Caribe.

3. O Feminismo Marxista e as Relações Internacionais

Como afirma Smith (2020), é possível observar fenômenos como superexploração e imperialismo sem necessariamente um desenvolvimento teórico, analisando fatores como o aumento da desigualdade salarial nos países periféricos, a alocação da força de trabalho feminina em setores precarizados (exemplos das *maquillas*), a migração e sua relação com o aumento da violência patriarcal, sendo alguns exemplos de problemas sociais estudados por diversas correntes teóricas que buscam relacionar a questão de gênero e Relações Internacionais, mas sem o uso das categorias de superexploração e imperialismo. Tal ponto é justamente a questão que relaciona esses e muitos outros problemas observáveis na América Latina, que podem ser conceitualizados e interpretados dentro especificamente da corrente do feminismo marxista, pois tratam desses fenômenos visíveis como expressões de uma totalidade estruturada, que articula formas de exploração e opressão, pelo capitalismo. Ainda segundo Smith, esses fenômenos estão intrinsecamente relacionados com o neoliberalismo, compreendido como uma fase do imperialismo-capitalismo, no qual a exploração se aprofunda, causando tais problemas, sendo que “o imperialismo hoje se manifesta em um sistema global de racismo, opressão nacional, humilhação cultural, militarismo e violência

estatal” (2020, p. 35), ou seja, todas suas expressões articuladas sobre a lógica de acumulação e reprodução de um capitalismo global em crise.

Amparado pelas diferentes formas e justificativas de intervenção ideológicas, geopolíticas, econômicas, etc. o imperialismo reproduz dentro das sociedades latino-americanas contradições internas, como a relação da classe, raça e gênero, assim como tais contradições são articuladas às de nível internacional, e às próprias contradições internas do país capitalista central⁶. Isso se reflete no próprio movimento opositor organizado contra o patriarcado que coloca ênfase na “agressão neoliberal ao sistema de saúde, à educação, às pensões e à habitação” (Arruzza; Bhattacharya & Fraser, 2019, p. 34) presente em muitos países da América Latina, pela concepção estendida de trabalho no qual abrange o trabalho doméstico não remunerado e a dupla jornada de trabalho pela reprodução social capitalista, se tratando de uma resposta geral dos movimentos e partidos latino-americanos, refletindo, assim, o próprio movimento internacional de agressão sobre a periferia e suas lutas.

Relacionando, assim, a teoria da reprodução social e a questão do trabalho doméstico analisados na seção anterior, é possível traçar uma relação entre essa superexploração articulada globalmente pelo imperialismo-capitalismo e a desigualdade na América Latina aos níveis de consumo de necessidades básicas, direito à saúde, direito à educação, com a divisão do patriarcado como forma de dividir a força de trabalho e articular essa superexploração dada também a especificidade latino-americana da questão da raça, historicamente relacionada ao capitalismo para manter a exploração. Tais questões são geralmente tratadas por uma chamada Economia Política Feminista, como os estudos de Veronica Gago e Luci Cavallero (2000) sobre a relação entre dívida externa dos países latino-americanos e feminismo, dívida que aprofunda explorações trabalhistas e o acesso aos bens de reprodução social.

Imperialismo e capitalismo são lidos como referentes de explicação e plano de análise das Relações Internacionais históricas e atuais, geralmente algo fora das

⁶ Por exemplo, René Zavaleta, sobre o imperialismo, afirma que a própria composição do que é Estados Unidos, de uma forma dialética, dependeu dessa dominação sobre a América Latina, que ele denomina de paradigma "vertical-autoritário" (2009, p. 303). Um exemplo seria o racismo interno nos Estados Unidos em sua articulação como país imperialista que articula e mantém o racismo na América Latina. Em um caso mais concreto, é a questão da migração, principalmente centro-americana em relação à alta taxa de encarceramento, assim como a questão das drogas, articuladas por relações de classe, raça e gênero, que aumentam as contradições internas do país e dialeticamente operam sobre as contradições externas e internas aos países latino-americanos.

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

discussões do *mainstream* acadêmico de tal campo de estudos, principalmente em teorias realistas, liberais e das recentes teorizações influenciadas pelo pós-modernismo e pós-estruturalismo. Apesar que como certamente afirma Tickner (1992), os estudos de gênero foram adotados e discutidos por outras disciplinas como filosofia, antropologia, sociologia, e tardiamente pelas Relações Internacionais, a predominância atual da análise de gênero e Relações Internacionais está longe de uma teorização crítica desde o feminismo marxista ou de mínimas relações com categorias marxistas. Por isso, além de trazer os principais debates da corrente do feminismo marxista se aborda as temáticas que mais perpassam a possibilidade de teorização das Relações Internacionais na América Latina: o imperialismo e capitalismo que configuram o sistema internacional e a especificidade do capitalismo dependente, em suas implicações concretas sobre as relações de gênero. Se trata de pensar na possibilidade de teorizar as Relações Internacionais da América Latina desde esse amplo campo teórico, mas também de trazer o plano internacional para essa teoria.

Através da teoria unitária (Arruzza, 2015), entende-se que o capitalismo ao mesmo tempo que instrumentaliza outras opressões, estas também são necessárias para sua manutenção e que, ademais, não se tratam de categorias abstratas para representar fenômenos, mas sim que possuem concretude na realidade social, por isso a importância do reconhecimento de raça como articuladora das relações sociais na América Latina. Isso significa refletir sobre a classe em suas múltiplas determinações e trazer concretude para as teorias e categorias, seguindo o método de que o “concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 2008 [1859], p. 258). Um exemplo de tal caso é o estudo de Duarte (2022), que analisa desde as lentes do marxismo e do feminismo como o imperialismo estadunidense, através de sua política de guerra às drogas, afeta a dimensão de gênero pelo tráfico nos países latino-americanos: acentuando a questão carcerária que é perpassada pela racialização dessa mulheres, estruturando e cumprindo uma função dentro da reprodução de capital no continente e das relações globais de produção - sendo o mercado de drogas uma fonte de renda dentro do contexto de crise global do capitalismo que articula, dentro da legalidade ou ilegalidade burguesa, uma divisão internacional da força de trabalho feminina.

A análise pelo materialismo histórico de Duarte, apontando açúcar e mercadoria dentro da categoria marxista de mercadoria, se relaciona com a história colonial da

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

América Latina - para além de uma análise restrita à questão das drogas nos 70, mas historicizada em relação ao capitalismo - e as atuais relações de gênero, ao afirmar que:

Açúcar e cocaína são como passado e presente, velho e novo, e a partir dessas mercadorias, podemos revisitar a história e compreender melhor o presente, visto que os piores cargos no mercado de drogas e na rota da cocaína são ocupados por homens e mulheres, em maioria negros/as, filhos/as da diáspora negra. (2022, p. 2)

Duarte, pensando as relações internacionais de produção e reprodução do capital, relaciona uma análise do tráfico internacional com as relações de gênero, e sua intensificação nos últimos anos pela mudança do regime de acumulação, o neoliberalismo. O mercado das drogas é, segundo a autora, uma das principais fontes de renda para as mulheres latino-americanas. Isso pode ser relacionado com a questão trazida por Marini sobre superexploração da força de trabalho, já que, ao não ter acesso ao mínimo para suas necessidades humanas, essas pessoas, nesse caso mulheres de maioria racializada, se inserem neste espaço fora do sistema formal de trabalho como uma das formas possíveis para sua sobrevivência, pois é preciso “entender que essas mulheres correspondem a uma massa de desempregadas informais, com baixa escolarização, jovens e não jovens, rejeitadas pelo capital, do ponto de vista das relações de trabalho asseguradas” (Duarte, 2022, p. 9-10). Além disso, diante do aspecto jurídico, estruturado pela propriedade privada, gera um severo sistema de penas na América Latina, piorando a situação social dessas mulheres com a criminalização das drogas, política fortemente determinada pelos Estados Unidos como uma de suas formas de influência e dominação na América Latina (Boron, 2014). A análise de Duarte é um claro exemplo de caso sobre as relações de gênero dentro das Relações Internacionais na América Latina, que articula a totalidade das determinações pela teoria marxista e feminista.

Outro caso de análise, não necessariamente marxista, mas que apresenta os elementos centrais aqui tratados - a reprodução social, a unidade entre capitalismo e patriarcado e sua articulação pelo imperialismo, e a especificidade capitalista dependente da América Latina -, é sobre a influência da dívida externa sobre as relações de gênero. Como aponta Lênin (2021 [1916]), a financeirização e aumento do capital fictício são algumas das principais características da fase atual do imperialismo. Pensando na dívida dos países latino-americanos como instrumento de dominação por parte do capitalismo-imperialismo, Gago e Cavallero (2000) apontam como o endividamento, colocando mais ênfase nas dívidas privadas, não afeta da mesma forma toda a população, mas que possui,

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

na verdade, distintos desdobramentos de gênero, pois consideram a estrutura do patriarcado. Concretizando essa teoria Gago e Cavallero afirmam que a dívida - em suas diversas formas, como por sistema bancário, aquisição de bens e serviços - serve como mecanismo de criação de maior dependência das trabalhadoras rurais, permitindo recrutar para a ilegalidade aquela força de trabalho com seu valor reduzido, e obriga a manutenção de vínculos de violência machista, pois bloqueia a autonomia econômica de mulheres cis e trans. As autoras resumem:

la deuda explota una disponibilidad de trabajo a futuro; constriñe a aceptar cualquier tipo de trabajo frente a la obligación preexistente de la deuda. La deuda flexibiliza compulsivamente las condiciones de trabajo que deben aceptarse, y en ese sentido es un dispositivo eficaz de explotación. La deuda, entonces, organiza una economía de la obediencia que es, ni más ni menos, que una economía específica de la violencia. (2000, p. 18)

No caso mesmo das mulheres parte da força de trabalho assalariada, seus salários se transformam em dispositivo para o endividamento como forma de reprodução do consumo, aumentando e garantindo essa precarização, ou a superexploração, afetando as mulheres pela questão da reprodução social: seu papel designado e mantido pelo capitalismo na economia doméstica e dentro dos empregos “feminizados”. Aqueles serviços que deveriam estar a cargo do Estado, saúde e educação, se tornam, aprofundados pelo neoliberalismo, como formas de gestão dessas dívidas e, como apontado, afeta particularmente as relações de gênero e raça. As Relações Internacionais e o feminismo marxista se colocam aqui ao entender não somente as consequências da dívida, mas seu entendimento como mecanismo do sistema capitalista em sua lógica de produção de valor - principalmente no aspecto da produção de capital variável, trabalho vivo, para a realização do mais-valor das periferias absorvido pelo capitalismo central -, amortecendo as crises estruturais do sistema capitalista e como “modo particular de producir la ‘obligación’ necesaria para que la mercancía se realice” (Gago & Cavallero, 2000, p. 43), afetando particularmente os países latino-americanos, e concretamente reproduzindo o patriarcado, pela questão da reprodução social. Interpreta-se a dívida em uma leitura feminista como forma de manter a superexploração da força de trabalho, ao mesmo tempo, como um mecanismo a mais da dialética da dependência latino-americana. A dívida abrange o espaço estatal na América Latina⁷, intensificando medidas neoliberais,

⁷ Para Boron (2014), a América Latina é um espaço social central e específico para o imperialismo estadunidense.

como a austeridade, como forma de imposição desse modelo de capitalismo pelo imperialismo, no qual pressiona as contradições da reprodução social dialeticamente reorganizada com o espaço de produção, intensificando as contradições de gênero.

4. Conclusões preliminares

Como apontado nos estudos dos casos sobre a guerra às drogas e a questão da dívida, dentro de áreas como Segurança Internacional e Economia Política Internacional, a questão de gênero na América Latina pode ser compreendidas e interpretadas por análises como a teoria unitária - relação entre capitalismo, patriarcado articulado, pela especificidade latino-americana com o racismo - e pela categoria da reprodução social relaciona às particularidades do capitalismo dependente latino-americano. Dentro disso, para o marxismo latino-americano é impossível entender a situação, os conflitos e as lutas no continente sem entender o papel do imperialismo. Como destaca Arruzza (2019), dispensar o estudo do imperialismo têm fortes implicações ao entendimento do patriarcado, sendo que a própria questão de gênero, por exemplo, é utilizada no plano discursivo dentro das razões de intervencionismo imperialista, como a suposta defesa dos direitos mulheres para intervenções de tipo econômicos, como bloqueios e sanções, e até ocupações militares, instrumentalizando problemas concretos para uma função ideológica de atuação contra governos e países, principalmente pelos Estados Unidos, dada sua particularidade de relações históricas com a América Latina (Boron, 2014). Tais análises e categorias articuladas apontam as possibilidades que o feminismo marxista, em sua análise de totalidade e relação com o universal, permite contribuir para pensar as Relações Internacionais da América Latina, em suas particularidades e singularidades em sua análise da realidade concreta, e seu desenvolvimento como campo de estudo.

Referências

- Alambert, Z. (1986). *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.
- Armand, I. (1920) *La obrera en la Rusia soviética*. Recuperado de: <http://grupgerminal.org/?q=node/939>.
- Arruzza, C. (2015). Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro*, (23), 33-58.
- Arruzza, C. (2019). *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina Editorial.
- Arruzza, C.; Bhattacharya, T.; Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: Um Manifesto*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Bonnet, A. (2020). O feminismo marxista tem história? Breve estudo do caso francês. In D. Martuscelli (Ed.), *Os desafios do feminismo marxista na atualidade* (pp. 23-36). Chapecó: Coleção marxismo21.
- Boron, A. (2014). *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Duarte, J. F. (2022). O novo açúcar: a rota da cocaína na perspectiva de gênero. *Revista Estudos Feministas*, 30(1), 1-13.
- Engels, F. 2010 [1845]. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Engels, F. 2019 [1998] *A origem da família, do Estado e da propriedade privada*. São Paulo: Boitempo.
- Federici, F. 2019. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação*. São Paulo: Editora Elefante.
- Ferguson, S.; McNally, D. (2017). Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Outubro*, (29), 23-59.
- Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, 15 (14-15), 231-239.
- Gago, V.; Cavallero, L. (2000). *Una lectura feminista de la deuda*. Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo.
- Gouvêa, M. M.; Mastropaolo, M. J. (2019). *Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência: por uma teoria unitária materialista, histórica dialética*. Ponencia apresentada em Niep Marx, Vitória.

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

Keargot, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In Hirata *et al* (Org.), *Dicionário Crítico do Feminismo*, (pp. 67-75). São Paulo: Editora Unesp.

Larguía, I.; Dumoulin, J. (1976). *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*. Caracas: Editorial Anagrama.

Lênin, V.I. (2021 [1916]). *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Losurdo, D. (2015). *A luta de classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo.

Marini, R. M. (2008 [1973]) Dialéctica de la dependencia. In R. M. Marini, *América Latina, dependencia y globalización* (pp. 107-164). Bogotá: CLACSO.

Marx, K. (2008 [1859]), *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular.

Marx, K. (2013 [1843]). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo.

Mies, M. (2019). *Patriarcado y acumulación a escala mundial*. Madrid: Traficante de Sueños.

Osorio J. (2008) Elementos para una construcción teórica sobre América Latina. *Argumentos*, 69(25), 161-175.

Sabino de Souza, C. (2020). *Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente*. São Paulo: Huicitec.

Sánchez Vázquez, A. (2007). *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular/Clacso.

Smith, J. Exploração e superexploração na teoria do imperialismo. In E. López (Ed.), *As veias do sul continuam abertas: Debates sobre o imperialismo do nosso tempo* (pp. 33-74). São Paulo: Expressão Popular.

Tickner, J. A. (1992). *Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security*. Nova York: Columbia University Press.

Vogel, L. (2014). *Marxism and the oppression of woman*. Chicago: Haymarket Books.

Zavaleta, R. (2009). *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre.

Zetkin, C. (2022 [1915]). *Resolução da Conferência Extraordinária da Internacional de Mulheres Socialistas*. Recuperado de: <https://lavrapalavra.com/2022/09/20/resolucao-da-conferencia-extraordinaria-da-internacional-de-mulheres-socialistas/>.

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

Zetkin, C. (2022 [1920]). *Diretrizes para o movimento comunista feminino*. Recuperado de: <https://lavrpalavra.com/2022/09/01/diretrizes-para-o-movimento-comunista-feminino/>

Pilares e conceitos: a construção da perspectiva interseccional de Raça, Classe e Gênero no pensamento feminista

Pillars and concepts: the construction of the intersectionality of race, class and gender in feminist thought

Ellen Passos¹ 
Anna Carletti² 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.65198]

Recebido em: 17/12/2022
Aprovado em: 14/02/2024

Resumo: O presente trabalho pretende realizar uma revisão de literatura a fim de evidenciar algumas das principais contribuições conceituais desenvolvidas pelo pensamento feminista, a saber: a perspectiva analítica da interseccionalidade de raça, classe e gênero. Considera-se que a criação do referido conceito foi e continua sendo uma chave de leitura fundamental para a compreensão da violência sofrida por mulheres de descendência multiétnica e do Sul Global, como é o caso das *amefricanas* e ameríndias (González, 2020). Desse modo, para que a pesquisa se desenvolva, parte-se de abordagem de pesquisa qualitativa, de natureza básica, com caráter exploratório. Enquanto procedimento de pesquisa, utiliza-se de pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas.

Palavras-chave: Pensamento feminista; Estudos de Gênero; Interseccionalidade.

Abstract: This paper aims to carry out a literature review in order to highlight some of the main conceptual contributions developed by feminist thought, namely the analytical perspective of the intersectionality of race, class and gender. It is considered that the creation of this concept has been and continues to be a fundamental reading key for understanding the violence suffered by women of multiethnic descent and from the Global South, such as those of *amerindian* and *amefrican* descent (González, 2020). In order for the research to be carried out, it is based on a qualitative research approach, of a basic nature, with an exploratory character. As a research procedure, bibliographical

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – E-mail: ellengomespassos@gmail.com.

² Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – E-mail: annacarletti@unipampa.edu.br.

Passos & Carletti. *Pilares e conceitos: a construção da perspectiva interseccional de Raça, Classe e Gênero no pensamento feminista*

research is used, based on a survey of theoretical references that have already been analyzed.

Keywords: Feminist thought; Gender studies; Intersectionality

1. Introdução

O presente trabalho possui enquanto objetivo geral: apresentar e analisar como se deu a construção do termo interseccionalidade pelo movimento feminista, proposto inicialmente por feministas negras dos Estados Unidos da América (EUA) e incorporado como um importante perspectiva de análise por feministas oriundas do Sul Global, especialmente as teóricas feministas latino-americanas. Dessa forma, para que a pesquisa seja realizada, o estudo pretende responder o seguinte problema de pesquisa: Quais as novas interfaces propostas pelo conceito de interseccionalidade que emergem nos estudos feministas e, de maneira especial, nas investigações feministas do Sul Global, levando em consideração o tecido histórico, político e social da América Latina?

Desse modo, pretende-se trabalhar com o princípio de que, ainda que tenha sido proposta a partir de uma teoria feminista advinda do Norte Global, - organizada por mulheres oriundas do feminismo negro estadunidense - a perspectiva interseccional é a lente necessária que serve para incorporar conjunturas, como gênero, raça, classe e sexualidade, e assim, complexificar e situar os eixos locais de opressão e violência que constituem a vida das mulheres latino-americanas (Gill; Pires, 2019). Sendo assim, a hipótese levantada é de que a interseccionalidade é uma das perspectivas teóricas indispensáveis para a compreensão das opressões e violências vivenciadas por mulheres oriundas do Sul Global, atentando-se às múltiplas manifestações étnicas - e de feminismos - presentes na região.

Enquanto objetivo específico da pesquisa, elenca-se: desenvolver uma revisão de literatura sobre o conceito de interseccionalidade nos estudos feministas e analisar suas interfaces a partir de perspectivas feministas do Sul Global. De tal modo, por se tratar de uma revisão de literatura, a pesquisa não confere uma inovação aos estudos feministas, no entanto, justifica sua relevância ao tratar de um tema substancial: o da interseccionalidade. Além do mais, o trabalho se estabelece a fim de fortalecer os estudos e produções acadêmicas voltados para a militância feminista oriunda do Sul Global. Tal militância resiste e persiste em um cenário instintivamente violento, já que boa parte dos países do Sul Global padecem de profundas e dolorosas discontinuidades institucionais, fruto das fissuras deixadas pelo imaginário colonial e pela colonialidade que ainda é presente na maioria dos países da região. Essas discontinuidades, por sua vez, contribuem ativamente para a marginalização de práticas feministas e dos movimentos de mulheres na região (Femenías, 2005).

Ainda, considera-se que o colonialismo europeu é visto como um elemento que, além de ter deixado diversas marcas irreversíveis no Sul Global - e consequentemente, na América Latina -, coloca desafios constantes para a consolidação dos feminismos na região, já que o colonialismo enquanto processo histórico “se constrói alicerçado na colonialidade do poder” (Silva, 2020, p. 8). Dessa forma, o presente trabalho também pretende explicar a perspectiva de análise interseccional difundida pelos feminismos como uma forma de auxiliar na superação da desigualdade tanto ontológica quanto política que é atribuída à violência de gênero que atinge as mulheres de cor³, de acordo com o padrão colonial moderno e binário imposto pelo patriarcado instintivamente ocidental, o qual é percebido como grande aliado histórico do racismo e do capitalismo (Segato, 2012).

Para além disso, o trabalho se justifica como relevante na medida em que pretende dar luz à uma perspectiva teórica que prioriza a experiência das mulheres negras e pertencentes aos povos tradicionais e originários, as quais fazem parte de um grupo social que sofreu - e continua sofrendo - processos de exclusão identificados como dos mais violentos (Silva, 2020). Na atualidade, dados sobre violência contra as mulheres demonstram todos os dias em meios de comunicação o quanto as mulheres de cor pertencentes ao Sul Global costumam estar bem mais expostas à violência do que as demais, no qual o padrão eurocentrista de gênero e de feminilidade, aliado ao capitalismo e ao patriarcado, acabam se caracterizando como amendrontadores para as mulheres do Sul.

Conforme Francesca Gargallo (2007), para os feminismos do Sul Global, “se torna muito difícil desconstruir sua ocidentalidade, uma vez que o movimento se impulsionou como sinônimo de um mundo tecnologicamente moderno e legalista” (Gargallo, 2007, p. 22). Portanto, para a autora, é somente a partir da análise da pobreza e da desigualdade como frutos do colonialismo capitalista que os feminismos oriundos do Sul Global consideram hoje a necessidade de se libertar da perspectiva do universalismo cultural

³De acordo com María Lugones (2020), o termo “mulheres de cor” foi proposto inicialmente nos Estados Unidos por mulheres vítimas da dominação racial, consideradas como subalternas, como um termo de coalizão contra as múltiplas opressões sofridas. Para a autora, a utilização do termo “não se trata apenas de um marcador racial ou de uma reação à dominação racial, ele é também um movimento solidário horizontal” (Lugones, 2020, p. 78). De acordo com Lugones (2020), o termo “mulheres de cor” não propõe uma identidade que separa, mas sim, “aponta para uma coalizão orgânica entre mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras, cheroquis, porto-riquenhas, *siouxies*, chicanas, mexicanas - toda a trama complexa de vítimas da colonialidade do gênero” (Lugones, 2020, p. 78). No presente trabalho, o termo será utilizado a partir do sentido mencionado, como uma proposta de união e coalizão e não de separação categórica.

ocidental, e de sua constante construção determinista, a qual organiza os gêneros a partir de uma perspectiva bipolar, binária e hierárquica (Gargallo, 2007).

Portanto, parte-se do princípio de que, para que o paradigma social e educacional proveniente da perspectiva colonial e patriarcal seja alterado, é fundamental que ocorra a construção e disseminação de teorias que incorporem as demandas de gênero e que sejam capazes de abarcar as bases e contribuições teóricas que o pensamento feminista constrói (Silva, 2020), como é o caso da análise interseccional. Nesse sentido, o trabalho se estabelece com a intenção de conferir uma assimilação mais clara do conceito de interseccionalidade⁴ de raça, classe e gênero como um dos principais aportes teóricos defendidos pela produção teórica feminista. Isto posto, no que tange à metodologia da pesquisa, utilizar-se-á de abordagem de pesquisa qualitativa, de natureza básica, com caráter exploratório. Enquanto procedimento de pesquisa, utiliza-se de pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de referências teóricas e do material encontrado em livros, artigos científicos e de periódicos, monografias e trabalhos realizados tanto dentro do escopo acadêmico quanto a partir da produção militante feminista oriunda *das ruas*.

2. O ponto de inserção da interseccionalidade na produção teórica feminista

Durante as últimas décadas, a produção teórica das Ciências Sociais em geral tem atraído bastante atenção para uma categoria específica entre as diversas abordagens produzidas pelos estudos e teorias feministas, pensamento de mulheres e teorias de gênero: a interseccionalidade⁵ (Henning, 2015). O termo surge com o objetivo de “oferecer uma instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Cortez, 2020, p. 12), e é constantemente

⁴Considera-se importante mencionar que, segundo o autor Carlos Eduardo Henning (2015) dentre os trabalhos do referido campo produzidos no Brasil, tendeu-se a utilizar tanto “intersecção” quanto “interseção” para tratar do termo. Contudo, o dicionário Houaiss (2009) afirma que “seção” e “secção” têm o mesmo significado em português, sendo relativas a: “ato ou efeito de seccionar (-se); porção retirada de um todo; segmento; ponto ou local onde algo foi cortado ou dividido...”, o que indica que não haveria equívoco no uso de nenhuma delas (Henning, 2015). Entretanto, para a presente pesquisa será utilizado o termo que se encontra em maior vigência de acordo com as bibliografias utilizadas: “intersecção”.

⁵O termo interseccionalidade pode aparecer como diversas outras denominações. Assim como mencionado pelos autores Carlos Eduardo Henning (2015) e Adriana Piscitelli (2008), por exemplo, o termo interseccionalidade pode aparecer em algumas pesquisas como “categorias de articulação”. Outro termo que costuma ser utilizado por autoras como Patricia Hill Collins (2000) e Wendy Hulko (2009) para remeter a questões interseccionais é *interlocking oppressions*, ou em livre tradução “opressões entrelaçadas”. No entanto, no presente trabalho será utilizado “interseccionalidade”, a fim de corroborar com a disseminação do termo na pesquisa acadêmica de língua portuguesa.

utilizado em alusão às reflexões e teorizações que circundam a “multiplicidade de diferenciações que, articulando-se ao gênero, permeiam o social” (Piscitelli, 2008, p. 263). Segundo Gill & Pires (2019), o conceito da interseccionalidade serve para auxiliar-nos a perceber como a cisheteronormatividade é branca e molda todas as relações de gênero, raça e classe que perpassam os corpos femininos e colocam-os em uma posição de violência, opressão e subordinação.

É importante acrescentar que as referidas perspectivas de análise interseccionais tiveram origem na articulação da produção teórica feminista em meados dos anos 1970 e 1980, a partir de demandas e contribuições de feministas e ativistas pertencentes ao movimento feminista negro dos Estados Unidos da América. A jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw é uma das principais expoentes responsáveis por cunhar o termo e colocá-lo em debate no ambiente acadêmico feminista, a partir das análises e aportes teóricos produzidos e defendidos por Crenshaw em seu artigo *Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics*⁶ (1989).

Segundo a pesquisadora Carla Akotirene (2019), Crenshaw cunhou o referido termo com a finalidade de permitir-nos “enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” (Akotirene, 2019, p. 19). Ou seja, para Crenshaw (2015), a discriminação racial e de gênero sofrida pelas mulheres de cor não se sobrepõe apenas no local de trabalho em que estão inseridas, mas sim, se entrelaça em todas as outras áreas das vidas dessas mulheres, e, mesmo sendo considerados igualmente significativos, esses encargos estavam completamente ausentes tanto das defesas proferidas por mulheres do movimento feminista quando das defesas oriundas do movimento negro e anti-racista.

Entretanto, ainda que o conceito de interseccionalidade tenha sido criado apenas ao final dos anos 1980, Kimberlé Crenshaw afirma que a interseccionalidade já era uma realidade vivenciada pelas mulheres de cor antes mesmo de se tornar um termo

⁶Crenshaw desenvolveu o termo a fim alçar luz ao caso de Emma DeGraffenried ocorrido no ano de 1976, em que Emma e várias outras mulheres negras denunciaram a empresa General Motors por discriminação, argumentando que a empresa segregava a força de trabalho pelos vetores de raça e de gênero. De acordo com a experiência de DeGraffenried e suas companheiras, nem os empregos destinados para os negros e nem os empregos destinados às mulheres eram apropriados para as mulheres negras, uma vez que elas não eram homens, e nem brancas (Crenshaw, 2015). Para Crenshaw (2015), a decisão do tribunal que julgou a denúncia de discriminação, ao rejeitar as reivindicações de DeGraffenried, acabou ignorando largamente a violência a qual foram submetidas essas mulheres.

propriamente dito (Crenshaw, 2015). De acordo com Henning (2015), antes de Crenshaw colocar o termo em debate no ambiente acadêmico, já haviam indícios de que as preocupações em entrelaçar as “distintas formas de diferenciações e de desigualdades sociais” (Henning, 2015, p. 102) - o que viria a articular uma visão interseccional acerca da opressão das mulheres de cor - já faziam parte das reivindicações de movimentos sociais, como é o caso do influente manifesto do coletivo *Combahee River Collective*, proferido no ano de 1977.

Segundo Henning (2015), o referido manifesto, organizado por um coletivo de feministas negras e lésbicas situado em Boston entre os anos 1973 e 1980, postulava em termos concisos: a experiência combinada de “entrelaçamento de opressões por sexo, raça, classe, sexualidade e a necessidade do desenvolvimento de uma análise e prática baseadas no fato de que as formas de opressão estão interligadas” (Henning, 2015, p. 102), defendendo uma luta articulada não apenas contra a opressão das mulheres, mas contra todas as outras formas de dominação e desigualdades que eram baseados em indícios racistas, heterossexistas e classistas.

Para Rose Brewer (2005), a contextualização histórica do novo momento de ascensão do debate interseccional acabou influenciando largamente as feministas acadêmicas a partir de um contexto ativista extra-acadêmico, ou seja, a preocupação interseccional deixou de ser apenas uma contribuição teórica para ganhar vez e voz nas ruas por meio da organização de coletivos feministas que pretendiam trazer à tona as opressões sofridas a partir da interseccionalidade de raça, classe, gênero e sexualidade. De acordo com Brewer (2005), o coletivo *Combahee River Collective* foi o responsável por dar o tom do debate dos feminismos radicais negros na década dos anos 1970, afirmando como ativistas feministas negras e lésbicas eram duplamente atingidas pelos efeitos de uma sociedade patriarcal, machista e sobretudo, racista.

Alguns assassinatos (...) as inspiraram para a ação imperativa (...) treze mulheres negras haviam sido assassinadas em Boston e pouco havia sido feito. Suas vidas estavam sendo invisibilizadas por ativistas negros homens e por feministas brancas. O *Combahee River Collective* organizado exigiu ação e reconfigurou, de fora, a Academia através da escrita de um documento fundamental saído das lutas (Brewer, 2005, p. 355).

Apesar disso, cabe ressaltar ainda que, mesmo que a década de 70 tenha sido marcada pela inserção e promoção do debate sobre as experiências articuladas entre classe social, raça, gênero e diferenças sociais na vida de mulheres “não-brancas”, ainda era

desenvolvido um número significativo de trabalhos teóricos advindos dos feminismos de segunda onda que “mostravam certo descaso com o racismo como uma característica interna das “relações patriarcais ocidentais” (Henning, 2015, p. 106). Essa negligência por parte de outras feministas gerava críticas e denúncias de mulheres anti-racistas, especialmente as consideradas mulheres de cor.

As mulheres de cor criticavam os movimentos feminista e dos direitos civis dos anos 1960 e 1970 por não trabalharem com as temáticas de raça e gênero respectivamente. As ativistas mulheres de cor dessa época eram frequentemente forçadas a optar por um dos lados entre as lutas feministas e as dos direitos civis. Fazer a escolha era difícil para mulheres de cor porque suas experiências não eram apenas baseadas em raça ou gênero, mas em raça e gênero. Frustradas com feministas brancas que fracassaram em integrar o anti-racismo em seu ativismo e com homens de cor que fracassaram na luta contra seu sexismo, as mulheres de cor começaram a se organizar e vocalizar suas questões [específicas] (Falcón, 2009, p. 467).

Refletindo as ações de ativistas e acadêmicas sobre a relevância da interseccionalidade, logo na primeira metade da década de 1980 passaram a surgir novas contribuições teóricas que tratavam do assunto, a partir de publicações como *Women, Race and Class* de Angela Davis (1981) e *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism* escrito pela autora bell hooks⁷ (1981). Ambas as publicações apresentam suas contribuições e críticas em torno da problemática de se homogeneizar a categoria “ser mulher”, atentando para a necessidade de analisarmos como a combinação de desigualdades seguem “entrecortando as experiências das mulheres” (Henning, 2015, p. 107), caracterizando obras extremamente atuais que costumam ser retomadas constantemente por teóricas e feministas contemporâneas.

Junto a elas, somaram-se publicações de Audre Lorde (1984) e de Patricia Hill Collins (2000 [1990]), “cujas preocupações teóricas também envolviam as formas de entrelaçamento de diferenças sociais” (Henning, 2015, p. 108). Ao decorrer do tempo, diversas teóricas feministas de distintos campos do conhecimento passaram a dedicar suas pesquisas à temática interseccional, publicando importantes trabalhos críticos sobre desigualdade de gênero e sobre a articulação das diferenças, contribuindo para uma melhor compreensão do debate promovido pela interseccionalidade. Desse modo, é possível identificar que, para os estudos feministas contemporâneos se torna quase que indissociável estudar gênero sem analisar as interações com os outros modos de

⁷O uso do nome em letras minúsculas vai de acordo com a proposição da própria autora.

dominação e exploração que são apresentados, já que, assim como mencionado pela autora pós-estruturalista Judith Butler (2003),

se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é (...) o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (...) [e] se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2003, p. 20).

Sendo assim, a partir da breve contextualização histórica apresentada, pode-se afirmar que as produções teóricas acerca da noção e existência de interseccionalidades dentro do pensamento feminista vêm sendo realizadas já há algumas décadas, e, mesmo que o palco inicial dessas produções e debates interseccionais tenham sido proporcionados por teóricas oriundas do Norte Global - majoritariamente dos Estados Unidos da América e da Europa - o pensamento interseccional também possui autoras relacionadas ao feminismo chicano e feminismo ao latino-americano como peças bastante relevantes para os debates interseccionais por conta de suas contribuições teóricas e militância ativa a partir do Sul Global.

Portanto, é perceptível que a perspectiva interseccional desenvolvida pelas feministas negras dos Estados Unidos colaborou diferentemente para que diferentes formulações e possibilidades de aplicação fossem desenvolvidas dentro do pensamento feminista. A difusão de debates interseccionais contemporâneos segue gerando grande interesse para pesquisadoras e pesquisadores que se localizam dentro e fora do escopo dos estudos feministas e de gênero, já que a temática é responsável por trazer à tona inúmeros questionamentos, “alcançando a posição de centralidade no pensamento feminista dentre as últimas décadas” (Henning, 2015, p. 101). Para Leslie McCall (2005), a interseccionalidade pode ser considerada como uma das mais importantes contribuições teóricas que os estudos feministas, juntamente com outros campos, produziram até o presente momento.

Ou seja, conclui-se a presente seção com a noção de que a construção de uma perspectiva interseccional é a tentativa de fazer com que uma colaboração entre o movimento feminista e o ativismo antirracista possa destacar os múltiplos caminhos através dos quais a opressão racial e de gênero é vivenciada pelas mulheres de cor, tornando essa problemática de melhor compreensão e apta para debates (Crenshaw, 2015). Logo, a preocupação interseccional desenvolvida por Crenshaw e reformulada por diversas outras teóricas posteriormente, coexiste entre teorizações feministas e anti-

racistas, caracterizando o desenvolvimento da reflexão crítica e da intervenção política, buscando demonstrar como os marcadores sociais da diferença - como gênero, sexualidade, raça, classe social e corporalidades - interagem, contextual e conjunturalmente, de modo a promover potenciais cenários de desigualdades sociais e hierarquizações (Henning, 2015; Menegon, 2016).

Sendo assim, infere-se que o combate à discriminação de gênero que acomete as mulheres de cor exige a compreensão das “distintas formas que o gênero se intersecta com outras identidades e como essas intersecções vulnerabilizam particularmente diferentes grupos de mulheres” (Menegon, 2016, p. 74), como é o caso de mulheres de grupos étnicos ou raciais, as quais interseccionam em seus próprios corpos as experiências de diferentes grupos subalternos, como as mulheres ameríndias e *amefricanas* (González, 2020). Portanto, pode-se afirmar que se faz indispensável a análise e identificação dessa estrutura de discriminações visando compreender as distintas formas de subordinação que permanecem em suas intersecções (Menegon, 2016), para que seja possível que os movimentos feministas possam atuar nesse cenário a fim de melhorar as condições das mulheres e de outros grupos minoritários.

3. O ponto de inserção da interseccionalidade na produção teórica feminista

Todas as mulheres desta nação sabem que seu status é diferente do de mulheres negras/não brancas. Elas sabem isso desde o tempo em que eram garotas assistindo à televisão e vendo somente imagens delas, e folheando revistas e vendo somente imagens delas. Elas sabem que a única razão para mulheres não brancas estarem ausentes/invisíveis é o fato de não serem brancas. Todas as mulheres brancas desta nação sabem que a branquitude é uma categoria privilegiada. O fato de que mulheres brancas escolhem refrear ou negar esse conhecimento não significa que sejam ignorantes. Significa que estão em negação (hooks, 2018, p. 52).

O trecho da obra *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* de bell hooks (2018) que dá início ao subtópico presente, contribui ativamente para que a pesquisa possa desenvolver a compreensão de interseccionalidade segundo a ótica latino-americana, já que, por estarmos situados em um continente no qual a miscigenação é um fator expressivo e pertinente, o fato de feministas brancas (mesmo que oriundas da América Latina) não se preocuparem com as operações de poder que permeiam sobre as mulheres não-brancas é considerado no mínimo problemático, já que caracteriza uma negação das experiências e das interações entre estruturas de poder vividas por outras

mulheres, generalizando e privilegiando, tanto no plano empírico quanto teórico, a desigualdade de gênero como a única mazela sofrida por todas as mulheres.

De acordo com essa perspectiva, Crenshaw (1991) auxilia-nos a pensar a interseccionalidade ao tratar da complexidade que sua posição e seu local de fala puderam refletir sobre o conjunto de desigualdades que a afetavam (assim como a outras mulheres negras), concluindo que não a subalternizavam apenas em razão de seu sexo, mas também devido à raça e condição financeira. Segundo Crenshaw (1991) a discriminação de raça e de gênero operam juntas, limitando as chances de crescimento não apenas de mulheres negras, mas de mulheres mestiças, índias, pobres, sulistas, faveladas, ou seja, todas aquelas que ocupam mais de uma categoria de subjugação social e que são consideradas como minorias.

Assim como elencado por Kimberlé Crenshaw (1991), ao tratar das vivências das mulheres negras no plano interseccional, a presente pesquisa considera que as experiências das mulheres de cor e das mulheres subalternas não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero, mas sim, ambas as categorias precisam ser reconhecidas e ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade, e conseqüentemente de discriminação interseccional que as mulheres multiétnicas enfrentam. Desse modo, se enfatiza a necessidade de empreendermos esforços abrangentes para eliminarmos essas barreiras que cerceiam a vida de boa parte das mulheres advindas do Sul Global.

Ao identificar que a interseccionalidade é caracterizada como a consequência de diferentes formas de dominação e/ou de discriminação que tratam de entrelaçamentos entre diversos fenômenos (raça, classe, sexo...), considera-se interessante oferecer, assim como proferido por Adriana Piscitelli (2008, p. 266), “ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades”, já que trabalhar com uma perspectiva interseccional é renegar o entendimento da realidade através de apenas um conceito ou ótica isolada com o objetivo de “pensar categorias de classificação dos sujeitos de forma relacional e articulada” (Menegon, 2016, p. 69).

Segundo Anne McClintock (1995), as experiências vivenciadas por meio das categorias de discriminação mencionadas não são dissociadas uma das outras, e tampouco podem ser anexadas como se caracterizassem um jogo de lego ou até mesmo uma soma de desigualdades. Como mencionado por McClintock (1995), devemos pensá-las como categorias articuladas, que existem de forma relacional e contextual. Além disso, é

considerado como improvável que se possa realizar uma análise tendo como base somente três marcadores (raça, classe e sexo), uma vez que os sujeitos, as comunidades e sociedades constituídas são compostas por diversos outros componentes, ou diversas “categorias de diferenciação” (Menegon, 2016, p. 70).

Verifica-se que, segundo Carolina Menegon (2016), a partir do uso das interseccionalidades é possível vislumbrar uma capacidade maior de agência (possibilidade de ação do sujeito), uma vez que as categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem entre relações íntimas, recíprocas e contraditórias (Piscitelli, 2008) e em meio a essas contradições vê-se uma certa viabilidade de desenvolver estratégias para mudança. De acordo com essa proposta, percebe-se que, assim como proposto por Kimberlé Crenshaw (1991), a interseccionalidade não pretende desenvolver uma nova teoria globalizante de identidade que abarque todas as identidades discriminadas, mas sim, objetiva levar em consideração as múltiplas fontes de identidade já existentes.

A fim de exemplificar a multiplicidade presente na interseccionalidade, Crenshaw (1991) divide a interseccionalidade em duas categorias: a interseccionalidade estrutural, responsável pela posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências; e a interseccionalidade política, caracterizada pelas políticas feministas e políticas antirracistas que têm como consequência “a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor” (Menegon, 2016, p. 71). Essa formulação desenvolvida por Crenshaw em conjunto com outras pesquisadoras da área pode ser definida como “uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado” (Menegon, 2016, p. 71).

Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Menegon, 2016, p. 71).

Entretanto, apesar da perspectiva de análise interseccional ser identificada como um fenômeno em escala global, a divisão Norte/Sul dos Estados influencia diretamente nas interseccionalidades vivenciadas em seus territórios. Em virtude do colonialismo,

introduz-se a questão da raça/etnia no nível macro (Crenshaw, 2002). Desse modo, leva-se em consideração que um estudo interseccional, se realizado a partir de uma ótica internacional, deve “reconhecer as desigualdades que estabelecem tanto as relações de poder entre o Norte e o Sul, quanto as hierarquias de cada nação” (Menegon, 2016, p. 73).

Isto posto, infere-se que, ainda que as contribuições e problematizações desenvolvidas pelas teóricas euro-estadunidenses sobre a interseccionalidade sejam de extrema importância e relevância para o movimento feminista, a anexação de uma identidade latino-americana ao paradigma ocidental de gênero concede certa universalização ao termo. Tal universalização é objeto de críticas tanto no âmbito teórico feminista, quanto no mundo da militância, pois a universalização não destaca suficientemente as reivindicações internas ao movimento feminista relativas à diferença pelas mulheres negras, lésbicas e do Sul Global (Piscitelli, 2008; Haraway, 1991).

Nesse cenário, em meio ao debate feminista latino-americano, o conceito de interseccionalidade acaba sendo revisto e reformulado por nomes como Marcela Lagarde, Lélia González, Maria Lugones, entre outras, as quais intervêm teoricamente para que o pensamento interseccional não seja pensado apenas pelo feminismo negro, mas sim, por feministas de cor, lésbicas, indígenas, oriundas do Sul Global, fazendo com que a diversidade identitária da América Latina contribua diretamente para que o feminismo possa ser entendido como um campo intersectado por diversas formas de subordinação além da de gênero (Menegon, 2016).

Em vista disso, o contexto de desigualdades vivenciado pelo continente latino-americano, aplicado tanto ao nível nacional quanto ao internacional, precisa ser levado em consideração para que se possa compreender os problemas que afetam as mulheres, “uma vez que o gênero é constituído e representado de formas diversas de acordo com a localização dentro de relações globais de poder, localização essa determinada por uma série de processos econômicos, políticos e ideológicos” (Menegon, 2016, p. 74). Segundo Brah (2006),

dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões (Brah, 2006, p. 341).

É perceptível que o real combate à discriminação de gênero exige a compreensão das “distintas formas que o gênero se intersecta com outras identidades e como essas

intersecções vulnerabilizam particularmente diferentes grupos de mulheres” (Menegon, 2016, p. 74). Quando focamos no continente-latino-americano, a retomada do significado da interseccionalidade sugere uma proposta de reformulação do termo, já que, para a região, é mais profícuo compreender como funcionam as “matrizes de dominação”⁸ que desprezam a vida de mulheres de cor do que simplesmente “somar as opressões por ela fundadas, pois seriam essas matrizes que, permanecendo ocultas, permitiriam manter os sujeitos como separados, tematizados em áreas fragmentadas e hierarquizantes e, desse modo, [enfraquecendo] os processos de resistência” (Cortez, 2020, p. 16).

De acordo com Cortez (2020), “compreender a precariedade da vivência das mulheres latino-americanas através de uma chave interseccional que considere raça, gênero, classe e sexualidade é tão importante quanto explorar de que forma as colonialidades formatam as experiências de vida dessas mesmas mulheres” (Cortez, 2020, p. 17). Ou seja, ao trabalhar aspectos interseccionais na América Latina, é indispensável que seja identificada a estrutura de discriminações a que estão submetidas as mulheres latino-americanas, visando compreender as distintas formas de subordinação que permanecem em suas intersecções (Menegon, 2016). De acordo com essa proposta, a pesquisadora mexicana Marcela Lagarde (2003) aponta para a necessidade de propor um perfil comum de semelhança entre as identidades femininas na região, a fim de tornar a proposta interseccional mais palpável à aplicação no continente latino-americano.

Assim sendo, o fato da América Latina se estabelecer como um continente demasiado extenso, caracterizado como um complexo e extenso tabuleiro de xadrez (Femenías, 2006), torna necessária uma análise da interseccionalidade a partir da ótica local. Para isso, Marcela Lagarde (2003) propõe que, “para além das diferenças e semelhanças religiosas, políticas, de classe e outras, três características de identidade se destacam nas mulheres latino-americanas como verdadeiras marcas de identidade: *sincretismo, diversidade e transição*” (Lagarde, 2003, p. 63).

Segundo a autora, o sincretismo de gênero⁹ serviria para representar “a coexistência do tradicional com o moderno, vivência que as mulheres da região

⁸Apesar de ser utilizado por algumas teóricas feministas latino-americanas, a categoria “matrizes de dominação” foi proposta pela autora estadunidense Patricia Hill Collins (2019). Patricia Hill Collins divide a matriz de dominação em duas vertentes, como: “1) um arranjo particular de sistemas de opressão interseccionais; e 2) uma organização particular de seus domínios de poder, por exemplo: estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal” (Cortez, 2020, p. 16).

⁹Para encontrar uma perspectiva extensa sobre sincretismo de gênero, indicamos acessar: LAGARDE, Marcela. *Claves feministas para la autoestima de las mujeres, horas y HORAS*, Madrid, 2001.

compartilham e que está sujeito a diversas formações a depender dos recortes de classe, etnia, geração, etc” (Cortez, 2020, p. 17). Para Lagarde (2003), o sincretismo está presente “na sexualidade, no amor, na vida doméstica e na vida pública, no trabalho e nas maneiras de participação, nas crenças e nos conhecimentos, e por conta disso, o sincretismo é político” (Lagarde, 2003, p. 63). A diversidade, por sua vez, serviria para tratar das:

particularidades nacionais, étnicas, raciais, geracionais, políticas, religiosas, ideológicas, culturais, de saúde, de classe, etc, com a diferença de que as latino-americanas constituem um mosaico complexo e plural cuja diversidade é ainda maior: abarca categorias entre a riqueza e a pobreza extrema, entre vidas prósperas e vidas em terras arrasadas, entre a crescente expectativa de vida de algumas e a baixíssima condição de saúde de outras, crenças e ideologias extremas, abismos de conhecimentos, ignorâncias, formação e participação política (Cortez, 2020, p. 17).

E o conceito de transição proposto por Lagarde (2003) refere-se ao fato de que as mulheres latino-americanas possuem suas identidades em constante transição, no qual a própria instabilidade do continente latino-americano acaba interferindo diretamente nas identidades femininas que se movimentam no continente, conferindo-as um caráter de fluidez (Cortez, 2020). “[...] Transitamos entre idades, famílias, regiões e países; alteramos as formações histórico-sociais e de regimes políticos em nossos próprios países, passamos de uma classe social para outra, e passamos de um estrato cultural para outro, várias vezes ao longo da vida” (Lagarde, 2003, p. 74). Essas características apontam que a pluralidade extensa que circunda o ser mulher na América Latina tanto diferencia-as quanto as une, pois trata-se de uma experimentação compartilhada dessas identidades em transição (Lagarde, 2003; Cortez, 2020).

A partir disso, retoma-se a hipótese do presente trabalho de que a interseccionalidade é uma das perspectivas teóricas indispensáveis para a compreensão do tecido histórico, político e social que circunda as mulheres oriundas do Sul Global, especialmente as mulheres latino-americanas, já que as perspectivas desenvolvidas pela análise interseccional atuam a fim de melhorar as condições das mulheres de cor e de outros grupos minoritários.

Dessa forma, concorda-se com Audre Lorde (2019, p. 249) quando a autora destaca a importância de se desenvolver novas perspectivas a partir de análises interseccionais, já que “ignorar as diferenças de raças entre mulheres e as implicações dessas diferenças representa a mais séria ameaça à mobilização de forças das mulheres”. Em consonância, apresentar-se-á nas páginas a seguir a perspectiva interseccional

reformulada e (re)pensada pela autora brasileira Lélia González, a qual propôs um feminismo afro-latino-americano como forma de articular o “caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região” (González, 2020, p. 40). Após, pretende-se acrescentar as ressalvas desenvolvidas no pensamento da teórica argentina María Lugones (2020) ao conceito da interseccionalidade.

3.1. A interseccionalidade presente no feminismo afro-latino-americano de Lélia González

Ao propor um feminismo afro-latino-americano, Lélia González (2020) se utiliza de perspectivas de análise interseccionais a fim de refletir e desmembrar as diversas violências sofridas pelas mulheres multiétnicas que compõem o continente da América Latina, violências essas que perpassam os vetores de raça, classe e gênero e que não são percebidas ou anexadas pelas reivindicações dos movimentos feministas advindos do Norte Global.

De acordo com Lélia (2020), para as sociedades pertencentes à América Latina, é extremamente importante refletir e reconhecer sobre a situação dos seguimentos negros e indígenas, com o intuito de perceber as “profundas desigualdades raciais que as caracterizam” (González, 2020, p. 36). Segundo a autora, a necessidade de se propor um feminismo que intersecciona as mazelas sofridas pelo gênero junto à dimensão racial - “quando se trata da percepção e do entendimento da situação das mulheres no continente” - (González, 2020, p. 36), se explica ao percebermos a exclusão que mulheres negras e indígenas testemunham no interior do movimento feminista liberal.

Lélia González (2020) afirma que, o feminismo - enquanto teoria e prática - têm desempenhado historicamente um papel fundamental nas lutas e conquistas dos movimentos de mulheres ao redor do globo. Dessa maneira, é inegável que, “ao centralizar suas análises em torno do conceito do capitalismo patriarcal - ou patriarcado capitalista - [o feminismo] evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento das nossas lutas como movimento” (González, 2020, p. 38). Entretanto, ainda que foque suas análises a fim de sanar as diversas formas de violência e discriminação sofridas pelas mulheres, a autora considera que o movimento feminista não abarcou inicialmente as discriminações de caráter racial, pois elas não acometiam grande parte das representantes do movimento. Para Lélia González, “o que geralmente se

constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial” (González, 2020, p. 38).

Ao repensar o que explicaria esse “esquecimento” por parte do feminismo para com a inclusão das questões raciais, Lélia propõe que isso seria fruto direto do “racismo por omissão” (González, 2020, p. 38). O racismo por omissão se estabelece no movimento feminista advindo do Norte porque as próprias raízes desse movimento se encontram em “uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (González, 2020, p. 38), uma vez que o feminismo nasce a partir de perspectivas brancas, de classe média, e pertencentes ao Norte Global.

A anexação desse feminismo que é tido como global para uma perspectiva teórica e prática da América Latina, segundo Lélia (2020), acaba funcionando como uma forma de retirar a agência das mulheres latino-americanas sobre seus próprios discursos, uma vez que, ao ter sua experiência falada pelos outros - esse outro caracterizado pela mulher branca do Norte -, essa mulher acaba sendo “constantemente excluída, ignorada, colocada como ausente apesar da sua presença” (González, 2020, p. 39). Para Lélia: “nós mulheres e não brancas fomos ‘faladas’, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. [...] [O sistema patriarcal-racista] suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história” (González, 2020, p. 39).

Dessa forma, a autora afirma que “falar da opressão latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto pelo fato de não serem brancas” (González, 2020, p. 40). O olhar feminista precisa estar atento à dimensão racial, uma vez que, na América Latina, a questão racial “tem sido ocultada no interior de suas sociedades hierárquicas” (González, 2020, p. 40). Para além disso, o feminismo precisa estar disposto a uma nova forma de olhar feminista, olhar esse que deve se propor enquanto luminoso e iluminado, por ser inclusivo e aberto à participação das mulheres étnica e culturalmente diferentes (González, 2020). Por fim, estima-se que, como sugerido por Lélia (2020), é esse feminismo, inspirado na interseccionalidade e que reconhece o racismo sofrido por mulheres de cor, que se estabelece como o aparato analítico capaz de derrubar barreiras e preconceitos que, ainda hoje, fragmentam e desestabilizam os movimentos feministas ao redor do globo.

3.2. A intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade no pensamento de María Lugones

María Lugones, em seu artigo *Colonialidade e gênero* (2020), propõe-se a investigar a intersecção existente entre raça, classe, gênero e sexualidade, na tentativa de analisar e compreender a indiferença com que os homens tratam as violências que, sistematicamente, “as mulheres de cor sofrem: mulheres não brancas, mulheres vítimas da colonialidade do poder e inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que criam análises críticas do feminismo hegemônico, precisamente por ele ignorar a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade/gênero” (Lugones, 2020, p. 51).

De acordo com a autora, essa indiferença é praticada, principalmente, por homens que “foram e continuam sendo vítimas da dominação racial, da colonialidade do poder”, que, mesmo sendo inferiorizados pelo capitalismo global, repetem esse comportamento opressivo para com as “mulheres de nossas comunidades em todo o mundo” (Lugones, 2020, p. 51). Ainda segundo Lugones (2020), essa indiferença é, acima de tudo, traiçoeira, “porque coloca barreiras intransponíveis em nossas lutas, enquanto mulheres de cor, por integridade e autodeterminação” (p. 51). Para Lugones (2020), essa indiferença é a responsável pela separação categorial existente entre os vetores de raça, gênero, classe e sexualidade, separação essa que nos impede de perceber com clareza a violência, gerando uma espécie de “cegueira epistemológica” (Lugones, 2020, p. 52).

Para que possamos perceber a dominação e a exploração violentas que são frequentemente denunciadas e vivenciadas pelas mulheres de cor, é imprescindível que “a perspectiva epistemológica se concentre na intersecção” das categorias de raça, classe, gênero e sexualidade (Lugones, 2020, p. 52). Entretanto, Lugones afirma que análises sobre a existência da intersecção violenta não são o suficiente para fazer com que os homens de cor - que também acabam sendo vítimas de dominações e explorações violentas - percebam que “em certa medida são cúmplices ou colaboradores na efetivação da dominação violenta das mulheres de cor” (Lugones, 2020, p. 52).

Ou seja, ainda que Lugones utilize o termo interseccionalidade e evidencie a importância do conceito na ênfase da “exclusão histórica e teórico-prática de mulheres não brancas nas lutas libertárias em nome da mulher” (Lugones, 2020, p. 52), a autora acredita que somente os marcos analíticos em torno da interseccionalidade não expressam de maneira explícita a imposição colonial que circunda entre a lógica categórica existente

entre gênero, classe, raça, sexualidade etc. Para isso, María Lugones aborda sobre a necessidade de perceber os entraves e efeitos do “sistema moderno-colonial de gênero” (Lugones, 2020, p. 52).

A partir disso, Lugones argumenta que “gênero, junto com raça, foram construtos coloniais que racializaram e impuseram arranjos binários de gênero nas sociedades subalternas” (Costa, 2022, p. 4). Sendo assim, a autora se distancia da interseccionalidade quando argumenta que a categoria mulher utilizada pela abordagem interseccional acaba excluindo a mulher de cor ao invés de incluí-la, já que, para Lugones, o gênero é uma imposição colonial (Costa, 2022). Para Lugones, a principal contribuição de Kimberlé Crenshaw está na compreensão de que a interseção entre opressões de gênero, classe, sexual e racial nos permite reconhecer a relação de poder existente entre as mulheres brancas e as mulheres de cor. Lugones afirma que essa percepção nos permite “ver de fato as mulheres de cor sob opressão, onde o entendimento categorial de “mulher”, tanto no feminismo branco quanto no patriarcado dominante, esconde sua opressão” (Lugones, 2014, p. 74).

Por outro lado, Lugones apresenta ressalvas à produção interseccional ao afirmar que a interseccionalidade carrega uma lógica categórica quando “concebe separadamente os diferentes eixos da identidade” (Costa, 2022, p. 5). Para Lugones, ainda que a autora considere o conceito de interseccionalidade como crucial, a crítica à teoria interseccional de Kimberlé Crenshaw se estabelece porque, em sua percepção “Crenshaw entende raça e gênero como categorias de opressão nos próprios termos lógicos assumidos pela visão hegemônica dominante: como estando separados um do outro” (Lugones, 2014, p. 74).

A autora ainda afirma que somente reconhecer as “categorias de sujeição não nos leva longe o suficiente, porque o problema é especificamente político” (Lugones, 2014, p. 74-75). Para ela, a solução não implica “apenas argumentar a favor da multiplicidade de identidades ou desafiar o essencialismo em geral” (Lugones, 2014, p. 75), mas sim, está em reconhecer como nossas identidades são construídas por meio da interseção de várias dimensões. É a partir desse reconhecimento que Lugones defende a proposição de um movimento que vai para além da interseccionalidade, rumo a uma lógica de resistência, como uma espécie de fusão (*fusion*) (Costa, 2022)

4. Considerações Finais

Ao revisar a literatura sobre o conceito de interseccionalidade, o primeiro passo foi investigar a origem do conceito nos estudos feministas oriundos dos Estados Unidos. Em seguida, investigou-se as interfaces da interseccionalidade a partir de perspectivas feministas do Sul Global visando validar a hipótese de que tal conceito representa uma das perspectivas teóricas indispensáveis para a compreensão das opressões e das violências sofridas pelas mulheres do Sul Global, devido aos múltiplos pertencimentos étnicos e aos diferentes feminismos presentes principalmente na América Latina, região objeto desse estudo.

Na primeira parte do trabalho, evidenciou-se como o conceito de interseccionalidade surgiu já na década de 1970 no contexto da múltipla opressão sofrida pelas mulheres negras norte-americanas. A demanda do coletivo de feministas negras e lésbicas que atuou em Boston entre os anos de 1973 e 1980 comprovou que as militantes feministas das décadas precedentes, na sua maioria brancas, negligenciaram ou não conseguiram compreender que as mulheres não-brancas eram objetos de uma dupla ou tripla opressão, de gênero, raça e classe e que essa múltipla opressão ocorria de forma simultânea. O protagonismo das mulheres não-brancas foi, portanto, indispensável para que os estudos feministas incorporassem a análise interseccional em suas investigações. Somente compreendendo essa intersecção entre o gênero e as diversas identidades de mulheres pertencentes a diferentes grupos étnicos ou raciais, que os movimentos feministas adquiriram mais força para influenciar a mudança nas condições de vida dessas mulheres pertencentes a grupos minoritários.

Na segunda parte do trabalho, dedicada à compreensão da interseccionalidade conforme a ótica latino-americana, região caracterizada por forte miscigenação, deu-se ênfase à revisão e adaptação desse conceito realizada por estudiosas feministas latino-americanas como Marcela Lagarde, Lélia González, Maria Lugones, entre outras, as quais intervieram no pensamento interseccional até então desenvolvido no Norte Global para sublinhar a necessidade de pensar o feminismo não apenas pelo feminismo negro mas incorporando outras identidades presentes no território latino-americano.

Vista a extensão e a diversidade do continente latino-americano, a mexicana Marcela Lagarde identifica três marcas comuns na identidade das mulheres da região, sendo elas: o sincretismo, a diversidade e a transição. O sincretismo de gênero representaria a coexistência entre o tradicional e moderno vivido por todas as mulheres latino-americanas, a diversidade pelas particularidades nacionais, étnicas e raciais para

evidenciar as mais relevantes e a transição causada pelo caráter de instabilidade do continente latino-americano que acaba por interferir diretamente na identidade das mulheres. Por motivos de espaço, optou-se por salientar a contribuição de apenas duas dessas pensadoras feministas latino-americanas, a saber, Lélia González e María Lugones.

Ao analisar as obras de Lélia González, ficou evidente como sua reflexão permitiu a percepção das profundas desigualdades raciais vividas pelas mulheres negras e indígenas no âmbito do próprio movimento feminista liberal oriundo do Norte Global. Considera-se extremamente relevante a denúncia por parte da pensadora brasileira de um “racismo por omissão”, conceito que serve para demonstrar o caráter euro-centrista e neocolonialista da visão não só do mundo patriarcal como também das ativistas brancas. A análise da Lélia permitiu a milhares de mulheres latino-americanas se tornarem sujeitos de sua história conquistando o direito do seu próprio discurso a partir de seu lugar de fala, mudança paradigmática que a partir de uma revisão do conceito de interseccionalidade revolucionou a vida de gerações de mulheres negras na América Latina.

Por fim, analisou-se as contribuições da filósofa María Lugones, a qual propõe que seja realizado um movimento de fusão (*fusion*) rumo a um feminismo decolonial (Costa, 2022). Essa proposta teria como objetivo abandonar as análises sob a lógica de opressão, como é o caso das perspectivas interseccionais, para encontrar uma lógica da resistência, informada pelo feminismo decolonial apresentado por Lugones. Acerca das críticas proferidas pela autora à interseccionalidade, Costa (2022) afirma que a leitura de Lugones de que a interseccionalidade segue uma lógica categórica é um equívoco interpretativo. Para Thomas (2020), Kimberlé Crenshaw não concebeu gênero e raça como categorias mutuamente excludentes, mas sim, representou-as como estruturas hegemônicas que funcionam a fim de invisibilizar sujeitos específicos.

A título de conclusão, considera-se que, apesar da crítica de Lugones às perspectivas interseccionais, sua preocupação constante com “o funcionamento dos múltiplos sistemas de opressão, bem como com as resistências por ele alimentadas, contribuiu para que o vocabulário da interseccionalidade continuasse presente em seus textos” (Costa, 2022, p. 6). Dessa forma, propõe-se que, ao invés de confrontar conceitos e concepções teóricas, é importante que encontremos formas de fazer com que esses conceitos possam coexistir entre si, abrindo caminhos para novos debates e enfatizando

Passos & Carletti. *Pilares e conceitos: a construção da perspectiva interseccional de Raça, Classe e Gênero no pensamento feminista*

posições e perspectivas a fim de acabar com as violências e opressões sofridas pelas mulheres negras e de cor

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro/Editora Pólen.
- Brah, A. (2006). Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, (26), jan./jun. pp. 329-376.
- Brewer, R. M. (2005) Response to Michael Buroway's Commentary 'The Critical Turn to Public Sociology'. *Critical Sociology*, (31), pp. 353-359.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Collins, P. H. (2000). *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova Iorque: Routledge.
- Cortez, L. C. O. (2020). *Os feminismos latino-americanos sob uma perspectiva decolonial, interseccional e transnacional*. (Trabalho de conclusão de curso, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP). Recuperado de <https://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/2021/01/artigo.pdf>
- Costa, C. L. (2022). Interrogando Lugones: reflexões sobre um debate inconcluso. *Revista Estudos Feministas* 30 (1), pp. 1-8.
- Crenshaw, K. W. (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics*. The University of Chicago Legal Forum, n. 140, p. 139-167.
- Crenshaw, K. W. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review* 43 (6), pp. 1241-99.
- Crenshaw, K. W. (2015, 24 de setembro). Why intersectionality can't wait. *The Washington Post*. Recuperado de <https://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2015/09/24/why-intersectionality-cant-wait/>
- Davis, A. (1981). *Women, race and class*. Nova Iorque: Random House.
- Femenías, M. L. (2005). *Aportes del feminismo Iberoamericano*. Montevideu: Centro Cultural España.
- Femenías, M. L. (2006). El feminismo latino-americano, cartografía preliminar. *Pasajes: Revista de pensamiento contemporáneo*, Universitat de València, 19 (10), pp. 45-53.
- Falcón, S. M. (2009). *Black Feminist Thought*. In: O'Brien, J. (Ed.). *Encyclopedia of Gender and Society*. Nova Iorque: SAGE Publications.
- Gargallo, F. (2007). *Feminismo latinoamericano*. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, Caracas, 12 (28), enero/junio, pp. 17-34.

Passos & Carletti. *Pilares e conceitos: a construção da perspectiva interseccional de Raça, Classe e Gênero no pensamento feminista*

González, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. In: Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Gill, A.; Pires, T. (2019). From Binary to Intersectional to Imbricated Approaches: Gender in a Decolonial and Diasporic Perspective. *Revista Contexto Internacional*, 41 (2), maio-ago. pp. 275-302.

Haraway, D. (1991). *Simians, cyborgs, and women*. The reinvention of nature. Nova Iorque: Routledge.

Henning, E. (2015). Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades. *Revista Mediações*, 20 (2), pp. 97-128.

hooks, b. (1981). *Ain't I a Woman? Black women and feminism*. Cambridge, MA: South End.

hooks, b. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Hulko, W. (2009). The time - and context – contingent nature of intersectionality and interlocking oppressions. *Affilia: Journal of Women and Social Work*, 24, pp. 44-55.

Lagarde, M. (2003). *De la igualdad formal a la diversidad. Una perspectiva étnica latinoamericana*. Anales de la Cátedra Francisco Suárez, 37, pp. 57-79.

Lorde, A. (2019). Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.) *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Lorde, A. (1984). *Sister Outsider*. Trumansberg: The Crossing Press.

Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In: Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Lugones, M. (2014). Radical multiculturalism and women of color feminisms. *Journal for Culture and Religious Theory* 13 (1), pp. 68-80.

McCall, L. (2005). The complexity of intersectionality. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 30 (3), pp. 1771-1800.

McClintock, A. (1995). *Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest*. Nova Iorque: Routledge.

Menegon, C. (2016). *A Colonialidade e o Pensamento Feminista Latino-Americano: Desafios e Perspectivas dos Feminismos nas Nações “Periféricas”*. (Dissertação de

Passos & Carletti. *Pilares e conceitos: a construção da perspectiva interseccional de Raça, Classe e Gênero no pensamento feminista*

Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, RS.

Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11 (2), jul/dez, pp. 263-274.

Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos Centro de Estudos Sociais*, Universidade de Coimbra, 18 ed.

Silva, M. A. (2020). Pensamento decolonial feminista do Sul: uma experiência de educação popular a partir de narrativas de mulheres camponesas. *Eccos - Revista Científica* 54, pp. 1-17.

Thomas, Bailey K. (2020). Intersectionality and epistemic erasure: a caution to decolonial feminism. *Hypatia* 35, pp. 509-523.

Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia

Gender and International Security from a Global South Perspective: an analysis of the academic publishing in Brazil and Colombia

Gabriela Aparecida de Oliveira¹ 

Cristian Daniel Valdivieso² 

Helena Salim de Castro³ 

DOI:[10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.65880]

Recebido em: 19/02/2023

Aprovado em: 22/04/2024

Resumo: A América do Sul tem oferecido contribuições significativas à disciplina das Relações Internacionais. Temas relevantes para a segurança internacional, como guerras, conflitos armados e operações de paz, emergem como os principais objetos de estudo na região. O objetivo deste artigo é, por meio de uma revisão bibliométrica, analisar o perfil das publicações acadêmicas em dois países sul-americanos: Brasil e Colômbia; as quais se encontram na intersecção entre a segurança internacional e os estudos feministas e de gênero. Por meio da consulta às bases de dados da *Redalyc* e da *Latindex*, e utilizando o *software Publish or Perish*, foram coletados e analisados 78 artigos de vinte periódicos brasileiros e colombianos, publicados entre 2001 e 2021. Os artigos foram analisados a partir de duas questões: (i) quais temas e/ou problemáticas são abordados nas publicações? (ii) quais perspectivas teóricas são mais trabalhadas pelos autores? Concluiu-se que há uma ampla preocupação com temáticas locais, como a situação de conflito e paz na Colômbia, e a violência de gênero, violência sexual e feminicídios, presentes em toda a América do Sul. Também, há um esforço entre pesquisadoras para a elaboração de um pensamento autônomo, crítico e localizado.

Doutoranda pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). E-mail: gabrieladeoliveira955@gmail.com

¹Doutoranda pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). E-mail: gabrieladeoliveira955@gmail.com

²Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). E-mail: cristiandadvaldi@hotmail.com.

³Pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. E-mail: castrrohelenas281@gmail.com.

Palavras-chave: Segurança Internacional; Estudos Feministas e de Gênero; Brasil; Colômbia.

Abstract: South America has made significant contributions to the discipline of International Relations. Issues relevant to international security, such as wars, armed conflicts and peace operations, emerge as the main objects of study in the region. The aim of this article is, through a bibliometric review, to analyze the profile of academic publications in two South American countries: Brazil and Colombia, which lie at the intersection between international security and feminist and gender studies. Through consultation of the *Redalyc* and *Latindex* databases, and using the Publish or Perish software, 78 articles from twenty Brazilian and Colombian journals, published between 2001 and 2021, were collected and analyzed. The articles were analyzed based on two questions: (i) what themes and/or issues are addressed in the publications? (ii) what theoretical perspectives are most employed by the authors? In conclusion, there is a broad concern with local issues, such as the situation of peace and conflict in Colombia and gender-based violence, sexual violence, and feminicides, a widespread problem in South American countries. In addition, there is an effort among researchers to develop autonomous, critical and localized thinking.

Keywords: International Security; Feminist and Gender Studies; Brazil; Colombia.

1. Introdução

As teorias feministas adentram a disciplina das Relações Internacionais (RI) entre as décadas de 1980 e 1990. Com o desgaste das teorias tradicionais, decorrente da (in)capacidade de explicar os desdobramentos que puseram fim à Guerra Fria, surge o “terceiro debate”, que contrapõe teorias positivistas (ou de resolução de problemas) a teorias críticas (ou pós-positivistas) em expansão (Cox, 1986; Sjoberg & Tickner, 2013; True, 2010). A pesquisa feminista, geralmente situada no espectro crítico dessa vasta gama teórica, foi responsável por abalar conceitos centrais na área, como paz, guerra e segurança.

As teóricas feministas argumentam que apenas uma lente de gênero é capaz de elucidar os impactos do sistema de Estados e da economia global sobre a vida das mulheres. Isso se deve ao fato de as teorias *mainstream* funcionarem como dispositivos de manutenção de uma ordem política que impede a percepção delas como agentes de produção de conhecimento. Trata-se de uma visão de mundo em que o homem detém o conhecimento legítimo. Além da crítica às teorias tradicionais, as feministas possuem alta capacidade de autocrítica (True, 2010), dando origem a variadas perspectivas, tanto epistemológicas (feminismo empirista, *standpoint*, pós-moderno) como teórico-políticas (feminismo liberal, crítico, construtivista, pós-colonial, decolonial).

Para além da pluralidade teórica, as pesquisas feministas se caracterizam pela abrangência de temáticas e problemáticas analisadas, particularmente quando produzidas fora do eixo acadêmico anglo-saxão. O presente estudo visa lançar luz sobre essa diversidade, tomando como *corpus* de análise as publicações em revistas do Brasil e da Colômbia, entre os anos de 2001 e 2021. O objetivo é localizar as produções sobre segurança internacional e gênero que pautaram os debates nessas revistas acadêmicas. Embora a produção não seja uma peculiaridade desses dois países, nos delimitamos a eles por concentrarem o maior número de publicações sobre esse tema na América do Sul, bem como pelos contextos locais.

A seleção dos países e o recorte temporal se justificam devido a um conjunto de fatores e acontecimentos que marcaram a realidade sul-americana, e particularmente a do Brasil e da Colômbia, no início do século XXI. A partir do ano 2000, o Plano Colômbia, implementado no país andino, intensificou a necessidade de compreensão do histórico conflito armado por parte da academia sul-americana, especialmente a colombiana, uma vez que houve uma expansão da dimensão transnacional do conflito. No mesmo ano, no

mês de outubro, a Organização das Nações Unidas aprovou a agenda Mulheres, Paz e Segurança, S/RES/1325(2000), com o objetivo de reconhecer as mulheres como agentes da paz nas operações da ONU e nos países membros. Para além de uma agenda política, essa temática também ganhou maior espaço na agenda acadêmica ao redor do mundo.

No ano seguinte, 2001, os atentados do 11 de setembro marcaram as pautas na agenda da Organização de Estados Americanos (OEA), fazendo do terrorismo um ponto de estudo regional. Finalmente, a partir de 2004, a operação de paz no Haiti (MINUSTAH) foi palco de atuação regional, tendo como líder o Brasil. Essa operação tem sido objeto de estudo na região, inclusive a fim de observar a participação feminina na missão e a violência contra as mulheres por parte das forças estatais.

A partir dessa pluralidade de eventos e fatores, e considerando um intervalo de 20 anos, buscamos traçar o perfil das produções acadêmicas brasileiras e colombianas sobre temas de segurança internacional a partir dos estudos de gênero. Para isso, formulamos duas questões centrais: (i) quais temas e/ou problemáticas são abordados nas publicações? e (ii) quais perspectivas teóricas são mais trabalhadas pelos autores?

Para responder as questões, o artigo está dividido em três seções para além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira seção, explicamos a metodologia utilizada na seleção e análise dos artigos. Em seguida, realizamos a análise descritiva das publicações, buscando identificar as principais temáticas e perspectivas adotadas. Com isso, na última seção, buscamos responder às duas perguntas. Este trabalho representa um esforço de sistematização do pensamento local e pretende contribuir para um maior entendimento dessas temáticas, cada vez mais presentes nas literaturas brasileira e colombiana, mostrando potenciais caminhos de pesquisa.

2. Metodologia

Nesta pesquisa adotamos a bibliometria como método para traçar o perfil dos artigos publicados em periódicos acadêmicos brasileiros e colombianos. Como explicam Zupic e Cater (2015, p. 430, tradução nossa), os “métodos bibliométricos empregam uma abordagem quantitativa para a descrição, avaliação e monitoramento de pesquisas publicadas”; e têm dois usos principais: (i) análise de desempenho, que “busca avaliar o desempenho de pesquisa e publicação de indivíduos e instituições”; e (ii) mapeamento científico, que “visa revelar a estrutura e a dinâmica dos campos científicos”. A pesquisa bibliométrica realizada neste artigo procura alcançar o segundo objetivo.

Inicialmente, identificamos as principais revistas da região sul-americana a partir de dois bancos de dados: o do *Sistema de Información Científica Redalyc*⁴ e o do *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Latindex)*⁵. Em ambos, na opção “pesquisa avançada”, aplicamos filtros para localizar as revistas. No *Redalyc*, os parâmetros de pesquisa foram país e disciplina (área de concentração da publicação) e, no *Latindex*, revistas vigentes (em atual circulação), com arbitragem por pares, com acesso aberto e localizadas na América do Sul. As revistas consultadas são de várias áreas (correlatas) de concentração: Ciências Sociais, Multidisciplinares (Ciências Sociais), Relações Internacionais e Ciência Política.

Em seguida, realizamos um segundo recorte em cada revista, procurando produções entre 2001 e 2021. Nesta etapa, utilizamos o *software Publish or Perish* que permite, a partir da base de dados do *Google Scholar*, realizar buscas específicas nas revistas. Para localizar os artigos, indicamos como parâmetros de busca o *International Standard Serial Number* (ISSN), o nome da revista e uma combinação de palavras-chave:

- a) (gênero AND "segurança internacional");
- b) (“violência de gênero” AND “segurança internacional”) OR “violência de gênero”;
- c) (mulheres AND “segurança internacional”).

O uso dessas combinações possibilitou rastrear as produções que cruzam segurança internacional e gênero e/ou mulheres. Também, utilizamos os operadores booleanos (AND e OR) conforme o manual de instruções do *software*. Como as revistas publicam em espanhol, português e inglês, adotamos o uso das construções de busca, palavras-chave, nos três idiomas, controlando a variação linguística no momento da procura.

Uma vez aplicados os filtros de busca do *software Publish or Perish* para as revistas mapeadas nos *websites* da *Redalyc* e da *Latindex*, obtivemos um total de sete países com artigos sobre o tema: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador e Venezuela. Os países que reportaram maior número de artigos publicados⁶ sobre

⁴ A *Redalyc* foi fundada em 2002 e registra 1.456 revistas *online* de 25 países, totalizando 739.711 artigos acadêmicos.

⁵ No *Latindex*, criado em 1995, estão registradas 11.911 revistas acadêmicas *online*.

⁶ No demais países, encontramos a seguinte quantidade de publicações: Equador (4), Argentina (2), Chile (2), Venezuela (2) e Bolívia (1).

segurança internacional com perspectivas de gênero e/ou feminismos foram a Colômbia (doze revistas e 47 artigos) e o Brasil (oito revistas e 31 artigos).

3. A produção de conhecimento sobre gênero e segurança no Brasil e na Colômbia

A presente seção tem como objetivo apresentar as produções acadêmicas compiladas, começando pelo Brasil, segundo país com maior número de publicações (31). Com um total de oito revistas, podemos classificá-las em dois grupos: as interdisciplinares e as de Relações Internacionais. O primeiro grupo abarca aquelas relacionadas a temas sobre gênero e feminismos com enfoque plural: Revista Estudos Feministas (Universidade Federal de Santa Catarina), cadernos pagu (Universidade Federal de Campinas), Revista Ártemis (Universidade Federal da Paraíba) e Revista Feminismos (Universidade Federal da Bahia).

O segundo grupo de revistas brasileiras se caracteriza por ser exclusivamente sobre a área de RI: a revista Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados); a RBPI – Revista Brasileira de Política Internacional (Universidade de Brasília); a Revista Contexto Internacional (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); e a Conjuntura Austral: *Journal of the Global South* (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

A seguir, apresentamos o Quadro 1 com os nomes das revistas, os títulos dos artigos e outras informações que permitem visualizar de forma condensada o enfoque que as e os autores oferecem às produções.

Quadro 01: Publicações nas revistas brasileiras

Revista / ISSN	Título - artigo	Ano	Temática central	Perspectiva teórica	Espaço geográfico	Área do conhecimento
Monções / 2316-8323	Feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais? Intersecções e diálogos teóricos para refletir sobre gênero, refúgio e violência no Sul Global	2019	Violência; refúgio	Feminismo pós-colonial	Sul Global	Relações Internacionais
	Evitando que “protetores se tornem predadores”: a ONU pode impedir a prática de abuso e exploração sexual por membros de missões de paz das Nações Unidas?	2017	Corpos; abuso e exploração sexual; operações de paz	Feminismo, corpos, pós-colonial	Sul Global	Relações Internacionais

Oliveira, Valdivieso & Castro. *Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia*

	Guerra contra as drogas: medo e ódio e as opressões imbricadas de gênero, raça e classe em território brasileiro	2020	Guerra contra as drogas; colonialismo; encarceramento de mulheres	Pós-colonial, decolonial	América Latina (Brasil)	Relações Internacionais
	Mulheres guerreiras: questões de gênero na participação feminina nas FARC e sua influência nas negociações de paz na Colômbia	2017	FARC; participação feminina; acordo de paz	Perspectiva gênero (Scott)	América Latina (Colômbia)	Relações Internacionais
Revista Brasileira de Política Internacional / 1983-3121	The case of migrant women from the Central American Northern Triangle: How to prevent exploitation and violence during the crossing	2021	Mulheres migrantes; tráfico humano; violência; feminicídio	Interseccionalidade	América Central	Política Internacional
Revista Estudos Feministas / 1806-9584	Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH	2020	Patriarcado; masculinidade militarizada; exploração sexual feminina; operações de paz	Perspectiva de gênero em Segurança Internacional, masculinidades militarizadas	América Latina (Haiti)	Relações Internacionais
	Guerreiras ou Anjos? As Mulheres Brasileiras e a Grande Guerra	2020	Guerra; enfermeiras; soldadas; maternidade	Perspectiva gênero (Scott e Bourdieu)	América Latina (Brasil) e Europa	História
	Sob o véu da intervenção: discursos de gênero na guerra do Afeganistão	2017	Gênero; masculinidades; guerra ao terror; guerra do Afeganistão	Masculinidades, (feminismo pós-estruturalista)	Ásia (Afeganistão)	Relações Internacionais
	Conflitos armados e a agenda internacional: a questão da mulher	2017	Violência contra a mulher; feminismo; direitos humanos; conflitos armados	Perspectiva feminista (Tickner)	--	Relações Internacionais

Oliveira, Valdivieso & Castro. *Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia*

	O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios	2014	Gênero; operações de paz	Perspectiva feministas e de gênero	--	Relações Internacionais
	Violencia y tráfico de mujeres en México: una perspectiva de género	2005	Violencia basada en el género; tráfico de mujeres; prostitución	Perspectiva de gênero	América Latina (México)	Estudos de gênero
	Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque	2007	Guerra; estupro; fotografia; sacrifício	Perspectiva gênero e jornalismo	Oriente Médio (Iraque) e Estados Unidos	Antropologia e Comunicação
Cadernos Pagu / 1809-4449	Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres	2005	Tráfico de pessoas; migração	Perspectiva feminista (básica)	--	Ciências Sociais
	Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas	2008	Tráfico de pessoas; crime; Direitos Humanos; gênero, prostituição	Perspectiva de gênero	América Latina (Brasil) e Europa (Espanha)	Antropologia
	Mulheres dominicanas invisíveis: discursos de tráfico de pessoas em Porto Rico	2016	Tráfico humano; mulheres dominicanas; trabalho sexual	Perspectiva de gênero (básica)	América Latina (Porto Rico e República Dominicana)	Ciências Sociais
	Autoritarismo e homofobia: a repressão aos homossexuais nos regimes ditatoriais cubano e brasileiro (1960-1980)	2018	Direito à memória; ditadura militar; homofobia	Perspectiva comparativa	América Latina (Cuba e Brasil)	Direito
	"Refugiados LGBTI": direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência	2017	Sexualidade; gênero; refugiados; LGBT	Gênero e sexualidades	América Latina (Brasil) e Europa (Espanha)	Antropologia

Oliveira, Valdivieso & Castro. *Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia*

	Onde estão as meninas soldados? Gênero e conflito armado na Colômbia	2019	Meninas soldados; vítimas; conflito armado interno	Vítimas e infância (ipsis litteris)	América Latina (Colômbia)	Ciência Política
Revista Ártemis / 1807-8214	Os estupros como arma de guerra contra as mulheres durante a guerra na Bósnia-Herzegovina (1992-1995): Uma reflexão à luz do conceito de segurança humana das Nações Unidas	2015	Estupros militarizados; segurança humana; guerra da Bósnia-Herzegovina.	Gênero e Segurança Humana	Europa (Bósnia-Herzegovina)	Relações Internacionais
	A mutilação genital feminina no continente africano sob a perspectiva feminista	2017	Mutilação genital feminina; Direitos Humanos	Teoria feminista (básica)	África	Relações Internacionais
	Intersecção dos feminismos: análises sobre a agência da mulher nos processos de promoção da paz na Somália	2019	Promoção da paz, operações de paz	Feminismo pós-colonial, islâmico e africano	África (Somália)	Relações Internacionais
Contexto Internacional / 1982-0240	Paz com o rosto de uma mulher': Mulheres, Redes Sociais e o Processo de Paz na Colômbia	2020	Gênero; gestão de conflitos; mídia social; construção da paz	Análise computacional	América Latina (Colômbia)	Ciência Política
	Mães, Guerreiros e Senhores: Cartografias Genderizadas da Guerra às Drogas dos EUA na América Latina	2019	Guerra às drogas; estudos de gênero; representações de gênero; drogas ilícitas	Perspectiva de gênero performativo	Estados Unidos e América Latina	Política Internacional
	O Cerne da Resistência: Reconhecendo a Luta Interseccional no Movimento das Mulheres Curdas	2018	Interseccionalidade; mulheres curdas	Perspectiva feministas (Enloe)	Oriente Médio (Rojava, Síria)	Relações Internacionais

Oliveira, Valdivieso & Castro. *Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia*

	Migração e Trabalho Sexual por uma Perspectiva de Gênero	2018	Migração; trabalho sexual; tráfico sexual	Feminismo pós-moderno	--	Relações Internacionais
	Des-securitizando o 'Sul no Norte'? Narrativas de Gênero no Panorama Midiático Europeu sobre os Fluxos de Refugiados	2018	Narrativas; gênero; migração e refúgio; securitização	Estudos críticos segurança, feminismo e pós-colonialidade	Europa	Política Internacional
Conjuntura Austral / 2178-8839	Mulheres, paz e segurança na América do Sul: o processo de implementação de uma agenda chave	2020	Resolução 1325; Planos de Ação Nacionais	Perspectiva feminista (básica)	América do Sul	Relações Internacionais
	Aproximación geopolítica a la violencia feminicida sobre venezolanas dentro y fuera de Venezuela	2021	Geopolítica; violência; feminicídio; migração;	Perspectiva feminista de Relações Internacionais (básica)	Estados Unidos e América Latina (Venezuela)	Ciências Sociais
	A mulher militar no Brasil no século XXI: uma análise com base nos sete indicadores propostos por Helena Carreiras (2006)	2021	Mulher militar; forças armadas; defesa	Análise indicadores de Helena Carreiras	América Latina (Brasil)	Relações Internacionais
	Neoliberalismo, Políticas de Gênero e feminicídio na América Latina	2021	Neoliberalismo; feminicídio	Perspectiva decolonial	América Latina	Ciências Sociais
Feminismos / 2317-2932	El feminicidio de mujeres indígenas en Canadá: especificidades sociales e históricas.	2018	Colonialidade; violência; racialização	Feminismo interseccional e economia política	Canadá e América Latina (México)	Antropologia

Fonte: elaboração própria.

Na Colômbia, país com maior número de publicações (47), os artigos foram coletados em 12 revistas acadêmicas. Aquelas que reportaram mais publicações foram a *Eleuthera (Universidad de Caldas)* e a *Nómadas (Universidad Central)*, com sete artigos

Oliveira, Valdivieso & Castro. *Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia*

cada uma. Em seguida, temos a revista *Reflexión Política* (Universidad Autónoma de Bucaramanga) com seis artigos e as revistas *Revista de Estudios Sociales* (Universidad de los Andes) e *Revista Via Iuris* (Fundación Universitaria Los Libertadores) com quatro artigos cada uma.

A maioria das revistas consultadas retornaram o número de três artigos publicados, foram elas: *Ánfora* (Universidad Autónoma de Manizales), *Colombia Internacional* (Universidad de los Andes), *Revista Científica General José María Córdova* (Escuela Militar de Cadetes “General José María Córdova”), *Revista CS* (Universidad Icesi), *Revista Internacional de Cooperación y Desarrollo* (Universidad de San Buenaventura) e a *Estudios Políticos* (Universidad de los Andes). Por fim, a revista *Desafíos* (Universidad de Rosario) reportou uma publicação.

No quadro abaixo são apresentadas todas as publicações coletadas em cada uma das revistas colombianas, bem como informações sobre o conteúdo dos artigos.

Quadro 02: Publicações nas revistas colombianas

Revista / ISSN	Título - artigo	Ano	Temática central	Perspectiva teórica	Espaço geográfico	Área do conhecimento
Revista Eleuthera / 2011-4532	Mujeres Campesinas y Construcción de Paz Territorial en Colombia: el Caso de la Asociación Campesina del Valle del Río Cimitarra (ACVC)	2020	Acordos de Paz; liderança feminina.	Feminismo camponês e social	América Latina (Colômbia)	Ciências Sociais
	Deconstruyendo la Categoría de Mujeres Víctimas del Desplazamiento en Colombia	2018	Deslocamento Forçado na Colômbia. Mulheres.	Feminismos decolonial e pós-colonial	América Latina (Colômbia)	Psicologia
	Mujeres Migrantes Transgénero Centroamericanas en Tapachula, Chiapas. Apuntes sobre Transfrontera y Territorialidad	2018	Migrantes transgénero.	Perspectiva de "construção de regiões"	América Latina (Central e México)	Estudos Regionais
	Violencia Armada y Género: Análisis de la Relación a Partir de los Relatos de Vida de Jóvenes Mujeres de la Ciudad de Cúcuta y su Área	2018	Violência armada e violência de gênero	Feminismo latino-americano	América Latina (Colômbia)	Ciências Sociais

Oliveira, Valdivieso & Castro. *Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia*

	Metropolitana					
	“Eu só desejo que meus filhos não sofram o que eu sofri”: Memórias de Dor e Resistência de Mulheres Sobreviventes do Conflito Armado Colombiano	2018	Conflito armado na Colômbia; violência contra as mulheres; paramilitares.	Feminismo latino-americano / decolonial	América Latina (Colômbia)	História Social
	Notas sobre una Comisión de la Verdad desde las Mujeres	2018	Conflito armado na Colômbia; violência contra as mulheres.	Feminismo	América Latina (Colômbia)	Ciências Sociais
	Investigación para la Paz y Perspectiva de Género: Desvelando las Relaciones Pacíficas entre Hombres y Mujeres	2011	Análise da literatura sobre Gênero e Estudos para a Paz	Não identificado)	--	Estudos de Paz
Nômadadas / 2539-4762	El continuum de la violencia sociopolítica como necropolítica de género en Colombia	2020	Necropolítica de gênero. Violência sociopolítica na Colômbia.	Feminismo pós-positivista/pós-estruturalista	América Latina (Colômbia)	Estudos de Gênero
	Tejer en lo común: dos encuentros con mujeres sobrevivientes del conflicto armado colombiano	2020	Conflito armado na Colômbia; Deslocamento forçado de mulheres.	Teorias feministas (feminismo marxista e pós-colonial)	América Latina (Colômbia)	Sociologia
	Üyeane maügü: cuerpos femeninos en frontera, territorios de explotación en la Amazonía	2021	Mulheres indígenas. Defesa dos corpos e territórios em região de fronteira.	Feminismos latino-americanos (decolonial, ecofeminismo)	América Latina (Amazônia)	Ciências Sociais
	La historia (des)bordada: imágenes de las refugiadas laosianas en América Latina	2021	Mulheres refugiadas na América Latina; Resistência.	Perspectiva pós-estruturalista	América Latina	Estudos Latino-Americanos
	“Hombres de verdad”: urdimbres y contrastes entre masculinidades paramilitares y farianas	2020	Grupos armados colombianos; masculinidades.	Estudos críticos sobre masculinidades (pós-estruturalismo ; decolonial)	América Latina (Colômbia)	Estudos Feministas e de Gênero; Ciências Sociais

Oliveira, Valdivieso & Castro. *Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia*

	Conocimientos, activismos trans y justicia epistemológica como reparación colectiva en Colombia	2020	Justiça Transicional; Construção da Paz na Colômbia; Transgenderismo.	Estudos Transgênero e perspectivas feministas críticas	América Latina (Colômbia)	Multidisciplinar
	Migrantes/refugiadas trans en Chile: sexilio, transfobia y solidaridad política	2021	Migrantes transgênero. Refúgio. Resistência.	Teoria Queer	América Latina (Chile)	Ciências Sociais
Reflexión Política / 2590-8669	“Deviant” women in English Arab Media: comparing representation in Iraq, Saudi Arabia and Qatar	2016	Representações de gênero nos meios de comunicação; Ativismo político de mulheres.	Estudos Árabes Feministas	Oriente Médio	Ciências Sociais
	En búsqueda de visibilización: experiencias y necesidades de las mujeres excombatientes de las FARC-EP en el escenario de construcción de paz	2019	Acordo de Paz na Colômbia; Mulheres guerrilheiras.	Não identificado	América Latina (Colômbia)	Direito
	Desplazamiento forzoso: un tema de derechos desde el enfoque de género y los acuerdos de paz.	2018	Acordo de Paz na Colômbia; Deslocamento forçado.	Enfoque de gênero	América Latina (Colômbia)	Ciência Política e Economia
	La violencia sexual contra las mujeres. Un enfoque desde la criminología, la victimología y el derecho	2012	Violência sexual contra mulheres	Criminologia feminista	América Latina (Colômbia)	Direito e Estudos sobre Sexualidades
	Acciones colectivas de mujeres por la verdad, la justicia y la reparación	2011	Mulheres e negociações de paz	Perspectiva de gênero e perspectiva sociológica do processo político	América Latina (Colômbia)	Sociologia
	Violencia y desplazamiento: caracterización de las mujeres desplazadas jefas de hogar del municipio de Florida, Valle del Cauca	2008	Delocamento forçado de mulheres	Perspectiva de gênero	América Latina (Colômbia)	Antropologia
	Un acercamiento interseccional al discurso de la tradición en casos de violencia a mujeres Mapuche	2018	Violência contra mulheres indígenas.	Feminismo pós-colonial/decolonial	América Latina (Chile)	Ciência Política / Estudos de Gênero
Revista de Estudios Sociales / 1900-5180	Migración y trata en América del Norte	2019	Tráfico sexual de mulheres.	Não identificado	América Latina (Central e México) / Estados	Sociologia

Oliveira, Valdivieso & Castro. *Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia*

					Unidos	
	Trazando fronteras nacionales en contextos de integración: migración femenina y sexualidad en la subregión andina	2018	Migração. Violência contra mulheres.	Perspectiva pós-estruturalista / Estudos Queer	América Latina (Colômbia, Peru e Equador)	Ciências Sociais
	Regulación y control de la subjetividad y la vida privada en el contexto del conflicto armado colombiano	2003	Violência intrafamiliar e de gênero contra mulheres no contexto do conflito armado	Construccionismo social em psicologia social	América Latina (Colômbia)	Psicologia
Revista Via Iuris / 2500-803X	Detrás de la sombra del conflicto armado en Colombia: Victimización sexual masculina	2020	Conflito armado na Colômbia. Violência sexual contra homens. Pacificação.	Psicologia crítica / Estudos de masculinidade	América Latina (Colômbia)	Psicologia
	Una mirada a las madres de Soacha: expresiones de transnacionalización de la resistencia en cuerpo de mujer en el marco del conflicto armado colombiano	2020	Conflito armado na Colômbia. Resistência feminina	Perspectiva das "Novas Guerras"	América Latina (Colômbia)	Relações Internacionais
	Estado mexicano: lejos de cumplir íntegramente la sentencia de la CIDH en el caso González y otras ("Campo Algodonero")	2014	Feminicídio e proteção às mulheres	Não identificado	América Latina (México)	Direito
	Violencia sexual en el conflicto armado colombiano racismo estructural y violencia basada en género	2015	Violência contra mulheres negras no conflito armado	Perspectivas feminista, subalterna, participativa e crítica do direito	América Latina (Colômbia)	Direito
Ánfora / 2248-6941	Emocionalidades en tensión: de la masculinidad militarizada a formas de relación entre los géneros que construyan culturas de paz	2021	Construção da paz e pós-conflito na Colômbia; masculinidades	Perspectiva construcionista	América Latina (Colômbia)	Psicologia e Sociologia
	"El cartel de los sapos I" y "Alias el mexicano": ¿empoderamiento de los personajes femeninos?	2017	Narcoséries; Empoderamento feminino; Objetivos do Desenvolvimento do Milênio	Não identificado	América Latina (México)	Comunicação
	Mujeres lideresas constructoras de paz en la comuna 1 de Medellín: una aproximación a las paces	2020	Construção da paz na Colômbia; Liderança	Perspectiva crítica e relacional dos direitos	América Latina (Colômbia)	Direito

Oliveira, Valdivieso & Castro. *Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia*

	cotidianas construídas desde abajo		feminina.	humanos		
Colômbia Internacional / 1900- 6004	Tramas de la libertad y la igualdad: experiencias de mujeres excombatientes de las FARC-EP	2020	Conflito armado na Colômbia; Mulheres guerrilheiras. Autonomia feminina	Perspectiva feminista crítica sobre liberdade e igualdade	América Latina (Colômbia)	Sociologia
	La “compañera política”: mujeres militantes y espacios de “agencia” en insurgencias latinoamericanas	2014	Feminilidades insurgentes e mulheres (ex)combatentes	Estudos críticos sobre masculinidades	América Latina (El Salvador, Colômbia e Peru)	Ciência Política
	Metodologías en el estudio de violencia sexual dentro del conflicto armado colombiano	2014	Violência sexual no Conflito Armado na Colômbia	Teoría política de Giorgio Agamben	América Latina (Colômbia)	Direito
Revista Científica General José María Córdova / 2500-7645	Los derechos de las mujeres víctimas del conflicto armado colombiano	2020	Conflito Armado na Colômbia; Violências contra mulheres.	Não identificado	América Latina (Colômbia)	Direito
	Violencia sexual en zonas de posconflicto: reflexiones en torno al caso de la República Centroafricana	2019	Operações de Paz na República Centro Africana; Violência contra as mulheres.	Não identificado	África (República Centro Africana)	Relações Internacionais e Ciências Sociais
	Observatorio de equidad de género para el proceso de incorporación y seguimiento del personal estudiantil femenino de la ESMIC	2012	Incorporação de mulheres na Escola Militar de Cadetes	Não identificado	América Latina (Colômbia)	Ciências Militares
Revista CS / 2665-4814	Prostitución en contextos de conflicto armado en Colombia	2020	Conflito Armado na Colômbia; Violências contra mulheres. Prostituição.	Perspectiva de gênero	América Latina (Colômbia)	Planejamento e Administração
	Territorio mutual: una lectura del proceso de transformación territorial desde la alteridad de la comunidad LGBTI víctima del desplazamiento forzado en el Quindío	2020	Deslocamento Forçado. Violência contra população LGBTI	Perspectiva do mutualismo social	América Latina (Colômbia)	Estudos Culturais Latino-americanos
	Enfoque de género en la implementación de la Ley de Víctimas y Restitución de Tierras: una propuesta para la caracterización de las mujeres	2016	Reparação às mulheres vítimas do conflito armado	Perspectiva de gênero	América Latina (Colômbia)	Direito

Oliveira, Valdivieso & Castro. *Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia*

	y niñas víctimas del conflicto armado en Colombia.					
Revista internacional de cooperación y desarrollo / 2382-5014	Importancia de la participación de las mujeres en los procesos de reconstrucción de la memoria	2021	Reconstrução da paz. Agência feminina.	Perspectiva de gênero (feminismo latino-americano)	América Latina (Colômbia)	Ciências Sociais
	La integración de la perspectiva de género en la gestión del riesgo de desastres: de los ODM a los ODS	2018	Perspectiva de gênero em gestão de riscos. ODM e OMS.	Perspectiva crítica de gênero	--	Estudos de Gênero e Sociologia
	Requisitos para la paz y las sociedades más justas. Madres desplazadas del conflicto armado en Colombia residentes en entornos de violencia urbana	2018	Maternidade em contexto de violência urbana. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.	Não identificado	América Latina (Colômbia)	Comunicação Social
Estudios Políticos / 2462-8433	Serious Violations of Human Rights of LGBTI Communities in the Colombian Internal Armed Conflict as a Crime Against Humanity	2021	Conflito Armado na Colômbia. Violência contra população LGBTI	Teoria Queer; feminismo pós-positivista	América Latina (Colômbia)	Direito
	Análisis de género en los contextos de violencia organizada. Una mirada sociológica.	2021	A participação e os papeis das mulheres nas guerras e conflitos armados.	Estudos sobre masculinidade	--	Sociologia e Antropologia
	Reforma Rural Integral y construcción de paz para las mujeres en Colombia.	2021	Acordo de Paz na Colômbia. Desigualdades entre homens e mulheres no contexto rural.	Perspectiva feminista (feminismo latino-americano)	América Latina (Colômbia)	Ciência Política e Economia
Desafíos / 2145-5112	Transformación de las emociones en las víctimas del conflicto armado para la reconciliación en Colombia	2019	Pós-acordo de paz na Colômbia; emoções	Perspectiva de gênero (feminismo latino-americano)	América Latina (Colômbia)	Relações Internacionais e Sociologia

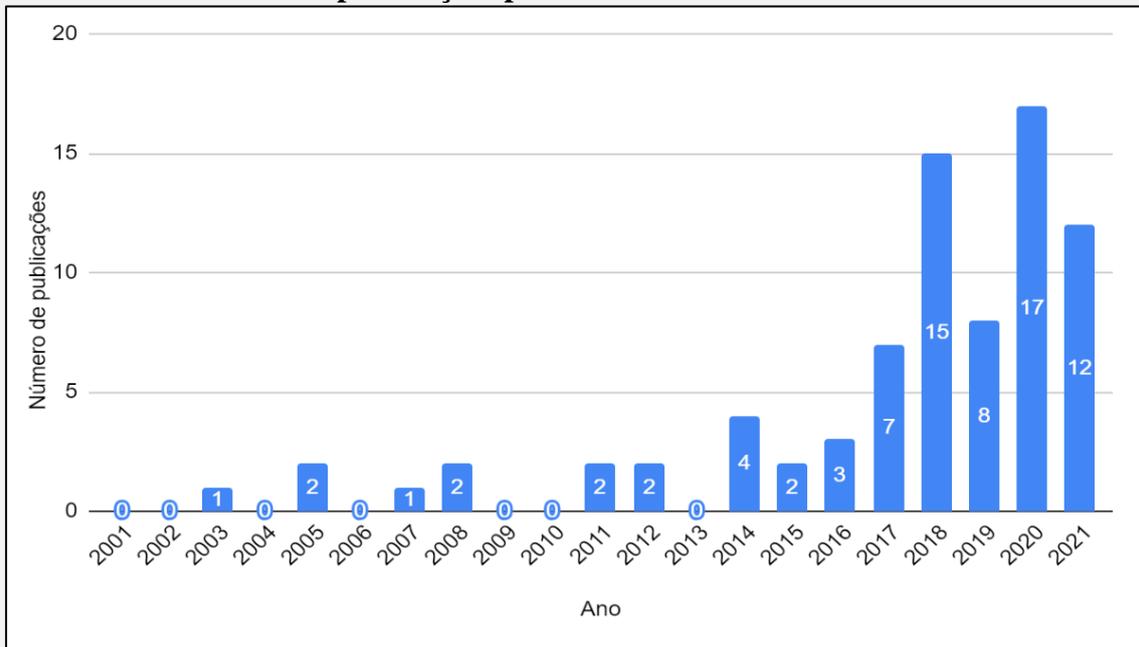
Fonte: Elaboração própria

4. O perfil da produção brasileira e colombiana

Um primeiro aspecto a ressaltar sobre as publicações nas revistas brasileiras e colombianas concerne à periodicidade dos artigos. Conforme apresentado anteriormente, nosso recorte temporal abarca o período de 2001 a 2021, o que nos permite acompanhar uma série de políticas e acontecimentos, em nível regional e internacional, e os seus

possíveis impactos da produção acadêmica. Como podemos ver no gráfico abaixo, o ano que reportou maior número de publicações foi 2020, com 17 artigos coletados, seguido do ano de 2018, com 15 artigos, e 2021 com 12 artigos.

Gráfico 01: Número de publicações por ano nas revistas colombianas e brasileiras



Fonte: elaboração própria

Um Há, portanto, uma concentração das publicações na segunda década dos anos 2000. Por um lado, consideremos alguns fatores que podem ajudar a explicar essa situação. O primeiro deles refere-se ao movimento de consolidação dos estudos de gênero e das teorias feministas nas áreas de Ciências Sociais, de uma forma geral, e nos estudos de Segurança Internacional, de forma mais específica. Essa tendência não é particular dos países analisados. Observamos, ao redor do mundo, a expansão de cursos e especializações de gênero, bem como na criação de áreas temáticas sobre gênero e feminismos nas Conferências e Associações de Relações Internacionais⁷.

Outro fator explicativo está relacionado à realização de dossiês específicos nas revistas. No ano de 2017 foi publicado o Dossiê Feminismos, Gênero e Relações Internacionais na revista *Monções*. Em 2018, a revista *Eleuthera* publicou um dossiê que contava com trabalhos apresentados no simpósio “*Género, posconflicto y construcción de paz*”, realizado no ano anterior na *Pontificia Universidad Javeriana*. Essas iniciativas

⁷ Um exemplo recente é a criação da área temática “Feminismos, Gênero e Sexualidade”, em 2021, na Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), a qual foi resultado de um esforço iniciado pelo menos desde 2016 por pesquisadoras da área.

contribuem para impulsionar cada vez mais pesquisas sobre gênero e feminismos na academia.

Por outro, entendemos que os acontecimentos do início do século XXI, particularmente o acirramento do conflito armado na Colômbia, não foram objeto imediato de análise no que concerne às discussões e/ou à adoção de abordagens de gênero e feministas. No entanto, se considerarmos que nos anos posteriores houve uma crescente participação das mulheres nas negociações de paz daquele conflito, observamos uma relação temporal entre esse movimento e o aumento da produção acadêmica que tem como objeto de investigação a agência feminina.

A análise das produções acadêmicas por país indica, ademais, a existência de localidades, temas e perspectivas teóricas que recebem destaque na região. Começando pelas localidades, a Colômbia é objeto de investigação de um número considerável de artigos. Do universo de 78 artigos encontrados, 34 baseiam-se na realidade do país, particularmente nos cenários de conflito e pós-conflito armado. Isso indica uma crescente literatura preocupada em compreender o conflito e o processo de paz a partir de perspectivas de gênero e feministas, que denunciam as assimetrias de poder nesses espaços militarizados.

Nota-se, ainda, que a maior quantidade de produções sobre o tema do conflito colombiano tem sido publicada em revistas do mesmo país. As publicações versam sobre as violências vivenciadas por mulheres e homens durante e no pós-conflito armado, principalmente em decorrência do deslocamento forçado. A maior parte delas se encaixaria no que é denominado de estudos de mulheres e/ou estudos feministas, pois investigam as experiências e os pontos de vista das mulheres. Há um esforço analítico nas publicações das revistas colombianas em desconstruir a imagem das mulheres como vítimas nos cenários de conflito. Os trabalhos refletem sobre a atuação de lideranças femininas nas negociações para o acordo de paz e em iniciativas locais de reconstrução pós-conflito. Ademais, há artigos que tratam das mulheres como atores armados, particularmente observando as experiências das guerrilheiras.

Para além do cenário colombiano, vários artigos publicados nas revistas do Brasil e da Colômbia também procuram compreender dinâmicas e processos de outros países da América Latina ou que se referem à região como um todo. Chamam a atenção os trabalhos sobre tráfico de mulheres em regiões de fronteira na América Central e região amazônica,

sobre violência contra mulheres indígenas e a população LGBTQIA+ em países do continente americano, e as pesquisas sobre participação feminina nas forças armadas.

A centralidade das publicações sobre a América Latina e, mais especificamente, sobre a América do Sul, demonstra que há um esforço em produzir um conhecimento próprio sobre a realidade local. As pesquisas abordam dinâmicas transnacionais, seja investigando atores de diferentes localidades, seja analisando atividades que transpassam fronteiras. Não obstante o olhar para a dimensão internacional, as pesquisas estão preocupadas, em sua maioria, com o impacto local dos fenômenos e/ou da atuação de indivíduos, grupos e instituições domésticas para superar os desafios e cenários de violência que se desenham na região. Entretanto, também há pesquisas que olham para outras regiões, como a América do Norte (aqui considerando o Canadá e Estados Unidos), e ainda outros continentes, como os trabalhos sobre países africanos (Somália e República Centro Africana), a Europa (Espanha e Bósnia-Herzegovina), e o Oriente Médio (Curdistão, Iraque, Arábia Saudita e Catar).

Quanto às temáticas investigadas, apontamos como principais (mas não exclusivas): (i) violência de gênero e violência contra as mulheres em contextos de conflito armado; (ii) participação feminina na reconstrução da paz; (iii) participação de mulheres e homens em grupos armados e instituições militares; (iv) violência de gênero e feminicídios em contextos de migração e refúgio; (v) operações de paz das Nações Unidas; (vi) o impacto de iniciativas internacionais, como a Resolução 1325 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); e (vii) debates sobre masculinidades e a população LGBTQIA+.

Conforme mencionado, existe um número expressivo de artigos que tratam da violência de gênero e/ou violência contra as mulheres no conflito colombiano. As pesquisas abordam as violações que essas mulheres vivenciam, decorrentes dos confrontos entre os grupos armados e dos deslocamentos forçados. Além disso, ressaltam-se as pesquisas sobre os impactos da “guerra às drogas” e do contexto mais amplo de violência na América Latina e/ou no Sul Global. Essas pesquisas lançam luz às vivências dessas mulheres em cenários que são tradicionalmente objetos de estudo na Segurança Internacional. Como denunciam as teóricas feministas, essas questões são desconsideradas pelas pesquisas *mainstream* da área, que focam nos confrontos entre os Estados e nas negociações entre líderes de governos.

Nessa mesma linha crítica ao *mainstream*, estão os trabalhos sobre a participação ativa das mulheres nas negociações de paz e em grupos armados e instituições militares. Sobre negociação da paz, as pesquisas focam na atuação das mulheres em esforços locais de reconstrução da paz. Diante da dificuldade de serem ouvidas em instâncias multilaterais e nos espaços tradicionais de poder, os artigos publicados demonstram que as mulheres criam seus próprios canais de diálogo e de iniciativas. No segundo tema, as pesquisas, além de romper com a imagem socialmente construída das mulheres como vítimas, propõem questionar as estruturas patriarcais de organizações, como as guerrilhas e as forças armadas.

As pesquisas publicadas sobre migração e refúgio também contribuem para a expansão dos estudos das Ciências Sociais para outras realidades. Ao trazer uma perspectiva de gênero e/ou uma atenção para as experiências de mulheres (cis e trans), os artigos abordam questões como o tráfico de pessoas, a exploração sexual e as violências que as mulheres enfrentam durante as travessias e nos locais de destino. Em outras palavras, as/os autoras/es na região estão olhando para aspectos desconsiderados nas análises tradicionais sobre migração e refúgio.

Outro tema frequente que tem ganhado espaço são as atividades de promoção da paz da ONU. As operações de paz emergem na produção local, visto que muitos países contribuem com contingentes militares, como o caso do Brasil na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH). Os agentes enviados como capacetes azuis desempenham em muitas ocasiões o papel de perpetradores da violência. Como mostram alguns trabalhos analisados, a violência de gênero e a violência sexual nesses cenários de conflito contribuem para o recrudescimento da trágica situação local.

Os efeitos das masculinidades militarizadas são evidentes na perpetração de violência de gênero. Essa violência, que não se expressa unicamente pelas vias da agressão direta, mas também psicológica e simbólica, impacta no ingresso feminino nas forças militares dos seus países. Por sua vez, incide negativamente na atuação feminina nas operações de paz, tanto como agentes militares quanto como negociadoras. Além dos casos já mencionados da Colômbia, os cenários de violências no Haiti e na Somália emergem como temas de interesse na literatura da região.

Considerando os esforços para a inserção dessas mulheres marginalizadas nas questões de segurança internacional, ao menos um trabalho teve como objeto de estudo a resolução 1325/2000 das Nações Unidas. A importância dessa resolução, bem como das

subsequentes, é trabalhada naqueles artigos que versam sobre as iniciativas locais de reconstrução da paz. Adicionalmente a essa agenda, os ODS também foram abordados. No entanto, são poucos os artigos acadêmicos dedicados ao impacto dessas agendas na região, o que pode ser um indicativo da complexidade em ajustá-las às realidades do Sul Global.

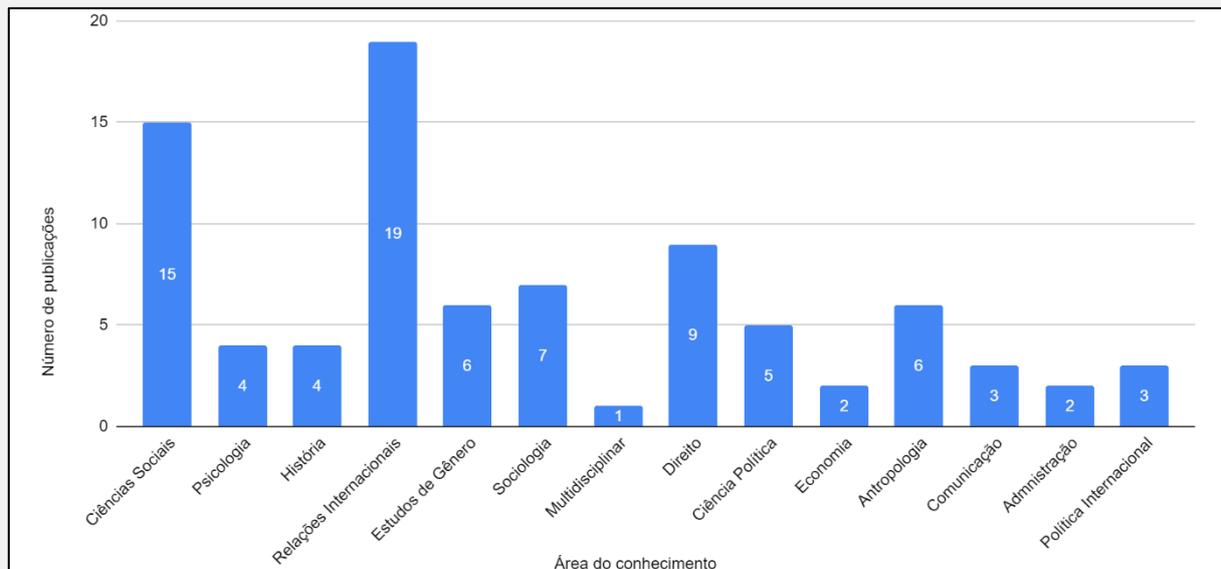
Para além das análises sobre as mulheres, há um interessante conjunto de artigos que debate questões sobre masculinidades nos cenários de conflito e de reconstrução da paz. Algumas pesquisas trabalharam com o conceito de “masculinidade hegemônica”, desenvolvido por R. Connell, para investigar aspectos como o exercício da masculinidade nos grupos armados, a violência contra os homens e as possibilidades de reconstrução das masculinidades no pós-conflito. Nesse sentido, também chamam a atenção os trabalhos sobre denúncia de violações de direitos humanos da população LGBTIQIA+, bem como o ativismo e a importância de considerar suas experiências de vida no processo de reconstrução. Algumas dessas pesquisas trouxeram um enfoque de gênero, a partir da Teoria Queer, para compreender como as violências atingem e moldam os diversos corpos e subjetividades.

Por fim, é importante analisar alguns aspectos com relação às perspectivas teóricas dos artigos. Cabe pontuar que, conforme observado no gráfico abaixo, os artigos coletados foram produzidos por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Embora haja um número maior de trabalhos na área de Relações Internacionais⁸ (19), destacam-se as pesquisas produzidas nas Ciências Sociais, no Direito, na Sociologia, dos Estudos de Gênero e na Antropologia. Ademais, muitos artigos foram produzidos por pesquisadores de diferentes áreas, o que reflete o caráter transdisciplinar das pesquisas⁹.

⁸ Esse resultado ocorre devido às publicações das revistas brasileiras. Quando olhamos para as revistas colombianas, o número de pesquisadores da área de Relações Internacionais é menor do que outras áreas do conhecimento.

⁹ Como alguns artigos foram produzidos por pesquisadores de mais de uma área do conhecimento, o número de áreas elencadas no gráfico 2 é maior que o número de publicações coletadas.

Gráfico 02: Áreas do Conhecimento dos/as autores/as



Fonte: elaboração própria

Assim, embora os autores trabalhem com dinâmicas transnacionais, eles lançam mão de conceitos e teorias¹⁰ específicas de suas áreas de conhecimento. No que concerne às abordagens e perspectivas identificadas, observamos um número considerável de publicações que partem de um enfoque de gênero e/ou crítico. As pesquisas sobre as vivências das mulheres em conflitos, violência contra indígenas e, principalmente, sobre suas formas de resistência, fazem uso de teorias decoloniais e pós-coloniais. Elas também incorporam abordagens locais como o feminismo comunitário, o feminismo camponês e o que denominamos como feminismos latino-americanos (fundamentados em autoras como María Marcela Lagarde e Rita Segato).

As análises também demonstram preocupação em compreender as intersecções entre gênero, raça e classe social, e como o patriarcado moderno-ocidental se instaura nos contextos periféricos. Nesse sentido, as pesquisas adotam um feminismo interseccional, bem como trabalham conceitos de autoras do feminismo marxista, com destaque para Silvia Federici.

No que tange aos trabalhos sobre representações e narrativas de mulheres, e outros em que se discute o gênero como fundamento discursivo para construção de agendas de

¹⁰ Nem todos os artigos se propõem e/ou declaram adotar uma teoria específica. Algumas das publicações sobre as experiências das mulheres têm um caráter historiográfico e/ou visam relatar os acontecimentos sem necessariamente propor uma análise teórico-conceitual. Em outros artigos, os autores indicam a adoção de um enfoque de gênero. No entanto, o que se observa em muitos desses casos é que adotar uma perspectiva de gênero se resume a olhar unicamente para as mulheres.

segurança, o feminismo pós-estruturalista emerge como perspectiva teórica preferida. A discussão, nesses casos, centrou-se na reflexão sobre o gênero como construção social e discursiva (Hansen, 2010). Os trabalhos buscam romper com o entendimento binário sobre masculinidades e feminilidades, aproximando-se das teorias pós-estruturalistas e pós-modernas ao discutirem os processos subjetivos e discursivos que interpelam os papéis sociais vinculados aos indivíduos. Muitos deles utilizam particularmente as contribuições de Judith Butler. Entende-se, portanto, que os sujeitos podem (re)produzir masculinidades distintas e que se manifestam de forma hegemônica em cenários e contextos diversos como as forças armadas e as operações de paz e são geralmente vistas como suportes que estruturam lógicas de comportamento (Hooper, 1999).

O *ethos* militar é invocado em diversos trabalhos precisamente por ser uma combinação de características ligadas às masculinidades – como silenciamento e destruição do feminino – e ao militarismo. Este último componente pauta-se na exacerbação das características consideradas masculinas e as vincula ao uso da força e à violência como atributos necessários em certas instituições de controle social (Enloe, 2014), como acontece visivelmente nas forças armadas, polícia e operações de paz. Nesse sentido, as masculinidades, como componentes analíticos de uma noção ampla do gênero, servem para entender os contextos de violência de gênero. Entretanto, é importante destacar que os estudos encontrados sobre masculinidades as localizam majoritariamente em situações de conflitos já estabelecidas e não como parte estruturante das instituições de controle social.

No mais, compreendemos que poucos autores se alinharam diretamente a perspectivas associadas ao feminismo liberal, o qual compreende as mulheres como categoria universal e desconsidera suas particularidades. No geral, as pesquisas coletadas buscaram realizar uma análise do ponto de vista das mulheres que vivenciam os cenários de conflito e/ou atuam na transformação de suas próprias realidades. Essa epistemologia, que a literatura denomina de “*standpoint feminism*” ou “feminismo do ponto de vista”, leva em consideração a influência de aspectos sociais, político-econômicos, étnico-raciais, entre outros, nas experiências vividas pelas mulheres.

5. Considerações finais

Neste artigo, analisamos o perfil das pesquisas produzidas no Brasil e na Colômbia, entre 2001 e 2021, que abordam ou perpassam questões de gênero, feminismos

e segurança internacional. Para tal efeito, foram analisados 78 artigos acadêmicos coletados de vinte revistas. A seleção criteriosa das publicações permitiu oferecer respostas às questões estabelecidas: (i) quais temas e/ou problemáticas são abordados nas publicações? (ii) quais perspectivas teóricas são mais trabalhadas pelos autores?

Com relação à primeira pergunta, podemos afirmar que existe uma crescente produção acadêmica que se concentra em problemas locais. O caso da Colômbia – com uma realidade que oscila entre o conflito e a abertura de vias para a paz – é significativo, pois expressa um interesse tanto interno, como sobre o potencial de incidência do conflito na política externa dos países da região. A realidade colombiana também serve como ponto de encontro de uma problemática que perpassa as fronteiras dos países sul-americanos: a violência de gênero. A situação da violência contra as mulheres, a violência de gênero e os feminicídios são assuntos que concentram uma parte considerável da literatura produzida no Brasil e na Colômbia. No geral, esse tipo de violência está associado ao caso de mulheres em realidades perpassadas por conflitos.

Sobre a segunda questão, se bem as pesquisas trabalham com teorias de caráter mais crítico, como o pós-colonialismo, a decolonialidade e o pós-estruturalismo, salientamos que nem todos os artigos empregam uma teoria específica. Dentre estes, chamamos atenção para o diálogo entre perspectivas teóricas. Em alguns deles, utilizam-se abordagens do feminismo decolonial e do feminismo marxista, ou, então, são trazidas contribuições de olhares locais, como os dos feminismos comunitário e campesino. Cabe lembrar que muitos deles possuem caráter interdisciplinar. Nesses casos, são utilizados conceitos e abordagens de outras áreas do conhecimento, para além das RI.

Embora as perspectivas decoloniais e as teorias do Sul Global não sejam uma novidade, a inserção dessas abordagens nas RI é recente, principalmente na subárea da Segurança Internacional. Os estudos sobre segurança ainda estão permeados por perspectivas clássicas, vinculadas a uma tradição realista. Nesse sentido, é importante destacar o esforço de muitos autores em levantar questões como diferenças étnicas, sociais e de sexualidade para problematizar as experiências dos sujeitos. Assim, mesmo que de forma não coordenada e/ou declarada, é possível concluir que há um movimento em direção à construção de um pensamento localizado, e um distanciamento de abordagens teóricas incapazes de observar as particularidades dos sujeitos e da realidade sul-americana.

Referências

- Acosta-Navas, J. P. (2021). Mujeres lideresas constructoras de paz en la comuna 1 de Medellín: una aproximación a las paces cotidianas construidas desde abajo. *Ánfora*, 28(50), 75-102. <https://publicaciones.autonoma.edu.co/index.php/anfora/article/download/712/532>
- Afanador Contreras, M. I., & Caballero Badillo, M. C. (2012). La violencia sexual contra las mujeres. Un enfoque desde la criminología, la victimología y el derecho. *Reflexión Política*, 14(27), 122-133. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11023066009>
- Aguirre Bonilla, O. (2014). Estado mexicano: lejos de cumplir íntegramente la sentencia de la CIDH en el caso González y otras (“Campo Algodonero”). *Revista VIA IURIS*, (17), 169-182. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273940436009>
- Aguirre, K. K. D. (2021). Neoliberalismo, Políticas de Género e feminicídio na América Latina. *Conjuntura Austral*, 12(60), 66-74. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.113519>
- Arias-Rodríguez, G. M. (2018). Notas sobre una Comisión de la Verdad desde las mujeres. *Revista Eleuthera*, 19, 186-209. <https://doi.org/10.17151/eleu.2018.19.11>
- Bautista, L. M., Saavedra, A. M., & Velásquez, W. E. R. (2020). Una mirada a las Madres de Soacha: expresiones de transnacionalización de la resistencia en cuerpo de mujer en el marco del conflicto armado colombiano. *Revista Via Iuris*, (28), 2. <https://doi.org/10.37511/viaiuris.n28a3>
- Botero Blandón, V., & Serrano Ávila, A. M. (2021). Reforma Rural Integral y construcción de paz para las mujeres en Colombia. *Estudios Políticos*, (62), 152-182. <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n62a07>
- Buzan, B., & Hansen, L. (2012). *A evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. Unesp.
- Cabezas, A. L. (2016). Mulheres dominicanas invisíveis: discursos de tráfico de pessoas em Porto Rico. *cadernos pagu*, (47). <https://doi.org/10.1590/18094449201600470007>
- Casagrande, M., Rebello L., & Oliveira, A. (2015). Os estupros como arma de guerra contra as mulheres durante a guerra na Bósnia-Herzegovina (1992- 1995): Uma reflexão à luz do conceito de segurança humana das Nações Unidas. *Revista Ártemis*, 20(2), 128-140. DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v20n2p128-140
- Camacho Zambrano, C. M., & Contreras Ortiz, I. M. (2012). Observatorio de equidad de género para el proceso de incorporación y seguimiento del personal estudiantil femenino de la ESMIC. *Revista Científica General José María Córdova*, 10(10), 187-216. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=476248923010>
- Castaño-Aguirre, C. A. (2020). Territorio mutual: una lectura del proceso de transformación territorial desde la alteridad de la comunidad LGBTI víctima del

desplazamiento forzado en el Quindío. *CS*, (32), 221-247.
<https://doi.org/10.18046/recs.i32.3532>

Castaño Torres, S., Acevedo Valencia, J. M., & Londoño Martínez, M. (2020). Tramas de la libertad y la igualdad: experiencias de mujeres excombatientes de las FARC-EP. *Colombia Internacional*, (104), p. 157-182.
<https://doi.org/10.7440/colombiaint104.2020.06>

Castrellón Pérez, M. y Romero Cristancho, C. (2016). Enfoque de género en la implementación de la Ley de Víctimas y Restitución de Tierras: una propuesta para la caracterización de las mujeres y niñas víctimas del conflicto armado en Colombia. *Revista CS*, no. 19, pp 69–113. <https://doi.org/10.18046/recs.i19.2166>

Céspedes-Báez, L. M., Chaparro González, N., & Estefan Vargas, S. (2014). Metodologías en el estudio de la violencia sexual en el marco del conflicto armado colombiano. *Colombia Internacional*, (80), 19-56.
<http://dx.doi.org/10.7440/colombiaint80.2014.02>

Connell, R. (2005). *Masculinities*. (2ª ed.). University of California Press.

Correa-Delgado, J. S. (2020). Mujeres campesinas y construcción de paz territorial en Colombia: el caso de la Asociación Campesina del Valle del río Cimitarra (ACVC). *Revista Eleuthera*, 22(1), 172-191. <https://doi.org/10.17151/eleu.2020.22.1.10>

Cox, R. W. (1981). Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium*, 10(2), 126-155. <https://doi.org/10.1177/03058298810100020501>

Díaz-Bonilla, P. A. (2020). El continuum de la violencia sociopolítica como necropolítica de género en Colombia. *Nómadas*, (53), 195-211.
<https://doi.org/10.30578/nomadas.n53a11>

Dietrich Ortega, L. M., (2014). La "compañera política": mujeres militantes y espacios de "agencia" en insurgencias latinoamericanas. *Colombia Internacional*, (80), 83-133.
<https://doi.org/10.7440/colombiaint80.2014.04>

Enloe, C. (2014). *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. (2ª ed.). University of California Press.

Estrada, Ángela M., Ibarra, C., & Sarmiento, E. (2003). Regulación y control de la subjetividad y la vida privada en el contexto del conflicto armado colombiano. *Revista De Estudios Sociales*, 1(15), 133–149. <https://doi.org/10.7440/res15.2003.09>

Fernandes, L. C. (2020). Guerra contra as drogas: medo e ódio e as opressões imbricadas de gênero, raça e classe em território brasileiro. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 9(17), 333-363. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v9i17.10953>

Fernández Saavedra, A. G., & Dema Moreno, S. (2018). La integración de la perspectiva de género en la gestión del riesgo de desastres: de los ODM a los ODS. *Revista*

Internacional De Cooperación Y Desarrollo, 5(1), 31–43.
<https://doi.org/10.21500/23825014.3594>

Ferreira, B., & Santiago, V. (2018). The core of resistance: Recognising intersectional struggle in the Kurdish women's movement. *Contexto Internacional*, 40, 479-500.
<https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2018400300004>

França, I. L. (2017). “Refugiados LGBTI”: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. *cadernos pagu*, (50).
<https://doi.org/10.1590/18094449201700500006>

Gajardo, A. V. (2018). Un acercamiento interseccional al discurso de la tradición en casos de violencia a mujeres Mapuche. *Revista de Estudios Sociales*, (64), 2-14.
<https://journals.openedition.org/revestudsoc/10001>

Galaz, C., & Menares, R. (2021). Migrantes/refugiadas trans no Chile: sexilio, transfobia e solidariedade. *Nômadias*, (54), 205-221. <https://doi.org/10.30578/nomadas.n54a12>

Gallego-Montes, G. (2020). Prostitución en contextos de conflicto armado en Colombia. *CS*, (31), 413-437. <https://doi.org/10.18046/recs.i31.3508>

Garrido Ortolá, A. (2021). Análisis de género en los contextos de violencia organizada. Una mirada sociológica. *Estudios Políticos*, (62), 80-104.
<https://doi.org/10.17533/udea.espo.n62a04>.

Gaviria, C. D. P., Marulanda, Y. M. C., Valencia, L. V. P., Monsalve, L. F. D., & Casilimas, C. A. S. (2021). Emocionalidades en tensión: de la masculinidad militarizada a formas de relación entre los géneros que construyan culturas de paz. *Ánfora: Revista Científica de la Universidad Autónoma de Manizales*, 28(51), 17-48.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8046354>

Giraldo-Aguirre, S. (2018). Diversidad sexual y de género en el marco del conflicto armado en Colombia. Algunas reflexiones para su estudio. *Revista Eleuthera*, 19, 115-133. <https://doi.org/10.17151/eleu.2018.19.7>

Gómez, M. S. A. (2020). Los derechos de las mujeres víctimas del conflicto armado colombiano. *Revista Científica General José María Córdova*, 18(30), 401-415.
<https://revistacientificaesmic.com/index.php/esmic/article/view/584>

Guevara Corral, R. D. (2008). Violencia y desplazamiento: caracterización de las mujeres desplazadas jefas de hogar del municipio de Florida, Valle del Cauca. *Reflexión Política*, 10(20),154-173. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11002013>

Henshaw, A. (2020). ‘Peace with a Woman’s Face’: Women, Social Media and the Colombian Peace Process. *Contexto Internacional*, 42, 515-538.
<https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019420300001>

Herrera, A. L. R., & Díaz, O. H. (2019). En búsqueda de visibilización: experiencias y necesidades de las mujeres excombatientes de las FARC-EP en el escenario de

construcción de paz. *Reflexión política*, 21(42), 1.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11063117002>

Hooper, C. (1999). Masculinities, IR and the 'gender variable': a cost-benefit analysis for (sympathetic) gender sceptics. *Review of International Studies*, 25(3), 475-491.
<https://doi.org/10.1017/S0260210599004751>

Ibarra Melo, M. E. (2011). Acciones Colectivas de Mujeres por la Verdad, la Justicia y la Reparación. *Reflexión Política*, 13(25).
<https://revistas.unab.edu.co/index.php/reflexion/article/view/1474>

Izcara Palacios, S. P. (2019). Migración y trata en América del Norte. *Revista de Estudios Sociales*, (67), 87-100. <https://journals.openedition.org/revestudsoc/29791>

Jiménez Villarreal, J. E. M., & Jiménez Montalvo, D. A. (2019). Violencia sexual en zonas de posconflicto: reflexiones en torno al caso de la República Centroafricana. *Revista Científica General José María Córdova*, 17(27), 504-523.
<https://doi.org/10.21830/19006586.436>

Kempadoo, K. (2005). Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *cadernos pagu*, (25), 55-78. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200003>

Kumar Acharya, A., & Salas Stevanato, A. (2005). Violencia y tráfico de mujeres en México: una perspectiva de género. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 507-524.
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300003>

Labrecque, M. F. (2018). EL FEMINICIDIO DE MUJERES INDÍGENAS EN CANADÁ: ESPECIFICIDADES SOCIALES E HISTÓRICAS. *Revista Feminismos*, 6(1). <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30369>

Landazábal Mora, M. (2021). La historia (des) bordada: imágenes de las refugiadas laosianas en América Latina. *Nómadas*, (54), 153-169.
<https://doi.org/10.30578/nomadas.n54a9>

Lida, A., & Avoine, P. A. (2016). "Deviant" women in English Arab Media: comparing representation in Iraq, Saudi Arabia and Qatar. *Reflexión Política*, 18(36), 34-48.
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11049415004>

Loaiza Giraldo, A. M., (2011). INVESTIGACIÓN PARA LA PAZ Y PERSPECTIVA DE GÉNERO: DESVELANDO LAS RELACIONES PACÍFICAS ENTRE HOMBRES Y MUJERES. *Revista Eleuthera*, 5(),127-145.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=585961834009>

Marciales Montenegro, C. X. (2015). Violencia sexual en el conflicto armado colombiano: racismo estructural y violencia basada en género. *Revista VIA IURIS*, (19),69-90. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273946366005>

Oliveira, Valdivieso & Castro. *Gênero e Segurança Internacional na Perspectiva do Sul Global: uma análise das publicações no Brasil e na Colômbia*

Martínez Martínez, G. C., Sánchez Tamayo, R., & Ibarra Padilla, A. M. (2021). Serious Violations of Human Rights of LGBTI Communities in the Colombian Internal Armed Conflict as a Crime Against Humanity. *Estudios Políticos*, (60), 179-202. <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n60a08>

Martuscelli, P. N. (2019). Onde estão as meninas soldados? Gênero e conflito armado na Colômbia. *cadernos pagu*, (55). <https://doi.org/10.1590/18094449201900550019>

Martuscelli, P. N., & Rinaldi, A. L. (2017). Evitando que “protetores se tornem predadores”: a ONU pode impedir a prática de abuso e exploração sexual por membros de missões de paz das Nações Unidas?. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 6(11), 215-249. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i11.6917>

Mattos Meza, D. (2018). Requisitos para la paz y las sociedades más justas. Madres desplazadas del conflicto armado en Colombia residentes en entornos de violencia urbana. *Revista Internacional De Cooperación Y Desarrollo*, 5(1), 44–58. <https://doi.org/10.21500/23825014.3595>

Matuella, I. (2017). Conflitos armados e a agenda internacional: a questão da mulher. *Revista Estudos Feministas*, 25, 1277-1295. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1277>

Minillo, X., Mendes, B., Bandeira, L., & Lages, R. (2017). Mulheres guerreiras: questões de gênero na participação feminina nas FARC e sua influência nas negociações de paz na Colômbia. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 6(11), 305-339. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i11.6921>

Minvielle, N. X. da C. (2019). Feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais? Intersecções e diálogos teóricos para refletir sobre gênero, refúgio e violência no Sul Global. *Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD*, 8(15), 249–277. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i15.11544>

Morais, R. J. (2019). Intersecção dos feminismos: análises sobre a agência da mulher nos processos de promoção da paz na Somália. *Revista Ártemis*, 27(1), 338. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.40640>

Narain, S. (2014). Gender in international relations: Feminist perspectives of J. Ann Tickner. *Indian Journal of Gender Studies*, 21(2), 179-197. <https://doi.org/10.1177/0971521514525085>

Neira-Cruz, Andrea, & Castillo-Olarte, Andrea Teresa. (2020). "Hombres de verdad": urdimbres y contrastes entre masculinidades paramilitares y farianas. *Nómadas*, (53), 123-139. Epub July 03, 2021. <https://doi.org/10.30578/nomadas.n53a7>

Neumann, I., & de Conti Pagliari, G. (2021). A mulher militar no Brasil no século XXI: uma análise com base nos sete indicadores propostos por Helena Carreiras (2006). *Conjuntura Austral*, 12(59), 154–169. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.113848>

Niño-Vega, N. C. (2018). Violencia armada y género: análisis de la relación a partir de los relatos de vida de jóvenes mujeres de la ciudad de Cúcuta y su área metropolitana. *Revista Eleuthera*, 19, 149-167. <https://doi.org/10.17151/eleu.2018.19.9>

Olegário, L. Z., & Corbellini, M. D. (2017). A mutilação genital feminina no continente africano sob a perspectiva feminista. *Revista Ártemis*, 23(1). <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2017v23n1.35793>

ONU Mulheres Brasil. (2020, December 17). *20 Anos da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU e a liderança das mulheres defensoras de direitos humanos para a construção da paz e da segurança*. <https://www.onumulheres.org.br/noticias/20-anos-da-resolucao-1325-do-conselho-de-seguranca-da-onu-e-a-lideranca-das-mulheres-defensoras-de-direitos-humanos-para-a-construcao-da-paz-e-da-seguranca/>

Peltier-Bonneau, L., & Szwarcberg, M. (2019). Transformación de las emociones en las víctimas del conflicto armado para la reconciliación en Colombia. *Desafíos*, 31(2), 197-229. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/desafios/a.7283>

Pinheiro, D. (2018). Autoritarismo e homofobia: a repressão aos homossexuais nos regimes ditatoriais cubano e brasileiro (1960-1980). *cadernos pagu*, (52). <https://doi.org/10.1590/18094449201800520013>

Piscitelli, A. (2008). Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. *cadernos pagu*, (31), 29-63. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332008000200003>

PNUD Brasil. (2021). *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel#:~:text=Melhorar%20progressivamente%2C%20at%C3%A9%202030%2C%20a,pa%C3%ADses%20desenvolvidos%20assumindo%20a%20lideran%C3%A7a.>

Puerto-Gutierrez, D., & Vega-Perez, L. (2020). Detrás de la sombra del conflicto armado en Colombia: Victimización sexual masculina. *Revista Via Iuris*, (29), 1-60. <https://doi.org/10.37511/viaiuris.n29a5>

Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In B. Santos & M. P. Meneses (Org.). *Epistemologias do Sul*. (pp. 73-119). Edições Almedina.

Rebelo, T. (2013). O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. *Revista Estudos Feministas*, 21(3), 817-837. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000300004>

Revollo-Pardo, C. (2018). Deconstruyendo la categoría de mujeres víctimas del desplazamiento en Colombia. *Revista Eleuthera*, 19, 77-94. <https://doi.org/10.17151/eleu.2018.19.5>

Rial, C. (2007). Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. *Revista Estudos Feministas*, 15(1), 131-151. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000100009>

Rocha, E. P. (2020). Guerreiras ou Anjos? As Mulheres Brasileiras e a Grande Guerra. *Revista Estudos Feministas*, 28. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n361492>

Robles-Gómez, J. (2020). Tejer en lo común: dos encuentros con mujeres sobrevivientes del conflicto armado colombiano. *Nómadas*, (53), 249-257. <https://doi.org/10.30578/nomadas.n53a14>

Souza, A. C. T. C. D. (2017). Sob o véu da intervenção: discursos de gênero na guerra do Afeganistão. *Revista Estudos Feministas*, 25, 1297-1312. <https://doi.org/10.1590/18069584.2017v25n3p1297>

Sánchez Ríos, E. J. (2017). El cartel de los sapos I” y “Alias el mexicano”: ¿empoderamiento de los personajes femeninos? *Ánfora*, 24(43), 69-86. <https://publicaciones.autonoma.edu.co/index.php/anfora/article/view/357>

Santos, B. D. S., Araújo, S., & Baumgarten, M. (2016). As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Sociologias*, 18, 14-23.

Santos, B. (2018). *Na oficina do sociólogo artesão: as epistemologias do sul para superar a opressão capitalista, colonialista e patriarcal*. Cortez.

Santos, R., Roque, S., & Santos, S. J. (2018). De-securitising ‘the South in the North’? Gendered narratives on the refugee flows in the European mediascape. *Contexto internacional*, 40, 453-477. <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2018400300003>

Schwether, N. D. (2020). Mulheres, paz e segurança na América do Sul: o processo de implementação de uma agenda chave. *Conjuntura Austral*, 11(56), 94-108. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.103179>

Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos ces*, (18). <https://doi.org/10.4000/eces.1533>

Silva-Falcão, A. T. D. (2018). “Eu só desejo que meus filhos não sofram o que eu sofri”: memórias de dor e resistência de mulheres sobreviventes do conflito armado colombiano. *Revista Eleuthera*, 19, 168-185. <https://doi.org/10.17151/eleu.2018.19.10>

Sjoberg, L., & Tickner, J. A. (2013). Introduction: International Relations through feminist lenses. In J. A. Tickner, & L. Sjoberg (Eds.). *Feminism and International Relations: Conversations about the past, present and future* (pp. 1-21). Routledge.

Taüchina, Ü., Romero, N. F., & Lizarralde, C. R. (2021). Üyeane maügü: cuerpos femeninos en frontera, territorios de explotación en la Amazonía. *Nómadas*, (54), 119-133. <https://doi.org/10.30578/nomadas.n54a7>

Telles, A. C. (2019). Mothers, warriors and lords: Gender (ed) cartographies of the US war on drugs in Latin America. *Contexto Internacional*, 41, 15-38. <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019410100002>

Toledo, A., & Braga, L. M. (2020). Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. *Revista Estudos Feministas*, 28. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n360992>

Torrado, B. K. C., & Ricardo, J. F. J. (2021). Importancia de la participación de las mujeres en los procesos de reconstrucción de la memoria. *Revista Internacional de Cooperación y Desarrollo*, 8(1), 64-77. <http://revistas.usbbog.edu.co/index.php/Cooperacion/article/view/5290>

True, J. (2010). Feminism and gender studies in international relations theory. In *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.46>

Valadier, C. (2018). Migration and sex work through a gender perspective. *Contexto Internacional*, 40, 501-524. <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2018400300005>

Villarroel Peña, Y. U., & Castaño Román, A. P. (2021). Aproximación geopolítica a la violencia feminicida sobre venezolanas dentro y fuera de Venezuela. *Conjuntura Austral*, 12(59), 119–136. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.113878>

Virus Epistemológico, C. (2020). Conocimientos, activismos trans y justicia epistemológica como reparación colectiva en Colombia. *Nomadas (01217550)*, (53). <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8019061>

Obeso, R. V., & González, A. G. (2018). Desplazamiento forzoso: un tema de derechos desde el enfoque de género y los acuerdos de paz. *Reflexión Política*, 20(40), 81-94. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11058502007>

Whitworth, S. (1997). Feminist Theories and International Relations. In *Feminism and International Relations: Towards a Political Economy of Gender in Interstate and Non-Governmental Institutions*. Palgrave Macmillan.

Zarco-Ortiz, E. A. (2018). Mujeres migrantes transgénero centroamericanas en Tapachula, Chiapas. Apuntes sobre transfrontera y territorialidad. *Revista Eleuthera*, 19, 95-114. <https://doi.org/10.17151/eleu.2018.19.6>

Zupic, I., & Čater, T. (2015). Bibliometric Methods in Management and Organization. *Organizational Research Methods*, 18(3), 429-472. <https://doi.org/10.1177/1094428114562629>

Gênero e Feminismos no Ensino de Relações Internacionais no Brasil

Gender and Feminisms in the Teaching of International Relations in Brazil

Alessandra Jungs de Almeida¹ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.65875]

Recebido em: 17/02/2023

Aprovado em: 22/04/2024

Resumo: A escassa literatura brasileira sobre o ensino de gênero e/ou feminismos nos cursos de graduação em Relações Internacionais indica tanto um distanciamento da área da temática, quanto uma lacuna de seu ensino nos cursos de graduação. Nesta pesquisa, de caráter exploratório, o objetivo é analisar como três cursos de Relações Internacionais de universidades públicas brasileiras abordam gênero e/ou feminismos em suas disciplinas obrigatórias. Para fazer essa análise, faço uma análise bibliográfica sobre a temática e uma análise documental dos ementários das disciplinas obrigatórias das universidades pesquisadas. Na primeira seção, aproximo-me do debate teórico sobre análise curricular. Na segunda seção, eu abordo os debates sobre gênero, currículo e ensino de Relações Internacionais. Por fim, faço uma análise das ementas obrigatórias de três cursos de graduação em Relações Internacionais. Ao todo foram analisadas 103 ementas, das quais 3 abordam gênero, contudo, marginalmente. Observo que no período de duração dos cursos analisados, há somente a “semana de gênero”, ou seja, o período de uma semana em uma disciplina ou curso inteiro para debater a temática. Também observo, nas considerações finais, que está aberta a oportunidade de disputar e mudar os currículos de Relações Internacionais para que adotem perspectivas de gênero ou/ feministas.

Palavras-chave: Gênero e Relações Internacionais; Ensino de Relações Internacionais; Currículo.

Abstract: The scant Brazilian literature about teaching gender and/or feminisms in undergraduate courses in International Relations indicates both a distancing from the thematic area and a gap in its teaching in undergraduate programs. This exploratory research aims to analyze how three International Relations courses at Brazilian public universities address the gender theme in their mandatory subjects. To conduct this analysis, I performed a bibliographic review and a documentary analysis of the syllabi of

¹ Universidade Federal de Santa Catarina– E-mail: ale.jungs@gmail.com.

the mandatory subjects of the researched universities. In the first section, I approach the theoretical debate on curriculum analysis. In the second section, I address the debates on gender, curriculum, and the teaching of International Relations. Finally, I analyze the mandatory syllabi of three undergraduate courses in International Relations. In total, 103 syllabi were analyzed, of which only 3 address gender, albeit marginally. I observe that during the length of the analyzed courses, programs have only a "gender week," meaning a one-week period in a subject or the entire course to discuss the theme. In the final considerations, I also note that there is an opportunity to challenge and change the curricula of International Relations to adopt gender and/or feminist perspectives.

Keywords: Gender and International Relations; Teaching of International Relations; Curriculum.

1. Introdução

As pesquisadoras feministas têm desafiado as omissões do ensino de perspectivas de gênero e feministas recorrentes em diversas áreas de estudo, incluindo nas Relações Internacionais. Entre outros debates, essas pesquisadoras têm abordado discussões sobre identidades de gênero e questionado o termo “mulheres” como conceito homogêneo em diferentes campos das ciências humanas e sociais (Mikkola, 2023; Scott, 2012). Nesses debates, o termo gênero tem sido observado como um conceito adotado amplamente pelos movimentos feministas para mostrar as desigualdades que resultam das distinções sociais arbitrárias entre o que é considerado feminino ou masculino (Scott, 2012).

Nas Relações Internacionais, a partir da década de 1990, mais tarde que em outras disciplinas das ciências sociais, perspectivas de gênero começaram a ser abordadas, especificamente por meio dos estudos de Segurança Internacional, da Economia Política Internacional e da Política Externa (Salomón, 2016, 2022). Desde esse período, feministas têm estendido as fronteiras da disciplina por meio da investigação do papel de mulheres nas relações internacionais, da realização de novas perguntas de pesquisa e da escuta das vozes que estão nas margens da política internacional (Murphy, 1996; Tickner, 2001). Assim como em outras áreas, nas Relações Internacionais, as estudiosas feministas e de gênero, além de fazerem uma análise das dinâmicas internacionais, desenvolveram seus estudos com objetivos político-normativos, buscando também mudar a realidade vigente (Salomón, 2016). Mesmo com esses avanços, as perspectivas de gênero e/ou feministas ainda são raras nas salas de aula da área e, em geral, não transversalizam as diversas agendas do campo de estudo, ficando confinadas a “semana de gênero” ou a disciplinas optativas (Holmes, 2018; Rowley & Shepherd, 2012; Salomón, 2022; Sjoberg, 2007; Sondarjee, 2022).

Apesar da escassez e da não transversalização do ensino de gênero nas Relações Internacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define uma série de princípios para educação no Brasil, para além da formação das habilidades técnicas. Entre elas o princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (Diretrizes e Bases Da Educação Nacional - Lei No 9.394, de 20 de Dezembro, 1996). A Orientação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores de 2019, apesar de técnica em sua formulação, define como uma competência esperada dos egressos dos cursos de ensino superior que esses possam “reconhecer e conviver com as diferenças socioculturais nos mais diversos níveis em todos os contextos em que atuem, sejam globais ou locais”

(Brasil, 2019, p. 9). Ao mesmo tempo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais definem como “elemento estrutural” dos cursos no Brasil a abrangência de “formas de realização da transversalidade da interdisciplinaridade” (Resolução CNE/CES 4/2017 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Relações Internacionais, 2017). Esses princípios e orientações ressaltam a necessidade de processos educativos que visem à formação no ensino superior além das habilidades técnicas, que contribuam para a autonomia e a emancipação dos sujeitos em formação por meio de diversas disciplinas que explicam e se relacionam com as dinâmicas internacionais. Os debates feministas e/ou de gênero, nesse sentido, fazem (ou deveriam fazer) parte da formação de estudantes que estejam capacitados a realizar análises relevantes sobre o mundo e as dinâmicas internacionais da atualidade (Enloe, 2004b), visto que as relações de gênero produzem as relações internacionais (e por elas são produzidas), não sendo um “tópico independente” da política internacional (Sondarjee, 2022, p. 233). Por isso, a inclusão de perspectivas de gênero nos currículos pode ser considerada, junto a outros temas relacionados a ciências sociais e humanas, parte essencial de uma formação que tem o potencial de contribuir para a formação intelectual, autonomia e construção de agência histórica das e dos estudantes do ensino superior brasileiro.

Considerando essa discussão, o problema desta pesquisa, de caráter exploratório, é: Como as ementas das disciplinas obrigatórias dos cursos de graduação em Relações Internacionais de três universidades brasileiras abordam o ensino de perspectivas de gênero e/ou feministas? A partir desta pergunta, o principal objetivo deste estudo é analisar como três cursos de Relações Internacionais de universidades públicas do Sul do Brasil têm abordado gênero e feminismos nas ementas das suas disciplinas obrigatórias. Os currículos analisados são dos cursos de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Esta é uma pesquisa qualitativa e de análise documental, com fontes primárias e secundárias.

Esta pesquisa está circunscrita em uma investigação feminista e apoia-se na premissa, inspirada em Cynthia Enloe (2004b), de que é necessário ter curiosidade feminista para não naturalizar o que encontramos em nossas pesquisas. Apesar desta análise estar informada pela minha experiência enquanto estudante durante a graduação, mestrado e doutorado em Relações Internacionais no Brasil, realizei essa pesquisa

preparada para ser surpreendida pelos currículos de Relações Internacionais, ainda que tenha vivenciado a ausência de perspectivas de gênero em sala de aula. Assim, eu exercito a minha curiosidade tentando entender “por que estas escolhas e não outras” foram feitas na construção dos currículos analisados. Como Enloe (2004b) argumenta, muitas instituições, materiais e imateriais, dependem da nossa falta de curiosidade. Essa névoa - ou não curiosidade - apaga perguntas importantes como: quem colocou os homens ali e as mulheres e outras minorias lá? Quem se beneficia quando as mulheres cis ou transgênero e pessoas LGBTQIA + são colocadas nessa posição e não em outra? Ou, quando pensamos no currículo universitário: quem define que gênero deve ou não deve estar no currículo permanente e obrigatório dos cursos de Relações Internacionais? Quem se beneficia com possíveis omissões e para quem isso é “natural” e não uma decisão histórica, política e social? Essas são perguntas chave para esta pesquisa, pois questionam a decisão de ensinar ou não Relações Internacionais com perspectivas de gênero e/ou feministas nos currículos universitários. Além disso, esse debate demonstra a necessidade de observar as escolhas curriculares como decisões de poder, portanto como escolhas que podem ser questionadas, desafiadas e transformadas.

Este artigo está dividido em três seções. Na primeira seção, apresento o debate teórico sobre currículo, entendendo-o a partir de seu caráter político-pedagógico. Pesquisadoras e pesquisadores da área de educação argumentam que o desenvolvimento do currículo é influenciado por disputas políticas, visto que este serve como mecanismo de difusão de visões de mundo e ideologias às e aos estudantes. Dessa forma, meu olhar está direcionado para as discussões de como projetos político-pedagógicos dissidentes e outras vozes, além das hegemônicas, vêm sendo incorporados aos debates sobre a construção dos currículos acadêmicos. Na segunda seção, eu abordo os debates que conectam gênero, feminismos e ensino de Relações Internacionais, sobretudo a partir da literatura internacional, dada a escassa literatura brasileira sobre a temática. Da literatura brasileira ou sobre o Brasil, não foram encontrados textos específicos sobre gênero, Relações Internacionais e currículo. Essa revisão de literatura traz elementos sobre a perspectiva da sala de aula em Relações Internacionais, com diferentes abordagens teóricas que professoras e professores têm utilizado para ensinar gênero, os principais desafios pelos quais têm passado e algumas sugestões e experimentações pedagógicas para o ensino de Relações Internacionais com perspectiva de gênero.

Por fim, na terceira seção, faço uma análise das ementas das disciplinas obrigatórias dos cursos de graduação em Relações Internacionais das seguintes universidades do Brasil: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Rio Grande do Sul (RS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Santa Catarina (SC) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) no Paraná (PR). Respectivamente são analisadas 32, 31 e 40 ementas obrigatórias de cada universidade, das quais somente uma ementa de cada universidade aborda gênero. Ao todo são analisadas 103 ementas obrigatórias, das quais 3 abordam as temáticas supracitadas, contudo, de maneira marginal. Em conclusão, observo que nos quatro ou cinco anos de duração dos três cursos de graduação, há somente uma “semana de gênero”. Essa é uma expressão presente na literatura internacional sobre ensino de gênero nas Relações Internacionais para explicar que em uma disciplina ou em um curso inteiro, há o espaço de uma semana para debater a temática. Também observo, nas considerações finais, que para todas e todos nós, acadêmicas, estudantes, pesquisadoras da área, há a oportunidade de questionar, disputar e transformar os currículos obrigatórios de Relações Internacionais para que também sejam constituídos e atravessados por perspectivas de gênero e/ou feministas.

2. Abordagens teóricas sobre currículo e o ensino de gênero

No livro “Documento de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo”, Tomaz Tadeu Silva (1999) escreve que “como deve ser um currículo” depende da perspectiva teórica das pessoas que o fundamentam. Assim, não é o currículo que é revelado ao ser definido, mas as teorias são reveladas a partir da definição de currículo que propõem. Por exemplo, enquanto teorias tradicionais aceitam os conhecimentos hegemônicos para serem incorporados aos currículos e acabam por concentrar-se em questões como: “como esse conhecimento será transmitido?”, dado que esse é inquestionavelmente o conteúdo a ser transmitido, as teorias pós-críticas ou não tradicionais questionam “o quê” deve ser ensinado e “por quê” isso ou aquilo deve ser ensinado (T. T. Silva, 1999). Portanto, um currículo é o reflexo das perspectivas e teorias que o embasam, que são transpostas para a prática pedagógica por meio de critérios de seleção de conteúdos e justificativas sobre os quais o currículo vai se basear.

A seleção dos conteúdos de um currículo e suas metodologias é objeto de contestações pedagógico-políticas. Especificamente, em um contexto em que se questiona o que deve ser ensinado e por que tal conhecimento deve ser ensinado, as teorias

não tradicionais de currículo perguntam: por que “esse conhecimento e não outro” está no currículo? Nessa perspectiva, privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder e as definições sobre o que é currículo e suas teorias estão em um território que pode ser desafiado (T. T. Silva, 1999). Enquanto instrumento pedagógico em contestação, o currículo é produto de conflitos e concessões, por isso não é um conjunto neutro de conhecimentos ou práticas (Moreira & Júnior, 2016). É por meio desse instrumento pedagógico que os grupos sociais, majoritariamente os dominantes, expressam sua visão de mundo e seu projeto social. Assim, aquilo que “deve ter” um currículo, não é o que é essencial a ele, mas sim é resultado de construtos sociais sobre que conteúdos devem ou podem estar no currículo. Essas escolhas variam conforme o lugar, o período e os grupos sociais que o produziram ou o influenciaram (Ribeiro et al., 2020). Portanto, o currículo é construído por processos sociais que estão diretamente relacionados à cultura e às relações sociais (Moreira & Júnior, 2016).

Além disso, o currículo é mecanismo de difusão de visões de mundo e ideologias às e aos estudantes. O currículo incorpora o que escolhemos (re)lembrar, o que acreditamos atualmente e o que esperamos do futuro (Moreira & Júnior, 2016). Assim, a pergunta “o que eles e elas devem saber?” está sempre por trás da definição de currículo (T. T. Silva, 1999, p. 14). Essa pergunta soma-se ao questionamento adjacente: “o que eles e elas devem se tornar?”. Afinal, o currículo (do latim curriculum, significando o caminho de uma jornada ou de uma corrida) tem o objetivo de modificar as pessoas que vão seguir essa “trajetória”, ou seja, esse currículo. O currículo, portanto, funciona como um mecanismo de difusão de conhecimento e de perspectivas sobre a realidade, vinculando-se e formando nossa subjetividade. Conforme Tomaz Tadeu Silva (1999), para além do conhecimento, o currículo conecta-se a construção de nossa identidade:

“O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.” (T. T. Silva, 1999, p. 150).

Considerando que o currículo é documento de identidade e que não é um instrumento pedagógico neutro, estamos dispostas e dispostos a rever a posição concedida aos saberes hegemônicos nesse documento? Atualmente, como projetos políticos críticos e dissidentes vêm sendo incorporados ao currículo acadêmico? Repetindo o questionamento de Moreira e Silva Júnior (2016, p. 47) “que espaço está sendo oferecido

para que outros conhecimentos, outras histórias de vida e outras vozes sejam reconhecidas?”. Quando perspectivas dissidentes são abordadas, alarga-se a liberdade de escolha das e dos estudantes para que construam, também, suas identidades. Trata-se de oferecer perspectivas para quem está percorrendo este currículo ou caminho (Moreira & Júnior, 2016).

A consideração de abordagens dissidentes e não-hegemônicas ao currículo está situada em um cenário em que explodem as lutas políticas contemporâneas, como as lutas feministas, LGBTQIA +, antirracistas, pelo direito de migrar, entre outras. As repercussões desses movimentos influenciam projetos teóricos centrados na crítica e na transdisciplinaridade, opondo-se a perspectivas acadêmicas masculinizadas e eurocêntricas, que são dominantes atualmente (Moreira & Júnior, 2016). Essas perspectivas dominantes de currículo, como demonstra Nilsa dos Santos (2019) em sua pesquisa sobre mulheres negras, que ela chama “negras velhas”, e suas percepções sobre feminismo e currículo, imprimem marcas profundas na formação humana e na autoestima das e dos estudantes. Essas marcas não impactam estudantes somente durante o período escolar, mas durante toda a vida. Uma de suas entrevistadas, Marisa, 76 anos, mulher negra, ainda guarda lembranças de uma experiência na escola, quando criança, interpretando em um teatro uma mãe negra. A mãe negra que ela interpretou era uma mãe infeliz em comparação com outras duas mães brancas sendo interpretadas por crianças brancas. Marisa conta que o sentimento de inferioridade nessa atividade escolar a acompanhou por toda a vida. Este exemplo demonstra que os ambientes educativos também podem reproduzir violências estruturais, como racismo ou machismo. Também exemplifica que quando o currículo é alienado de reconhecer desigualdades sociais pode deixar marcas negativas na vida de quem o vivencia (Colling, 2016; Santos, 2019). Os relatos das mulheres negras demonstram que há descompassos entre os problemas do mundo e como esses problemas são abordados na escola, entre os sujeitos que habitam o mundo e as experiências de quem frequenta a escola ou a universidade (Colling, 2015; Santos, 2019). Um currículo alienado da realidade social e isento de abordar violências sistêmicas que estruturam nossa existência, como o racismo ou o machismo, tem impactos diretos na vida daqueles e daquelas que o experienciam. Por isso, a defesa de outros conteúdos que não os de status quo tem como uma das premissas que o conhecimento seja visto como instrumento para desenvolvimento da autonomia das e dos estudantes em relação a realidade que os circunda (Moreira & Júnior, 2016).

Especificamente sobre as relações de gênero com o currículo, esse debate foi inicialmente proposto por acadêmicas dos “Estudos das Mulheres”, nos Estados Unidos, correlacionando-se, em sua origem, com a pedagogia feminista (T. T. Silva, 1999). Mesmo inicialmente não estando dedicada aos estudos curriculares, a pedagogia feminista é inspiração para pensar o currículo a partir dos debates de gênero – especialmente porque o currículo, conforme coloca Tomaz Tadeu Silva (1999), não pode ser separado da pedagogia. Nas análises de currículos ligadas ao debate de gênero, Silva (1999) observa que a profunda desigualdade de gênero, com homens apropriando-se de uma parte desproporcional de recursos materiais e simbólicos, estende-se também à educação e ao currículo. Em outras palavras, o currículo, enquanto documento de identidade, também materializa e produz relações de gênero.

Conforme Ana Colling (2015), falar de desigualdades de gênero é situar esse debate nas relações sociais. Para Colling (2015) as desigualdades permeiam todo o corpo social – inclusive lugares de produção de conhecimento, como as universidades. Assim, se primeiramente os debates sobre educação demandaram que as mulheres (a partir desse conceito homogêneo) pudessem acessar a educação formal, a segunda fase desses debates deslocou-se do acesso para o “quê” desse acesso, ou seja, o quê está sendo ensinado e por quê. Por exemplo, as análises feministas demonstram que o acesso às escolas e às universidades ainda é feito em um mundo social definido de acordo com formas masculinizadas de pensamento e conhecimento. Nesse sentido, junto com as análises de currículo, as perspectivas feministas questionam a aparente neutralidade das epistemologias e escolhas de um currículo acadêmico ou escolar, o que também pode ser questionado na área de Relações Internacionais.

3. Ensinando Relações Internacionais com perspectivas de gênero e/ou feministas

A literatura que discute o ensino de Relações Internacionais com perspectivas de gênero e/ou feministas no Brasil ainda é escassa. Há alguns estudos sobre a inserção e condição de trabalho de mulheres na pesquisa, docência e pós-graduação em Relações Internacionais e Ciência Política no Brasil (Baccarini et al., 2019; Coelho et al., 2020). Outros estudos também questionam a construção teórica da disciplina e a contribuição do Brasil e de debates críticos brasileiros, como os estudos sobre racismo e estudos decoloniais (Decol & Silva, 2019; Lopes & Lopes, 2022; Quadros et al., 2021; K. de S. Silva, 2021). Contudo, currículo, perspectivas de gênero e feministas e ensino de Relações Internacionais não são temas abordados no Brasil. Internacionalmente, esse

debate tem sido feito de maneira constante nas últimas décadas (Holmes, 2018; Mazur & Appleton, 1997; Mertus, 2007; Sjoberg & Whooley, 2023; Sondarjee, 2022). A seguir, apresento algumas abordagens observadas no ensino de gênero e/ou feminismos na área, descrevo alguns desafios e então compartilho algumas sugestões e experimentações de outras autoras para o ensino de Relações Internacionais genderificadas, ou seja, Relações Internacionais que sejam compreendidas a partir de perspectivas de gênero e/ou feministas.

3.1. Abordagens do ensino de perspectivas de gênero e feministas nas Relações Internacionais

Em diferentes países, pesquisadoras têm demonstrado que as teorias e pedagogias feministas, ainda que sejam estudadas nos cursos de Relações Internacionais, têm sido empurradas para as margens da área (Holmes, 2018; Lucero, 2023; Salomón, 2022). O pensamento e teorias feministas usualmente não se encaixam nas abordagens tradicionais da disciplina, que ainda é fortemente influenciada pelos paradigmas Liberais e Realistas. Além disso, historicamente, há pouca permeabilidade da disciplina em considerar que as dinâmicas internacionais também são influenciadas pelas desigualdades de gênero (Salomón, 2016). Apesar dessas barreiras, o desenvolvimento e fortalecimento da teoria crítica nas ciências sociais e humanas, juntamente com o significativo impacto dos movimentos feministas, têm influenciado pesquisadoras e pesquisadores na área a abrir espaço (ou ao menos tentar abrir espaço) para as teorias e debates não tradicionais. São nestas brechas que usualmente o pensamento feminista em relação as Relações Internacionais é incorporado aos currículos dos cursos de graduação.

Recentemente, autoras que estudam gênero e feminismos na área de Relações Internacionais têm observado diferentes abordagens e tendências no ensino dessas intersecções. Por exemplo, Julia Mertus (2007) identifica que há uma abordagem dominante no ensino de Relações Internacionais, que tem como atores e conceitos principais o Estado, a soberania, o poder e a segurança, temas considerados tradicionais na área. Nessa abordagem o significado de gênero e sua relação com os conceitos e atores supracitados não é evidente ou, em outras palavras, não há espaço para gênero ou feminismos. De maneira similar, Deborah Stienstra (2000), ao analisar como se ensina na área a temática de Mutilação Genital Feminina (MGF), chama essa maneira de ensinar de “see no evil, read no evil, teach no evil”, similar a abordagem definida por Mertus (2007),

na qual gênero não é um tema apropriado para ser estudado nas Relações Internacionais. Para Mertus (2007), nesta abordagem a teoria realista é a principal perspectiva para entender a área, o Estado se mantém como o foco principal e conflitos internacionais são a maneira primária pela qual os atores interagem. Georgina Holmes (2018) também observa essas práticas que excluem gênero da sala de aula de Relações Internacionais. Holmes (2018) coloca que ainda há uma centralidade nos debates sobre agência-estrutura em sala de aula e que as e os estudantes não querem arriscar adotar uma perspectiva que não é regularmente aplicada, como de gênero ou feminista. Nos currículos analisados por Holmes (2018), na melhor das hipóteses, a narrativa liberal feminista é mobilizada e outros feminismos são silenciados. Assim, os currículos sustentam o privilégio branco e reproduzem uma lógica repressiva interna que reforça a atual ordem de gênero internacional, ou seja, a patriarcal (Holmes, 2018).

Além disso, Deborah Stienstra (2000) chama de “adicione mulheres e mexa” e Julia Mertus (2007) de “feminismo de igualdade” outra abordagem de ensino na área. Nessa abordagem, são observadas as maneiras com as quais as mulheres e grupos LGBTQIA + são invisibilizados nas relações internacionais. É uma abordagem que reconhece que alguns papéis de poder são conferidos às mulheres, mas que demonstra que esses papéis ainda são negligenciados (Mertus, 2007). Nessa maneira de ensinar Relações Internacionais, gênero é incorporado nos cursos e literatura das aulas em uma seção separada e discreta, sem dialogar com o resto da literatura, o que autoras como Sjoberg (2007), Holmes (2018) e Sondarjee (2022) chamam de “semana de gênero”. O currículo principal não muda, mas algumas questões em relação as mulheres são trazidas para discussão, por exemplo: mulheres envolvidas na política externa ou MGF como uma prática que afeta direitos humanos (Stienstra, 2000). Nessa perspectiva, o conceito “mulheres” é apresentado como coesivo e não há uma abordagem que considere a heterogeneidade política, sexual, de classe e cor deste termo. A “teoria feminista” é apresentada como uma abordagem única ou como um paradigma e não como diferentes vertentes teóricas (Sondarjee, 2022).

Outra abordagem que Deborah Stienstra (2000) define é a de "múltiplos paradigmas". Essa abordagem é resultado das discussões teóricas nas Relações Internacionais dos anos 1980, especialmente entre Liberalismo, Realismo e Teoria Crítica. Nesse momento, as diferentes abordagens de cada teoria para os temas de Relações Internacionais possibilitaram que houvesse espaço para as análises de gênero,

visto que as ontologias e epistemologias debatidas no período eram mais abertas as teorias feministas, permitindo que pudessem ser lentes para olhar as dinâmicas internacionais. Julia Mertus (2007) chama essa abordagem de “além de adicionar mulheres”. Nessa perspectiva, quem define o quê e quem conta na política internacional são os homens (no centro), com as mulheres com menos poder (nas margens), contudo há o questionamento desses locais de enunciação. Contudo, gênero também não é identificado como estruturante das relações internacionais e segue marginalizado em uma semana do currículo em que se delimita que se estude a “temática”.

3.2. Desafios no ensino de perspectivas de gênero e feminismos nas Relações Internacionais

Para além do privilégio das abordagens tradicionais no ensino de Relações Internacionais há outros desafios. Laura Sjoberg (2007), por exemplo, coloca que a experiência de ensinar gênero em uma sala de aula de Relações Internacionais ensinou a ela que gênero e feminismos têm uma ressonância pessoal na vida das e dos estudantes. A autora argumenta que é importante reconhecer as reações pessoais das e dos alunos sobre o tema (Sjoberg, 2007). Estudantes podem agir com hostilidade quando não esperam enfrentar a temática, porque diferente de outros debates nas Relações Internacionais, esse é um assunto que importa nas relações interpessoais das e dos estudantes, visto que todas e todos são afetadas pelas dinâmicas de gênero. Deborah Stienstra (2000) chama essa hostilidade de estreiteza cultural. As e os estudantes tendem a resistir quando as questões não são diretas, mas complexas, quando as incentivam a repensarem as fundações do seu pensamento (Stienstra, 2000). Ao mesmo tempo, é uma oportunidade de fazê-los se posicionar em relação ao que estudam, visto que estudantes de Relações Internacionais tendem a despersonalizar e estar afastadas das temáticas estudadas por dizerem respeito ao “sistema internacional”, conceito que parece abstrato e distante da vida cotidiana.

Outro desafio ao ensino de gênero na área é que muitos professores e universidades ensinam gênero somente em uma aula ou semana durante todo um curso (Holmes, 2018; Sjoberg, 2007; Sondarjee, 2022). Segundo Sjoberg (2007), há uma diferença entre ensinar Relações Internacionais com uma perspectiva de gênero ou com apenas uma semana de aula sobre gênero. Sondarjee (2022) argumenta que um desafio é que gênero é ensinado como se fosse um programa de pesquisa compartimentalizado, quando na verdade deveria ser adotada uma pedagogia que ensine gênero cruzando os

diferentes paradigmas da área. Em relação a essa genderização da área, na experiência de Holmes (2018) os departamentos de Relações Internacionais são resistentes ao feminismo, há uma expectativa de que as acadêmicas feministas adotem uma pedagogia patriarcal em seu ensino dos módulos principais da área. Nessa linha de pensamento, os departamentos entendem que a prática feminista deveria ser reservada para módulos especializados em gênero ou para as pesquisas das professoras. Para Luciana Ballestrin (2021) essas resistências também são observadas na construção de uma agenda feminista de Relações Internacionais no Brasil e uma das razões pelas quais isso acontece é a sobreposição masculina de docentes e pesquisadores nos departamentos.

Há ainda o desafio de encontrar textos especializados em gênero e Relações Internacionais. Professoras e professores escolhem artigos sobre gênero e feminismo ou textos sobre uma temática especializada nas Relações Internacionais. Apesar das pesquisas feministas na área terem avançado para preencher essas lacunas, esse é um paradoxo. Os textos discutidos, independente da temática, deveriam incluir gênero, pois essa é uma realidade empírica (Sjoberg, 2007). Em relação a isso, Mónica Salomón (2022) coloca que conseguir uma “autêntica transversalização” do debate de gênero nas Relações Internacionais é o principal desafio que as feministas da área enfrentam. Para o futuro, é necessário a produção de textos e metodologias que cruzem diferentes temáticas de Relações Internacionais a partir das lentes de gênero, pois, como Sondarjee (2022) demonstra, estudos orientados por gênero deveriam ser lecionados independente da área de pesquisa ao qual dizem respeito, como a partir de diferentes teorias, abordagens ou tópicos.

Deborah Stienstra (2000) define que um dos desafios de incorporar gênero no ensino de Relações Internacionais é um desafio pedagógico e uma questão de recursos, pois demanda que professoras e professores se aproximem do feminismo dentro das Relações Internacionais, indo além das fontes tradicionais, onde as feministas de Relações Internacionais por vezes não estão. É necessário, portanto, ter tempo (e, obviamente, interesse) para buscar fontes alternativas, se basear em mais textos, indo além da própria formação acadêmica. Para Stienstra (2000), quando adicionamos múltiplos paradigmas em nosso currículo, mudamos a maneira como ensinamos e o que ensinamos em Relações Internacionais. O que transforma nós, as e os estudantes e, também, o currículo.

3.3. Experimentações, resistências e possibilidades para o ensino de perspectivas de gênero e feministas nas Relações Internacionais

Ao refletir sobre a ausência do ensino de gênero no currículo, pesquisadoras da área têm feito algumas sugestões para a construção de Relações Internacionais genderificadas. Deborah Stienstra (2000) coloca que construir Relações Internacionais genderificadas baseia-se na premissa de que gênero é uma perspectiva central que complexifica-se por meio de outros conceitos como raça, classe, deficiências e classe social. Essa abordagem é definida pela ideia de que relações internacionais não são somente o que governos praticam, mas também são feitas por atividades diárias de pessoas comuns que têm suas vidas impactadas e ao mesmo tempo impactam a política global. Essa abordagem amplifica os tópicos a serem estudados e redefine conceitos básicos das Relações Internacionais tradicionais, como, por exemplo, cooperação, política, poder e autonomia, e quais são os atores e papéis a serem considerados para análise na área (Stienstra, 2000).

Julia Mertus (2007) coloca que o que a difere no ensino da área de seus pares é aplicar as teorias à realidade, examinando em sala de aula como atores locais, por exemplo, resistem e usam teoria. Sjoberg (2007) define que para aplacar as resistências em sala de aula ao estudo de gênero é necessário discutir o significado do termo para reduzir o desconforto sobre a temática. Enloe (2004a) define que temos que enfrentar a vulnerabilidade que sentimos quando abordamos temáticas de gênero, a autora sugere que é necessário ter uma consciência feminista informando nosso trabalho.

Em um texto recente, Ribeiro et al. (2020), a partir da noção foucaultiana de arquivo, “escavaram” como gênero tem sido abordado na Universidade do Vale do Taquari. As autoras (Ribeiro et al., 2020) questionaram o currículo da universidade a partir da ideia de currículo “imoralista”, desconfiando da moral baseada na natureza, no absoluto, no universal, elas perguntaram: por que estes conhecimentos e não outros são considerados certos ou verdadeiros? Por que essa verdade e não outras? A partir dessas perguntas, as autoras pesquisaram o que havia sido produzido sobre gênero pela universidade além da sala de aula, como artigos, TCCs, produtos de grupos de pesquisa, para pensar um currículo genderificado. A partir de uma seleção de pesquisas desenvolvidas na universidade, elas fizeram uma experimentação curricular organizando aulas informais com pesquisadores e pesquisadoras dos trabalhos produzidos. Em diferentes menções, autoras e autores dos trabalhos diziam que suas motivações e

justificativas para a pesquisa era a ausência de gênero nos currículos dos cursos em que eram alunos (Ribeiro et al., 2020).

Abordar gênero no currículo também traz possibilidades. Pesquisadoras feministas argumentam que o feminismo interseccional contém a possibilidade de um trabalho transformador. Entre elas, perturbar a reprodução das divisões sexuais do trabalho e promover relações mais democráticas (Holmes, 2018). Para Ballestrin (2021) a construção de uma abordagem feminista e pós-colonial no Brasil possibilita a construção de uma agenda de investigação que seja atenta ao seu papel e lugar no mundo. Ancoradas nesse pensamento, recentemente Jocieli Decol e eu refletimos com a ausência de gênero na sala de aula de Relações Internacionais impactou nossa formação e escolhas profissionais e como, enquanto estudantes brasileiras, vimos nas relações com os movimentos sociais uma forma de aprender sobre gênero e tentar transformar as Relações Internacionais desde dentro (Jungs de Almeida & Decol, 2023). Essas reflexões e ideias sobre possibilidades de introduzir os debates de gênero na sala de aula de Relações Internacionais acontecem porque os currículos, não só em outros países, mas também no Brasil, têm sido espaços de reprodução de status quo em que gênero e seus debates têm pouco ou nenhum espaço.

4. Análise curricular: gênero e feminismos nas ementas de Relações Internacionais

A análise das ementas das disciplinas obrigatórias dos cursos de graduação em Relações Internacionais foi realizada na última versão disponibilizada dos currículos publicizados nos sites das seguintes universidades: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Rio Grande do Sul (RS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Santa Catarina (SC) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) no Paraná (PR). Os casos foram escolhidos porque cada universidade está situada em um dos três estados da região Sul do Brasil. Ao mesmo tempo, os três casos representam diferentes realidades geográficas, culturais e políticas da região. Um dos cursos está situado no interior do estado do RS (UFSM), outro está na capital do estado de SC (UFSC) e o terceiro representa uma universidade na tríplice fronteira brasileira do PR com Paraguai e Argentina (UNILA). As palavras-chaves escolhidas para fazer a pesquisa em cada uma das ementas foram: “gênero”, “feminismo”, “sexualidade” e “mulheres”. Foram analisadas, respectivamente, 32, 31 e 40 ementas de disciplinas obrigatórias de cada universidade, UFSM, UFSC e UNILA, das quais somente uma disciplina de cada

curso aborda, ainda que perifericamente, a temática de gênero ou feminismos. Ao todo foram analisadas 103 ementas de disciplinas obrigatórias, das quais 3 abordam “gênero”, “feminismo”, “sexualidade” ou “mulheres”, contudo, de maneira marginal.

Na UFSM, onde 32 disciplinas obrigatórias foram analisadas, a disciplina que aborda gênero chama-se “Teoria das Relações Internacionais B”, do currículo de 2018. Nela, uma das três unidades a serem lecionadas é “Teorias Emancipatórias” e uma de suas subunidades chama-se “Feminismo”. Nas referências bibliográficas é indicado o seguinte texto de Christine Sylvester, “Feminist International Relations: an unfinished journey” (Sylvester, 2004; UFSM, 2018b). Na UFSC, onde 31 disciplinas obrigatórias foram analisadas, somente uma delas aborda gênero. A disciplina, do currículo de 2014, é chamada “Teoria das Relações Internacionais II” e conta com 4 unidades. Na unidade “Construtivismo” um dos textos obrigatórios indicados é, também, de Christine Sylvester, chamado “The contributions of feminist theory to International Relations” (Sylvester, 1996; UFSC, 2014). Na UNILA foram analisadas 40 ementas obrigatórias. Nessas, somente uma disciplina, do currículo de 2013, “Teoria das Relações Internacionais I”, aborda gênero. Nessa disciplina, no item “conteúdo programático” cita-se que será lecionado um “Panorama do construtivismo social, Pós-modernismo, Pós-Estruturalismo, Teorias Feministas e Pós-Colonialismo”, mas nenhuma literatura em gênero ou feminismos é indicada (UNILA, 2013). A tabela 1. apresenta os dados encontrados.

Tabela 01: Ementas obrigatórias de cursos de Relações Internacionais e a quantidade de disciplinas que abordam gênero e/ou feminismos

Universidade	Ano	Ementas obrigatórias analisadas	Ementas que abordam gênero e/ou feminismos
UFSM	2018	32	1
UFSC	2014	31	1
UNILA	2013	40	1
Total	-	103	3

Para além das disciplinas obrigatórias, compõem o currículo dos três cursos as chamadas “disciplinas optativas”. Os currículos dessas disciplinas não foram analisados de maneira detalhada nesta pesquisa. A partir de um olhar amplo para os títulos das disciplinas optativas ensinadas, pode-se observar algum avanço quanto ao ensino de gênero na área, com disciplinas como “Tópicos Avançados em Teoria das Relações Internacionais: Teorias pós-coloniais e decoloniais, teorias feministas e pós-modernas” na UNILA, “Gênero e Relações Internacionais” na UFSC e “Estudos de Gênero” na

UFSM. Contudo, por serem disciplinas optativas, há probabilidade de que somente estudantes com interesse na temática discutam gênero de forma aprofundada nas atividades de ensino da graduação. Esse é um problema pois ao não serem consideradas obrigatórias ou/e ao não serem perspectivas ensinadas ao longo do curso, essa compartimentalização leva a “marginalização de pesquisas importantes sobre o mundo em que vivemos”, fazendo com que esses tópicos sejam apresentados como setorizados (Sondarjee, 2022, p. 244). Pelo contrário, as e os estudantes deveriam entender que o gênero define as relações de poder no mundo, assim como outros problemas estruturais, como o racismo e o capitalismo.

Por conta da liberdade de cátedra, em que cada professor e professora pode inserir literaturas mesmo que estas não estejam especificadas na ementa, argumenta-se que há a possibilidade de preencher as lacunas de gênero observadas nos currículos do programa pedagógico. Contudo, em acordo com autoras como Maika Sondarjee (2022, pp. 231–232), que se deparou com argumentos similares, esses silêncios em relação a gênero enquanto outros debates e autores, usualmente teorias tradicionais e de homens brancos e do Norte Global, são mencionados “revelam muito sobre o que (e quem) é considerado fundamental para o campo das RI, particularmente em cursos introdutórios”. Assim, mesmo que construir ementas em um curso ou departamento possa ser, por vezes, um processo longo, cansativo e frustrante para muitos envolvidos, o que e quem está ou não representado ali demonstra uma perspectiva de mundo e, como observamos anteriormente neste artigo, uma relação de poder projetada também no currículo acadêmico.

Além da análise nos currículos acadêmicos, observei como os projetos pedagógicos dos três cursos de graduação têm abordado gênero e/ou feminismos. No documento de 2018, da UFSM, não foi encontrada nenhuma referência a como esses debates são abordados (UFSM, 2018a). No documento da UNILA, de 2013, também não é encontrada nenhuma referência na descrição do projeto pedagógico, apesar de haver um reconhecimento da necessidade da construção de um olhar latino-americano para as Relações Internacionais em face do “contexto de desenvolvimento desigual do capitalismo” (UNILA, 2013, p. 6). No documento da UFSC, de 2009, há uma referência em relação ao ensino de debates “feministas” na disciplina de Teoria das Relações Internacionais III, contudo da literatura citada não há menção da temática (UFSC, 2009, p. 34).

A análise dos projetos pedagógicos somada aos currículos demonstra a limitação do ensino de gênero nos cursos de Relações Internacionais analisados. Como em outros países, as disciplinas obrigatórias têm a chamada “semana de gênero”. Como Holmes (2018) argumenta, essa semana de gênero demonstra pouco comprometimento em transformar as Relações Internacionais em uma área aberta a outros debates, desafiando a centralidade masculina na área. Na literatura relacionada ao gênero encontrada nos currículos também há uma representação dominante, apesar de pequena, de autoras do Norte Global. O que reproduz o que tem sido observado na Europa e América do Norte, em que há uma representatividade maior de mulheres brancas do Norte nos currículos e também em revistas da área (Medie & Kang, 2018; Sondarjee, 2022).

Ademais, pedagogicamente, a semana de gênero representa um “silêncio” sobre a temática de gênero nos projetos pedagógicos. Outras vozes e outras epistemologias além das dominantes são silenciadas e assim evita-se a confrontação com o outro (K. de S. Silva, 2021). Como coloca Karine de Souza Silva (2021) sobre a falta de estudos sobre raça nas Relações Internacionais “o silêncio comunica”:

“Silêncio também é forma de discurso que, intencionalmente ou não, mantém o *status quo* e reforça as estruturas de dominação que oprimem nações e pessoas, ao passo que calam suas vozes, soterram suas memórias e mostram convivência com a violência, seja intersubjetiva, seja institucional, organizada ou não, que elimina e marginaliza narrativas, agências e corpos.” (K. de S. Silva, 2021, p. 39).

Esse silêncio em relação ao ensino de raça e gênero, também evidencia os limites desse “documento de identidade” abranger perspectivas de ensino que possibilite caminhos que desenvolvam o pensamento crítico sobre a realidade e as dinâmicas internacionais que são, também, racistas e patriarcais, bem como a emancipação cultural, social e científica daqueles que estão em sala de aula. A manutenção dessas relações de ensino não críticas demonstra que o universalismo de certas epistemologias precisa ser questionado nas Relações Internacionais. Conforme Karine de Souza Silva (2021) isso não significa abrir uma cruzada contra os saberes de homens brancos ocidentais, mas compreender que se há um privilégio social ou racial, neste caso um privilégio de gênero, então há somente uma visão de mundo sendo difundida, em meio à tantas outras possíveis (K. de S. Silva, 2021).

O cenário escasso de ensino com perspectiva de gênero nos cursos de Relações Internacionais exemplifica o que foi apresentado na primeira seção deste artigo, na

explicação que os currículos são construídos a partir de disputas políticas e posições de poder. Pela análise dos currículos, é possível observar que poder, nas universidades analisadas, ainda é exercido de forma patriarcal – o que não é único dessas universidades, mas está presente em outras ao redor do mundo. Não surpreende, portanto, que a realidade docente de quem constrói e aplica os currículos dos cursos seja similar. Nas Relações Internacionais e Ciência Política do Brasil, as mulheres ainda são minoria em postos altos da carreira acadêmica, que tendem a ter maior poder em espaços de decisão da gestão universitária. Enquanto isso, homens chegam mais rápido à docência, possuem mais bolsas de produtividade e ocupam mais lideranças em grupos de pesquisa (Coelho et al., 2020). E, não coincidentemente, mulheres da área enfrentam mais discriminação de gênero, sofrendo com piadas sexistas e assédio sexual no ambiente acadêmico (Baccarini et al., 2019). Os currículos de Relações Internacionais não são neutros ou naturais, eles foram construídos nesse contexto. E como tais, podem ser questionados e transformados.

A adoção de perspectivas de gênero ao currículo também invoca uma responsabilidade moral para que as e os estudantes pensem seus papéis na política internacional. Essa perspectiva ressoa com os escritos de Paulo Freire (2017) para quem parte importante do processo educativo é a emancipação e compreensão da própria agência histórica, tanto de quem ensina quanto de quem aprende. Essa emancipação acontece, entre outras coisas, por meio da aceitação da diferença e do novo e pela rejeição às discriminações, constituindo-nos (educadoras e educandas) como agentes de ruptura. Nesse sentido, as perspectivas de gênero nas Relações Internacionais trazem a possibilidade de estudantes perceberem que eles mesmos importam para a disciplina, fazendo com que a abordagem de gênero e suas desigualdades tenha uma importância que não é somente acadêmica, mas também política e social. Conforme a crítica de Karine de Souza Silva (2023) sobre a compartimentalização dos estudos sobre racismo nas Relações Internacionais, deveríamos reorientar nosso ensino para desintegrar os sistemas de opressão e intervir em direção à emancipação.

Provavelmente, aqueles que mais sentirem-se desconfortáveis com a preposição de que perspectivas de gênero e/ou feministas podem ser abordagens para ensinar Relações Internacionais são os que pensam que é “natural” a falta de um olhar de gênero para a política internacional e suas dinâmicas. Contudo, não questionar o ensino de gênero nos cursos do ensino superior é correr o risco da ingenuidade de subestimar o poder. É ignorar a questão: onde está o poder de gênero aqui? Para fazer essa pergunta, como Enloe

define (2004b), não é necessário ser uma especialista em gênero, mas ter a curiosidade para construir uma análise mais completa da política internacional. Como bell hooks (1994, p. 13) afirma, esse processo de romper com as fronteiras disciplinares é uma maneira de acompanhar os alunos no cruzamento de fronteiras por meio da consideração de novas narrativas na sala de aula e de uma abordagem educacional que vai além da "linha de montagem".

5. Conclusão

Nesta pesquisa exploratória, impulsionada pela minha curiosidade feminista, analisei como 103 ementas de disciplinas obrigatórias dos cursos de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) têm abordado gênero e/ou feminismos. Observei que somente uma disciplina obrigatória em cada universidade aborda gênero. Essa abordagem acontece de maneira marginal, ou seja, usualmente somente em uma “semana de gênero” em uma disciplina optativa ao longo de quatro anos de curso. Apesar de cada professor e professora ter sua autonomia em sala para abranger mais debates para além da semana de gênero, as ementas apresentadas como oficiais nos programas curriculares são limitadas em relação à essa perspectiva. Gênero e/ou feminismos compõem as ementas como debates afastados de todo o resto do curso, em geral, na disciplina de Teoria das Relações Internacionais, e não como uma maneira de analisar e entender a realidade internacional ao longo da graduação. Portanto, gênero e/ou feminismos não são abordados de maneira transversal, como constituintes das dinâmicas internacionais, nos cursos analisados.

Internacionalmente, as acadêmicas feministas na área têm questionado o modo como as Relações Internacionais são ensinadas, especialmente quando as perspectivas feministas e de gênero são excluídas. Elas não só examinam como o tema de gênero é tratado em sala de aula, mas também buscam formas de tornar o ensino mais inclusivo para abordagens não convencionais. Os currículos, nesse sentido, são vistos como documentos que refletem escolhas políticas e podem ser modificados para incorporar esses debates. Entre possíveis ações para diminuir a escassez dessas perspectivas, está incluir as disciplinas opcionais sobre gênero no currículo obrigatório para incentivar as e os estudantes a se aprofundarem em pesquisas com perspectivas de gênero. Iniciativas como essa, apesar de não atravessarem todo o currículo do curso e manter o ensino de

gênero compartimentalizado, têm o potencial de formar novos pesquisadores capazes de analisar questões internacionais sob diferentes prismas e de comunicar esse conhecimento a outros estudantes.

Ademais, esta pesquisa exploratória abre diversas possibilidades de pesquisa, como analisar quais teorias, debates e autores estão presentes nos currículos de graduação, considerando que existe a ausência das perspectivas feministas e de gênero. Essa frente de pesquisa já foi iniciada por pesquisadoras feministas em outros países. Além disso, há a relevância de investigar como essas perspectivas são abordadas nos currículos de pós-graduação e em cursos de graduação de outras regiões do Brasil. Por fim, há uma agenda de pesquisa em aberto para observar o ensino de perspectivas feministas e gênero nas Relações Internacionais no Brasil em contraste com outros países da América Latina e do mundo.

Referências

- Baccarini, M. P. O., Minillo, X. K., & Alves, E. E. C. (2019). Gender Issues in the Ivory Tower of Brazilian IR. *Contexto Internacional*, 41, 365–396. <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019410200007>
- Ballestrin, L. (2021). Para uma abordagem feminista e pós-colonial das Relações Internacionais no Brasil. In A. Toledo (Ed.), *Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais*. <https://doi.org/10.7476/9786556303987.0009>
- Brasil. (2019). *Orientação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores*. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=119811-pces334-19&category_slug=agosto-2019-pdf&Itemid=30192
- Brasil. (2021). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Resolução CNE/CP n.1, de 5 de janeiro de 2021*. <https://www.in.gov.br/web/dou>
- Coelho, A., Elias, I., & Santos, V. (2020). *As mulheres na Pós-graduação nas áreas de Ciência Política e Relações Internacionais no Brasil: Um olhar sobre a Formação e a Docência*. 12º Encontro ABCP: Democracia e Desenvolvimento, João Pessoa. https://www.abcp2020.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=4
- Colling, A. M. (2015). Inquietações sobre educação e gênero. *Revista Trilhas da História*, 4(8), Article 8.
- Decol, J., & Silva, I. C. da. (2019). O processo de teorização em Relações Internacionais no Brasil: Uma análise a partir das produções em PUC-RJ e UFRGS. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 8(15), Article 15. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i15.11549>
- Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996), 9.394 (1996). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- Enloe, C. (2004a). “Gender” is not enough: The need for a feminist consciousness. *International Affairs*, 80(1), 95–97.
- Enloe, C. (2004b). *The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire*. University of California Press.
- Freire, P. (2017). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz & Terra.
- Holmes, G. (2018). Teaching the United Nations, Gender, and Critical Pedagogy. *Peace Review*, 30(3), 285–294. <https://doi.org/10.1080/10402659.2018.1495805>
- Hooks, Bell. (1994). *Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom* (1ª edição). Routledge.

Jungs de Almeida, A., & Decol, J. (2023). Facing Gender Absence: Questioning the International Relations Curriculum from a Peripheral Feminist Perspective and Practice. *Feminist Pedagogy*, 4(1). <https://digitalcommons.calpoly.edu/feministpedagogy/vol4/iss1/7>

Lopes, R. B. R., & Lopes, V. O. (2022). Uma outra RI já existe: : Explorando as ausências e emergências a partir do Sul Global. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 11(21), Article 21. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v11i21.15599>

Lucero, M. (2023, July). *Feminist Perspectives in International Relations: The Teaching in International Relations Studies in Latin America and Argentina*. 27th World Congress of Political Science, Buenos Aires. <https://www.ipsa.org/wc/paper/feminist-perspectives-international-relations-teaching-international-relations-studies>

Mazur, A. G., & Appleton, A. M. (1997). Mainstreaming Gender Research into the Classroom: Cases from Contemporary Western Europe. *PS: Political Science & Politics*, 30(2), 194–195. <https://doi.org/10.2307/420490>

Medie, P. A., & Kang, A. J. (2018). Power, knowledge and the politics of gender in the Global South. *European Journal of Politics and Gender*, 1(1–2), 37–54. <https://doi.org/10.1332/251510818X15272520831157>

Mertus, J. (2007). Teaching Gender in International Relations. *International Studies Perspectives*, 8(3), 323–325.

Mikkola, M. (2023). Feminist Perspectives on Sex and Gender. In E. N. Zalta & U. Nodelman (Eds.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (2016th ed.). Metaphysics Research Lab, Stanford University. <https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/feminism-gender/>

Moreira, A. F., & Júnior, P. M. da S. (2016). Currículo, Transgressão e Diálogo: Quando Outras Possibilidades se Tornam Necessárias. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 9(18), Article 18. <https://doi.org/10.20952/revtee.v9i18.4962>

Murphy, C. N. (1996). Seeing Women, Recognizing Gender, Recasting International Relations. *International Organization*, 50(3), 513–538.

Quadros, M. F., Piacentini, M. E., & Decol, J.-. (2021). Pensar a partir “de baixo”: O simbolismo de Marielle Franco para a transformação teórica das Relações Internacionais. *Conjuntura Austral*, 12(60), Article 60. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.113886>

Resolução CNE/CES 4/2017—Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências, (2017). http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=73651-rces004-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192

Ribeiro, I., Munhoz, A. V., & Detoni, P. P. (2020). Prática Curricular no Ensino Superior: Gênero e Experimentação. *Periodikos*, 1(2), 95–105.

Salomón, M. (2016). Enfoques de gênero. In *Teorias e enfoques das relações internacionais uma introdução* (pp. 155–181). Intersaberes. <https://livrariaintersaberes.com.br/produto/teorias-e-enfoques-das-relacoes-internacionais-uma-introducao/>

Salomón, M. (2022). Género, Feminismo y Relaciones Internacionales. In C. Fuentes-Julio, M. J. Henríquez Uzal, N. Escobar Ramírez, & P. Lombardo Estay (Eds.), *Mujeres y política exterior en América Latina. Un mundo de desigualdades*. (pp. 41–60). Fondo de Cultura Económica. <https://fondodeculturaeconomica.cl/products/mujeres-y-politica-exterior-en-america-latina-un-mundo-de-desigualdades>

Santos, N. M. C. dos. (2019). Pensamento de Negras Velhas sobre Feminismo e Currículo. *Currículo Sem Fronteiras*, 19(2), 497–524.

Scott, J. W. (2012). Os usos e abusos do gênero (A. C. E. C. Soares, Trans.). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 45. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>

Silva, K. de S. (2021). “Esse silêncio todo me atordoia”: A surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. *RIL Brasília*, 58(229), 37–55.

Silva, K. de S. (2023). Critical Whiteness Studies and International Relations: Disputing narratives and challenging epidermalized structures of power in teaching, research and extension. *Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos*, 44(93), Article 93. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2023.e92064>

Silva, T. T. (1999). *Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo*. Autêntica. <http://www.scielo.br/j/tes/a/ncyf87GTpj8GGdwtV6KvR8h/>

Sjoberg, L. (2007). Gender and Personal Pedagogy: Some Observations. *International Studies Perspectives*, 8(3), 336–339.

Sondarjee, M. (2022). We Are a Community of Practice, Not a Paradigm! How to Meaningfully Integrate Gender and Feminist Approaches in IR Syllabi. *International Studies Perspectives*, 23(3), 229–248. <https://doi.org/10.1093/isp/ekab009>

Stienstra, D. (2000). Cutting to Gender: Teaching Gender in International Relations. *International Studies Perspectives*, 1(3), 233–244.

Sylvester, C. (1996). The contributions of feminist theory to international relations. In S. Smith, K. Booth, M. Zalewski, & I. M. Wallerstein (Eds.), *International theory: Positivism and beyond* (pp. 254–278). Cambridge University Press. <http://catdir.loc.gov/catdir/toc/cam021/95044524.html>

Sylvester, C. (2004). *Feminist International Relations: An Unfinished Journey*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511491719>

Tickner, J. A. (2001). Troubled Encounters: Feminism meets IR. In J. A. Tickner (Ed.), *Gendering World Politics* (4/15/01 edition). Columbia University Press.

UFSC, U. F. de S. C. (2009). *Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais*. https://ri.ufsc.br/files/2010/05/projeto_pedaggico_de_relaes_internacionaisultimo.pdf

UFSC, U. F. de S. C. (2014). *Teoria das Relações Internacionais II*. <https://cnm.paginas.ufsc.br/files/2014/09/CNM-7232-1.pdf>

UFSM, U. F. de S. M. (2018a). *Projeto Pedagógico (PPC)*. <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/relacoes-internacionais/?p=9223372036854775807>

UFSM, U. F. de S. M. (2018b). *Teoria das Relações Internacionais B*. <https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=componente&download=false&id=204618>

UNILA, U. F. da I. L.-A. (2013). *Projeto Político Pedagógico de Curso: Relações Internacionais e Integração*. https://portal.unila.edu.br/graduacao/relacoes-internacionais/copy2_of_PPCTRelaesInternacionais21.pdf

Descolonizar futuros: Relações Internacionais, Feminismo e Política

Decolonizing futures: International Relations, Feminism and Politics

Tchella Maso¹ 
Tchenna Fernandes Maso² 

DOI:[10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.65884]

Recebido em: 20/02/2023
Aprovado em: 22/04/2024

Resumen: Este ensayo propone una reflexión sobre la descolonización en el contexto de las Relaciones Internacionales, centrando su atención en el feminismo, el género, el cuerpo y el territorio. Se enfatiza la importancia de superar la ontología racista y sexista subyacente al conocimiento, examinando la raza y el género como principios estructurantes de las relaciones de poder. Se hace hincapié en la descolonización del feminismo en el contexto latinoamericano, cuestionando las tendencias institucionales y los enfoques parciales frente a perspectivas de cambio radical. Se exploran posibles caminos teóricos y políticos, resaltando la colaboración entre teorías feministas, decoloniales y del Sur Global. Este ensayo busca contribuir al debate sobre la descolonización del saber y la posibilidad de una política centrada en los estudios de la dimensión colectiva de un proyecto de futuro.

Palavras-chave: teoría de las relaciones internacionales; género; movimientos sociales.

Abstract: This essay proposes a reflection on decolonization in the context of International Relations, focusing on feminism, gender, the body, and territory. It emphasizes the importance of overcoming the racist and sexist ontology underlying knowledge, examining race and gender as structuring principles of power relations. There is an emphasis on decolonizing feminism in the Latin American context, questioning institutional tendencies and partial approaches in the face of perspectives of radical change. Possible theoretical and political paths are explored, highlighting collaboration between feminist, decolonial, and Global South theories. This essay seeks to contribute

¹ Professora em Exercício na Universidade de Brasília, com vínculo com a Universidade Federal de Roraima. E-mail: tchellamaso@gmail.com.

² Tchenna Fernandes Maso, advogada popular, doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: tchenna.maso@gmail.com.

to the debate on decolonizing knowledge and the possibility of a politics centered on studies of the collective dimension of a future project.

Keywords: international relations theory; gender; social movements

1. Introdução

Las perspectivas feministas entraron en el campo de las Relaciones Internacionales (RRII) a finales de los años ochenta. En la última década, pese la diversidad temática y los grados de infiltración que las teóricas feministas han logrado en el campo, es innegable la proliferación de una gramática capaz de cuestionar los estándares androcéntricos que fundaron los estudios sobre lo internacional (Estévez *et al.*, 2014). Esa gramática se centra en el género como categoría fundamental para analizar las relaciones desiguales que se establecen entre los cuerpos socialmente construidos (Sjoberg, 2010). Para Ann Tickner "el género se refiere tanto a la masculinidad y a los hombres como a las mujeres y a la feminidad" (2017, p.16). Para ella es innegable que el campo de las RRII está cruzado por estructuras de poder, generificado.

Después de más de treinta años de la entrada de los feminismos en las RRII, nos parece actual el reto de comprometerse con las teorías de las calles y establecer puentes entre activistas y feministas del gabinete (Galhera y Maso 2017). Como sugirió Tickner, "trabajar con los movimientos sociales es vital para que se produzca el cambio" (2017, p.19). En este sentido, el feminismo latinoamericano, popular, descolonial y del Sur tiene una trayectoria de lucha capaz de generar cambios en las formas de practicar la política e imaginar futuros (Korol, 2016).

¿Qué significa descolonizar el feminismo en Latinoamérica? ¿Cuáles son las especificidades de este movimiento? ¿Y cuáles son las posibilidades y límites de esta articulación en la academia brasileña y en las RRII? Ya existen trabajos que presentan el feminismo decolonial (Ballestrin, 2017), otros que enfatizan la importancia del concepto de interseccionalidad para superar enfoques racistas (Akbari-Dibavar, 2018). Sin embargo, nuestro ensayo señala otros matices sobre la descolonización de teorías y prácticas derivados del trabajo diario con esos abordajes, la dificultad de difundirlas y las continuas apropiaciones. La impronta descolonial sigue relevante, es un impulso que moviliza - y a veces se tergiversa. Hablar de la descolonización de futuros es investigar el proyecto político llevado a cabo en los últimos tiempos, revisar apuntes y hablar de las ausencias.

2. La descolonización del feminismo en Latinoamérica

Enlazando el feminismo y la crítica al colonialismo, diferentes autoras, denominadas a partir de los años 1980 como feministas postcoloniales, se han

posicionado críticamente ante la construcción colonial del conocimiento y la práctica política, basada en el privilegio cultural de representar al Otro subyugado (Gandhi, 1998). En común, los movimientos feministas y anticoloniales sugieren caminos para la transformación social, política y cultural con base en problematizaciones acerca de la narrativa histórica y la representación, artefactos de poder centrados en el sujeto occidental - masculino, blanco, burgués, heterosexual (Ballestrin, 2017; Loomba, 2005; McClintock, 2010). Esa intersección ha sido profundamente oxigenada, en el circuito estadounidense, por los feminismos negro y chicano, o de "mujeres de color"ⁱ ⁱⁱ.

Si, por un lado, los feminismos latinoamericanos apostaron en gran medida por las luchas anticoloniales, reconociendo su contingencia histórica, por otro parte, fue a finales del siglo XX que las perspectivas postcoloniales revitalizaron las teorías sociales del continente. La crítica al colonialismo adquirió sus propios términos, aunque con un gran número de citas vinculadas a las experiencias de Estados Unidos (Mendoza, 2010). A raíz del giro decolonialⁱⁱⁱ, surgió la perspectiva del feminismo de(s)colonial – tema que volveremos en el apartado sobre la descolonización del género. Motivadas por ese giro, se han pluralizado un gran contingente de teorías y prácticas políticas que integran la crítica al patriarcado y al colonialismo (Segato, 2013; Curiel, 2019; Espinosa *et al.*, 2013).

Todavía, Mágina Millán señala que fue el levantamiento zapatista, en el sur de México a partir de 1994, el que impulsó el proceso de descolonización de la teoría crítica en el continente latinoamericano (2021, información verbal). Para ella, las prácticas de este movimiento son una invitación a "mirar las cosas desde otros lugares, marginales", cuestionar el capitalismo, situar la vida en el centro y recrear un discurso antisistémico. En este proceso, la Ley Revolucionaria de las Mujeres^{iv} de 1994 es un "gesto para despertar" la descolonización del feminismo^v. Pues es desde la autonomía colectiva de las mujeres en las comunidades indígenas que realizan la crítica al Estado, a las propias comunidades y a la organización social. En este proceso, el feminismo no significa la búsqueda de la equidad en relación con los hombres, sino el intento de transformar el mundo tal como es, una necesidad comunitaria que surge de una politicidad resumida en la expresión "somos manada" (Millán, 2021, información verbal).

Para Millán, pese las especificidades^{vi} del patriarcado en los territorios, la práctica de las mujeres zapatistas ha interpelado a los cuerpos disidentes de todo el continente, pluralizando la resistencia y la desestructuración de la dicotomía de género. Además, promovió dos giros en el campo de la teoría feminista: 1) el reconocimiento que la teoría

surge de los movimientos sociales, cuestionando qué es la teoría y dónde se produce; 2) la evidencia de las tensiones entre sujetos, la diversidad de las mujeres y el desafío de construir una propuesta común, que se expresa en la adjetivación de los feminismos, por ejemplo, incluyendo descolonial a la consigna (Millán, 2021, información verbal).

A partir de esa lectura centrada en la producción de teorías desde las calles y los movimientos, el feminismo descolonial en Latinoamérica revitaliza y profundiza las discusiones sobre quiénes son las agentes del feminismo y cuáles son sus horizontes. En gran medida, hay una perturbación no solamente de lo que se define como política internacional (Rojas, 2019), sino del propio feminismo como movimiento de liberación. Se utilizan expresiones como "desordenar el género" (Millan, 2014), ir "más allá del feminismo" (Millán, 2014), "feminismos a contracorriente" (Martínez, 2019) o "inapropiables" (hooks et. al., 2004) para nombrar la tensión que la descolonización genera en los modos de hacer investigación y activismo.

Jones (2006) escribió que lo descolonial en las RRII no puede ser solamente una teoría más en el mapa del conocimiento especializado e inabarcable. Ese sacudón y reestructuración parece cobrar vida en las discusiones feministas impulsadas en Latinoamérica, se hace cada vez menos factible hablar de feminismo o género, sin incluir las demandas y necesidades propias de los movimientos del continente. En ese proceso también surgen investigaciones sobre la genealogía del conocimiento en clave crítica, a fin de rastrear saberes desde otros lugares (véase Hollanda, 2020). Antes de adentrarnos en las perturbaciones y alternativas generadas por la descolonización del feminismo, hacemos un paréntesis sobre los límites de tal emprendimiento en la academia. Para tal, comentamos breves ejemplos de Brasil e de las RRII para proponer la apertura de un debate y generar reflexiones para trabajos futuros.

3. Retos para la descolonización de la academia (feminista e imperial)

Linda Tuhiway Smith destaca que la investigación científica es una de las formas en que los sistemas de explotación imperial son regulados y percibidos a través de códigos subyacentes, un encuentro de Occidente y sus otros (2018). Desde esa perspectiva, la constitución de la ciencia es eurocéntrica, forjada en un conjunto de tecnologías de dominación intelectual racistas (Segato 2018).

Según Trinh T: "Dondequiera que vaya, la "mujer nativa" está obligada a exhibir su ineludible "diferencia" con respecto al referente primario del feminismo occidental:

"Es como si, dondequiera que vayamos, nos convirtiéramos en el zoológico privado de alguien" (*apud* Gandhi, 1998, p.95, *traducción personal*). Trinh nos habla de la experiencia de sentirse objeto de un feminismo esencialista, que puede subalternizar y victimizar a las mujeres no blancas o a las habitantes de otros territorios^{vii}.

Las denuncias del eurocentrismo, el racismo y el reduccionismo^{viii} en la ciencia, incluida la feminista, son necesarias para hacernos conscientes de los peligros de la violencia emancipadora (Beier, 2005), que, en nombre de la emancipación, perpetúan las desigualdades. ¿Cómo descolonizar las RRII? ¿Los feminismos? ¿Y la política?

Son grandes retos que implican, en la época contemporánea, la construcción de un conocimiento crítico deseoso de no perpetuar desigualdades. Lila Abu-Lughod (2018) nos pregunta: ¿cómo se puede superar la representación de aquellas personas o grupos que uno no conoce? Esto parece necesario para unas RRII y unos feminismos acostumbrados a un patrón imperial de centralización del conocimiento desde los referentes euroamericanos y anglófonos (Castañeda, 2019).

Cuestionar el sujeto productor del conocimiento y su pensamiento centralizador, no es tarea fácil. Cómo nos enseña Spivak toda explicación involucra un ser en el mundo, una política: "el pensamiento centralizador es típicamente productor de binarismos, en la medida en que el esfuerzo explicativo, en su pretensión de conquistar conceptualmente un campo determinado, lo divide" (Spivak *en* Alt, 2019, p.40).

Para superar la "línea de color", la ontología racista que constituye la ciencia es fundamental estudiar la raza como principio ordenador, que atraviesa fronteras y constituye las relaciones de violencia y resistencia (Anievas, Manchanda y Shilliam, 2015). Sin embargo, no es posible disociar la raza de los análisis de género, también como principios ordenadores de las relaciones sociales (Mills, 2015; Roediger, 20015). Como afirma Lélia Gonzalez, la articulación entre racismo y sexismo produce consecuencias específicas para los cuerpos colonizados (2020).

Para superar el pensamiento categorial (Lugones, 2014) es fundamental un análisis interseccional. Todavía ese no puede significar un sumatorio de opresiones (Collins y Bilge, 2020), sino de modo dinámico y profundamente encarnado. Algo que sigue distante de las academias que reinventan la ciencia imperial a través de los modismos académicos que incluyen y aflojan la radicalidad de las alternativas.

Tanto en los estudios de género en Brasil, cómo en las RRII, la bibliografía es en su mayoría extranjera. Las latinoamericanas aparecen en temas específicos como el

"feminismo decolonial" o el "feminismo negro", limitándose a una o dos clases en los cursos y asignaturas. Se trata de una práctica en la que “se conservan intactas las jerarquías y las relaciones de poder, desde el momento en que las ideas sobre el centro y el margen se reproducen de acuerdo con lineamientos eurocentristas” (Mohanty 2008, p.434).

Además, los referentes que aparecen bajo el manto de “latinoamericanas” son generalmente mujeres chicanas o que escriben en el contexto estadounidense, como es el caso de María Lugones, lo que limita la posibilidad de analizar los colonialismos internos que se perpetúan en nuestras sociedades. Según Mendoza, “el lugar desde donde se concibe la teoría es importante más aún si consideramos las vicisitudes recientes de la colonialidad de género que se dan en contextos de la guerra contra el terrorismo y la economía global.” (Mendoza, 2010, p.34). Por lo tanto, es necesario conocer y poner en diálogo los saberes no centralizados y desde los territorios no cómo moda académica.

No hay que perder de vista que el término decolonial se ha puesto de moda y con ello ha perdido su radicalidad^{ix}. La crítica al colonialismo y, en consecuencia, al racismo, debe estar asociada a una práctica política que pretende dismantlar los cánones académicos en lugar de reificarlos. Gaya Makaran y Pierre Gaussens denuncian la "tergiversación" del legado anticolonial en el ámbito académico, que genera "la representación ventrilocua de las alteridades, de "los otros"" (2020, p.10).

Chandra Mohanty ha explicado sobre el uso conveniente de referencias bibliográficas que exceden al *mainstream*, para dar un tono de pluralidad bibliográfica, sin considerar en profundidad la radicalidad de estas reflexiones (2008). Patricia Hill Collins advierte de la presencia de mujeres negras en las referencias bibliográficas y no en los pasillos de la universidad, para incluir, pero a la vez, de eliminar el carácter radical de las propuestas de esas mujeres (2017).

Incluso antes que se pusiera de moda lo decolonial (Rivera Cusicanqui, 2010), el feminismo negro había denunciado una de las llaves interpretativas del feminismo decolonial: la mútua relación entre las categorías de raza, clase y género (Hollanda, 2020). Como explica Sueli Carneiro

Las mujeres negras han tenido una experiencia histórica diferenciada que el discurso clásico sobre la opresión de las mujeres no ha reconocido, al igual que no se ha dado cuenta de la diferencia cualitativa que el efecto de la opresión sufrida ha tenido y tiene sobre la identidad femenina de las mujeres negras (2011).

Esta percepción de una "diferencia" en la forma de experimentar el cuerpo comenzó a ser cuestionada académicamente en los años 1970 en Brasil, cuando surgieron grupos de mujeres negras que señalaban el racismo del feminismo hegemónico y la universalización del sujeto femenino (Moreira, 2007). Es peligroso presentar a Lélia Gonzalez, por ejemplo, como feminista decolonial obliterando de su feminismo toda la lucha junto al movimiento negro en Brasil y su discusión afrocentrada (2020). Nuestro argumento es que al señalar el carácter de(s)colonial de una iniciativa, eso no puede obliterar la historia de movilización de los grupos marginalizados que utilizaban otros nombres e identificaciones o hacen un uso estratégico o proponen actualizaciones de sus modos de lucha.

En el caso brasileño, concretamente entre los movimientos, la palabra decolonial, suprimiendo la (s) en la primera sílaba, forma parte de la gramática de los que circulan entre las teorías y los pasillos de la universidad. La palabra decolonial es utilizada en los movimientos indígenas de América Latina, incluso antes del giro decolonial (Rivera Cusicanqui, 2015). En esos casos está vinculada a una práctica política que pretende ser salvaje, en el sentido de colapsar los horizontes de sentido de lo que se ha definido convencionalmente como cultura y política (Tapia, 2008).

Lo decolonial se acerca a lo anticolonial, en el sentido de una lucha activa, crítica, cuestionadora y antiesencialista (Makaran y Gaussens, 2020, p.9). Tiene la potencialidad de estimular un "pensamiento-otro" (Lugones, 2014), una forma no hegemónica de construir el conocimiento en sus relaciones intrínsecas con la transformación social. Desde esa perspectiva, seguimos utilizando la noción de descolonización como utopía (Ballestrin, 2017) mediante la percepción de que existen estructuras comunes que afectan a grupos sociales específicos (Collins y Bilge, 2020) y este pueden organizarse desde una gramática propia y, por veces, interconectada a otras demandas. La descolonización aún es un proyecto de futuro, un modo de desentrañar, pero puede ser paralizante si solo asumirse como una teoría más, una convención u ola (Chakrabarty en Rojas, 2019).

Llevando estas reflexiones en el cuerpo, seguimos para la presentación de cómo la descolonización del feminismo genera una perturbación de categorías y por, fin, una posibilidad de organizarse políticamente de otro modo.

4. La descolonización del género

En líneas generales, las feministas descoloniales han caracterizado la heterogeneidad que conforma las relaciones entre colonizadores y colonizados. Rivera Cusicanqui explica la doble opresión que sufren las mujeres colonizadas, por su condición de género unida a su constitución racial (2010; 2018). Por lo tanto, estos feminismos cuestionan la unidad de la categoría mujer y problematizan los racismos emprendidos dentro de los movimientos y teorías feministas. En este camino, surgen las críticas al carácter colonial del concepto de género (Gomes, 2018; Valdez, 2017; Palermo, 2019; Oyêwùmí, 2005).

Lugones, una de las más leídas feministas descoloniales, critica la perspectiva de Aníbal Quijano sobre la colonialidad del poder.^x Según ella, el género es un aspecto fundante de las relaciones coloniales (Lugones, 2014). No es posible reflexionar sobre la colonialidad del poder, la intrusión colonial, sin la imposición de un sistema de género que desintegró relaciones comunales e igualitarias, la economía, el “pensamiento ritual”, la autoridad y los procesos colectivos (Lugones, 2014, p.34). Junto a sus reflexiones, uno de los planteamientos centrales de los feminismos descoloniales es la crítica a los feminismos del siglo XX y la ausencia de reflexiones que racializan el género, la clase y la heterosexualidad (Lugones, 2014). En las palabras de Catherine Walsh:

Si [...] las categorías de género y patriarcado son parte del arsenal de las herramientas del amo -de la razón imperial-, con la que es imposible destruir su morada o casa, ¿cuánto valor tiene el pensar con y desde posturas, perspectivas y experiencias que transgreden, interrumpen y rompen con los universalismos, los dualismos y las pretensiones hegemónicas que esas categorías anuncian y construyen? [...] ¿de qué manera esos procesos podrían contribuir no sólo a la descolonización del género sino también [...] al reconocimiento, pasado y presente, de un modo-muy-otro? (2015, p.179)

Para la ciencia feminista utilizar el género como categoría de análisis es un portal que desorienta los conceptos de mujer, hombre, sexo y cuerpo (Gomes, 2018; Piscitelli, 2015). Pero desde una perspectiva descolonial, solo tiene sentido hablar en género sí la categoría es percibida en conexión con la geopolítica del saber y del poder. En ese sentido, junto al género está la categoría de raza (Gomes, 2018; Segato, 2013). Por eso, Walsh escribe sobre la posibilidad de pensar “contra al género” y “más allá de su matriz ideológica heterosexual y jerárquica” (Walsh, 2015, p.35). Ella adopta la lectura de que en los pueblos de Mesoamérica y los Andes las construcciones de género antes de la invasión^{xi}, 1492, eran más “dinámicas, fluidas, abiertas y no jerárquicas” (idem, p. 36)

reavivando un debate que nos es consensual acerca de los sistemas de género anteriores a la colonización.

Julietta Paredes conceptualiza como "entronque patriarcal" la yuxtaposición de relaciones de poder que tratan los cuerpos de manera desigual en el proceso de encubrimiento de Abya Yala^{xii} (Paredes, 2020). Aunque con diferentes perspectivas sobre la existencia o no de la explotación generificada antes de la llegada de Colón, las autoras coinciden en la profundización de este proceso durante la conquista de América (Lugones, 2014; Segato, 2013; Paredes, 2010). Ellas refuerzan que el colonialismo^{xiii} está asociado a la institución -o profundización- de la idea de raza^{xiv} y género como mecanismos de clasificación social (Gargallo 2014; Paredes 2010; Segato 2013).

María Cristina Valdez, por su parte, elabora una perspectiva mapuche del género en la contemporaneidad (2017), lo que nos invita a reflexionar desde la performatividad y relacionalidad de la categoría, lo que "incluye la comprensión de la multiplicidad de *hacer* género fuera del mundo occidental-moderno" (Gomes, 2018, p.72). Este modo de actuar cuenta que "No se trata de abandonar la (siempre equívoca) categoría del género sino de articularlo de manera que desafíe los perversos binarismos de la modernidad/colonialidad" (Lazzara *et al.*, 2021, p.304).

Hay muchos modos de vivir el género en Latinoamérica. Para Sônia Guajajara, "la opresión colonial hizo que muchos indígenas ocultaran su identidad. Pero no lo ocultaron por elección, sino por coacción. Esto es un etnocidio" (Guajajara, 2018, p.50), continúa: "Es muy habitual que la gente se acerque a mí y me pregunte: "¿eres india o civilizada?". Yo respondo: "Soy una india civilizada". Algunos incluso preguntan: "¿Eres realmente india?" "Sí, lo soy, ¿por qué?" "Ah, ni siquiera lo pareces, ¿estás toda limpia y ordenada"? (ídem, p.51).

El testimonio de Guajajara nos recuerda que las clasificaciones sociales son sentidas de manera diferente y desigual sobre los cuerpos, por lo que es fundamental que los estudios de género sean conscientes de las interseccionalidades de las opresiones y de cómo se encarnan en cada cuerpo-territorio - como trataremos en el siguiente tema. La descolonización del feminismo no sólo sugiere la apertura del concepto de género, sus múltiples significados posibles dependiendo de las personas, pueblos y tiempos en que se utilice, sino que también nos invita a reflexionar sobre la materialidad de este concepto, encarnado en múltiples historias de vida.

Para Sonia Álvarez y Claudia de Lima Costa: “En términos epistemológicos, los movimientos que buscan la descolonización del género han sido liderados mayormente por feministas subalternas en Latinoamérica y han logrado implementar un profundo cambio de paradigma” (2021, p.300). Estos cambios reflejan en el cuestionamiento a los cánones autorizados y la construcción de metodologías propias de conocimientos otros, como el “feminismo amefricano” o de los feminismos comunitarios. Estos son enmarcados por la pluralidad y diversidad de las/los sujetas/sujetos de lucha sintetizados en la consigna de María Galindo: “El feminismo es una alianza entre rebeldes” (Mujeres Creando, 2005, p.229; Gómez 2021). Y ofrecen otra “caja de herramientas” para “desobturar nuestro imaginario político” (Manrique en Martínez, 2019, p.14).

5. La descolonización del cuerpo y del territorio

Las feministas descoloniales, comunitarias y movimientos indígenas sitúan los cuerpos de las mujeres colonizadas como el primer territorio de conquista (Paredes, 2020). McClintock cuenta sobre la imagen de Colón, que al "tropezar" en el Caribe en busca de las Indias, refutó la tesis de la tierra redonda, argumentando que tenía la forma "de un pecho de mujer, con una protuberancia en la parte superior en la forma inconfundible de un pezón, dirección en la que navegó lentamente" (2010, p.43). Para la autora, esta figura formaba parte de una "tradición pornotrópica": "una fantástica linterna de la mente en la que Europa proyectaba sus miedos y deseos sexuales prohibidos". (ídem, p. 44). En esta tradición las mujeres no europeas eran situadas como aberraciones o espacio de deseos sexuales y el conocimiento del mundo desconocido se asociaba a la violencia de género: el mundo hecho femenino era espacio privilegiado para la dominación masculina (ídem, p.47).

La idea del territorio a ser colonizado figurado como un cuerpo de mujer es cruzada con la percepción del cuerpo de la mujer como un territorio de conquista. Ese duplo sentido de cuerpo-territorio y del territorio-cuerpo revela que la domesticación y la colonización son inseparables (Mies, 2022). Ambos son medios de exploración de cuerpos y dominación de la mano de obra y de los territorios (Gago 2020). La inversión feminista de estas formas de expropiación apunta para la indisociable lucha por la despatriarcalización y la descolonización (Gago, 2020) – también en términos de superación de registros afectivos coloniales.

Como grafitearon en las calles de La Paz, no es posible descolonizar sin despatriarcalizar. Esta frase, que se dio a conocer principalmente a través del Movimiento Mujeres Creando (2005) y de los diferentes matices del Feminismo Comunitario, presenta la perspectiva de mujeres en movimientos, muchas de ellas indígenas, que defienden la perspectiva de un feminismo no burgués y descolonizado. Su principal bandera es la construcción de un feminismo comunitario, que haga hincapié en la pluralidad de los pueblos y no en una lectura que antagonice a hombres y mujeres. Sin embargo, Paredes no está de acuerdo con que el feminismo comunitario sea una "rama" de los feminismos, y mucho menos un "tipo" de feminismo descolonial. Sitúa el movimiento desde su inmanente radicalidad y subversión hacia los feminismos eurocéntricos y rehenes de las modas académicas.

Esta llave de comprensión es actualizada por comunidades latinoamericanas, lideradas en su mayoría por mujeres, que luchan en contra los megaproyectos extractivistas con el concepto-bandera cuerpo-territorio. Este “destaca cómo la explotación de los territorios comunes y comunales (urbanos, suburbanos, campesinos e indígenas) implica la violación del cuerpo de cada persona y del cuerpo colectivo a través del expolio.” (Gago, 2020, p. 93). El cuerpo-territorio es una “imagen-concepto” procesual que supera el recorte liberal del cuerpo como individual y destaca la continuidad política, productiva y epistémica del cuerpo que se hace territorio: “extensa superficie de afectos, trayectorias, recursos y recuerdos.” (Gago, 2020, p.96). Trata de una perspectiva que subvierte la noción de escasez y propiedad propios del capitalismo en defensa de la noción de uso común, de la “vida” comprendida desde la lucha por una riqueza compartida (Gago, 2020).

Así, la noción del cuerpo como territorio político también reconoce que "puede experimentar todas las emociones, sensaciones y reacciones físicas, para encontrar en él, un lugar de resistencia y resignificación" (Cruz Hernández, 2016, p.8). Dorotea Gómez Grijalva, guatemalteca de la etnia maya *k'iche*, relata su itinerario corporal^{xv} en un progresivo sentido de conciencia, que culminó en la percepción de que descolonizar las "ideas patriarcales" no sólo implica la razón, sino también las emociones y los sentimientos (2012, p.24).

El concepto de cuerpo-territorio es una construcción de las últimas dos décadas de los movimientos de mujeres indígenas, de muchas etnias y sociedades, en América Latina y tiene como objetivo enfrentar el patrón colonial de explotación de los cuerpos.

Estas personas y colectivos se unen bajo el lema: "ni las mujeres ni la tierra somos territorios de conquista" (Cruz Hernández, 2016, p.2). En esta perspectiva, el "cuerpo-tierra", como lo anunció por primera vez Lorena Cabnal (2010), es un espacio en el mundo, un lugar de enunciación, que reconoce su existencia y lo percibe desde su historicidad y tejido colectivo. Por lo tanto, este concepto no puede separarse de la noción de política comunitaria, que se refiere a un sujeto concreto y en comunidad (Bautista, 2014; Gargallo, 2014; Paredes, 2010), así como a la defensa del bien común.

La noción de bien común se ha planteado dentro de los movimientos de mujeres que trabajan con el cuerpo-territorio, como una forma de crítica al neoliberalismo y una manera de superar las crisis. Esta noción proviene de las luchas autónomas de muchos movimientos de mujeres que han reconstruido el imaginario de otros mundos posibles superando el olvido al que hemos sido relegadas en este proyecto civilizatorio que vivimos. En este sentido, cuando las mujeres campesinas recuerdan el origen de los alimentos, el valor de trabajar la tierra, o cuando, las mujeres indígenas recuerdan la diversidad de semillas en sus ferias de intercambio, están recuperando este sentido de lo común, de lo colectivo.

Gutiérrez (2019) resalta la importancia de que, al pensar en las políticas de los comunes como formas de transformar el mundo, también hay que superar las nociones dominantes de lo político y la política, siendo un punto central la no separación "de la producción y reproducción de las condiciones materiales que garantizan la reproducción de la vida humana y no humana a lo largo del tiempo histórico" (Gutiérrez, 2019, p.80). En sus palabras: "la actividad política desplegada a partir del compromiso con el cuidado, (re) creación y/o ampliación de las condiciones de reproducción general de la vida es fundamental e imprescindible para cambiar el mundo" (ídem, p.84). Si vivimos envueltos por la naturaleza, encarnadas en cuerpos vulnerables, contingentes y finitos, asumir nuestra corporeidad nos lleva a reconocer nuestra fragilidad y la necesidad de la interdependencia (Guerrero, 2016, p.148).

La noción de bienes comunes, también surge de la efervescencia zapatista (Federici, 2014), que impulsa una producción de conocimiento y reflexión compartida por otras luchas emancipatorias en la región latinoamericana.

La idea de lo común y del procomún, en este contexto, proporcionó una alternativa lógica e histórica al binomio Estado y propiedad privada, Estado y mercado, permitiendo rechazar la ficción de que se trata de esferas mutuamente excluyentes y que sólo habría que elegir entre ellas, en relación con nuestras posibilidades políticas. También ha cumplido

una función ideológica, como concepto unificador que prefigura la sociedad cooperativa que la izquierda radical lucha por construir. Sin embargo, existen importantes ambigüedades y diferencias en las interpretaciones que se dan a este concepto, lo que debe ser aclarado si queremos que el principio de los comunes se traduzca en un proyecto político coherente (Federici, 2014, p. 146)

Parte de este proyecto político emana de las relaciones de las mujeres, en sus cuerpos, sobre sus territorios. Cómo escribió Pons Rabasa en nuestros entretejidos de vidas, cuerpos, cuerpas y afectos: “entretejemos nuestra comprensión de todo eso y del mundo mismo, y así damos pie a un proyecto común, a la vez político y epistémico de navegar el mundo, de conocerlo y de irle dando forma” (2018, p.4). Las corrientes feministas latinoamericanas han promovido la idea de fuerza cuerpo-territorio, a partir de la observación de la construcción de la resistencia por parte de las mujeres en los ámbitos locales, especialmente en la crítica al avance de la mercantilización y la destrucción de la naturaleza, como forma de resituar la política para la vida, y no para la profundización de las contradicciones capital x vida.

Cabnal, señala que "la relación de los cuerpos con la naturaleza es una relación recíproca, es una relación que hace la vida, que teje la vida, por lo tanto, los cuerpos no tienen poder sobre la naturaleza y la naturaleza no tiene poder sobre los cuerpos (2015). Ella sostiene que es imposible construir cualquier teoría política si los cuerpos de las mujeres están desconectados de la tierra. Por tanto, existe una relación entre los cuerpos y la naturaleza. Si pensamos que el cuerpo de las mujeres y la naturaleza fueron expulsados de la modernidad, su unión reflejada en la idea-fuerza cuerpo-territorio es un poder insurgente que crea nuevas nociones de política. Así, se apuntan nuevas perspectivas para la comprensión de la relación cuerpo-territorio y las posibles conexiones políticas como: las diferencias en el impacto del cambio climático y el género; las desigualdades en el acceso a los recursos; los impactos de los procesos de captura de tierras y aguas, el despojo en la vida de las mujeres; las relaciones entre los roles en el espacio doméstico y el daño ambiental; las reflexiones que permean las conexiones de la agenda ambiental con la raza, la clase, la etnia, el género y las subjetividades (Ulloa, 2020).

Es a través del giro epistemológico de un feminismo que se hace de forma comunitaria que los espacios de crítica al modelo de desarrollo están siendo atravesados por la categoría de género, y se están marcando los desacuerdos que dirimen el cuerpo-territorio (Ulloa, 2020). Desde la lucha de las mujeres indígenas contra la explotación y

el avance del neoextractivismo en el continente (Svampa, 2011; Gago, 2020), se hace una reflexión que amplía los fundamentos ontológicos de las RRII.

6. La descolonización de la política

El tema del género en las RRII es bastante antiguo, pero sus bases epistemológicas se han revisado cada vez más a través de perspectivas críticas y descoloniales. Ann Tickner refuerza la importancia de "aprender de las luchas de las mujeres que son vibrantes y continuas en todos los lugares donde se violan los derechos de las mujeres" (2017, p.23). Esto nos incita a invertir el mapa y reflexionar sobre cómo los feminismos latinoamericanos, populares y del Sur empujan la actuación desde otros sentidos de la política: latinoamericana, descolonial, afrocentrada, radical, del Sur, inapropiable y desordenada. Esa reflexión opera en el campo académico una "guerra de guerrillas" para subvertir palabras y significados (Figueiredo, 2020, p.290), y puede ser utilizada por los movimientos a fin de hacer de la academia un espacio del diálogo, formación y sistematización de experiencias.

La descolonización del feminismo y sus modos centrales de articulación es potente en el sentido provocar el "desplazamiento de los límites en los que nos han convencido de creer y que nos han hecho obedecer" (Gago, 2020, p.7). Las luchas y teorías feministas se desarrollan tras la elaboración de una política, una crítica a los modos de vida, las jerarquías y desigualdades. Cuestionarlas, intentar hacer de otro modo es parte de esa politicidad del cotidiano, global y personal al mismo tiempo. La cual puede nos llevar a idea zapatista de "manada" y puede ser traducida como bien común, de acuerdo con los planteamientos de los apartados anteriores.

Rafael Bautista Segales sugiere que la descolonización de la política es una doble empresa que implica desenmascarar la violencia de la política tradicional, moderna y colonial, e investigar otras formas de hacer política (2014). Por lo tanto, al referirnos a la descolonización hablamos de la construcción de una cultura política reflexiva acerca de las formas en que coincidimos con las violencias de género racializadas (Jiménez-Lucena 2014; Lugones 2014). Significa, en las palabras de Isabelle Stengers, "ralentizar el razonamiento" en el sentido de engendrar una ruptura epistémica (Lazzara *et al.*, 2021, p. 302) e imaginar futuros.

Partimos, pues, del deseo de vivir de otra manera, que supere el conquistar: "hay tantos feminismos, cuantas formas de construcción política" (Gargallo, 2014, p.11).

Aceptar la amplitud involucra un sentimiento de fracaso. Implica aceptar nuestra incapacidad para conocer todo, mientras seguimos intentándolo. Una apuesta en la noción de “equivocación” la cual involucra el “fracaso a la hora de entender que hay distintas concepciones de diferentes mundos” (Lazzara *et al.*, 2021, p.302). Además de una búsqueda por otras formas de expresión y manifestación, en términos de una apuesta creativa por nombrar “modos-otros” (Espinosa *et al.* 2013; Walsh, 2015; Rivera Cusicanqui, 2018).

Nuestro desafío es partir de la equivalencia entre personas que piensan, sienten y sueñan, cada una a su manera (Rivera Cusicanqui, 2018), para establecer puentes de sentido y prácticas. La voluntad de conocer debe venir acompañada por una ética de la insatisfacción (Segato, 2013) y estar motivada por el deseo de transformarlo todo (Gago, 2020).

Desde la noción de un cuerpo-territorio y de bien común se pone en cuestión el productivismo, el individualismo y el desprecio al planeta (Martínez, 2019, p. 14). Los cuerpos tienen un significado público y colectivo: espacio de transgresión normativa y emanación de otra política. El hacer político, y las performances de género en los territorios, y con los territorios, implica tanto procesos de autoafirmación y autoconocimiento, como la toma de conciencia, entre personas y grupos, de sus lugares en las estructuras de poder (Berth, 2019). En este escenario, surgen propuestas de bien común que sintetizan las relaciones con la naturaleza y matizan otras formas de racionalidad que "favorezcan las relaciones mutuamente sostenibles entre los seres humanos y la tierra" (Herrero, 2016, p. 158). Pues se supone que se piensa en el reconocimiento múltiple a través de relaciones de reciprocidad, cooperación y en una democracia radical (*ídem*).

Hablamos, por lo tanto, de una política hecha por “sujetas no sujetadas” (Korol 2016, p.142). indígenas, campesinas, afectadas, trabajadoras, barriales que en la negación de sus existencias construyen “un movimiento de conciencia histórica que crece, se «encuerpa» desde la memoria, y cambia –nos cambia– la vida cotidiana.” (Korol 2016, p.142). Es precisamente sobre otros sentidos de la política que se conectan con formas alternativas de producción de vida, de constitución de relaciones sociales, con una visión integrada entre el ser humano y la naturaleza que comentamos en este artículo. Pero en el campo feminista latinoamericano, hablar de descolonización envuelve una doble crítica a la ciencia: ¿quién la produce y con cual finalidad? Por eso, escribir sobre alternativas

políticas involucra el reto de reflexionar sobre los modos en que manejamos conceptos y categorías.

7. Reflexiones finales

¿Cómo hablar de la descolonización feminista de la política? ¿Por dónde debemos avanzar? Más que una revisión de la literatura, el artículo es un ensayo que rastrea la descolonización del pensamiento feminista desde Latinoamérica, centrándose en la crítica a la categoría de género y en la revisión de las perspectivas integradas de cuerpo y de territorio. La noción de lo común se presenta de manera interdisciplinaria como una alternativa para la creación de futuros. Además, realizamos un paréntesis con reflexiones sobre los límites de la descolonización del pensamiento en las academias brasileñas y la distancia de algunas instituciones con la realidad de la movilización social.

En el ensayo discutimos la descolonización no como moda o método inclusivo, sino como una praxis urgente y creativa, un proyecto político abierto y radical. Entre las contribuciones de la descolonización de los feminismos planteamos la ubicación de la categoría de género, no para refutarla sino para ampliar sus significados. Esta ampliación presenta el pluriverso de la resistencia corporal y en los territorios, interconectada con la resistencia de género. Lo común es una señal de solidaridad, continuidad y atravesamiento, un trabajo epistemológico y político que puede reinventar nuestro mundo. Lo que afecta a una afecta a todas nosotras, es el lema feminista que señala la unidad en la diversidad, la posibilidad de alianzas estratégicas radicales para la manutención y renovación de la vida en el planeta.

Para la boliviana-aymara, Silvia Rivera Cusicanqui, teorizar es un acto que atraviesa el pulmón, el corazón y el hígado, surge de las entrañas del ser y tiene su propio ritmo (2018). En esta interpretación, los sentidos preceden al pensamiento, provienen de la experiencia y del convivio. Más que una teoría, es una práctica política que se construye día a día, en la vida cotidiana, en el cuerpo con cuerpo: es un deseo de ir más allá de los lazos de dominación y silenciamiento históricamente dinamizados. En esa trama, descolonizar es olfatear más de cerca, cuestionar las palabras que encubren y buscar otras para rehacer nuestro sueño de futuro.

Referencias

Abu-Lughod, L. (2018). A Escrita Contra a Cultura. *Equatorial*, 5(8), 193–226. <https://doi.org/10.21680/2446-5674.2018v5n8ID15615>

Akbari-Dibavar, A. (2018) *Gender, race, and international relations*. In: Persaud y Sajed (org). *Race, Gender, and Culture in International Relations*. Routledge, p. 58-79 <https://doi.org/10.4324/9781315227542>

Alt, F. (2020). Da margem no centro: deslocamentos do sujeito no feminismo. *Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia*, 8(2), 36–50. <https://doi.org/10.12957/ek.2019.48370>

Álvarez, S.E. y de Lima Costa, C. (2021) El giro hacia los feminismos. De los estudios culturales al pensamiento decolonial: intervenciones feministas en los debates sobre cultura, poder y política en América Latina. En: Juan Poblete (ed.) *Nuevos acercamientos a los estudios latinoamericanos: Cultura y poder*. (pp. 281-312). Clacso Retrieved from <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20211006114458/Nuevos-acercamientos.pdf>

Álvarez, s. E., Costa, C. de L., Feliu, V.; Hester, R. J.; Klahn, N.; Thayer, M.; Bueno, C. C. (org.) (2014). *Feminist politics of translation in the Latin/a Americas*. Durham and London: Duke University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv120qs7g>

Anievas, Manchanda, Shilliam. (2015) *Race and racism in International Relations: Confronting the global colour line*. Routledge.

Bautista Segales, R. (2014) *La Descolonización de La Política: Introducción a Una Política Comunitaria*. La Paz: Agruco. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Bolivia/agruco/20170927035252/pdf_224.pdf

Ballestrin, L. M. A (2017). Feminismos Subalternos. *Revista Estudos Feministas*. 25 (3): 1035–54. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>

Beier, J. M. (2005). *International Relations in Uncommon Places: Indigeneity, Cosmology, and the Limits of International Theory*. Palgrave MacMillan.

Berth, J. (2019). *Empoderamento*. Edição Kindle. São Paulo: Sueli Carneiro/Polén.

Cabnal, L. (2010) “*Feminismos Diversos: El Feminismo Comunitario*,” ACSUR- Las Segovias. Disponível em: <https://suds.cat/es/publicacions/feminismos-diversos-el-feminismo-comunitario/>

Cabnal, L. (2015). A recuperação do corpo como território de defesa (Entrevista Por Juliana Bittencourt). *Revista Eletrônica Geni*, n.26. Disponível em: <https://revistageni.org/10/a-recuperacao-do-corpo-como-territorio-de-defesa/>

Carneiro, S. (2011). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Portal Geledés*, 06 de março de 2011.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>

Castañeda Salgado, M. P. (2019). *Perspectivas y aportes de la investigación feminista a la emancipación*. En: Otras formas de (des)aprender: investigación feminista en tiempos de violencia, resistencias y decolonialidad. (pp. 19–40). Hegoa/SIMReF. https://publicaciones.hegoa.ehu.eus/uploads/pdfs/409/metodologia_feminista.pdf?1557744901

Castro-Gómez, S., y Grosfoguel, R. (2007). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

Collins, P. H. (2017) O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. Cadernos Pagu (51), <https://doi.org/10.1590/18094449201700510018>

Collins, P. H., y Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial. [Kindle Edition].

Cruz Hernández, D. T. (2016). Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. SOLAR, Revista de Filosofía Iberoamericana, 12–1(12).

Curiel, O. (2019). *Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial*. In P. Balduino de Melo, J. Coêlho, L. Ferreira, y D. E. T. Silva (Eds.), *Descolonizar o feminismo [recurso eletrônico]: VII Sernegra* (pp. 32–51). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Disponível em: <https://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/view/115>

Esteban, M. L. (2013) *Antropología Del Cuerpo: Género, Itinerarios Corporales, Identidad y Cambio*. Barcelona: Edicions Bellaterra.

Estévez, J.; Mato, M.; Rubio Grundell, L. (2014). *Relaciones Internacionales*. N. 27, p.5-12. Disponível em: <https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/view/5234/5677>

Federici, S. (2014) O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: Moreno, R. (Org). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF – Sempre viva organização feminista, p. 145-158. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-epoli%CC%81tica-web.pdf>.

Figueiredo, A. (2020). *Carta de uma ex-mulata à Judith Butler*. In: Hollanda, H. B. (Org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Gago, V. (2020) *A Potencia Feminista Ou o Desejo de Transformar Tudo*. São Paulo: Editora Elefante.

Galhera, K. M.; Maso, T. F. (2017) Abertura: Dossiê Feminismos, Gênero e Relações Internacionais. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*. 6(11): 1-14 <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i11.6899>

Gandhi, L. (1998). *Postcolonial Theory*. Londres: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003116714>.

Gargallo, F. (2014). "Feminismos Desde Abya Yala," Cidade do México: Editorial Corte y Confección.

Gomes, C. M. (2018) Gênero Como Categoria de Análise Decolonial. In: *Dossiê: Gênero e Sexualidade*. 18 (1), p.65–82. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>.

Gómez Grijalva, D. (2012). *Mi cuerpo es un territorio político*. Brecha Lésbica. Gonzalez, 2020

Guajajara, S. (2018). *Coleção Tembete*. Rio de Janeiro: Azougue.

Gonzalez, L. (2020) *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Rio de Janeiro, Zahar.

Gutiérrez, R. (2019). Común, ¿hacia dónde? Metáforas para imaginar la vida colectiva más allá de la amalgama patriarcado capitalismo y dominio colonial. In: AAVV. *Producir lo común. Entramados comunitarios y luchas por la vida*. Madrid: traficante de sueños, p. 81-93. Disponible em: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS-UTIL_Apantle_web.pdf

Herrero, Y. (2016) Economía Feminista y Economía Ecológica, el diálogo necesario y urgente. *Revista de Economía Crítica*, n.22, p.144-161. Disponible em: <https://revistaeconomicritica.org/index.php/rec/article/view/114/96>

Hollanda, H. B. de (2020). *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo.

hooks, bell, Brah, A., Sandoval, C., y Anzaldúa, G. (2004). *Otras inapropiables. Traficantes de Sueños*.

hooks, b. (2020) *Teoría Feminista: De Los Margenes Al Centro*. Madrid: Traficantes de sueños.

Jones, B. G. (2006). *Decolonizing international relations*. Plymouth: Rowman & Littlefield.

Korol, C. (2016). Feminismos Populares. *Nueva Sociedad*, no. 265: 142–52. http://nuso.org/media/articles/downloads/9_TC_Korol_256.pdf.

Lugones, M. (2014). *Colonialidad y género: hacia un feminismo decolonial*. In M. W. Mignolo, M. Lugones, I. Jiménez-Lucena, y M. Tlostanova (Eds.), *Genero y descolonialidad* (pp. 13–54). Ediciones del signo.

Maso, T. F., y Selis, L. M. R. (2023). *Feminismos Otros en América Latina: las perspectivas indígenas y comunitarias*. En N. M. Félix de Souza, F. Barth Barasuol, y C.

Koehler Zanella (Eds.), *Feminismo, Género y Relaciones Internacionales* (pp. 79-106). Fino Traço.

McClintock, A. (2010) *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp.

Moreira, N. (2007). O Feminismo Negro Brasileiro: Um Estudo Do Movimento De Mulheres Negras No Rio De Janeiro E São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 120p.

Lazzara, M; Poblete, J.; Alabarces, P.; Zivin, E. G.; Williams, G.; Moraña, M.; Maldonado Torres, N. (2021) *Nuevos Acercamientos a Los Estudios Latinoamericanos: Cultura y Poder*. Buenos Aires, Clacso.

Loomba, A. (2005). *Colonialism/Postcolonialism*. London: Routledge. <https://doi.org/10.2307/40154856>.

Makaran, G.;Gaussens, P. (2020), *Piel blanca, máscaras negras*. Crítica de la razón decolonial, México, Bajo Tierra ediciones y Centro de investigaciones sobre América Latina y el Caribe-Universidad Nacional Autónoma de México.

Martínez, L. (2019). *Feminismos a La Contra : Entre-Vistas Al Sur Global*. Santander: La Vorágine, Editorial Crítica.

Mendoza, B. (2010) “La Epistemología Del Sur, La Colonialidad Del Género y El Feminismo Latinoamericano.” In Espinosa, Y (org). *Aproximaciones Críticas a Las Prácticas Teórico-Políticas Del Feminismo Latinoamericano*. Buenos Aires: en la Frontera, p.19–39.

Mies, M. (2022). *Patriarcado y Acumulação em Escala Mundial: Mulheres na divisão internacional do trabalho*. Ema Livros; Editora Timo.

Millán, M. (2014). *Des-ordenando el género/¿Descentrando la Nación?* El Zapatismo de las mujeres indígenas y sus consecuencias. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales; Instituto de Investigaciones Antropológicas; Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ediciones del Lirio S.A. de C.V.

Millán, M. (2014). *Más allá del feminismo: caminos para andar*. Red de Feminismos Descoloniales.

Mills, C. W. (2015). *Unwriting and unwhitening the world*. En: Anievas, Manchanda y Shilliam. *Race and Racism in International Relations*. Routledge, p. 202-214.

Mohanty, C. T. (2008). *De vuelta a Bajo los ojos de Occidente: la solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas*. In Liliana Suárez Navaz y Rosalva Aída Hernández Castillo (Ed.), *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Ediciones Cátedra.

Mujeres Creando. (2005) *La Virgen de Los Deseos*. Buenos Aires: Tinta Limón.

Oyèwùmí, O. (2005). *Visualizing the Body Western Theories and African Subjects*. In O. Oyewumi (Ed.), *African Gender Studies: A Reader* (pp. 3–21). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-1-137-09009-6>

Palermo, Z. (2019). Pensar Contra El Género. *RevCom*, no. 9. <https://doi.org/10.24215/24517836e014>.

Paredes, J. (2010) *Hilando fino desde el feminismo comunitario*. La Paz: DED-Bolivia Mujeres Creando Comunidad.

Paredes, J. (2020). *Para Descolonizar el feminismo: 1492-Entronque patriarcal y Feminismo Comunitario de Abya Yala*. Feminismo Comunitario de Abya Yala.

Piscitelli, A. (2002). Re-criando a (Categoria) Mulher? In L. Mezan Algranti, (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos didáticos. Campinas, IFCH, 2002, 7–42.

Pons Rabasa, A., y Guerrero, S. (2018). *Afecto, cuerpo e identidad. Reflexiones encarnadas en la investigación feminista*. Instituto de Investigaciones Jurídicas, Universidad Autónoma de México.

Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In E. Lander (Ed.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (Vol. 13, Issue 29, pp. 201–246). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Retrieved from <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>

Restrepo, E., y Rojas, A. (2010). *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Universidad del Cauca.

Rivera Cusicanqui, S. (2010). *Ch'ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre descolonizadores*. Tinta Limón.

Rivera Cusicanqui, S. (2018). *Un mundo ch'ixi es posible: Ensayos desde un presente en crisis*. Tinta Limón.

Roediger, D. (2015) *What would it mean to transform international relations?.* En: Anievas, Manchanda, Shilliam. *Race and racism in International Relations: Confronting the global colour line*, Routledge, p. 195-201.

Rojas, C., Chamon, P., & Urt, J. N. (2019). *Tradução: Contestando as Lógicas Coloniais do Internacional: Rumo a uma Política Relacional para o Pluriverso*. Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD, 8(15), 519–543. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i15.11556>

Segato, R. L. (2013). *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Prometeo Libros.

Segato, R. L. (2014). *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. Tinta Limón; Pez en el árbol.

Segato, R. (2018). *Contra-Pedagogías de La Crueldad*. Buenos Aires: Prometeo Libros.

Sjoberg, L. (2010). *Gender and International Security Feminist perspectives*. London and New York: Routledge.

Souza, N. M. F. de. "When the Body Speaks (to) the Political: Feminist Activism in Latin America and the Quest for Alternative Democratic Futures." *Contexto internacional* 41 (1): 2019, 89–112. <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2019410100005>.

Spivak, G. (2014) Pode o Subalterno Falar? *Revista Odisseia*. Vol. 5. <https://doi.org/10.21680/1983-2435.2020v5n1id20573>

Svampa, M. (2011) *Modelo de desarrollo y cuestión ambiental en América Latina: categorías y escenarios en disputa*. In: Wanderley, F. (coord.). *El desarrollo em cuestión: reflexiones em América latina*. La Paz: CIDES, OXFAN y Plural, p. 411-441. Disponível em: <https://bit.ly/2kxa73x>.

Shilliam, R. (2011) *International Relations and Non-Western Thought. Imperialism, Colonialism and Investigations of Global Modernity*. New York: Routledge.

Tapia, L. (2008). Política salvaje. In *Cuadernos del pensamiento crítico latinoamericano*. <http://www.jornada.unam.mx/2009/03/03/luis.html>

Tickner, A. (2017) Entrevista. (Por Galhera, Maso y Preturlan). *Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD*, 6(11), 2017, 15–23. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i11.6901>

Tuhiwai Smith, L. (2018). *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Ed. UFPR.

Ulloa, A. (2020) *Ecología feminista latinoamericana*. In: ZURIA, Ana de Luca; CENTEO, Ericka Fosado; GUTIÉRRES, Margarita Velázquez (org.). *Feminismo socioambiental. Revitalizando el debate desde América Latina*. México: UNAM- CRIM, p.75-104

Valdez, M. C. (2017). Aportes Mapuce Para Pensar El Género. *Corpus* 7 (Vol. 7, No 1). <https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.1825>.

Walsh, C. (2015). *Sobre el género y su modo-muy-otro*. In Quintero, Pablo. *Alternativas Decoloniales Al Capitalismo Colonial*. Ediciones del Signo: Buenos Aires, Argentina . pág. 165-181.

Espinosa, Y.; Gómez, D.;Lugones, M.; Ochoa, K. (2013). *Reflexiones pedagógicas en torno al feminismo decolonial: Una conversa en cuatro voces*. In Catherine Walsh (Ed.), *Convergencias y divergencias: hacia educaciones y desarrollo "otros"* (pp. 403–442).

ⁱLas referencias a bell hooks, Gloria Anzaldúa y, más recientemente, a Patricia Hill Collins son habituales, lo que indica que los feminismos no blancos se entrecruzan. Sobre el cruzamiento y la traducción entre los feminismos en Latinoamérica ver: Alvarez *et al.* (2014)

ⁱⁱLa expresión en Brasil es percibida como un perjuicio, pero aparece en la literatura manejada proveniente de Estados Unidos, como en María Lugones, por eso hacemos mención en este artículo.

ⁱⁱⁱEs una propuesta política y epistémica que surge del “Proyecto latino/latinoamericano modernidad/colonialidad” que se centra en el análisis de las experiencias de la modernidad conformadas por el “hecho colonial” (Castro-Gómez y Grosfoguel, 2007).

^{iv}Para Millán Moncayo se trata de un conjunto de supuestos teóricos que revierten en la apropiación del discurso de los derechos con el fin de garantizar la presencia de las mujeres en el movimiento y en la sociedad en general. (Información verbal)

^vCabe destacar que las mujeres zapatistas, como muchas mujeres indígenas latinoamericanas, no se definen como feministas. Véase: Gargallo (2014).

^{vi}El patriarcado "es muchas cosas en muchos lugares", como destaca Segato (2018).

^{vii}La victimización, como declaró Chandra Mohanty, es una faceta de la esencialización (2008). Para la indígena de la etnia mixe de Latinoamérica, Yásnaya Aguilar: “El ‘otro’ se crea a partir de establecer una diferencia generadora. Es decir, el otro no existe en sí, es necesario que se le construya, categorizándolo como alguien uniforme y homogéneo, desvinculado de la individualidad y al que no se pregunta si se considera una unidad con todos los otros ‘otrizados’” (In Gargallo 2014, p.10).

^{viii}“Si el feminismo como teoría niega o reduce la fuerza transformadora que generan las mujeres de los pueblos originarios junto con los hombres de sus nacionalidades, entonces va a incurrir en el mismo reduccionismo que las demás ideologías universalistas en su afán de dominio del resto del mundo”. (Gargallo 2014, p.34)

^{ix}Para Rivera Cusicanqui: “Lo “decolonial” es una moda, lo poscolonial es un deseo y lo anticolonial es una lucha.” (Makaran y Gaussens 2020, p.9)

^xPara Quijano, “América se constituyó como el primer espacio/tiempo de un nuevo patrón de poder de vocación mundial y, de ese modo y por eso, como la primera id-entidad de la modernidad. Dos procesos históricos convergieron y se asociaron en la producción de dicho espacio/tiempo y se establecieron como los dos ejes fundamentales del nuevo patrón de poder. De una parte, la codificación de las diferencias entre conquistadores y conquistados en la idea de raza, es decir, una supuesta diferente estructura biológica que ubicaba a los unos en situación natural de inferioridad respecto de los otros. Esa idea fue asumida por los conquistadores como el principal elemento constitutivo, fundante, de las relaciones de dominación que la conquista imponía. Sobre esa base, en consecuencia, fue clasificada la población de América, y del mundo después, en dicho nuevo patrón de poder”. De otra parte, la articulación de todas las formas históricas de control del trabajo, de sus recursos y de sus productos, en torno del capital y del mercado mundial” (Quijano 2000, p.202).

^{xi}Para una discusión sobre las construcciones de género múltiples ver: Lugones (2014); Segato (2013); Oyewumi (2005).

^{xii}Expresión utilizada por la autora, retomando la expresión del pueblo Kuna para referirse al continente latinoamericano.

^{xiii}En términos generales, el colonialismo puede interpretarse como un proceso de dominación de un pueblo sobre otro (Memmi 1977) o la conquista de bienes y tierras de otros pueblos (Loomba 2005). No se trata de un fenómeno inaugurado por la conquista europea de lo que entonces se llamaba el nuevo mundo, sino que la especificidad de este acontecimiento es haber reestructurado las bases sociales y económicas de las colonias, creando una compleja relación de dependencia entre los países coloniales y los colonizados (Loomba 2005). Desde esta perspectiva, el colonialismo es la "partera" del capitalismo europeo porque sentó las bases para el desarrollo de este sistema (ídem, p.10).

^{xiv}Para Segato la raza es una empresa fruto del racismo del explotador. Además, es una idea central en la sociología de la colonialidad, el evento fundacional de la conquista (2013).

^{xv}Esteban utiliza este concepto en términos epistemológicos y metodológicos para sugerir la construcción de relatos a partir de la trayectoria corporal de las personas (2013).

Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte

Challenges of coordination between managers and family farmers in the implementation of the National School Feeding Program (PNAE) in Rio Grande do Norte

Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior¹ 

José de Arimatéia Silva² 

Joana Tereza Vaz de Moura³ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.66239]

Recebido em: 24/03/2023

Aprovado em: 20/04/2024

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em quatro municípios do Território do Mato Grande, no estado do Rio Grande do Norte. Buscamos entender quais os principais desafios para a sua operacionalização e os esforços de coordenação empreendidos entre gestores, agricultores e o controle social na implementação da política. Para a análise, utilizamos os dados dos valores repassados pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento Escolar (FNDE) aos municípios da amostra pesquisada, além de entrevistas semiestruturadas com os gestores e com representantes de entidades da agricultura familiar. A partir do estudo, ficou evidenciado que existem ainda alguns desafios: dificuldade de diversificação da produção por parte dos agricultores, problemas de divulgação e informação dos editais pelas Prefeituras e falta de coordenação entre as secretarias, gerando entraves para a compra dos produtos. Entretanto, percebe-se que o PNAE tem evoluído, contribuindo para o escoamento de parte da produção da agricultura familiar, gerando renda e possibilitando a permanência desses agricultores no campo.

Palavras-chave: políticas públicas; agricultura familiar; territórios rurais; Programa Nacional de Alimentação Escolar; coordenação.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte– E-mail: marcosaurelijunior@gmail.com.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte– E-mail: arimateia71@gmail.com.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte– E-mail: joanateresa@gmail.com.

Abstract: This article aims to understand the implementation of the National School Meals Program (PNAE) in four municipalities of the Territory of Mato Grande, in the state of Rio Grande do Norte. We seek to understand the main challenges for its operationalization and the coordination efforts undertaken between managers, farmers and social control in implementing the policy. For the analysis, we used data on the amounts passed on by the National Fund for School Development (FNDE) to the municipalities in the research sample, as well as semi-structured interviews with managers and representatives of family farming entities. From the study, it became clear that there are still some challenges: difficulty in diversifying production by farmers, problems of dissemination and information of the notices by the municipalities and lack of coordination between the departments, creating barriers to the purchase of products. However, it can be seen that PNAE has evolved, contributing to the disposal of part of the family farming production, generating income and enabling these farmers to stay in the field.

Keywords: public policies; family farming; rural territories; National School Feeding Program; coordination.

1. Introdução

Nos últimos anos a agricultura familiar tem se revelado como objeto de políticas públicas que visam o acesso ao crédito. Alguns dos exemplos disso, são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas políticas têm como objetivo fomentar a produção a desenvolver a comercialização dos produtos (Miranda, 2017).

Criado nos anos 1950, como uma política para a merenda escolar, o PNAE é reconhecido mundialmente como a política pública para a alimentação escolar de maior longevidade. Apesar das diversas modificações que foram acontecendo na política desde a sua criação, destacamos três principais que buscam formalizar as relações entre sociedade e Estado e fortalecer as organizações da agricultura familiar: a primeira, refere-se à descentralização da aplicabilidade dos recursos; a segunda foi a obrigatoriedade de criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) pelos municípios no ano de 2000, para que acessem os repasses de verbas pelo governo federal; a terceira alteração, refere-se à obrigatoriedade de compra de, no mínimo, 30% de produtos oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar, em 2009.

Essa modificação nas regras da política pública é recente e veio das reivindicações de um conjunto de atores, principalmente da sociedade civil: sindicatos rurais,

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

movimentos sociais ligados à luta no campo, organizações não governamentais (ONGs), entre outros, que já vinham cobrando ações do Estado há vários anos.

Nesse sentido, o PNAE pode ser considerado uma política que busca mudanças no ambiente institucional com a inserção da participação social e a ampliação dos objetivos da política, com novas diretrizes, dentre elas, o fortalecimento da agricultura familiar através da aquisição de sua produção por entes governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal.

O PNAE é uma política pública que enfrenta esses desafios por gestores públicos e pela sociedade civil, uma vez que o Programa é formulado a nível federal, mas sua execução e implementação nos estados e municípios é descentralizada. Portanto, na maioria das vezes, estes entes executores nos níveis (federal, estadual e municipal) têm características específicas, capacidades e condições operacionais distintas e fatores que influenciam a execução da política.

Assim, a operacionalização do PNAE é marcada por desafios nos municípios, uma vez que a administração pública local não dispõe de recursos humanos e técnicos suficientes para a implementação dessas políticas. Nesse sentido, podemos dizer que essas políticas requerem esforços de coordenação no momento da implementação, onde cada ente federado deve saber quais as suas competências (Souza, 2018), ou seja, para operacionalizar essas políticas públicas de forma que atenda aos seus objetivos. Segundo Souza (2018, p. 16), formalmente podemos "definir coordenação como a organização de todas as atividades, com o objetivo de alcançar consenso entre indivíduos e organizações para o atingimento dos objetivos de um grupo". Entretanto, na prática, processos de coordenação de políticas públicas requerem articulações entre os diversos atores envolvidos na implementação da política, formas de incentivar "a adesão dos participantes da política e de suas agências", bem como a "inclusão de vários grupos minoritários como beneficiários de políticas públicas" (Souza, 2018, p. 16-17).

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo compreender a implementação do PNAE nos municípios de Ceará Mirim, João Câmara, Touros e Pureza, pertencente ao Território do Mato Grande, no Rio Grande do Norte, no período dos anos de 2012 a 2017 a partir dos desafios de coordenação.

Buscamos identificar quais dificuldades são encontradas nesse processo, a partir das relações dos atores fundamentais para a implementação desta política pública: as prefeituras (agentes executores) e os agricultores familiares e suas organizações (público

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

beneficiário). Para isso, pretendeu-se: a) mapear os repasses do FNDE para os municípios pesquisados e verificar quais municípios atingem o mínimo de 30% de produtos da agricultura familiar; b) compreender o processo de implementação nos municípios pesquisados pela ótica dos gestores municipais da política; c) entender como os agricultores rurais participantes do PNAE compreendem sua implementação.

A escolha dos municípios deu-se a partir de alguns critérios: 1) municípios com maior volume de recursos repassados para o PNAE desde a sua implementação, 2) municípios com maior número de agricultores familiares, e 3) municípios com maior número de escolas e alunos. Nesses critérios, três municípios ficaram em destaque: Ceará-Mirim, João Câmara e Touros. Além disso, foi escolhido Pureza por ser um dos primeiros municípios a executar o PNAE no Território e também por ser o município de residência de um dos autores, que acompanha há algum tempo o desenrolar dessa política facilitando a coleta e análise dos dados.

Na primeira etapa, buscamos dados referentes aos repasses de recursos financeiros aos municípios que integram o Território do Mato Grande - RN pelo Ministério da Educação (MEC) através do FNDE, com o objetivo de adquirir produtos oriundos da agricultura familiar e buscando identificar se há o cumprimento da Lei nº 11.947/2009, com foco na aplicação dos 30% mínimos obrigatórios pela lei.

Para essa ação, analisamos os dados disponíveis no site oficial do FNDE referentes às transferências de recursos, considerando: a) valores investidos – compras realizadas; b) valores não investidos – não foram utilizados em compras da agricultura familiar, referente aos 30%; c) números de municípios que compraram da agricultura familiar em cada ano no território do Mato Grande; e d) percentual que compraram da agricultura familiar. Esses dados foram importantes para aprofundar a análise sobre as alegações captadas a partir da percepção de cada ator: poder público (executor da política) e dos agricultores familiares e ou representantes das organizações da agricultura familiar (fornecedores de produtos) e seu entendimento sobre a política.

Na segunda etapa da pesquisa, realizamos entrevistas semi-estruturadas junto aos representantes do poder público responsáveis pela operacionalização do PNAE e com representantes dos agricultores familiares. Os entrevistados foram: 1) dois secretários municipais de educação (Pureza e Ceará-Mirim); 2) quatro nutricionistas (responsáveis técnicas do PNAE) nos quatro municípios (Ceará-Mirim, João Câmara, Pureza e Touros);

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

3) 16 agricultores familiares nos quatro municípios pesquisados⁴. Além dessas entrevistas, para complementar nossas informações entrevistamos dois diretores de escolas (Pureza e João Câmara) e dois presidentes do Conselho de Alimentação Escolar (CAE)⁵, em Pureza e Touros, somando 26 entrevistados, sendo 10 gestores e/ou articuladores da política e 16 agricultores.

As entrevistas buscaram subsidiar e complementar a compreensão das etapas de implementação do PNAE, visto que é nessa etapa que as políticas se concretizam, evidenciando dificuldades, gargalos e potencialidades, contribuindo para possíveis melhorias na inserção e ampliação dos produtos da agricultura familiar no certame das compras governamentais para a alimentação escolar.

O texto está organizado em quatro partes, sendo a primeira esta introdução. Na segunda parte, é apresentado um breve histórico das políticas para agricultura familiar no Brasil, dando destaque para os aspectos políticos da trajetória do PNAE, suas diretrizes, objetivos e importância para contexto socioeducacional, político e econômico da sociedade brasileira. A terceira parte do texto dedica-se a analisar a implementação do PNAE no Território Mato Grande, dando ênfase aos quatro municípios, mostrando os desafios e possibilidades, segundo a percepção dos atores que representam o poder público envolvidos na operacionalização do PNAE e os agricultores familiares. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um breve histórico

Mesmo tendo papel fundamental no Produto Interno Bruto (PIB), com safras recordes de produção de grãos, o setor agrícola no Brasil, tem tratamento diferenciado quanto a ação da política pública, pois o tratamento para a agricultura familiar ainda enfrenta dificuldades para produzir e vender seus produtos, visto que os investimentos públicos ou privados, são direcionados em maior volume de recursos para o agronegócio,

⁴ Esses agricultores foram selecionados pela participação em pelo menos três anos consecutivos fornecendo produtos para o PNAE, entre 2012 e 2017. Foram selecionados quatro agricultores em cada município da amostra.

⁵ O CAE também é fundamental para o bom andamento do Programa, sendo o ente que deve monitorar, questionar, avaliar, prestar contas dos recursos utilizados para a compra da alimentação escolar e, ainda, com a possibilidade de intermediar diálogos construtivos para a melhoria da execução da política.

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

setor econômico que conta com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (Schneider; Silva; Marques, 2009).

O cenário de tratamento diferenciado entre esses setores começa a ser trabalhado pelo Estado brasileiro, a partir dos anos 90, com políticas públicas direcionadas ou criadas com o intuito de corrigir as consequências de um processo de abandono, que atingiu principalmente a agricultura familiar. Nesse viés, as políticas públicas passaram a ser direcionadas ou foram criadas com intuito de fortalecer e proporcionar oportunidades para que a agricultura familiar pudesse produzir e permanecer no campo, seu local de origem.

Para Grisa e Schneider (2015, p. 20), historicamente a agricultura familiar “sempre [esteve] às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no país”. Somente a partir dos anos 90, que surgem as primeiras políticas públicas específicas para a agricultura familiar, fruto de mobilizações sociais que ocorreram em todo o país diante de um cenário de transformações macroeconômicas.

Essa inserção da agricultura familiar na agenda pública veio das reivindicações do setor diante das dificuldades enfrentadas. A resposta do Estado foi a criação do PRONAF, no ano de 1995, pelo Decreto nº 1.946 de junho de 1996, como forma de reconhecer a especificidade da categoria agricultura familiar. Este reconhecimento também garantiu a criação de uma Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006) que definiu oficialmente a agricultura familiar como “categoria profissional”. Segundo Picolotto (2014, p. 77), “esta mesma lei também fornece respaldo jurídico ao PRONAF”. Sobre esta política, Guanzioli (2007), expõe a seguinte afirmação:

O PRONAF surge numa época (1995) na qual o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares. Após 10 anos de execução não cabe nenhuma dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontram (Guanzioli, 2007, p. 301).

Ainda no que abrange o arcabouço de formulação de políticas públicas para a agricultura familiar, um dos primeiros passos no contexto de aquisição de produtos da agricultura familiar por parte do poder público no Brasil, foi o PAA, criado no ano de 2003. Segundo Marques et al. (2016), essa política surgiu do Programa Fome Zero, que consiste em uma proposta de política pública de segurança alimentar para o Brasil,

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

lançada em 2003, em que o governo federal compraria a produção dos pequenos agricultores, visando atender o mercado institucional (escolas, creches, hospitais e presídios). Assim como o PAA, o PNAE se tornou também um carro-chefe de políticas para a agricultura familiar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado nos anos de 1950, inicialmente como Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), pelo Ministério da Educação através do Decreto nº 37.106/1955, tem evoluído nas experiências de gestão e na operacionalização da alimentação escolar brasileira.

Segundo Gabriel, Goulart e Calvo (2015, p. 2), o PNAE tem caráter complementar e busca suprir as necessidades nutricionais dos alunos da rede pública brasileira, em seu tempo de permanência na escola. Desde a descentralização, a política passou por constantes aprimoramentos, como a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), a vinculação de nutricionista à responsabilidade técnica e o incentivo à compra da agricultura familiar.

Em 2003, o PNAE passa a compor a estratégia de combate à pobreza e à fome e ganha novos contornos com a Lei nº 11.947/2009, ampliando a alimentação escolar para toda a rede de ensino público, desde a educação básica à educação de jovens e adultos. O PNAE, como o conhecemos atualmente, segundo a Lei nº 11.947/2009, traz, dentre suas diretrizes, a compra de no mínimo 30% (trinta por cento) de produtos originários da agricultura familiar, ampliando o mercado institucional para o setor.

O PNAE, assim como o PAA, faz parte do que Grisa e Schneider (2014, p. 125) denominam de terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar e que visam a “construção de mercados orientados pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental”. Essas políticas se assentam nas demandas históricas dos movimentos sociais que atuam no campo e acompanham uma “trajetória de políticas públicas que ganharam impulso na década de 1990, por meio da mobilização social e de estudos em desenvolvimento rural, que foram se materializando ao longo dos anos” (Kroth et al., 2019, p. 138).

Conforme destacam Rozendo, Bastos e Molina (2013), apesar das compras governamentais de produtos da agricultura não serem recentes no caso do Brasil, a novidade das políticas de acesso a mercados institucionais criados e/ou reformulados ao longo dos anos 2000 trazem a centralidade do fortalecimento da agricultura familiar, a promoção da segurança alimentar, o resgate de cultivos tradicionais, a redução da pobreza

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

rural e a introdução de estratégias para “induzir o desenvolvimento local a partir da organização da demanda e da participação da agricultura familiar” (Grisa; Caldas; Avila, 2018, p. 55). Dessa forma,

A trajetória das políticas para a agricultura familiar revela um contínuo processo de aprimoramento institucional. A criação de programas inovadores que, pela via dos mercados institucionais, conciliam estímulo à produção e uma preocupação crescente com a segurança alimentar e nutricional, revelam ainda a existência de importantes saltos qualitativos nesta trajetória (Grisa; Schneider, 2015, p. 168).

A implementação do PNAE perpassa necessariamente pelo diálogo interinstitucional da própria estrutura pública (órgãos, setores e departamentos) e destes com organizações e entidades beneficiárias da sociedade civil. O desenho institucional do programa prevê a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), que são a chave essencial para a eficácia de tal política pública. De acordo com o portal do FNDE (2012), o CAE é um órgão colegiado deliberativo, fiscalizador e de assessoramento do PNAE, sendo uma das condicionalidades para que o município possa aderir ao programa. Ainda segundo informações do site do FNDE, os CAEs devem ser formados por membros da comunidade, professores, pais de alunos e representantes dos poderes Executivo e Legislativo. Eles são, portanto, o espaço institucional formalizado de relação entre Estado e sociedade no âmbito do PNAE.

Entretanto, a simples institucionalização da política pública não a faz ser efetivamente executada como previsto na legislação. Os instrumentos e meios que o ente executor utiliza para essa operacionalização influencia diretamente nos resultados obtidos. Segundo Miranda (2017) através de boletim do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), a participação social foi determinante para essa nova visão sobre as políticas públicas para o meio rural:

Cabe destacar que, com relação à participação social, estas políticas se diferenciam significativamente. Em um primeiro olhar, há diferenças marcantes quanto às suas dinâmicas de constituição, em particular no que concerne aos atores que se fizeram mais presentes nas suas discussões e, principalmente, para as formas de participação da sociedade civil organizada (Miranda, 2017, p. 442).

As diversidades de contextos de implementação podem fazer com que determinada regulamentação produza resultados inteiramente diferentes (Arretche, 2010). Isso ocorre porque as instituições impactam as práticas da execução da política, da mesma forma, as ações, valores, referências e contextos dos indivíduos também impactam as instituições. Assim, os diferentes resultados alcançados em diferentes municípios do

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

Mato Grande, em relação à inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar, não dependem somente do que está posto pela norma legal, muitas vezes dependem da organização do tecido social presente em cada município.

Segundo uma pesquisa realizada por Moura (2014) sobre o PNAE no Mato Grande, percebe-se a fragilidade da articulação entre gestores públicos, agricultores familiares e sociedade civil. A autora mostrou que a fragilidade do tecido associativo nos municípios dificultava o acompanhamento e a participação na política, fomentando ações clientelistas e relações personalistas na implementação da política. Essa pesquisa também mostrou as dificuldades enfrentadas pela gestão pública para dinamizar a agricultura familiar, como por exemplo, "a falta de articulação entre a Secretaria de Agricultura e a de Educação para operacionalizar o programa" (Moura, 2014, p. 201), a criminalização dos assentamentos como espaços não produtivos, a falta de informações sobre agricultores familiares e suas produções e a dificuldade do controle social operacionalizado pelos CAEs (idem).

3. Os desafios da implementação do PNAE no Território do Mato Grande - RN

Abrangendo uma área de 5.758,6 km², o Território do Mato Grande - RN, é composto por 15 municípios segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (Brasil, 2010), ocupando importante área do território estadual. Sua superfície é bastante específica, estando inserido no contexto do semiárido norte riograndense, em consonância com a realidade nordestina de convivência com períodos de escassez e irregularidades das chuvas. A população total do território é de 223.761 habitantes, dos quais 114.246 vivem na área rural, o que corresponde a 51,06% do total (Brasil, 2010).

Para a agricultura familiar, considerando o aspecto econômico, o PNAE é importante por injetar milhões de reais mensalmente na economia de forma geral, o que significa, para o setor, comercialização contínua, ainda que o volume comercializado seja relativamente baixo. Contudo, esses valores (preços) são considerados melhores que os do mercado tradicional-convencional.

Nesse sentido, algumas breves análises podem ser feitas, levando em consideração a série histórica adotada aqui. A primeira delas é que os números do PNAE para o Rio Grande do Norte (Gráfico 01), que não incluem os repasses do FNDE para a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC), mostram que houve constância na compra obrigatória de no mínimo 30% da agricultura familiar, com exceção

Silva, Moura & Junior. Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte

do ano de 2017, onde a compra foi o equivalente a 31,83%, ou seja, passou a ser maior do que a pactuação básica. Isso vai representar que os recursos repassados pela política aos municípios do RN, referentes aos anos de 2012 a 2017, demonstram que a agricultura familiar tende a se beneficiar quando inserida no contexto das aquisições da alimentação escolar.

O gráfico 1, mostra, ainda, que os valores do PNAE, quanto ao repasse total (R\$) e o valor equivalente aos “30%”, foram destinados a compras da agricultura familiar no RN.

Gráfico 01: Repasses do PNAE para os municípios do RN



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FNDE (2012 a 2017).

Os valores referentes aos 30% mínimo obrigatório, destinados às compras da agricultura familiar no período de 2012 a 2017 nos municípios do RN, somaram em média de R\$ 12.112.826,64. Contudo, deste valor, os municípios adesos só compraram em média R\$ 7.492.047,49 ficando abaixo do mínimo obrigatório, segundo informações da SEEC. No mesmo período, nos quinze municípios do Mato Grande, os investimentos dos 30% obrigatórios na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, ficaram bem abaixo da média dos demais municípios do RN, alcançando somente R\$ 3.756.713,49.

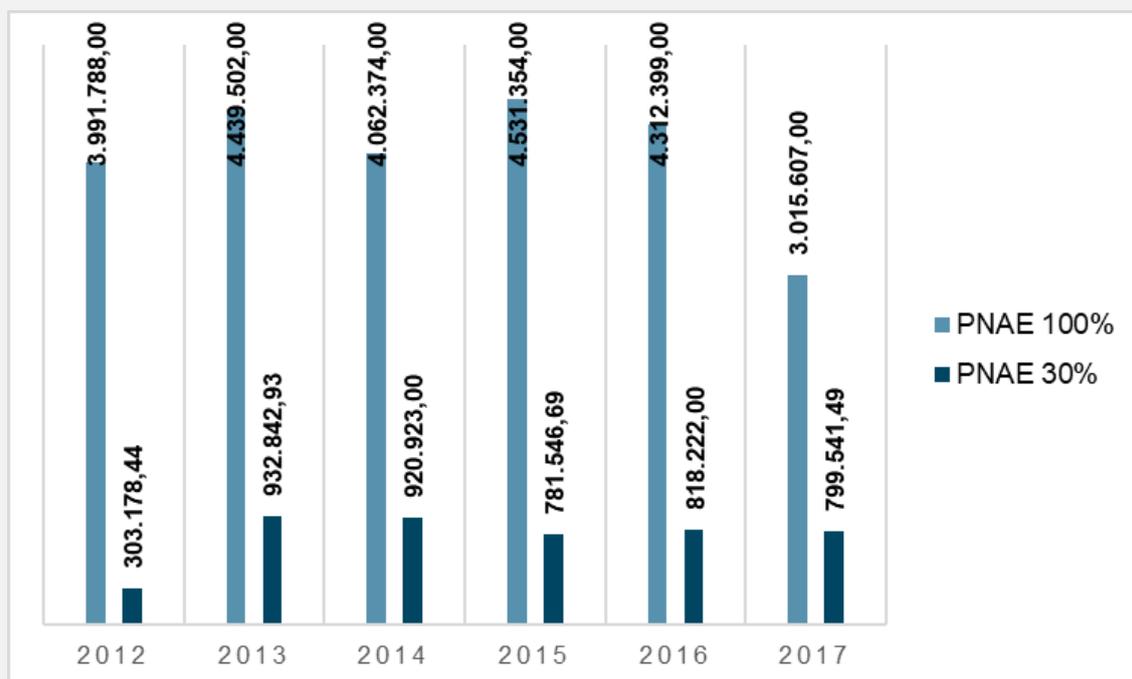
O PNAE, nos municípios do Mato Grande, e principalmente os pesquisados, têm mantido a demanda constante de compra da agricultura familiar, mesmo variando os percentuais daqueles que compram o mínimo exigido, dos que compraram abaixo do

Silva, Moura & Junior. Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte

mínimo dos 30% e alguns que não compraram. Entretanto, os editais têm sido lançados no início de cada ano, o que promove a comercialização, ainda que reduzida durante 10 meses em cada ano, durante o período letivo.

Buscando identificar quais os principais pontos que ainda permanecem como dificuldade no contexto da execução do PNAE, para as aquisições dos produtos da alimentação escolar, oriundos da agricultura familiar, a análise dos valores repassados aos municípios do RN pelo FNDE entre 2012 e 2017, com recorte nos municípios do Território do Mato Grande, pode contribuir nesse ponto.

Gráfico 02: Repasses do FNDE aos 15 municípios do Território do Mato Grande



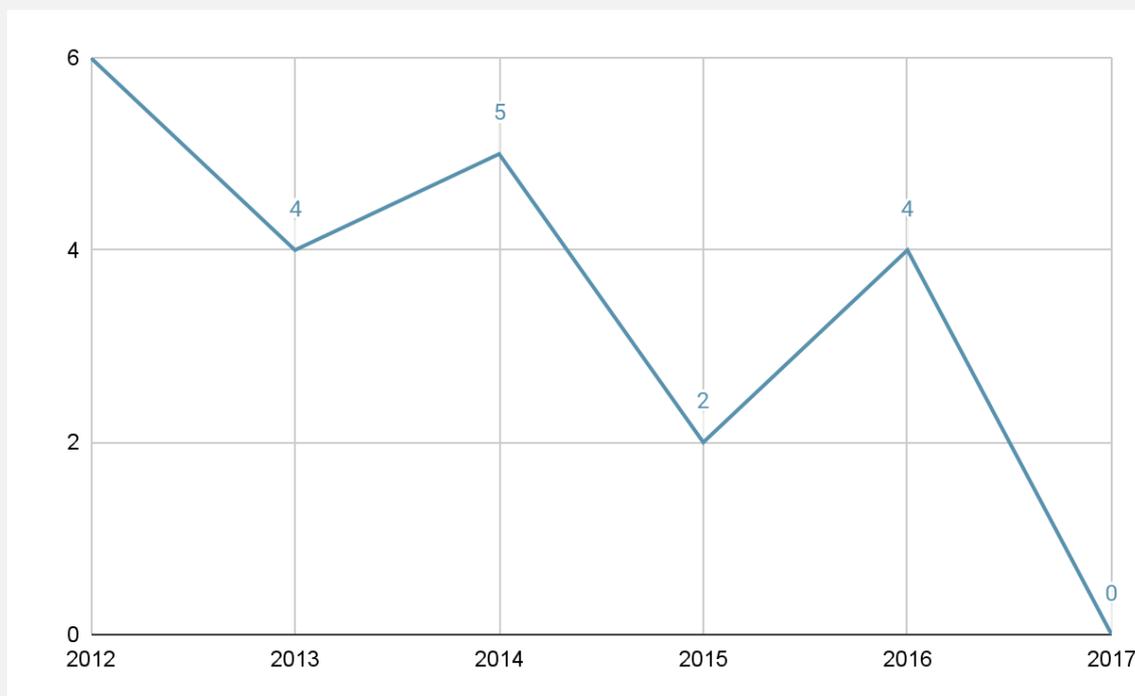
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FNDE (2012 a 2017).

O gráfico acima mostra os valores dos recursos repassados aos 15 municípios do Mato Grande, que estão divididos em: a) PNAE 100% (repasso total), e b) PNAE 30% (valor destinado a aquisição dos produtos da agricultura familiar). A diferença entre o que foi investido na compra dos 30% mínimos obrigatórios da agricultura familiar, e os valores não investidos, ou seja, o PNAE 100%, ficaram na média de R\$ 528.902,35, por ano, no período de 2012 a 2017. Entretanto, verificamos que os valores não investidos (não comprados), dos 30% mínimos da agricultura familiar pelo PNAE, caíram percentualmente de 75% em 2012, para 12% no ano de 2017, o que pode significar maior atenção a operacionalização do PNAE nos municípios (FNDE, 2020).

Silva, Moura & Junior. Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte

Essa queda no percentual “não comprado”, referente aos 30% mínimo obrigatório, demonstra que houve uma evolução na aplicação dos recursos para a aquisição dos produtos da agricultura familiar no território, podendo estar relacionado com a luta dos próprios atores da agricultura familiar para se inserirem nas compras governamentais ou ainda, a maior abertura de diálogo entre os atores representantes do poder público com a sociedade civil. Ainda assim identificamos municípios que não realizaram compras da agricultura familiar, considerando o período de 2012 a 2017, no Território do Mato Grande, conforme o quadro 1.

Quadro 01: Quantidade de municípios que não compraram da agricultura familiar para cada ano da série histórica analisada



ANO	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS
2012	6
2013	4
2014	5
2015	2
2016	4
2017	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FNDE (2012 a 2017).

Como pode ser observado no Quadro 1, somente em 2017, todos os municípios do Território do Mato Grande fizeram aquisição de produtos da agricultura familiar.

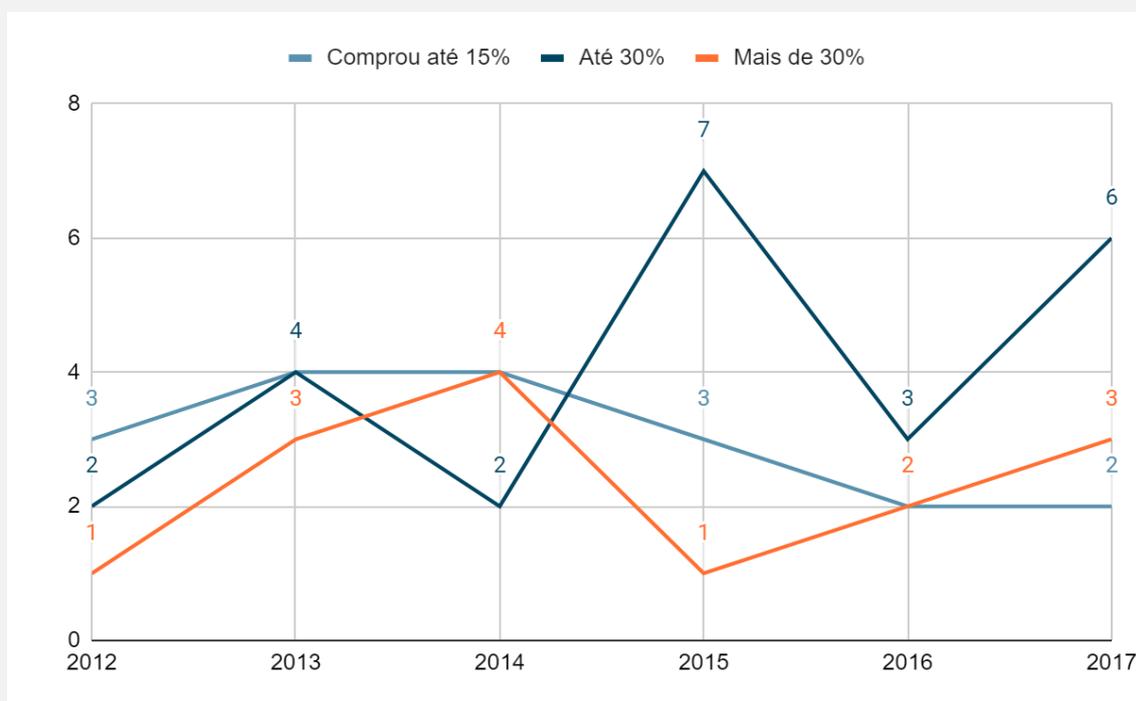
Silva, Moura & Junior. Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte

Embora os números demonstrem que, aos poucos, os gestores dos municípios estejam cumprindo a Lei nº 11.947/2009, no sentido de realizar as compras da agricultura familiar, os percentuais de compra (aquisição), variam de ano para ano e de município para município e muitos ainda compram abaixo do limite mínimo obrigatório de 30%. Além dos municípios que não realizaram compras da agricultura familiar, listamos aqueles que compraram 15%, até 30% e os que compraram acima de 30%, no quadro 2 abaixo.

Quadro 02: Quantidade de municípios que realizou compras da agricultura familiar

ANO	COMPROU ATÉ 15%	ATÉ 30%	+ DE 30%
2012	3	2	1
2013	4	4	3
2014	4	2	4
2015	3	7	1
2016	2	3	2
2017	2	6	3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FNDE (2012 a 2017).



O Quadro 2 demonstra que até 2017, ainda é alta a quantidade de municípios que compra até 15% dos produtos da agricultura familiar, enquanto os que compraram até

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

30%, tiveram crescimento no mesmo período. Também é possível observar que poucos municípios conseguiram comprar acima dos 30% mínimo obrigatório no período pesquisado. Segundo os dados do FNDE (2012 a 2017), no ano de 2012, apenas o município de Pureza, com 37,65%, comprou acima do limite previsto para a aquisição dos produtos da agricultura familiar, enquanto que os demais não atingiram o percentual mínimo. Em 2013, São Miguel do Gostoso, com 71%, Bento Fernandes, com 41%, e Poço Branco, com 32%, compraram acima do mínimo previsto, enquanto os demais municípios ficaram abaixo do mínimo obrigatório ou não compraram da agricultura familiar (FNDE, 2013).

No ano de 2014, o número de municípios que superaram o limite mínimo para as compras da agricultura familiar no território foram: Ceará-Mirim, com 49%, Parazinho, com 33%, João Câmara e Pureza, com 32%, cada. Nesse ano, seis municípios compraram abaixo do limite mínimo dos 30%, e cinco municípios não compraram da agricultura familiar (FNDE, 2014).

Em 2015, somente o município de Poço Branco comprou acima do limite mínimo obrigatório pelo PNAE no território do Mato Grande, alcançando 33%. Os demais municípios ficaram abaixo do limite mínimo e dois municípios não compraram da agricultura familiar (FNDE, 2015). No ano de 2016, os números mostram que os municípios de Jandaíra, com 37,44%, e Poço Branco, com 33,37%, compraram da agricultura familiar, acima do limite mínimo imposto pela lei e quatro municípios não compraram da agricultura familiar (FNDE, 2016).

Já em 2017, todos os municípios compraram da agricultura familiar, segundo dados do FNDE referentes àquele ano. Contudo, somente os municípios de Parazinho, São Miguel do Gostoso e Ceará Mirim compraram acima do limite mínimo obrigatório, com 43,56%, 30,57%, e 30,11%, respectivamente. Nos demais municípios, o percentual de compras da agricultura familiar variou entre 9,27% a 27,43% relativos ao mínimo obrigatório pela lei do PNAE.

Interessante notar que o município de Ceará-Mirim possui mais alunos e escolas entre os municípios pesquisados, mas não é o município com o maior número de agricultores familiares, conforme o número de (DAPs), em 17 de julho de 2020, no sistema emissor de extrato de DAPs do MAPA.

Tabela 01: (DAP) Pessoa Física por município.

Município	DAP(s) Ativas	DAP(s) Inativas	Total DAP(s)
Touros	1602	4568	6170
João Câmara	1140	2135	3275
São Miguel do Gostoso	932	2039	2971
Poço Branco	642	2151	2793
Ceará Mirim	482	2155	2637
Taipu	372	1452	1824
Bento Fernandes	380	924	1304
Rio do Fogo	151	994	1145
Pureza	454	472	926
São Bento do Norte	249	641	890
Pedra Grande	186	683	869
Parazinho	125	727	852
Maxaranguape	94	473	567
Caiçara do Norte	159	369	528
Jandaíra	94	425	519

Fonte: MAPA (2020) Adapt

Os dados sobre o PNAE, entre os anos de 2012 e 2017, configuram-se como um parâmetro de análise para identificar quantitativamente, em valor monetário, a inserção da agricultura familiar. Esses dados permitem perceber como estão os resultados quanto ao alcance dos 30% mínimos obrigatórios investidos na agricultura familiar. Considerando que cada DAP física pode vender até o limite de R\$ 20.000,00 ano civil, um número pequeno de agricultores familiares poderia atender a demanda de cada município. Entretanto, fatores como a sazonalidade, a falta de diversificação da produção e o volume comprado em cada pedido pelas escolas, pode ser um fator que contribui para o não atingimento dos 30% mínimos obrigatórios. Assim, a relação entre o que está estabelecido em lei e o que tem sido executado nos municípios pesquisados, apesar de incorporar uma noção de eficácia, poderá ser o primeiro passo para a análise dos fatores que envolvem a implementação da política de alimentação escolar. Na seção a seguir analisamos qualitativamente os elementos que envolvem a implementação do PNAE no Mato Grande.

4. Os malabarismos de gestores e agricultores familiares de Ceará-Mirim, João Câmara, Touros e Pureza para implementarem o PNAE

O arranjo institucional identificado nos municípios pesquisados para a operacionalização da política, não apresenta interação ou parceria órgãos públicos, sejam

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

da agricultura, de administração, de assistência social ou outra congênera com a secretaria de educação ou com entidades locais como sindicatos, EMATER, no sentido de fortalecer e ampliar a participação da agricultura familiar. Em todos os municípios, o responsável pela operacionalização da política está sempre na figura do(a) nutricionista, que realiza desde o diagnóstico da produção, pesquisa de preços, orientação para elaboração do edital da chamada simplificada, até os quantitativos para cada unidade escolar municipal e do cardápio.

No período estudado, muitos questionamentos vieram à tona nos espaços de discussão de políticas públicas no Território da Cidadania do Mato Grande/RN, a exemplo do Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande (FOMAG) e nas reuniões das Câmaras Temáticas de produção e comercialização, onde os debates e discussões sempre pautaram dificuldades de acesso da agricultura familiar aos mercados institucionais e governamentais. Somando a isso, a falta de estrutura técnico-administrativa dos municípios para receberem a produção da agricultura familiar, a falta do Sistema de Inspeção Municipal (SIM), a falta de publicização dos editais do PNAE e a falta de assistência técnica para a produção foram os principais problemas citados pelos entrevistados da pesquisa.

A partir das entrevistas com os gestores públicos dos quatro municípios verificamos que em todos foram realizadas chamadas públicas simplificadas, que de maneira geral, ocorreram entre os meses de fevereiro a abril de cada ano. Ainda no contexto das chamadas, buscamos identificar como se deu o processo de participação dos atores envolvidos na operacionalização do PNAE em cada município. Segundo os relatos das entrevistas, as estratégias adotadas nesses municípios foram: realização de oficinas e reuniões ou consultas aos agricultores para a elaboração do edital, normalmente articuladas e mobilizadas por um(a) técnico(a) nutricionista:

[...] Nós chamamos os agricultores para uma reunião, convidamos a Emater e o Sindicato, e fazemos uma apresentação sobre o programa. Nesta reunião, aplicamos um questionário para levantar a produção, a quantidade e o período da colheita. Também pedimos o preço (Nutricionista 3, 2019).

[...] Normalmente os agricultores já sabem os produtos que vamos pedir, mas sempre fazemos primeiro o levantamento do que eles têm e depois fazemos a relação dos itens para colocar no edital. A pesquisa de preço é feita levando em conta os preços da Emater, dos mercados locais, dos agricultores e também de supermercados da região. Todas as pesquisas são guardadas para possíveis auditorias posteriores. Os agricultores colocam os preços nos questionários de levantamento de produção e assinam (Nutricionista 2, 2019).

As duas falas das nutricionistas demonstram a forma como é organizada a chamada pública nos municípios, a elaboração do edital e a publicização. Essa atuação dos profissionais da nutrição corrobora com a ideia de Lotta (2010, p. 8) ao afirmar que “a implementação da política pública sofre influências diversas, tanto da própria estrutura pública, quanto dos atores responsáveis por sua implementação”.

Segundo os gestores, é importante o levantamento antecipado da produção e do preço dos produtos, que leva em consideração os valores do mercado local:

[...] Aqui nós sempre utilizamos o edital anterior como referência e consultamos o sindicato, a Emater e as associações e montamos o Edital do PNAE (Secretário de Educação 1, 2019).

[...] Além da publicização do edital no mural da prefeitura, sindicato, na Emater e anúncio na rádio comunitária, realizamos uma reunião em que é feita a prestação de contas do ano anterior e uma avaliação, assim os problemas que surgiram são analisados por todos e partimos para a construção da chamada pública contando com os agricultores, associações e até cooperativas (Secretário de Educação 2, 2019).

Quanto às dificuldades enfrentadas, uma das grandes questões mencionadas em todos os municípios e que aparece nos relatos dos gestores públicos, é a falta do Sistema de Inspeção Municipal, bem como de interlocução com órgãos da administração pública estadual para estabelecimento de parceria que cumpram essa função. A falta ou ausência do SIM, impede a compra de produtos de origem animal: carnes de aves, boi, suínos, ovinos, peixes, ovos, queijos, mel e derivados, oriundos da agricultura familiar.

[...] Se tivéssemos o selo SIM, poderíamos receber ovos e carnes de pequenos e médios animais criados pelos agricultores, principalmente das agricultoras, pois tem produção em nossos municípios. Mas a falta do Sistema de Inspeção ativo, não permite comprar. (Nutricionista 1, 2019).

Nesse sentido, a ausência do SIM é um limitador para a ampliação de produtos com maior valor agregado, já que as carnes, ovos, mel e derivados dos produtos cárneos têm preços mais elevados, se comparado aos hortifrutigranjeiros.

[...] Deixamos de comprar até frutas congeladas, que poderiam gerar mais renda para o agricultor devido à ausência do Sistema Municipal de Inspeção (SIM). Poderíamos estar comprando o mel em sachê, carne de carneiro, frangos, entre outros produtos de origem animal (Secretário de Educação 1, 2019).

Nos depoimentos dos gestores públicos, são relatadas dificuldades quanto à falta de diversidade de produtos da agricultura familiar e também de regularidade nas entregas dos produtos. Segundo alguns gestores, nos municípios há falta de diversidade de

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

produtos por parte dos agricultores familiares, sendo uma dificuldade enfrentada pelo setor da Alimentação Escolar, para além da sazonalidade da produção agrícola:

[...] Tem produtos que poderíamos comprar aqui, como cenoura, beterraba, até o tomate é difícil. Essa falta de diversidade na produção em nossa agricultura familiar é um problema, pois deixamos de comprar no município (Secretário de Educação 2, 2019).

[...] Acredito que em função da sazonalidade e a falta de planejamento, nossos agricultores deixam de vender muito mais produtos para a merenda escolar (Secretário de Educação 1, 2019).

[...] A falta de regularidade no fornecimento dos produtos é um problema que sempre enfrentamos quando compramos dos agricultores no município. Alguns produtos são trocados por outro, contudo, muitos deixam de ser entregues porque o agricultor simplesmente não tem quando é solicitado. Então temos que recorrer ao fornecedor da licitação (Nutricionista 1, 2019).

Além dos produtos de origem animal, nota-se também a falta de articulação e organização do poder público local para comprar produtos de confeitaria e panificação (bolos, raiva, sequilho, bolachas, biscoitos), uma vez que para que esses produtos possam chegar até as escolas, eles precisam atender os padrões sanitários e a legislação vigente. Esse ainda é um fator que reduz o número de produtos comprados da agricultura familiar, principalmente das mulheres que são as que mais produzem esses tipos de mercadorias.

Sobre o cumprimento integral dos contratos, alguns gestores alegaram que nem todos são cumpridos integralmente, devido à sazonalidade de algumas culturas, “principalmente as frutas *in natura*, que quando chega a vez do agricultor entregar, ele já vendeu a produção” (Nutricionista 2, 2019). Outra nutricionista também relata essa falta de organização da gestão pública com relação à sazonalidade das culturas:

[...] Ainda há lacunas sobre planejamento das chamadas e o calendário agrícola, principalmente para os agricultores que não tem irrigação. Nem sempre os pedidos atendem o tempo de colheita do agricultor e isto causa falhas nas entregas. Apesar que substituímos alguns produtos, mesmo assim, não contempla todos (Nutricionista 4, 2019).

Estes fatos podem demonstrar falta de articulação interinstitucional, tanto da parte do agente público como da mobilização dos agricultores familiares no sentido de melhorar a operacionalização do PNAE. Outro ponto relatado em todas as entrevistas é o excesso de procedimentos burocráticos, considerado pelos próprios gestores:

[...] As prestações de contas do programa nos toma um tempo considerável, sem contar que para mantermos o controle sobre o que foi publicado no edital, ver as quantidades e valores que foram feitas em cada contrato, para não comprar a mais do que está no contrato, verificar as notas fiscais, se as certidões negativas estão em dia, pois se não estiverem não se faz o pagamento ao agricultor, além de fazer a

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

prestação de contas via o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SigPC) (Nutricionista 4, 2019).

Ainda segundo os representantes do poder público, os valores *per capita*, repassados pelo FNDE, também contribuem para ampliar as dificuldades, pois são considerados baixos para atender os valores nutricionais previstos na lei. Sobre essa questão, um gestor municipal afirma ter dificuldades para adequar o orçamento, em que

[...] Nós temos que fazer malabarismo para realizar a chamada pública para os agricultores familiares devido aos baixos valores per capita por aluno. Alguns produtos têm preços elevados e temos que buscar um equilíbrio para que a refeição tenha o percentual nutricional exigido, com os recursos disponíveis. Então temos que complementar com recursos próprios para manter a qualidade das refeições para os alunos (Secretário de Educação 2, 2019).

Nos municípios pesquisados a operacionalização da política é coordenada de forma direta pelas nutricionistas, que contam com uma pequena equipe auxiliar junto à casa da merenda, que existe em todos os municípios e que são responsáveis por receber os produtos oriundos da agricultura familiar. Em todos os municípios, além da casa da merenda, as entregas dos produtos também ocorrem diretamente nas escolas, principalmente naquelas que ficam nas comunidades mais distantes da sede do município, conforme relato abaixo:

[...] Nós recebemos os produtos conforme os pedidos feito aos agricultores na casa da merenda. Mas também orientamos aqueles agricultores que estão próximos às escolas rurais, que façam as entregas diretamente na escola. Isto evita uma série de custos extras para o agricultor e mantém a qualidade dos produtos, já que reduz o tempo com transporte e manuseio excessivo. Assim, os diretores são peças fundamentais neste processo do PNAE (Nutricionista 3, 2019).

Visando dar agilidade ao processo das entregas, mantendo a qualidade dos produtos *in natura*, principalmente hortifrutigranjeiros, os responsáveis pelo PNAE nos municípios adotam dois sistemas de recebimentos dos produtos: a) centralizado na casa da merenda; e b) descentralizado, as entregas acontecendo diretamente nas escolas. Em todos os municípios, constatou-se uma rede que visa ampliar a comunicação e o contato com os agricultores. As nutricionistas, ligadas às secretarias de educação nos municípios pesquisados, criaram grupos no aplicativo *Whatsapp* e também contatam os agricultores por telefone.

Segundo os relatos dos gestores que operacionalizam o PNAE nos municípios, essas ações contribuem para melhorar a comunicação e aproximam a gestão da política

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

com o público beneficiário (fornecedores). A pesquisa mostrou que uma organização dos produtores com orientações de tipos de produtos (diversidade de produtos) a ser ofertados para compras realizadas pelas Prefeituras poderia garantir a comercialização fixa e regular para aqueles agricultores familiares que ainda não conseguem se inserir de forma constante em outros mercados.

A participação dos agricultores no processo de construção da chamada pública é identificada em todas as entrevistas realizadas nos quatro municípios, conforme destacamos nas falas abaixo:

[...] A nutricionista sempre avisa quando vai sair o edital e nós participamos. Cada um apresenta os produtos que tem, que apesar de ser só um pouco, compensa porque o preço é melhor (Agricultor 6, 2019).

[...] Nós participamos das chamadas para a compra da merenda escolar. A nutricionista sempre avisa quando vai ter a reunião (Agricultora 3, 2019).

[...] Nós fazemos parte da associação e o presidente sempre procura o pessoal da merenda escolar e ficamos sabendo quando vão lançar o edital e participamos da reunião (Agricultor 16, 2019).

[...] A prefeitura sempre faz uma reunião e convida os agricultores, embora sejam poucos os que vão. Mas tem lá a Emater, o sindicato, o secretário de educação também vão e nós discutimos com eles a questão de preços, os produtos, as entregas, essas coisas (Agricultora 7, 2019).

As falas denotam a participação dos agricultores familiares no processo de implementação da política, desde a organização da chamada pública, assim como a participação de entidades do setor como os sindicatos rurais e a Emater, ou seja, há um processo de coordenação organizacional. Entretanto, em alguns casos, a forma de publicização do edital da chamada pública simplificada ainda é um limitante para alguns agricultores familiares, pois muitas vezes quando chega a informação é tarde para estes se organizarem a fim de participar.

[...] Agora eles avisam quando vai ser lançado o edital da merenda escolar, mas nem sempre dá tempo para participar devido às tarefas na propriedade. Mas, sempre que dá nós vamos (Agricultora 5, 2019).

Quanto ao aspecto técnico-legal, a maior dificuldade enfrentada pelos agricultores familiares é a ausência ou a dificuldade de acesso ao Sistema de Inspeção Municipal, especialmente com relação às normas sanitárias. Segundo os relatos dos representantes do poder público, está se buscando uma solução via construção de consórcio intermunicipal nesta área. Todos os municípios têm a lei do serviço municipal de

Silva, Moura & Junior. Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte

vigilância sanitária, porém os custos de implantação do sistema e sua manutenção ainda são fatores limitantes para a efetiva operacionalização desse serviço.

Com relação à percepção dos agricultores sobre a comercialização para o PNAE, os entrevistados responderam que vale a pena vender para a política. Contudo, a análise das entrevistas também expôs algumas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares em comercializar para o PNAE, como por exemplo, o atraso no pagamento por parte das prefeituras, o que deixa os agricultores inseguros, a burocracia governamental durante o período de compra e pagamento, e o não cumprimento total dos valores contratados assinados pela Secretaria de Educação.

Apesar das estratégias adotadas pelos agricultores familiares entrevistados para o acesso ao PNAE, percebe-se que são poucos os que atuam no mercado de orgânicos e agroecológicos, se comparado à forma de agricultura convencional.

Em função das incertezas de prazo quanto ao lançamento do edital do PNAE para realizar as compras da agricultura familiar - que em teoria são atividades que podem ser planejadas pelo ente executor - os agricultores familiares buscam outros mercados ou ficam nas mãos de intermediários. Dessa maneira, os agricultores familiares que fizeram parte da amostra de entrevistados dessa pesquisa, comercializam também em feiras livres, em mercados e/ou supermercados regionais ou vendem para intermediários/atravessadores.

Observa-se que o mercado institucional da merenda escolar entra na estratégia econômica como um complemento para comercialização, pois ainda não é possível para os agricultores venderem toda sua produção unicamente para o PNAE, considerando o número de agricultores existentes conforme número de “DAPs” e o número de contratos assinados, como demonstra o quantitativo da tabela abaixo:

Tabela 02: Número DAPs por município e contratos assinados.

Município	Total DAP(s)	DAP(s) Ativas	Contratos DAP(s)
Touros	6170	4568	8
Ceará Mirim	2637	2155	16
João Câmara	3275	2135	12
Pureza	926	472	6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das secretarias municipais de educação (2020).

No entanto, os agricultores familiares demonstram interesse em aumentar a venda para as compras públicas: PNAE, PAA ou para o recém criado Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (PECAFES), do Governo do

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

RN (Moura; Knox; Silva Júnior, 2021), pois os valores pagos são mais compensativos que os de outros mercados privados ou por meio de intermediários/atravesadores.

Além disso, também ficou evidenciado nos municípios pesquisados, a não existência de informações sistematizadas e organizadas, quanto à produção agrícola, nem mesmo algum diagnóstico em relação aos problemas enfrentados por este setor. Quando perguntados se as prefeituras realizam ou desenvolvem ações para o fortalecimento da agricultura familiar, as respostas foram as seguintes:

[...] Aqui a gente só tem o corte de terras para alguns e a distribuição de sementes da Emater (Agricultor 16, 2019).

[...] Nós sofremos com a falta de água. Temos que pagar R\$ 200,00 numa pipa d'água. A cisterna só é cheia com a água da chuva e a prefeitura não cava nem um poço para aliviar a falta de água, então quando passa muito tempo sem água perdemos as hortas (Agricultora 13, 2019).

As falas mostram que há dificuldades de os agricultores se envolverem ou negociarem com os agentes públicos locais, com as entidades e órgãos que prestam assistência técnica para articulações e planejamento de ações, visando condições para sua permanência na atividade agrícola.

[...] A falta de assistência técnica é uma dificuldade para nós. Até tentamos inovar, mas sem técnico fica mais difícil. O corte de terra não é suficiente se nós não fizermos a análise do solo, para corrigi-lo. As vezes quando a semente vem chegar já é no fim das chuvas, aí fica difícil para nós (Agricultora 11, 2019).

[...] Já tentamos vender na CECAFES também, mas os custos com frete são altos, e o volume de vendas não dava para cobrir. Então sem o apoio para transporte, resolvemos parar antes que ficássemos devendo lá (Agricultora 07, 2019).

Apesar disso, foi apontado como fator positivo para o bom funcionamento do PNAE a capacitação dos profissionais, possibilitando melhorar a operacionalização da política. Contudo, um passo importante seria a união entre os agentes: prefeitura, Emater, agricultores familiares e organizações – como associações e cooperativas – e a comunidade escolar, em ações conjuntas para lidarem com as dificuldades da política.

Perguntamos aos agricultores se eles fazem o levantamento de custos da produção e conseqüentemente o cálculo de preço dos produtos, 40% disseram fazer o acompanhamento dos custos e que fazem o cálculo de preço dos produtos. Porém, 60% disseram não fazer nem o acompanhamento dos custos e nem o cálculo de preços dos produtos, o que pode ser observado nas falas seguintes:

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

[...] Nós anotamos o preço do que compramos para a lavoura, como sementes, adubo, mão de obra. Temos uma noção das despesas, mas o mercado já tem o preço dele e nós vendemos conforme o mercado paga (Agricultor 02, 2019).

[...] Nós tentamos fazer o cálculo dos preços, conforme já ensinaram para nós. Mas é difícil, assim nós vemos o preço do mercado e pronto (Agricultor 06, 2019).

[...] A gente vendo conforme o preço que estão praticando por aí. Não faço cálculo de preço não. Eu sei por quanto eu compro e sei por quanto devo vender para sobrar uns trocos para comprar a comida (Agricultor 10, 2019).

Esses depoimentos ressaltam a importância da capacitação dos produtores para compreenderem todas essas etapas, da comercialização, com relação a quantidades, preços, embalagens, prazos de entregas, transportes e acondicionamento de produtos de forma adequada, atendendo à legislação vigente. Quando perguntados sobre controle social e da existência do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), muitos agricultores não sabem sobre o conselho e nem quem são os conselheiros.

Nos quatro municípios, os agricultores afirmaram não conhecer quem são os integrantes do CAE do seu município, assim como não sabem da prestação de contas referentes aos recursos do PNAE. Assim, a impressão que ficou é de que o CAE não exerce efetivamente seu papel nesses municípios, contudo, é necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre o conselho e sua efetividade.

Pode-se dizer, portanto, que o PNAE, nesses municípios, ainda tem muitas oportunidades para avançar quanto a inserir os produtos da agricultura familiar na execução da política, dado os relatos dos agricultores familiares e dos gestores públicos; considerando, ainda, a existência de um grande número de DAPs e o limitado número de contratos firmados a cada chamada pública simplificada no período pesquisa. Nesse sentido, os dados obtidos sugerem que havendo uma articulação para a solução dos entraves aqui elencados, como o sistema de inspeção sanitária, o PNAE poderá ampliar quantitativamente produtos e agricultores familiares neste mercado.

4. Considerações finais

Essa pesquisa teve como intuito inicial compreender a implementação do PNAE em quatro municípios do Território do Mato Grande, no estado do Rio Grande do Norte, quanto à inclusão dos agricultores familiares nesse mercado e ao cumprimento da diretriz que determina a aplicação de 30% dos recursos destinados pelo FNDE para as compra da

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

alimentação escolar de produtos oriundos da agricultura familiar, no período de 2012 a 2017.

Quanto ao processo de comercialização, segundo os dados do Censo Agropecuário - Censoagro de 2017, observou-se que a agricultura familiar apresenta uma grande variedade de produtos, também foi observado que um percentual elevado dessa produção, em sua maioria, é comercializado via atravessadores/intermediários (IBGE, 2017), fato evidenciado nas entrevistas com os agricultores familiares.

Na tentativa de responder o objetivo deste artigo: analisar a implementação do PNAE nos municípios supracitados, nos deparamos com um problema de pesquisa revelado através dos dados quantitativos obtidos: por qual motivo as prefeituras não adquiram ou, em alguns casos, adquirem apenas o necessário do quantitativo obrigatório de 30%? As entrevistas nos mostram que diversos são os motivos, dentre eles, destacam-se os principais: a) a ausência do Sistema Municipal de Inspeção, que limita a compra de diversos alimentos por parte da prefeitura, prejudicando, economicamente, os agricultores; e b) a falta de um planejamento integrado entre poder público e sociedade civil (agricultores, associações, cooperativas etc.) que vise superar as barreiras impostas pela sazonalidade e pela regularidade no fornecimento dos produtos (calendário agrícola).

Porém, os dados revelaram também aspectos positivos que permitem um melhor fluxo da execução da política, destacamos, entre eles: a) a discricionariedade de servidores públicos (evidenciada principalmente através dos(as) nutricionistas) que possibilita, de acordo com as entrevistas, contatos mais próximos com os agricultores acerca das chamadas públicas e dos processos burocráticos da política; e b) A atuação das organizações da sociedade civil: associações e sindicato, mobilizando e informando os agricultores; e do poder público: prefeitura, Emater e secretarias, que, em alguma medida conseguem reuniões com os agricultores durante esse processo. Destacamos, entretanto, que esses aspectos mais positivos dependem das especificidades, contextos e relações construídas em cada município.

Talvez uma opção para esses agricultores familiares seja caminhar para a construção de mercados baseados nas formas associativas e cooperativas que envolvam o ciclo da produção, o beneficiamento dessa produção, a comercialização e a distribuição, como forma de amenizar custos e burocracia quanto às normas e controles dos órgãos de fiscalização, tanto sanitária, quanto tributária, além de um processo que viabilize certificações orgânicas, agroecológicas e outras.

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

O formato de associações e cooperativas da agricultura familiar poderia também reduzir dificuldades com escalas/volumes de produção. Contudo, no Território do Mato Grande, ainda são poucas as organizações coletivas de agricultores familiares por município.

O mercado institucional da merenda escolar é visto como uma opção segura de comercialização para alguns agricultores familiares, mas é preciso maior compromisso das prefeituras com a política, no sentido de manter a regularidade da compra; o pagamento; ampliar e melhorar a relação com os agricultores familiares; e fomentar planejamento e a diversificação da produção de alimentos voltados para o PNAE. Da mesma forma, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) precisa melhorar sua atuação em todos os municípios pesquisados, principalmente na fiscalização e acompanhamento da política, construindo relações mais próximas com a comunidade de política em questão, ponto fundamental para o alcance dos objetivos do PNAE.

Acredita-se que esta pesquisa poderá dar início a outras indagações e possíveis ações no sentido de estabelecer uma aliança entre o poder público e a agricultura familiar, visando o aprimoramento de acesso a mercados, a fim de ampliá-los para a inserção de mais agricultores familiares nos municípios pesquisados. Isso significa que, a partir da compreensão das particularidades de cada município e das necessidades de cada ente executor, faz-se necessário agir e atuar para que os agricultores familiares possam atender as demandas relacionadas à alimentação escolar nesses municípios, senão na totalidade dos produtos, mas que alcance o maior percentual das demandas.

Referências

- Arretche, M. (2010). Federalismo e Igualdade Territorial: Uma Contradição em Termos? *Revista de Ciências Sociais*, 53, 3, 587-620.
- Brasil. (2010). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: PTDRS 055 – Território da Cidadania do Mato Grande – RN*. Brasília: MDA.
- FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação escolar. Disponível em: www.fnde.gov.br. Acesso em: 02 dez. 2012.
- FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2012-2017. *Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>. Acesso em: 10 de fev. 2020.
- Gabriel, C. G.; Goulart, G.; Calmo, M. C. M. (2015). Gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas capitais da região Sul do Brasil. *Revista de Nutrição, Campinas*, 28, 6.
- Grisa, C.; Caldas, E. L.; Avila, M. L. (2018). As compras públicas da agricultura familiar no Brasil: De onde veio essa ideia? In: Sabourin, E.; Grisa, C. (org.) *A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe*. Brasil: Editora Escritos.
- Grisa, C.; Schneider, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52, 125-146.
- Grisa, C.; Schneider, S. (2015). Orgs. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Guanziroli, C. E. (2007). PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de economia e sociologia rural*, 45, 301-328.
- IBGE. (2017). *Censo agro 2017*. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-denoticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em 20 fevereiro de 2020.
- Kroth, D. C. *et al.* (2019). Análise da operacionalização da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios: o caso do PNAE em três microrregiões do Oeste Catarinense. *REDES*, 24, 1, 38-162.

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

Lei nº 11.326 de 24/07/2006 (2006). Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF. Recuperado em 09 de fevereiro de 2023, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm

Lei nº 11.947/2009 (2009). Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 09 de fevereiro de 2023, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/111947.htm

Lotta, G. S. (2010). *Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no programa saúde da família*. São Paulo/SP.

Marques, F. C. *et al.* (2016). *Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Minayo, M. (2001). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.

Miranda, C. (2017). *Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas*. Instituto Interamericano de Cooperação Para a Agricultura - IICA, v. 22.

Moura, J. (2014). Ambiente político e tecido social no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Território Mato Grande/RN. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 189 a 210.

Moura, J.; Knox, W.; Silva Júnior, M. (2021). Os efeitos dos movimentos rurais e das oportunidades políticas na construção do programa de compras governamentais do Rio Grande do Norte. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 29, 3, 727-749.

Picolotto, E. L. (2014). Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. *RESR*, Piracicaba, 52, 63-84.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3 ed. São Paulo: Atlas.

Silva, Moura & Junior. *Desafios da coordenação entre gestores e agricultores familiares na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Rio Grande do Norte*

Rozendo, C.; Bastos, F.; Molina, W. Desafios institucionais para a inclusão da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cronos*, 14, 2, 23-35.

Souza, C. (2018). *Coordenação de políticas públicas*. Brasília: Enap.

Schneider, S.; Silva, M.; Marques, P. (2009). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Instrumentos de Política Pública: um estudo a partir da Concessão Urbanística do Programa Nova Luz (São Paulo)

Public Policy Instruments: a study focusing on Urban Concession in the Nova Luz Program (São Paulo)

Instrumentos de Política Pública: un estudio a partir de la Concesión Urbanística del Programa Nova Luz (São Paulo)

Marcelo Ricardo Fernandes Roschel¹ 

Martin Jayo² 

Eduardo de Lima Caldas³ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.65287]

Recebido em: 21/12/2022

Aprovado em: 15/11/2023

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar o instituto da Concessão Urbanística pela ótica conceitual dos Instrumentos de Política Pública, bem como a forma como ele foi implementado no Programa Nova Luz, no município de São Paulo. Do ponto de vista conceitual, a análise é feita sob a interpretação de que a Concessão Urbanística é o que costuma ser chamado de instrumento urbanístico e, ao mesmo tempo, é formada por instrumentos de política pública. Com base na tipologia de instrumentos de política pública proposta por Hood (1986), conclui-se que a tentativa de implementação da Concessão Urbanística em São Paulo se deu por meio de um conjunto desequilibrado de instrumentos, baseado sobretudo na autoridade legal da municipalidade, o que contribuiu para o insucesso da iniciativa. Espera-se que, ao jogar luz sobre este projeto particularmente malsucedido de intervenção urbana, o trabalho possa auxiliar gestores públicos a evitar os fatores de insucesso aqui identificados.

Palavras-chave: Política urbana; Requalificação; Instrumentos; Concessão Urbanística; Bairro da Luz (São Paulo).

¹ Universidade de São Paulo– E-mail: marcelorf90@gmail.com.

² Universidade de São Paulo– E-mail: martin.jayo@usp.br.

³ Universidade de São Paulo– E-mail: eduardocaldas@usp.br.

Abstract: The article aims to analyze the institute of Urban Concession through Public Policy Instruments conceptual lenses, as well as the way in which it was implemented within the context of the Nova Luz Program, in the city of São Paulo. From a conceptual point of view, the analysis is carried out under the interpretation that Urban Concession is what is usually called an urban instrument and, at the same time, is formed by public policy instruments. Using the typology of public policy instruments proposed by Hood (1986), we conclude that the attempt to implement Urban Concession in São Paulo took place through an unbalanced set of instruments, mainly based on the legal authority of the municipality, which contributed to the failure of the initiative. We hope that, by shedding light on this particularly unsuccessful urban intervention project, the work can help public managers avoid the failure factors herein identified.

Keywords: Urban policy; Requalification; Instruments; Urban concession; Luz neighborhood (São Paulo).

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar el instituto de la Concesión Urbanística desde la perspectiva conceptual de los Instrumentos de Política Pública, bien como la forma en que fue implementado en el Programa Nova Luz en la ciudad de São Paulo. Desde el punto de vista conceptual, el análisis se realiza bajo la interpretación de que la Concesión Urbanística es lo que habitualmente se denomina un instrumento urbanístico y, a la vez, está formada por instrumentos de política pública. Con base en la tipología de instrumentos de política pública propuesta por Hood (1986), se concluye que el intento de implementación de la Concesión Urbanística en São Paulo se dio a través de un conjunto desequilibrado de instrumentos, basado sobretudo en la autoridad legal de la municipalidad, lo cual contribuyó al fracaso de la iniciativa. Se espera que, al arrojar luz sobre este proyecto de intervención urbana particularmente fracasado, el trabajo pueda ayudar a los gestores públicos a evitar los factores de insuceso aquí identificados.

Palabras claves: Política urbana; Recalificación; Instrumentos; Concesión Urbanística; Barrio de Luz (São Paulo).

1. Introdução

A cidade é um produto social. Isto significa que ela nada mais é que o resultado da permanente ação de diferentes grupos de agentes que detêm interesses diversos. A produção da cidade é um processo conflituoso e contínuo. A política urbana compreende justamente as ações ou intervenções da autoridade pública voltadas à gestão e planejamento de tal processo, promovendo a concertação dessa multiplicidade de interesses em jogo.

A área da Luz, na região central da cidade de São Paulo, é um território urbano especialmente marcado pela presença de conflitos e disputas. Desde a década de 1970, a região foi palco de uma sucessão de projetos de política urbana, de responsabilidade tanto municipal como estadual. No nível municipal, as iniciativas de maior destaque receberam os nomes de Renovação da Luz (1972-1979) e Programa Nova Luz (2005-2012). No estadual, tiveram lugar os projetos Luz Cultural (1985-1986) e Polo Luz (1995-2002). Como descrevem Fernandes e Jayo (2016a, 2016b), nenhuma dessas iniciativas foi bem-sucedida: todas falharam em seus objetivos de recuperar, requalificar ou influir no processo de produção urbana daquela área.

O último entre esses intentos – o Programa Nova Luz, de responsabilidade municipal – caracterizou-se pela aplicação de um instrumento urbanístico então inédito, denominado Concessão Urbanística. Trata-se de um mecanismo pelo qual o poder público municipal pode conceder a um agente privado (empresa ou consórcio de empresas) uma área delimitada da cidade, por prazo determinado. O vencedor do processo licitatório obriga-se a executar um conjunto de melhorias previamente estabelecido, e obtém sua remuneração por meio da exploração comercial dos imóveis da área concedida. O instituto da Concessão Urbanística, como será relatado mais à frente, havia surgido como uma ideia defendida em uma dissertação de mestrado no ano de 2001 (Lomar, 2001), tendo sido incluído no arcabouço legal do município de São Paulo por ocasião do Plano Diretor de 2002.

O objetivo geral do presente artigo é analisar a Concessão Urbanística enquanto instrumento de política urbana, bem como os instrumentos de política pública por meio dos quais ela foi operacionalizada quando de sua tentativa de implementação no Programa Nova Luz. Para tanto, são objetivos específicos: (a) detalhar a experiência de utilização da Concessão Urbanística na formulação e implementação do Programa Nova Luz, identificando os instrumentos de políticas públicas que a constituíram; e (b) propor uma

reflexão acerca dos motivos que inviabilizaram seu sucesso. Estes objetivos partem da interpretação de que a Concessão Urbanística é o que costuma chamar-se *instrumento urbanístico* e, ao mesmo tempo, é formada por *instrumentos de política pública*. Essa interpretação será retomada adiante.

Os objetivos se justificam pelo fato de serem muito poucos os trabalhos existentes sobre a Concessão Urbanística no Brasil. Além do já mencionado trabalho de Lomar (2001), só foi possível localizar mais três focados do tema, sendo dois deles desenvolvidos na área do Direito, centrados especificamente em aspectos jurídicos da aplicação do instrumento (Graziano, 2010; Mundim, 2014) e apenas um no campo da Administração Pública (Souza, 2011).

Do ponto de vista metodológico, o trabalho consiste em um estudo de caso intrínseco, conforme a definição de Stake (1995). A condição do Programa Nova Luz como única experiência de adoção da Concessão Urbanística justifica essa modalidade, nosso interesse recaindo em compreender o caso em si a fim de construir uma interpretação acerca de sua dinâmica e das razões de seu insucesso. Delimitou-se como recorte temporal para o estudo de caso o período compreendido entre os anos de 2005 e 2012, de forma a analisar tanto a gênese e primeiras ações do Programa Nova Luz (2005-2009) quanto a fase de adoção da Concessão Urbanística, nos anos finais do referido programa (2009-2012). Para a elaboração do estudo usaram-se exclusivamente informações públicas, disponíveis em fontes secundárias, tanto bibliográficas (artigos, teses e demais publicações acadêmicas que tenham abordado o Programa Nova Luz, referenciadas ao longo do artigo) como documentais (legislação e documentos oficiais), além de informações recolhidas do noticiário jornalístico veiculado na época dos fatos.

O artigo conta com três seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. A primeira é uma contextualização histórica, situando o surgimento da Concessão Urbanística e sua entrada no arcabouço legal paulistano no início da década de 2000. A segunda constrói o referencial teórico da análise a partir das conceituações presentes na literatura para instrumento urbanístico e para instrumento de política pública. A terceira relata e discute o caso propriamente dito, analisando a experiência do Programa Nova Luz e, dentro dela, a tentativa de implementação da Concessão Urbanística

2. O instituto da Concessão Urbanística: contextualização

Ao longo da década de 1990, a ideologia neoliberal⁴ ganhava relevância global e passava a influenciar as agendas políticas em diversas partes do mundo. No caso brasileiro, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Brasil, 1995), conhecido como Reforma Bresser, redefiniu as funções do Estado e criou as bases para políticas de concessão de serviços e/ou atividades públicas e para a atuação do Estado por meio de parcerias com outros setores.

Nesse contexto, Lomar (2001) propôs-se a pensar alternativas para a execução de obras urbanas, um item que não consta na lista de atividades exclusivas do Estado, com maior eficiência e rapidez.

Em 13 de fevereiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso sancionara a Lei das Concessões (Lei Federal nº 8987) e regulamentara o artigo 175 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”. Lomar (2001) interpretou, a partir das disposições dessa lei, a possibilidade de uma concessão de obras públicas urbanas, o que possibilitaria agilizar a realização deste tipo de intervenção. Segundo Lomar,

[...] é imperioso concluir que a concessão urbanística, ou seja, a concessão de obra pública destinada à urbanização ou à renovação urbana, pode ser efetuada com base no inciso III do artigo 2º combinado com artigo 1º, ambos da lei nº 8.987 de 1995, remunerando-se o investimento da empresa ou consórcio concessionário, mediante exploração da obra tomada no seu conjunto (Lomar, 2001, p. 83).

Em 2002, quando da discussão do Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo, Lomar encontrava-se em posição favorável para apresentar sua proposta, como relatado em Souza (2011). Então Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Planejamento, conseguiu incluir a Concessão Urbanística na lista de instrumentos urbanísticos do novo PDE. Sua previsão apareceria no artigo 239 da lei que instituiu o PDE:

DA CONCESSÃO URBANÍSTICA

Art. 239 - O Poder Executivo fica autorizado a delegar, mediante licitação, a empresa, isoladamente, ou a conjunto de empresas, em consórcio, a realização de obras de urbanização ou de reurbanização de

4 A ideia de neoliberalismo foi desenvolvida e disseminada como crítica ao Estado de bem-estar social de inspiração keynesiana. Do ponto de vista de ação pública, as primeiras experiências tidas como neoliberais foram a de Margaret Thatcher no Reino Unido (1979-1990) e Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981-1989).

região da Cidade, inclusive loteamento, reloteamento, demolição, reconstrução e incorporação de conjuntos de edificações para implementação de diretrizes do Plano Diretor Estratégico.

§ 1º – A empresa concessionária obterá sua remuneração mediante exploração, por sua conta e risco, dos terrenos e edificações destinados a usos privados que resultarem da obra realizada, da renda derivada da exploração de espaços públicos, nos termos que forem fixados no respectivo edital de licitação e contrato de concessão urbanística.

§ 2º – A empresa concessionária ficará responsável pelo pagamento, por sua conta e risco, das indenizações devidas em decorrência das desapropriações e pela aquisição dos imóveis que forem necessários à realização das obras concedidas, inclusive o pagamento do preço de imóvel no exercício do direito de preempção pela Prefeitura ou o recebimento de imóveis que forem doados por seus proprietários para viabilização financeira do seu aproveitamento, nos termos do artigo 46 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, cabendo-lhe também a elaboração dos respectivos projetos básico e executivo, o gerenciamento e a execução das obras objeto da concessão urbanística. (Lei Municipal nº 13.430 de 13 de setembro de 2002).

Apesar de incorporada no PDE de 2002, a Concessão Urbanística ainda carecia de regulamentação por lei específica. Esta só viria a dar-se em 2009, pela Lei Municipal 14.917/2009, já durante a execução do Programa Nova Luz, lançado em 2005. Idealizador e até então defensor da ideia, Lomar torna-se a partir daqui voz crítica à Concessão Urbanística, ou ao menos ao fato de sua regulamentação ter-se dado com o intuito específico de ser utilizada no referido programa (Souza, 2011).

Na forma aprovada pela lei paulistana, a maior inovação trazida pela Concessão Urbanística em relação aos demais instrumentos urbanísticos existentes tanto no Município de São Paulo como no Brasil era a transferência ao setor privado do direito de desapropriação, permitindo à empresa ou consórcio detentor da concessão desapropriar locais considerados de interesse público, conforme o artigo 11, da referida lei:

§ 1º O concessionário, com fundamento no art. 3º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e na declaração a que se refere este artigo, promoverá a desapropriação judicial ou amigável dos imóveis a serem desapropriados, pagando e negociando integralmente a respectiva indenização, bem como assumindo a condição de proprietário dos respectivos imóveis, com poderes para promover as alterações registrárias necessárias para a realização de incorporações imobiliárias e a implementação do projeto urbanístico específico, nos termos do contrato de concessão urbanística (Lei Municipal 14.917/2009, art. 11).

Assim, enfim criou-se e pôs-se em prática, no Programa Nova Luz, a Concessão Urbanística pensada originalmente, conforme expresso por Lomar (2001), para contornar

a lentidão do Estado. A recuperação histórica do episódio da criação de uma lei para a Concessão Urbanística e sua regulamentação traz à tona elementos que contribuem para a compreensão do processo de produção de uma política pública, dentre os quais: a política é produzida por meio de instrumentos; a formulação do instrumento demanda não somente uma ideia mas esforço de um ator político (individual ou coletivo) para implementá-la; o tempo exigido para a produção e implementação do instrumento extrapola o tempo de um mandato ou de um ciclo orçamentário.

3. Referencial teórico: Instrumentos urbanísticos e instrumentos de política pública

Ao Desde a Constituição Federal de 1988, que dispôs sobre a função social da propriedade, e o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 2001), que reconheceu como direitos coletivos o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento e à infraestrutura, o Brasil costuma ser considerado internacionalmente um “caso paradigmático” de marco regulatório propício para a implementação e condução de políticas urbanas progressistas e democráticas (Krieger, 2020; Fernandes, 2013). Apesar disso, são muitos os desafios para que esse marco possa ser aplicado de forma eficaz. Parte das dificuldades pode ser compreendida e quiçá superada a partir da discussão sobre a instrumentação da política urbana.

“Instrumentos” é um termo utilizado em diferentes áreas de conhecimento. Cada uma acaba construindo os seus instrumentos, para regular diferentes aspectos das relações da sociedade com o Estado e para incentivar comportamentos dos atores sociais, políticos e/ou econômicos. Em Economia há uma série de instrumentos de política macroeconômica, como as políticas de pleno emprego, de juros, de emissão de títulos e moeda, dentre outros. Na Ciência Ambiental, há os sistemas de consignação, licenças negociadas de emissões, pagamento por serviços ambientais, etc. No campo do Direito também há uma série de instrumentos. No do urbanismo e da gestão urbana não é diferente, a começar pelos Planos Diretores. Os instrumentos permitem interfaces entre campos de conhecimento (veja-se por exemplo Nusdeo, 2012), e, cada qual em sua respectiva área, costumam ser polêmicos e subordinados a um conjunto de controvérsias, dado que visam influenciar ou modificar condutas dos agentes. No campo específico da Sociologia da Ação Pública, os chamados instrumentos de política pública acabam por

ser uma espécie de “gênero” que abarca as “espécies” de instrumentos construídas nos diversos campos de conhecimento das ciências sociais aplicadas.

Neste sentido, a Concessão Urbanística pode ser vista como um instrumento urbanístico, e ao mesmo tempo é constituída por instrumentos de política pública que tornam possível sua operacionalização. Em qualquer das duas óticas fica evidente que a política não acontece no vazio: ela é estruturada por normas, dispositivos e instituições – enfim, por instrumentos – que explicitam intenções, ideias, valores e interesses dos atores políticos e sociais envolvidos com sua produção ao longo do tempo.

Instrumento urbanístico (ou de política urbana) é uma expressão empregada correntemente por urbanistas, e encontrada com frequência na literatura da área de Planejamento Urbano. Para Ferreira (2007), o Estado intervém no espaço construído quer diretamente, por meio da provisão de infraestrutura, quer por meio da regulação dos processos urbanos de uso e ocupação do espaço. Instrumento urbanístico está diretamente relacionado com o segundo caso. Para o autor,

Instrumento urbanístico é o termo utilizado para referir-se ao conjunto de ações legalmente possibilitadas ao Poder Público para intervir nos processos urbanos e especialmente na produção do espaço, regulamentando, controlando ou direcionando-a. É um mecanismo dado ao Estado para capacitá-lo a conduzir a relação dialética entre Estado e mercado, base da produção do espaço da cidade (Ferreira, 2007, p. 175).

Rolnik (2000) contrapõe o conceito de instrumento urbanístico a visões mais tradicionais que tratam a cidade como objeto planejado de forma puramente técnica, em que a função da lei seria somente garantir padrões satisfatórios de funcionamento. Para a autora, a discussão dos instrumentos urbanísticos se insere em uma visão que enfatiza a dimensão política dos conflitos e do embate de interesses entre atores, e “parte do pressuposto de que a cidade é produzida por uma multiplicidade de agentes que devem ter sua ação coordenada, gerando um pacto” (Rolnik, 2000, p. 8).

Ao permitir ao poder público municipal conceder uma área da cidade a um agente privado com direito de desapropriação, e assim interferir na produção do espaço urbano a partir da ação concertada de diferentes atores, a Concessão Urbanística se encaixa na conceituação de instrumento urbanístico. Ao mesmo tempo, para ser implementado, este (e qualquer outro) instrumento urbanístico envolve a mobilização de um ou mais instrumentos de política pública, compreendidos nos termos de Perret (2010):

Se pudéssemos definir um consenso acerca da definição de ‘instrumento’, poderíamos argumentar que os autores estão de acordo em definir instrumentos de políticas públicas como os meios, técnicas, mecanismos ou ferramentas, conforme a terminologia empregada, de que o Estado pode valer-se para influenciar (modificar) os comportamentos dos atores socioeconômicos (o grupo alvo), a fim de alcançar um objetivo de política pública, supostamente para resolver um problema social (Perret, 2010, p. 29).

A partir da definição deste autor, observa-se que instrumento de política pública é uma categoria de análise que admite a ideia de instrumento urbanístico como tipo específico. O instrumento de política pública é um mecanismo do Estado para influir sobre os demais agentes, objetivando o cumprimento de uma política.

Lascoumes e Le Galès (2012) relacionam a noção de instrumento de política pública com uma concepção de Estado como agente regulador, e complementam que o instrumento é “um dispositivo ao mesmo tempo técnico e social que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários” (Lascoumes & Le Galès, 2012, p. 21).

A Concessão Urbanística é um dispositivo ao mesmo tempo técnico e social, que organiza relações entre o Estado e um ente privado (individual ou consorciado), e entre este e diversos outros agentes, dentre os quais proprietários de imóveis e população do território. A dimensão técnica decorre do instituto legal. A dimensão social, por sua vez, decorre da intencionalidade do deslocamento do ator estatal como provedor e de sua substituição pelo ator privado. Sob o argumento da morosidade do Estado (Lomar, 2001), cria-se um discurso e uma legislação a partir dos quais a posição dos atores na cena social é alterada.

Ao definir um problema e em seguida escolher um instrumento em detrimento do outro, ou seja, ao “instrumentalizar” a política pública, a ação governamental se materializa – seja com o governo assumindo papel de provedor de um bem público ou de regulador de relações sociais. Analisar uma política por meio de seus instrumentos envolve, portanto, estudar as representações e símbolos que os instrumentos carregam como marcas da concepção da política e dos valores a ela subjacentes.

A literatura sobre instrumentos de políticas públicas é profícua em tipologias, isto é, classificações dos instrumentos de acordo com suas diferentes lógicas (Lascoumes & Simard, 2011), que resultam úteis para estudar a instrumentação de uma política.

Hood (1986) propôs uma tipologia simples, capaz de abranger um conjunto de instrumentos desenvolvidos pelo menos ao longo do século XX, afirmando que todos os instrumentos de políticas públicas baseiam-se em um entre quatro tipos de recursos de que governos dispõem, configurando o acrônimo “NATO”: informação (instrumentos de **nodalidade**), poderes legais (instrumentos de **autoridade**), recursos financeiros (instrumentos de **tesouro**) e recursos organizacionais formais (instrumentos de **organização**):

- Nodalidade representa a capacidade governamental de operar como ponto focal (nódulo) de uma rede de informações, e instrumentos de nodalidade são, portanto, os que se baseiam no uso de recursos de informação à disposição do governo;
- Autoridade denota o poder legal e a legitimidade do governo para exercer o controle na execução da política, e os instrumentos de autoridade são aqueles que se baseiam no do poder de comando do governo incidindo sobre os demais atores;
- Tesouro diz respeito a fontes de financiamento, e os instrumentos de tesouro são subsídios, incentivos fiscais, financiamentos;
- Organização denota a capacidade de dirigir ações, que pode ser exercida por meio de suas organizações formais e pelo desígnio da alta, média e baixa burocracia para a consecução das ações definidas.

Embora a tipologia de Hood (1986) seja a mais disseminada, há outras, como a de Salamon (2002), em que são identificados 14 tipos de instrumentos, bem como uma antiga classificação de Etzioni (1972) que, originalmente voltada a formas de controle nas organizações em geral, observa três formas de controle: “*carrots, sticks, and sermons*”, isto é, cenouras, chicotes e sermões. Mais recentemente, Bemelmans, Rist e Verdung (2011) retomaram esta tipologia de Etzioni, utilizando-a para tratar especificamente de instrumentos de políticas públicas.

Para os propósitos deste trabalho, a partir do reconhecimento dos instrumentos como aparato técnico e social que não é neutro, mas pelo contrário, é expressão política de ideias e interesses, a taxonomia de Hood nos servirá para analisar a instrumentação da Concessão Urbanística tal como foi implementada Programa Nova Luz, o que constitui objeto da próxima seção.

4. A Concessão Urbanística e sua instrumentação no Programa Nova Luz: estudo de caso⁵

4.1. Motivações e primeiras ações do Programa Nova Luz (2005-2009)

A Luz é um bairro paulistano localizado em áreas de várzea dos rios Tamandateí e Tietê, cuja história remonta ao século XVI, mas que teve seu crescimento impulsionado na segunda metade do século XIX, com a inauguração das estações ferroviárias da Ferrovia Santos-Jundiaí, rota de exportação de café (1865), e da Estrada de Ferro Sorocabana (1872). A presença da ferrovia estimulou cafeicultores do interior a estabelecerem residência na capital, originando um primeiro perfil de ocupação, elitizado (Guimarães, 1973; Campos, 2005).

Um longo ciclo de “decadência” se iniciaria a partir da década de 1930, quando o Brasil muda sua matriz econômica, com redução da atividade agrário-exportadora e o início do processo de industrialização. Se isso já faz diminuir a importância estratégica da ferrovia, esse declínio é acentuado ainda mais quando a administração municipal, a partir do mandato de Francisco Prestes Maia (1938-1945), desenvolve o chamado Plano de Avenidas, privilegiando o uso do automóvel em detrimento do transporte por trilhos (trem e bondes). Com isto, a elite já não necessitava mais estar próxima das linhas férreas, passando a ser atraída para novos loteamentos, cada vez mais distantes das várzeas e das estações. As estações, que antes serviam ao café e aos moradores de alta renda, passaram a integrar o sistema metropolitano de transporte de passageiros, contribuindo para a popularização da região (Camargo, 2006).

Desvalorizados, os antigos palacetes foram ganhando novos usos, abrigando habitações e comércio populares, e a região, que no final do século XIX despontara como bairro de elite, tornou-se no intervalo de poucas décadas um bairro de ocupação marcadamente popular, conhecido por concentrar habitações subnormais (cortiços) e crescentes índices de criminalidade, e cada vez mais demandante de políticas sociais de habitação, emprego, educação e saúde. Desde a década de 1990, celebrou-se no Brasil inteiro por abrigar a chamada “cracolândia”, polo de aglomeração de usuários e traficantes de entorpecentes que desde então vem desafiando as políticas públicas.

⁵ Além de fontes bibliográficas e documentais citadas no texto, esta seção se baseia em grande parte em informações de domínio público, abundantemente noticiadas pela grande mídia na época dos fatos. Sempre que alguma informação factual não aparecer creditada a alguma fonte específica, trata-se de dado facilmente encontrável em jornais da época.

Desde a década de 1970 essa complexa área da cidade já vinha sendo palco de sucessivos programas de intervenção ou recuperação urbana, nenhum deles bem-sucedido (Fernandes & Jayo, 2016a, 2016b). Em 2005, no início do mandato de José Serra como prefeito, a Prefeitura de São Paulo lançou-se a mais uma tentativa, que ficaria conhecida como Programa Nova Luz. O combate ao tráfico e uso de entorpecentes na chamada “cracolândia” foi apresentado como principal justificativa para intervir na área, requalificando-a.

Apesar dessa justificativa, o conjunto de 48 quadras definido para a intervenção extrapolava a região então conhecida como “cracolândia”. Ele abrangia também a área de Santa Ifigênia, conhecido reduto comercial de produtos eletrônicos (Figura 1). A Prefeitura se aproveitava do apelo popular do combate ao crack e iniciava uma guerra também contra outros “inimigos”: o comércio ambulante informal e a “pirataria” (venda de produtos violando direitos de marca ou de propriedade intelectual), que vinham crescendo em intensidade e eram alvo de campanhas governamentais na época (Sanches, 2002).

Figura 01: Área do Projeto Nova Luz



Fonte de dados: Elaborado pelos autores a partir de informações oficiais do Programa Nova Luz, sobre imagem obtida na plataforma Google Maps.

Um dos passos iniciais rumo à implementação do Nova Luz já revelava uma importante característica do programa: seu caráter gentrificador e de higienização social.

Em 8 de maio de 2005, conforme noticiou a imprensa (Brandt, 2005) iniciou-se a chamada “Operação Limpa”, que consistia na instalação de bases das polícias Militar e Civil na região e no deslocamento de um efetivo de 220 policiais que, apenas no primeiro dia, abordaram mais de setecentas pessoas na região e detiveram 75. Nesse momento o Programa Nova Luz ainda não havia sido oficialmente lançado, porém já era evidente o interesse da prefeitura em promover um processo que recuperasse e reocupasse (*sic*) a região:

A ocupação do local por traficantes e prostitutas ocorreu na década de 90. De lá para cá, outras administrações propuseram a revitalização do local, sem nunca tirar a ideia do papel. A ação policial é um dos primeiros passos da recuperação e da reocupação proposta pela prefeitura, que inclui a atração de faculdades particulares para o local” (Brandt, 2005, p. C-4).

Com imprensa e opinião pública a seu favor, a Prefeitura dedicou-se a partir de então a construir as bases formais do Programa Nova Luz. A 8 de dezembro de 2005 foi sancionada a Lei Municipal 14.096/2005, isentando em 80% o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISS (Imposto Sobre Serviços) de pessoas físicas e jurídicas que construíssem ou reformassem imóveis no local. Enquanto essa lei ainda tramitava, a Prefeitura já trabalhava no sentido de desapropriar os imóveis da região, visando deixá-los vagos para a vinda de empresas investidoras. O Decreto Municipal 46.291/2005, assinado em setembro, tornava toda a região da Figura 1 área de utilidade pública, permitindo desapropriações pelo poder público.

A partir daí muita especulação se gerou sobre quais imóveis seriam desapropriados. Conforme aponta Oliveira (2009), o foco da política neste momento era dirigido a atrair empresas do ramo tecnológico e *call centers*. Um total de 23 empresas declarou interesse em receber as isenções fiscais e se instalar na região, entre elas algumas de grande porte, como IBM e Microsoft; nenhuma, entretanto, acabou efetivamente apresentando seu projeto. Durante os três anos seguintes, poucas informações oficiais foram fornecidas. O insucesso em atrair grandes empresas fazia com que outros investidores olhassem o projeto com desconfiança, questionando a capacidade do poder público de realizar as ações prometidas.

Dadas as dificuldades de atrair o setor privado para o Programa Nova Luz, a Prefeitura e também o governo estadual⁶ buscaram promover as primeiras mudanças na ocupação da região mediante a migração de órgãos da administração direta e indireta. Assim, enquanto iniciavam-se desapropriações e demolições e mantinham-se as batidas policiais da “Operação Limpa” em base diária⁷, a Prefeitura ainda buscava atrair “parceiros” para alavancar investimentos.

Em abril de 2009 foi divulgado pela Empresa Municipal de Urbanismo o documento “Nova Luz - Programa de Requalificação Urbana” (EMURB, 2009). Além de detalhar pela primeira vez os lotes a serem desapropriados, este era o primeiro documento oficial a fornecer um panorama das ações já empenhadas (entre 2005 e 2009), e a explicitar os objetivos do projeto, sendo eles a “retomada de espaços públicos e privados ocupados por atividades ilícitas”, a “renovação de edificações degradadas”, o “incremento do uso não-residencial do solo” e o “adensamento populacional” (EMURB, 2009, p. 7). O documento também menciona um conjunto de diretrizes para o programa, entre elas a preocupação em criar incentivos à produção imobiliária para mercado.

A preocupação em satisfazer os interesses do mercado imobiliário traria consequências para moradores e comerciantes. Sendo a região palco de atuação de movimentos de moradia responsáveis por diversas ocupações de imóveis, estas moradias e estes movimentos foram os primeiros focos da ação governamental. Ermínia Maricato (2012) descreveu duas situações que se tornavam corriqueiras na região:

Algumas ações não deixam dúvida sobre as intenções de quem as promove. Um incêndio, cujas causas são ignoradas, atingiu a Favela do Moinho, situada na região central, ao lado da ferrovia [próxima à região conhecida como ‘cracolândia’]. Alguns dias depois, numa ação de emergência, a prefeitura contrata a implosão de um edifício no local sob alegação do risco que ele podia oferecer aos trens que passam ali [...]. Em seguida os dependentes químicos que frequentam a chamada ‘cracolândia’ são atacados pela polícia sem qualquer diálogo e sem a oferta de qualquer alternativa (Maricato, 2012, n.p.).

Nem mesmo os tradicionais comerciantes da região foram poupados. Em geral estabelecidos há décadas, muitos com faturamento mensal superior a R\$ 200 mil em valores da época, eles se viram incluídos no rol dos futuros desalojados em nome do interesse imobiliário. Se até então apoiavam as ações da Prefeitura, passaram rapidamente

6 Durante todo o período do Nova Luz, os cargos de prefeito da capital e governador do estado de São Paulo foram ocupados por políticos alinhados quanto à tendência política.

7 Nesta altura, a “Operação Limpa” era apresentada pela Prefeitura como parte do Programa Nova Luz.

à posição de opositores. Começava a tomar corpo a resistência ao projeto por parte de diferentes setores da sociedade civil (Amorim, 2015).

Foi neste contexto, com limitado apoio dos setores afetados e sem atrair os investimentos esperados para custear a proposta de requalificação da área, que em 2009 a prefeitura buscou dar novo fôlego ao projeto.

4.2. A concessão Urbanística entra em cena (2009-2012)

A entrada em cena do polêmico instrumento se deu em maio de 2009, por meio de duas leis aprovadas em sequência. A Lei Municipal 14.917/2009 regulamentou a Concessão Urbanística e estabeleceu as condições para sua aplicação. A Lei Municipal 14.918/2009 destinou para concessão urbanística a área do Programa Nova Luz, iniciando nova fase do projeto que a Prefeitura tentava implementar desde 2005.

A promulgação de ambas as leis – uma como instrumento de caráter genérico que regulamenta a Concessão Urbanística, outra como instrumento específico para aplicação da lei anterior – não anulou os instrumentos de política pública que vinham sendo praticados desde 2005. A decretação da área como de interesse social para desapropriações e os incentivos fiscais para construção ou reforma de imóveis continuaram vigorando.

Outro instrumento de política pública que ganhou destaque com a instituição da Concessão Urbanística foi o Conselho Gestor da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) 3⁸. Como as questões da habitação na região central vinham sendo discutidas nesse conselho, ele acabou se tornando arena de discussões sobre a Concessão Urbanística e sobre o Projeto Nova Luz, ainda que a ZEIS 3 abrangesse apenas 11 das 48 quadras do projeto. Os movimentos sociais da região, notadamente o AMOALUZ, que reuniu associações de moradores e grupos de comerciantes em uma única organização, passaram a pleitear participação no conselho. A lei que instituiu a Concessão Urbanística na área da Luz (14.918/09) impunha que fosse criado um conselho gestor específico para o

8 ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) são áreas destacadas pelo Plano Diretor de 2002 destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares. A ZEIS 3, segundo o Plano Diretor de 2002 (Lei Municipal 13.430/2002), era composta pelas áreas “com predominância de terrenos ou edificações subutilizados situados em áreas dotadas de infraestrutura, serviços urbanos e oferta de empregos, [...] onde haja interesse público, expresso por meio desta lei, dos planos regionais ou de lei específica, em promover ou ampliar o uso por Habitação de Interesse Social”.

processo de concessão, e os representantes da sociedade civil no conselho gestor da ZEIS 3 pediam que ele fosse criado, o que jamais ocorreu.

Isto ilustra como a produção de instrumentos traz à tona conflitos sociais, uma vez que cada um dos instrumentos acionados está diretamente relacionado a um grupo social e político específico, grupos estes muitas vezes antagônicos entre si.

O processo de licitação da concessão foi concluído em maio de 2010 (um ano após a promulgação das leis 14.917 e 14.918) e a Prefeitura anunciou a sua escolha: o Consórcio Nova Luz, liderado pela Companhia City (empresa de origem inglesa, conhecida por seus loteamentos imobiliários na cidade de São Paulo ao longo de todo o século XX) em associação com o escritório de arquitetura estadunidense AECOM, o conglomerado de engenharia nacional CONCREMAT e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O consórcio passou a operar oficialmente em 1º de julho de 2010 e, pelo cronograma pré-estabelecido, deveria em 18 meses apresentar uma proposta consolidada de ações a serem executadas na região (inclusos nesse prazo dois meses para análise por parte da sociedade civil).

O projeto urbanístico específico exigido pela Lei Municipal 14.917/2009, elaborado em acordo com a Prefeitura após a escolha do consórcio, foi apresentado em julho de 2011, seis meses antes do prazo, porém sem participação da sociedade civil, ao contrário do previsto. Também no mês de julho, a Prefeitura oficializou a criação de um conselho gestor para a zona especial de interesse social da Nova Luz (um único conselho que atenderia ao mesmo tempo a demanda da ZEIS 3 e a legislação que rege a Concessão Urbanística), cumprindo assim, com atraso, o determinado em lei. O conselho foi formado por 16 membros, sendo oito indicados pela prefeitura e oito representantes da sociedade civil.

Outras batalhas vinham sendo travadas na esfera jurídica, e em janeiro de 2012 diversas sentenças judiciais foram favoráveis aos opositores do projeto. Em uma delas, o juiz Marcos Laroca, da 8ª Vara da Fazenda Pública, decidiu contra o uso do instrumento de Concessão Urbanística para a área do projeto Nova Luz:

Denota-se que o motivo preponderante que justificou a aplicação da concessão urbanística nas áreas do projeto Nova Luz se revelou falso. Em outros termos, a lei de efeitos concretos, ora atacada, enquanto ato administrativo em sentido material, encontra-se viciada pela falsidade do motivo (ausência de grande investimento público) que levou à sua edição (TJSP, 2012).

Em junho do mesmo ano, a juíza Alexandra Fuchs de Araújo, da 6ª Vara da Fazenda Pública, também decidiu em favor da sociedade civil em ação que questionava a ausência dos mecanismos de participação popular exigidos em lei. Em sua decisão, a juíza apontou que a participação dos cidadãos nas reuniões dos conselhos era apenas *pro forma*, não sendo levados em consideração os apontamentos da sociedade civil e formando-se um “muro de representantes do poder público” com o objetivo de obstruir qualquer proposta de alteração e até mesmo pedido de esclarecimento.

A formação tardia do Conselho Gestor, o verdadeiro ‘paredão’ formado quanto às propostas populares, é um sério indício de que a aprovação do plano veio sem a participação popular, com inobservância do disposto no artigo 175 do Plano Diretor e do artigo 19 do Decreto Municipal nº 44.667/2004 (TJSP, 2012).

Além disso, ainda na mesma decisão, a juíza apontou outro instrumento previsto, mas não implementado, no projeto de Concessão Urbanística: “não há notícia, também, nas cópias do projeto juntadas aos autos, que o cadastro dos moradores do perímetro objeto de intervenção a fim de se perquirir o número de pessoas que moram na região, em especial de pessoas de baixa renda, tenha sido realizado”. Por fim, em janeiro 2013, em julgamento dos recursos da Prefeitura referente ao mesmo processo, a juíza Luiza Barros Rozas manteve a decisão anterior (TJSP, 2012).

De volta à esfera política, o então prefeito Gilberto Kassab (PSD) não logrou êxito em sua tentativa de reeleição em 2012. O candidato vencedor, Fernando Haddad (PT) havia durante a campanha se manifestado contrário ao projeto (Chapola, 2012), e ao assumir, em meio à sequência de decisões judiciais contra o Nova Luz, suspendeu o contrato de concessão em vigor. O prefeito, segundo noticiado pela mídia (Spinelli, 2013), afirmou reconhecer méritos no Programa Nova Luz, no entanto preocupavam-no aspectos como a delegação a agentes privados da decisão sobre a desapropriação de imóveis.

4.3. A Concessão Urbanística do Programa Nova Luz vista pelos instrumentos de política pública

A Assim relatada a tentativa de implementação da Concessão Urbanística no âmbito do Programa Nova Luz, podemos analisar sua instrumentação à luz da tipologia proposta por Hood (1986) para instrumentos de política pública.

No próprio texto da lei 14.917/2009, é possível identificar um conjunto de instrumentos de política pública previstos para viabilizar a Concessão Urbanística (sendo a própria lei um instrumento, baseado, conforme o esquema de Hood, em autoridade). São eles: a) o projeto urbanístico específico; b) o contrato administrativo; c) a lei específica para a área concedida (que seria a Lei Municipal 14.918/2009, no caso do Programa Nova Luz); d) o programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela intervenção urbana; e) o direito de preempção; f) o consórcio imobiliário; g) a concessão real de uso; h) a declaração de utilidade pública e de interesse social; i) a desapropriação (judicial ou amigável); e j) o conselho gestor.

Além desses instrumentos gerais (genericamente relacionados à Concessão Urbanística), a lei 14.918/2009 apresenta instrumentos específicos para a aplicação no Programa Nova Luz: a) o cadastro dos moradores e das atividades econômicas instaladas dentro do perímetro da Concessão Urbanística; e b) o Conselho Gestor da Nova Luz.

Por fim, ações que vinham sendo anteriormente desenvolvidas na região da Luz também podem ser consideradas partes intrínsecas da Concessão Urbanística tal como materializada no Programa Nova Luz, uma vez que foram desenvolvidas dentro do conjunto de ações que constituíram a implementação do programa. Dessa forma, podemos considerar outros dois instrumentos para a nossa análise: a) Programa de Incentivos Seletivos e b) o Certificado de Incentivo em Desenvolvimento.

Sem parecer demasiado, destaca-se que para cada instrumento há, como salientam Lascoumes e Le Galès (2012), componentes técnicos (medidas, parâmetros, cálculos, regras jurídicas, procedimentos) e representações sociais. Assim, apenas a título de exemplo, o Conselho Gestor do Programa Nova Luz é um instrumento que teria como componentes a sua composição, suas atribuições, a forma de escolha (eleição ou indicação) de seus membros, o espaço (local de funcionamento) e a forma para resolução de conflitos. O mesmo detalhamento técnico e paramétrico vale para todo e qualquer instrumento constituído. E os conflitos sociais não ocorrem simplesmente na definição do problema e na criação dos instrumentos, mas também em seu detalhamento técnico. Nesta medida, os instrumentos são instituições que revelam as disputas sociais e as relações entre governantes e governados.

O Quadro 1 lista de forma sintética os instrumentos de política pública, treze ao todo, previstos para a Concessão Urbanística tal como aplicada no Programa Nova Luz, classificando-os de segundo a tipologia de Hood (1986), sem, no entanto, detalhar

tecnicamente cada um deles nem identificar os atores envolvidos tanto em sua produção quanto em sua disputa, apropriação ou ressignificação.

Quadro 01: Instrumentos de política pública previstos para a Concessão Urbanística no Programa Nova Luz, classificados segundo a tipologia de Hood

Instrumentos	Baseados em nodalidade	Baseados em autoridade	Baseados em tesouro	Baseados em organização
1 Projeto urbanístico específico		X		
2 Contrato administrativo		X		
3 Lei específica para a área concedida		X		
4 Direito de preempção		X		
5 Declaração de Utilidade Pública e Social		X		
6 Desapropriação		X		
7 Programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela intervenção urbana			X	
8 Concessão real de uso do solo			X	
9 Programa de Incentivos Seletivos			X	
10 Certificado de Investimento em Desenvolvimento			X	
11 Conselho gestor	X			
12 Cadastro dos Moradores e das atividades econômicas no interior do perímetro	X			
13 Consórcio imobiliário				X

Fonte: Elaborado pelos autores

O Projeto Urbanístico Específico (primeiro instrumento listado no Quadro 1), condição prévia para que a Concessão Urbanística possa ser implementada, é o instrumento de política pública por meio do qual se decide a área objeto da concessão e o uso a ser-lhe dado após a realização das intervenções. Deve conter, como parâmetros, segundo o artigo 8º da lei 14.917/2009: a definição das modificações no sistema viário; a localização e a definição da infraestrutura urbana e dos equipamentos comunitários; a localização e a definição dos espaços públicos de uso comum e especial; a definição dos parâmetros e diretrizes urbanísticos, ambientais e sociais; e um programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela Concessão Urbanística. Deve ser formulado pela Prefeitura, aprovado pelo Legislativo municipal e apresentado à sociedade, para que, em seguida, os eventuais interessados em executá-lo manifestem-se

por meio de edital de chamamento público para licitação. É, portanto, um instrumento resultante da **autoridade** demonstrada em todo processo de sua configuração, com legitimidade e anuência dos poderes constituídos. É justamente ele quem permite que o Estado, por meio do processo de implementação do Projeto, coordene a ação, decidindo previamente quais serão as intervenções efetuadas.

Tanto o contrato administrativo (linha 2 do Quadro 1), quanto a lei específica (linha 3) podem ser considerados instrumentos de autoridade também, pois relacionam-se com a legitimidade e legalidade que autorizam a ação.

O direito de preempção (linha 4) consiste na preferência ao Município na aquisição de um determinado imóvel e a declaração de utilidade pública e social (linha 5), sendo também um instrumento baseado na autoridade. No contexto do Nova Luz o direito de preempção foi utilizado em larga escala, por meio da declaração de utilidade pública e social que fez com que toda a área do Nova Luz fosse considerada de interesse social.

Finalmente, a desapropriação (linha 6) é o último instrumento identificado como baseado na autoridade. Em conjunto com o direito de preempção e a declaração de utilidade pública e social, este instrumento possibilitava, em princípio à Prefeitura, a aquisição para si dos imóveis localizados na área da Concessão Urbanística. O instrumento da desapropriação, ainda que utilizado em conjunto com os outros acima citados, é o que se mostrou mais polêmico, objeto de disputas judiciais.

Além dos seis instrumentos de autoridade, foram identificados quatro instrumentos baseados no **tesouro** (linhas 7 a 10). O primeiro (programa de atendimento econômico e social para a população afetada) tinha sua implementação diretamente relacionada a outros dois instrumentos listados: o projeto urbanístico específico (linha 1, baseado na autoridade) e o cadastro de moradores e atividades econômicas da região (linha 12, baseado na nodalidade). Os recursos para o atendimento deveriam estar previstos no projeto urbanístico específico, com base nas informações do cadastro de moradores e atividades, que não foi realizado.

A concessão real de uso do solo (linha 8), existente desde o Decreto-Lei nº 271 de 1967, é um “contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social” (Meirelles, 2001, p. 490). É, portanto, um instrumento

baseado no tesouro, que não chegou a ser utilizado na tentativa de implementação da Concessão Urbanística no Programa Nova Luz.

O Programa de Incentivos Seletivos (linha 9) foi criado especificamente para a área da Luz, porém antes da opção da Prefeitura pela Concessão Urbanística, por meio da Lei Municipal nº 14.096/2005, e oferecia isenções tributárias para quem fizesse melhoria em imóvel. Finalmente, os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento - CID (linha 10) constituem-se em valores na forma de certificados (títulos) concedidos a quem investe em uma determinada área da cidade (o caso mais notório em São Paulo, além do Programa Nova Luz, foi o do estádio Arena Corinthians), podendo ser usados para abatimento de impostos. Não foi pensado especificamente para a área da Luz ou para a Concessão Urbanística, mas foi utilizado para operacionalizar o Programa de Incentivos Seletivos.

Os instrumentos de **nodalidade** e **organização** foram claramente minoritários. O conselho gestor (linha 11) e o cadastramento de moradores e atividades econômicas (linha 12) são instrumentos de nodalidade. O Consórcio Imobiliário (linha 13) é o único instrumento classificável como de organização, dado ser voltado a dirigir ações, neste caso de urbanização e/ou desenvolvimento de determinada área.

O Conselho Gestor, além de ser instrumento de nodalidade é também o instrumento de política pública que representa uma percepção democrática de política urbana, ao possibilitar a confluência de diferentes atores com informações, ideias e interesses supostamente diferentes. Como vimos, ele foi grande objeto de embate e acabou sendo implementado apenas parcialmente. Já o cadastro de moradores e atividades econômicas, se houvesse sido realizado, forneceria informações e aconselharia a ação da municipalidade, permitindo a ela que agisse como um ponto focal, ajudando a aprimorar a ação pública.

Ao não dar a devida importância aos instrumentos de organização e de nodalidade, e ao não adaptar os instrumentos de tesouro aos objetivos da Prefeitura, a Concessão Urbanística da área da Nova Luz iniciou sua tentativa de implementação baseada, na prática, somente em seus instrumentos de autoridade. Essa aposta não angariou aliados suficientes (investidores) e gerou incômodo e oposição de moradores e comerciantes da área.

Sem um conjunto de instrumentos de nodalidade, a escassa comunicação com os atores envolvidos com o território ampliou as dúvidas e incertezas que pairavam sobre o projeto – aliás, dúvidas e incertezas acumuladas ao longo do tempo, visto que

aproximadamente a cada década um novo projeto vinha sendo desenvolvido para aquela região.

Os instrumentos utilizados, enfim, demonstram ser pouco alinhados, e pouco consistentes entre si. A não utilização de alguns dos instrumentos de política pública previstos e o desequilíbrio na escolha dos adotados podem ser consideradas, assim, fator de insucesso na tentativa de implementação da Concessão Urbanística enquanto instrumento urbanístico.

5. Considerações Finais

Ao chegarmos ao final do trabalho, convém fazer um breve balanço do caminho percorrido. A região da Luz é historicamente uma área complexa, disputada por camadas populacionais ali instaladas em diferentes períodos. A sobreposição dessas camadas populacionais e a localização privilegiada do espaço físico configuram um território em permanente disputa. O objetivo geral que guiou o artigo foi o de analisar a tentativa, levada a cabo pelo poder público municipal, de operacionalizar em um território com essas características um instrumento de política urbana com a complexidade da Concessão Urbanística.

Partindo da interpretação de que a Concessão Urbanística é o que costuma ser chamado de *instrumento urbanístico*, e ao mesmo tempo é operacionalizada por meio de *instrumentos de política pública*, o enfrentamento desse objetivo passou por analisar estes últimos. Afinal toda política pública se concretiza por meio de um conjunto de instrumentos temporariamente harmonizados – e grifa-se o temporário, porque as políticas e seus instrumentos são objeto de disputa permanente entre diferentes coalizões de agentes.

Para tanto, procuramos, como objetivos específicos: (a) investigar a experiência histórica de aplicação da Concessão Urbanística no âmbito do Programa Nova Luz, identificando os instrumentos de política pública que ali foram mobilizados, e (b) refletir sobre as razões do seu insucesso. Como principal resultado da análise, após a identificação e discussão de treze instrumentos utilizados, destaca-se que a Concessão Urbanística foi instituída de forma atabalhoada. O que se viu foi, antes de mais nada, uma bricolagem de instrumentos desarticulados, pouco costurados entre si e mal implementados. O poder público procurou aproveitar uma proposta forjada no conjunto de ideias para operacionalizar um Estado em crise fiscal, porém não houve abertura

democrática suficiente para constituir arenas amplas para os atores que disputavam ideias, valores e recursos. Essa insuficiência, refletida na predominância de instrumentos de autoridade, na inadaptação dos de tesouro e na quase ausência dos de nodalidade e organização, pode ser apontada como relevante fator do fracasso da iniciativa.

A contribuição acadêmica deste trabalho deriva, como mencionado na Introdução, da própria escassez de trabalhos analisando a Concessão Urbanística. Quanto à contribuição prática, na medida em que permite interpretar escolhas e desdobramentos das decisões tomadas, espera-se que o trabalho possa auxiliar gestores públicos a conhecer a experiência paulistana e evitar os fatores de insucesso aqui identificados.

A análise empreendida certamente tem limitações, e uma delas deriva de termos considerado para a análise apenas a taxonomia de Hood, em detrimento de diversas outras também disponíveis na literatura. Assim, os achados aqui apresentados podem ser lidos também como indicações para continuidade e aprofundamento. Em que pese tal limitação, a articulação que propusemos entre a tipologia de Hood e o caso concreto evidenciou alguns dilemas e problemas relevantes do projeto urbanístico em questão, contribuindo assim para sua compreensão. Completar a discussão à luz de outras tipologias de instrumentos de política pública, ou ainda aprofundá-la por meio de entrevistas que captem a percepção de atores sociais e atuantes à época no território, são possíveis caminhos de continuidade para a análise.

Referências

- Amorim, F. O. (2015). Táticas de resistência no projeto Nova Luz: participação de movimentos sociais no planejamento urbano. *Anais do XVI ENANPUR*, Belo Horizonte.
- Bemelmans, M. L.; Rist, R. C.; Verdung, E.O. (2011) *Carrots, sticks, and sermons: policy instruments and their evaluation*. Piscataway: Transaction Publishers.
- Brandt, R. (2005, mar. 09). ‘Cracolândia’ ganha repressão e ações sociais. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, p. C-4.
- Brasil (1995). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.
- Camargo, A. (2006). E assim fez-se a Luz: antigo bairro nobre, luz luta hoje por sua revitalização. *DiverCidade - Revista do Centro de Estudos da Metrópole*, (8), n.p.
- Campos, E. (2005). Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana. *Anais do Museu Paulista*, 13 (1):11-57.
- Chapola, R.(2012, abr. 27). Haddad promete revisar projeto da Nova Luz. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo. Recuperado de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-promete-revisar-projeto-da-nova-luz,866068>.
- EMURB (2009). *Nova Luz: programa de requalificação urbana*. São Paulo: Empresa Municipal de Urbanismo.
- Ezioni, A. (1972) *Organizações Modernas*. São Paulo: Atlas.
- Fernandes, E. (2013). Estatuto da Cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo? *Revista UFMG*, 20 (1):212–233.
- Fernandes, M. R., & Jayo, M (2016a). Renovação da Luz. Uma intervenção urbana que não saiu do papel. *Resenhas Online*, 16 (170):4.
- Fernandes, M. R., & Jayo, M. (2016b). A cultura como instrumento de intervenção urbana: dois casos no bairro da Luz (São Paulo). *Revista de Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, 4(2):297-318.
- Ferreira, J. S. W. (2007). Instrumentos Urbanísticos. In: Instituto Cultiva; Escola de Governo de São Paulo. (Org.). *Dicionário da gestão democrática: conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 175-182.
- Graziano, M. N. (2010). *O regime jurídico da concessão urbanística*. Dissertação (mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Roschel, Jayo & Caldas. *Instrumentos de Política Pública: um estudo a partir da Concessão Urbanística do Programa Nova Luz (São Paulo)*

Guimarães, L. B. M. (1973). *Luz: história dos bairros de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura.

Hood, C. (1986). *The tools of government*. Chatham: Chatham House.

Krieger, M. G. M. (2020). *Urban conflicts in Medellín and São Paulo: devices, courses of action and regimes of engagement towards the right to the city*. Tese (doutorado em Administração Pública e Governo), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Lascoumes, P., & Le Galès, P. (2012). A ação pública abordada pelos seus instrumentos. *Revista Pós - Ciências Sociais*, 9(18):19-44.

Lascoumes, P., & Simard, L (2011). L'action publique au prisme de ses instruments. *Revue Française de Science Politique*, 61(1):5-22.

Lomar, P. J. V. (2001). *A concessão urbanística*. Dissertação (mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Maricato, E. (2012, jan. 26). Terror imobiliário ou a expulsão dos pobres do centro de São Paulo. *Revista Carta Maior*. Recuperado <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Terror-imobiliario-ou-a-expulsao-dos-pobres-do-centro-de-Sao-Paulo/20900>.

Meirelles, H. L. (2001). *Direito administrativo brasileiro*. 26 ed. São Paulo: Malheiros.

Mundim, G. A. (2014). *A concessão urbanística*. Dissertação (mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Nusdeo, A. M. O (2012). *Pagamento por serviços ambientais: sustentabilidade e disciplina jurídica*. São Paulo: Atlas.

Oliveira, C. F. (2009). *Do tombamento às reabilitações urbanas: um estudo sobre a preservação no centro histórico de São Paulo (1970-2007)*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo.

Perret, S. (2010). *Implications conceptuelles, théoriques et méthodologiques à la lumière du cas de la politique climatique suisse*. Tese (doutorado em Ciência Política), Université de Genève, Genebra.

Rolnik, R. Instrumentos urbanísticos: concepção e gestão. *Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo* (1):6-12.

Salamon, L. (2002). *The tools of government: a guide to the new governance*. New York: Oxford University Press.

Sanches, P. A. (2002, mar. 8). Pirataria terá nova campanha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, p. E-5.

Souza, F. F. (2011). *Um olhar crítico sobre a concessão urbanística em São Paulo: formulação pelo Executivo, audiências públicas e regulamentação pelo Legislativo*.

Roschel, Jayo & Caldas. *Instrumentos de Política Pública: um estudo a partir da Concessão Urbanística do Programa Nova Luz (São Paulo)*

Dissertação (mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Spinelli, E. (2013, jan. 24). Haddad engaveta plano de Kassab para a Luz. *Folha de S.Paulo*, p. C-7.

Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. New York: Sage Publications.

Paradiplomacia periférica e os governos subnacionais brasileiros: o caso do estado da Paraíba

Peripheral paradiplomacy and Brazilian subnational governments: the case of the state of Paraíba

Liliana Ramalho Froio¹ 
Leandra Myrela Batista² 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.66457]

Recebido em: 18/04/2023
Aprovado em: 06/03/2024

Resumo: Qual é a capacidade de atuação internacional dos governos subnacionais periféricos e quais os resultados dessas ações para o desenvolvimento local? Os governos subnacionais dos países possuem condições objetivas (características institucionais, econômicas, geográficas, sociais) e subjetivas (interesses e percepções de grupos da elite social e política) distintas e isso impacta as políticas públicas locais, tanto em relação à capacidade e condições materiais dos governos de executarem suas políticas quanto em relação aos interesses e a agenda política desses governos. Para as localidades periféricas dos países essas condições podem ser ainda mais desafiadoras para a consecução de suas políticas. O objetivo do artigo consiste em analisar um caso de atuação subnacional periférica no Brasil, no âmbito das relações internacionais, para compreender os seus reais processos e condições limitadoras (capacidade) e os resultados locais obtidos com as ações internacionais engendradas. Este estudo de caso sobre a paradiplomacia no estado da Paraíba (Brasil) identifica e apresenta informações sobre as condições locais, os atores, os interesses, os processos e os resultados de atividades internacionais. Conclui-se que governos subnacionais periféricos podem desenvolver maneiras próprias ou autônomas de atuação, mesmo com sua realidade local adversa.

Palavras-chave: Paradiplomacia; Governos periféricos; Brasil; Paraíba.

Abstract: What is the international capacity of peripheric subnational governments and what are the results of their international actions for local development? The subnational governments of the countries have different objective (institutional, economic, geographical, social) and subjective conditions (interests and perceptions of groups from

¹Universidade Federal da Paraíba (UFPB)– E-mail: liliana.froio@gmail.com.

² Universidade Federal do ABC (UFABC)– E-mail: pereiraleandram@gmail.com.

the social and political elite) and this impacts local public policies, both in relation to the capacity and material conditions of governments to implement their policies and in relation to the interests and political agenda of those governments. In the case of countries' peripheric locations these conditions can be even more challenging for the achievement of policies. The objective of the article is to analyze a case of peripheric subnational activity in Brazil, within the scope of international relations, to understand its real processes and limiting conditions (capacity) and the local results obtained with the international actions engendered. This case study on paradiplomacy in the state of Paraíba (Brazil) identifies and presents information on local conditions, the actors involved, interests, processes and results of its international activities, which allows for a broader reflection on how the international performance of peripheric subnational governments occurs.

Keywords: Paradiplomacy; Peripheric governments; Brazil; Paraíba.

1. Introdução

Os governos subnacionais têm tido cada vez mais um protagonismo no cenário internacional. Em 1970, apenas 4 estados dos Estados Unidos possuíam escritórios no exterior. Em 2015, o número sobe para 40 estados com 199 escritórios estabelecidos em 30 países, principalmente na China, México e Japão (Burnett, 2015). No Brasil, a captação de empréstimos externos por estados brasileiros no período entre 1960-1970 foi de U\$ 410 milhões - sendo 64 operações de crédito realizadas por 18 estados. No período seguinte (1971-1980), esse valor sobe para U\$ 3,95 bilhões, captados em 142 operações de crédito dos estados brasileiros (Maia, 2012, pp. 282-294). Em 2011, o então Presidente do Banco Mundial, Robert B. Zoellick, afirmou que 80% dos empréstimos do banco com o Brasil eram destinados aos seus entes federativos (Fonseca, 2013, p. 74).

A atuação internacional de governos locais não é um fenômeno recente, visto que essas ações subnacionais são identificadas há pelo menos três séculos, mas o que se verifica é que têm ocorrido um aumento na intensidade das conexões internacionais subnacionais. Por isso que a denominada paradiplomacia³ possui características diferenciadas nas últimas décadas (Soldatos, 1990, p. 35). Primeiramente, os governos subnacionais têm ingressado no sistema internacional de forma direta e autônoma, utilizando recursos próprios e em busca dos seus interesses específicos. Em segundo lugar, percebe-se uma ampliação no escopo das ações e no volume e diversidade de parcerias, de tal forma que mais governos de cidades e regiões estão envolvidos com instituições e em projetos de cooperação internacional e surgem mais espaços de participação das autoridades locais em instituições internacionais.

Os fatores responsáveis por essa intensificação na paradiplomacia são tanto de origem internacional quanto de origem doméstica, sejam eles referentes ao nível nacional ou local. No âmbito internacional, as transformações tecnológicas em curso têm proporcionado uma maior interdependência entre os atores. Elas expõem os governos locais às crises e interferências externas e facilitam os contatos e o acesso desses governos ao sistema internacional, tornando essas práticas mais acessíveis, diversificadas e numerosas. Se, por um lado, as crises mundiais provocam recessão e escassez de recursos, impactando negativamente o desenvolvimento local ou até mesmo gerando retrocessos, por outro lado, faz com que governantes locais busquem alternativas para atenuar o

³ Terminologia usualmente utilizada para definir a atuação internacional dos governos subnacionais, ou seja, as ações internacionais em que há o protagonismo dos governos locais ou regionais dos países.

impacto da crise, o que pode incluir acessar instituições estrangeiras e firmar parcerias internacionais, no intuito de trazer investimentos, adquirir capacitação técnica, promover o comércio, replicar experiências internacionais exitosas e obter recursos financeiros externos.

No contexto internacional, algumas agendas têm proporcionado o protagonismo dos governos locais, como é o caso da agenda do desenvolvimento sustentável (ODS), da integração regional e da cooperação descentralizada. Essas agendas favorecem a participação internacional de governos regionais e locais na medida que as ações negociadas e firmadas, especialmente aquelas voltadas para o desenvolvimento sustentável, acabam sendo implementadas e concretizadas no nível local.

No entanto, mesmo com uma conjuntura internacional favorável à paradiplomacia, os fatores domésticos ainda podem ser um obstáculo para a projeção internacional dos governos subnacionais. As particularidades políticas, institucionais, estruturais, jurídicas e tantas outras mais podem determinar positiva ou negativamente a internacionalização das unidades subnacionais, como ressalta Panayotis Soldatos (1990) em seu modelo de análise sobre os determinantes da paradiplomacia. Alguns fatores de nível nacional que poderiam interferir na paradiplomacia seriam: a burocracia, os erros ou ineficiência do governo federal/central, as incertezas constitucionais, as ausências institucionais no âmbito federal, os choques de interesse em assuntos internacionais. No nível local, destacam-se fatores relacionados às especificidades das condições locais, como infraestrutura, características socioeconômicas, políticas, institucionais, culturais, educacionais e até mesmo a visão da liderança política sobre questões internacionais.

Essas condições locais podem evidenciar realidades bastante díspares, retratando muitas vezes a assimetria existente entre as unidades territoriais dos países, particularmente no que concerne os níveis de desenvolvimento de cada localidade. Essas assimetrias gerariam, por consequência, capacidades de ação e de interesses distintos. Entende-se que, no caso das localidades periféricas dentro dos países, isto é, de territórios mais pobres e menos desenvolvidos, a consecução de políticas ou a atuação internacional seria mais difícil. Isso porque, de forma geral, cidades ou regiões mais desenvolvidas – em termos socioeconômicos – possuem melhores condições institucionais, de infraestrutura, de recursos humanos e estariam mais aptas para desenvolverem a paradiplomacia (Froio, 2015a; Froio, 2015b; Froio & Medeiros, 2020; Kuznetsov, 2014; Matsumoto, 2011; Soldatos, 1990; Tavares, 2016).

Todavia, é preciso destacar que a motivação desses governos subnacionais periféricos não se difere da motivação das demais unidades territoriais de um país, que consiste na busca pelo bem-estar e melhoria de suas condições locais. Além disso, esses governos periféricos podem desenvolver maneiras próprias ou autônomas de atuação e não necessariamente seguir o mesmo formato ou caminho de atuação de outras localidades.

Assim, o objetivo do trabalho consiste em trazer reflexões sobre a atuação subnacional periférica no âmbito das relações internacionais, a partir do estudo de caso do estado da Paraíba (Brasil), para compreender os reais processos e condições limitadoras (capacidade) desses territórios e os resultados locais obtidos com as ações internacionais engendradas. Em grande medida, objetiva-se compreender a capacidade de atuação internacional de governos subnacionais periféricos e os resultados obtidos com essas ações. A metodologia utilizada consistiu em revisão da literatura sobre o problema da assimetria nas relações internacionais subnacionais e em pesquisa empírica sobre o Brasil e o estado da Paraíba, com realização de entrevistas e aplicação de um questionário eletrônico junto a servidores públicos dos governos estaduais brasileiros⁴.

O trabalho está dividido em 3 seções: uma primeira seção para definir e identificar a discussão mais ampla sobre paradiplomacia, assimetria e governos periféricos; uma segunda seção para apresentar as características gerais da atuação internacional de governos locais no Brasil, com destaque para os governos periféricos; e a terceira seção para apresentar o caso do estado da Paraíba e as particularidades de um tipo de paradiplomacia periférica.

2. Paradiplomacia, assimetria e governos periféricos

Como relatado, fatores tanto de nível internacional quanto doméstico têm motivado a atuação internacional de governos subnacionais. Todavia, o intuito deste trabalho é refletir sobre os determinantes específicos de nível subnacional relacionados às condições locais e ao grau de desenvolvimento da localidade.

⁴ Os dados sobre os governos estaduais brasileiros foram coletados entre 2013 e 2015 e referem-se ao período entre 1990 e 2015. Foram levantados por um dos autores do trabalho em sua pesquisa doutoral a partir da aplicação de questionários eletrônicos junto a gestores públicos dos estados brasileiros. Já os dados específicos sobre o governo do estado da Paraíba foram atualizados em pesquisas posteriores a partir de projetos de iniciação científica e referem-se ao período de 2015-2016.

Os governos nacionais precisam estar cada vez mais atentos às demandas dos governos subnacionais e isso inclui a política externa nacional, que nem sempre atende aos interesses diversos das unidades territoriais dos países. Soldatos (1990) aponta que a política externa dos Estados pode segmentar-se territorialmente de quatro maneiras: por meio da segmentação objetiva, segmentação perceptiva, segmentação de políticas e segmentação de atores.

A segmentação objetiva refere-se às características de cada região do país, como diferenças geográficas, culturais, linguísticas, religiosas, econômicas, políticas. A segmentação perceptiva refere-se às diferenças existentes entre as elites e populações das localidades, que resultam em diferentes atitudes, percepções, lealdades, concepções de interesse em termos de política externa. A segmentação de políticas consiste nos diferentes posicionamentos dos entes subnacionais em relação a assuntos de política externa e a segmentação de atores ocorre quando unidades federadas se tornam de fato atores de política externa, utilizando seu próprio aparato burocrático para atuar internacionalmente. Dessa forma, os entes subnacionais diferenciam-se e segmentam-se em termos objetivos e perceptivos e, como consequência, podem apresentar também uma segmentação de políticas e de atores (Soldatos, 1990).

Nos casos em que os governos nacionais não conseguem articular e inserir em suas políticas externas as diferentes demandas locais resultantes dessa segmentação, o que ocorre na maioria dos casos, então os governos subnacionais vão em busca de maior autonomia na esfera internacional. A paradiplomacia pode ser vista então como “um caminho alternativo encontrado pelos governos não-centrais para simplificar o processo de participação em matérias de política externa e ainda terem seus objetivos específicos atendidos” (Froio, 2015a, p. 24).

Os incentivos das localidades para atuarem internacionalmente, mesmo que de forma autônoma e paralela à política externa nacional, provém das vantagens percebidas nessa inserção internacional. A paradiplomacia pode ser uma ferramenta de promoção do desenvolvimento, de geração de bem-estar e de modernização das localidades. Os projetos e as ações de cooperação internacional firmadas são voltadas para o atendimento de áreas da administração pública, como saúde, cultura, educação, meio ambiente, saneamento, habitação, infraestrutura, gestão de resíduos sólidos etc. É possível gerar desenvolvimento por meio do acesso e incorporação de conhecimento, tecnologias e experiências práticas estrangeiras.

De acordo com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), entidade de representação dos municípios brasileiros, a cooperação internacional descentralizada, através de trocas de experiências, permite às cidades brasileiras aprimorar as políticas públicas de governança local, seja apresentando o que se faz bem-feito ou ao conhecer outras realidades e formas de aplicação. As atividades paradiplomáticas incluem ainda abertura de escritórios de representação no exterior, acordos de irmanamento entre cidades; participação em redes internacionais de cidades; missões ao exterior para divulgação e atração de investimentos; negociações com empresas multinacionais e captação de recursos externos.

Todavia, de acordo com Barreto (2015), entende-se que a prática de atividades paradiplomáticas depende da capacidade local de cada governo subnacional, sendo que cada um deles definiria a sua atuação internacional de acordo com as suas condições internas. Como já ressaltado, as cidades e regiões mais desenvolvidas teriam mais facilidade e seriam mais atuantes internacionalmente por serem mais procuradas por atores externos e possuírem melhores condições materiais e financeiras para se engajarem no sistema internacional (Soldatos, 1990, p. 46).

No entanto, é preciso destacar que, além das capacidades, a paradiplomacia depende da decisão das lideranças políticas e da sua percepção sobre as vantagens ou desvantagens de desenvolver as relações exteriores do território que governa. Assim, se por um lado os entes federativos mais desenvolvidos teriam melhores condições de fazerem relações internacionais, por outro lado, os menos desenvolvidos (periféricos) podem contar exatamente com o incentivo de buscar as ferramentas internacionais para gerar desenvolvimento e, para tanto, a percepção do líder político seria essencial. A “situação do estado na federação brasileira, aí incluídos os desequilíbrios regionais existentes ou potenciais, constituem poderosa força a impulsionar os estados para relações externas” (Rodrigues, 2004, p. 170). O diplomata José Vicente Lessa destaca que “muito do que se realiza no campo da paradiplomacia se deve ao empenho pessoal de líderes que, convencidos das vantagens a serem aferidas, conseguem levar adiante as iniciativas” (Lessa, 2007, p. 127).

Assim, seria preciso uma melhor qualificação do problema da assimetria dentro dos estudos de paradiplomacia, tendo em vista que o exercício da paradiplomacia por governos periféricos (ou com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico) não deveria ser avaliado meramente por meio da análise quantitativa e comparada com

governos subnacionais mais ricos ou desenvolvidos. Faz-se necessário considerar as especificidades da atuação internacional dos governos periféricos e do seu *modus operandi*, tendo em vista que as distintas formas de inserção internacional, de interesse de agenda e de tempo de concretização dos objetivos traçados podem resignificar o campo de estudos e considerar a existência de uma paradiplomacia periférica com características próprias. A paradiplomacia periférica seria, portanto, a forma de atuação internacional de governos subnacionais periféricos dos países, que pode ser caracterizada muitas vezes por interesses e/ou capacidades distintas dos governos subnacionais mais desenvolvidos.

Na próxima seção, busca-se apresentar as características gerais da paradiplomacia brasileira, com destaque para a problematização da atuação internacional dos governos periféricos do país.

3. Os governos periféricos no Brasil e a atuação internacional

A paradiplomacia no Brasil pode ser identificada desde a promulgação da Constituição de 1891, quando os governos estaduais obtiveram autonomia para buscar empréstimos com organismos internacionais. Na década de 1930, houve retrocessos na atuação internacional subnacional em razão da centralização política crescente, do período subsequente da ditadura e das intervenções do governo federal em nível subnacional. Somente com o processo de redemocratização nos anos 1980 é que os entes federativos brasileiros (estados e municípios) voltaram a ter autonomia e incentivos para atuarem internacionalmente (Maia, 2012).

Mesmo que a Constituição Federal de 1988 tenha estabelecido que a gestão dos assuntos internacionais e a competência para celebrar atos internacionais sejam de competência exclusiva do governo federal, ela garantiu a descentralização tributária, permitindo que estados e municípios administrassem suas receitas e despesas públicas, o que permitiu que os entes federativos continuassem a buscar recursos estrangeiros. “Com a Constituição de 1988, permitiu-se pela primeira vez mecanismos novos para uma maior efetividade descentralizadora e autônoma das unidades federadas brasileiras, embora o monopólio de ação internacional continue – ao menos oficialmente – retido no Estado federal” (Kugelmas & Branco, 2005, p. 180).

Assim, embora a Constituição de 1988 não tenha definido as competências de atuação internacional de estados e municípios, exceto a garantia constitucional de firmar acordos financeiros externos com o aval do Senado Federal, verifica-se um aumento gradual da paradiplomacia no país. Em 2005, das 27 unidades da federação brasileira (26

estados e o Distrito Federal), 19 possuíam setores específicos voltados para a área internacional (Brigagão, 2005). Em 2013, ao utilizar os mesmos parâmetros empregados em 2005 pelo professor Clóvis Brigagão, verificou-se que todos os estados brasileiros possuíam setores para lidar com questões de âmbito internacional (Froio, 2015a, p. 26). A presença de órgãos que lidam com assuntos internacionais dentro das administrações públicas estaduais sinaliza a evolução da paradiplomacia no país e o interesse dos governos subnacionais na temática.

Esse interesse dos governos subnacionais na área de relações internacionais ocorre, em grande medida, devido à procura de entidades e governos estrangeiros por parcerias com os entes federativos brasileiros e em razão da percepção da paradiplomacia como um instrumento na promoção do desenvolvimento local. Esse interesse é relatado em estudos que apontam a promoção econômica e o desenvolvimento local como os principais objetivos dos entes subnacionais para atuarem internacionalmente (Blatter, Kreutzer, Rentl, & Thiele, 2010; Keating, 1999, 2004; Lecours, 2008). Nesse sentido, o intuito dos governos é ter acesso a investimentos e mercados. “No caso do Brasil, pode-se supor que uma das razões pelas quais cidades e estados aumentaram sua preocupação com o mundo exterior é o fato de que eles vêm sendo vistos como agentes de desenvolvimento econômico” (Vigevani, 2006, p. 129).

Os resultados dos questionários utilizados neste trabalho, aplicados junto aos servidores públicos estaduais no período entre 2013-2015⁵, confirmam que o fator econômico (trazer investimentos externos, captar recursos e financiamento externo, estimular o comércio exterior) tem sido o principal motivo para os estados fazerem relações internacionais: 52% do total dos 199 respondentes do questionário assinalaram as questões econômicas como prioritárias. Foi questionado ainda acerca das áreas priorizadas pelos governos ao fazerem relações internacionais no intuito de compreender os interesses no âmbito das políticas públicas locais. Cerca de 58% responderam que o desenvolvimento da economia consistia na principal área priorizada, seguida pelas áreas de infraestrutura (24%) e tecnologia (23%).

⁵ Os questionários aplicados e os dados levantados a partir deles provém de pesquisa doutoral de um dos autores do trabalho. Os questionários eletrônicos foram enviados por e-mail para os funcionários públicos de todos os estados brasileiros. Foram 199 questionários respondidos por indivíduos que trabalharam com ações internacionais dentro das administrações públicas estaduais. Alguns dados apresentados neste trabalho são inéditos e não constam na tese doutoral.

É interessante notar que quando classificamos as respostas de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁶ dos estados brasileiros, na tentativa de verificar os impactos do nível de desenvolvimento de cada território nas suas motivações para se engajarem internacionalmente, não houve alterações significativas nos resultados e o desenvolvimento econômico permaneceu como principal área priorizada para todos os estados. Esses resultados confirmam que, embora possam existir assimetrias e capacidades de atuação internacional bastante distintas no território brasileiro, a busca pelo desenvolvimento e pelo bem-estar da população local é questão essencial para todos os governos, de tal maneira que os governos periféricos também se interessam por paradiplomacia para atingir esses objetivos. Assim, mais uma vez reforça-se que, se por um lado, os territórios mais desenvolvidos teriam melhores condições e recursos para atuar internacionalmente, por outro lado, os menos desenvolvidos (periféricos) possuem o incentivo de buscar as ferramentas internacionais exatamente para melhorar o seu desenvolvimento local.

3.1. A paradiplomacia dos governos periféricos brasileiros

Texto Para qualificar melhor o lugar dos governos periféricos na paradiplomacia, particularmente na paradiplomacia brasileira, faz-se necessário compreender a realidade econômica e social dos territórios e as características gerais da atuação internacional desses territórios a partir dessa condição local.

Primeiramente, é preciso ressaltar que os entes federativos brasileiros são: a União (Governo Federal), os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. São essas entidades subnacionais que possuem personalidade jurídica e autonomia na federação brasileira. Os governos estaduais e municipais brasileiros (e o Governo do Distrito Federal) têm exercitado a paradiplomacia com base na sua autonomia política, garantida pelo sistema federalista brasileiro, e no âmbito de assuntos em que possuem competência constitucional. Ocorre que o Brasil é um país com dimensões continentais e território bastante heterogêneo, o que requer uma análise mais detalhada sobre a paradiplomacia e suas diferenciações em âmbito regional.

O país possui 5 regiões (ou macrorregiões) em que as unidades subnacionais são agrupadas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. O agrupamento em regiões

⁶ O IDHM consta no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (Disponível no website <http://atlasbrasil.org.br/2013/>) e considera as mesmas três dimensões do IDH Global: renda per capita, longevidade, educação – mas adequando-os ao contexto brasileiro e aos indicadores nacionais.

levou em consideração apenas aspectos geográficos e naturais e, portanto, elas não possuem nem personalidade jurídica, nem autonomia política. Todavia, aspectos históricos (econômicos, políticos e de povoamento) e aspectos geográficos (físicos, climáticos, ambientais, humanos) impactaram o nível de desenvolvimento dessas regiões, isto é, dos entes federativos que nelas se encontram, de tal forma que as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam os piores índices de desenvolvimento e de vulnerabilidade social, em oposição às regiões Sul e Sudeste, que apresentam os melhores índices. Não analisaremos as origens e causas que levaram a esse contexto de assimetria interna pois foge do escopo do trabalho. O intuito é identificar e apresentar os territórios periféricos no Brasil e, em seguida, analisar os dados coletados na pesquisa que retratam as características e as formas de atuação internacional dos governos de cada região.

Para começar, a título de referencial de análise, quando analisamos o IDH Global dos países no ano de 2021, o Brasil aparece na 87ª posição com um índice de 0,754. Os países nas primeiras colocações apresentam índices acima de 0,9 – considerados muito altos. Em 2017, a média nacional do IDHM brasileiro foi de 0,778, mas ao analisar o índice desagregado por estado aparecem 20 estados abaixo desse valor: todos os estados da região Norte (7 estados) e todos os estados da região Nordeste (9 estados), além de 3 estados do Centro-Oeste e 1 estado do Sudeste. Foram 4 estados com índices abaixo de 0,7 (3 da região Nordeste e 1 da região Norte), sendo classificados então na categoria de desenvolvimento mediano (IPEA, PNUD & FJP, 2019, p. 27).

Quando analisamos o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que foi construído a partir de indicadores do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – que engloba o IDHM e mais indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade –, novamente temos evidências das discrepâncias entre as regiões brasileiras e da maior desigualdade concentrada nas regiões Norte e Nordeste do país. Em 2010, cerca de 83% dos municípios brasileiros que se encontravam em situação de baixa vulnerabilidade social (pouco vulneráveis) estavam localizados nas regiões Sul e Sudeste do país. Já os municípios na faixa de *muito alta* vulnerabilidade social estavam localizados em grande maioria nas regiões Nordeste e Norte do país (72,4% e 23,4% do total de municípios brasileiros, respectivamente) (IPEA, 2015, p. 49).

Todos esses dados servem para identificar as regiões periféricas do país, em que há maior pobreza, vulnerabilidade social e menor desenvolvimento. Portanto, os governos subnacionais periféricos brasileiros estão localizados nas regiões Norte e Nordeste, com

maior destaque para a região Nordeste, em que se situa o estado da Paraíba – estudo de caso do presente trabalho.

Quando buscamos analisar as características da paradiplomacia brasileira a partir da perspectiva regional, as condições e a capacidade de atuação internacional também se mostraram discrepantes. Todavia, é preciso ressaltar que, apesar da constatação de que os governos periféricos brasileiros possuem condições objetivas piores do que aqueles das regiões mais desenvolvidas do país, por outro lado, isso não impediu, em grande medida, o engajamento internacional e a busca pelo exercício da paradiplomacia. Ao levantar os acordos formais de cooperação financeira e técnica internacional, firmados pelos governos estaduais brasileiros no período entre 1999 e 2014, verificou-se que o estado de São Paulo – com segundo maior IDHM e com maior peso no PIB nacional – foi o que teve um maior número de acordos firmados (12% do total). Mas os estados da Bahia, Pernambuco e do Ceará – todos da região Nordeste do país – apareceram logo em seguida, ocupando a segunda, terceira e quarta colocação como os estados com maior número de acordos firmados. Ao analisar os dados por região, verificou-se ainda que cerca 35% dos acordos internacionais firmados concentravam-se na região Nordeste, 26% na região Sudeste e 18,5% na região Norte. Os dados evidenciam, portanto, “como a região (Nordeste) possui potencial para a cooperação internacional e como a paradiplomacia pode interessar aos governos desses estados em certos momentos. Entretanto, a região ainda não possui as melhores condições para fazer avançar as suas relações internacionais” (Froio, 2015b, on-line).

Apesar de encontrar uma alta intensidade de atividades paradiplomáticas em determinados governos periféricos, há problemas relevantes identificados na paradiplomacia do conjunto de governos dessas regiões que impactam a sua forma de atuar internacionalmente. Os resultados dos questionários aplicados evidenciaram que os estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste exercem a paradiplomacia, em grande medida, sem nenhum planejamento prévio. Cerca de 68% e 59% dos servidores públicos dos estados das regiões Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente, disseram que raramente ou nunca há uma política definida de relações internacionais nos estados. Nessas duas regiões também foi relatado a existência de uma estrutura paradiplomática precária e da falta de equipe qualificada. A região Nordeste apresentou os piores resultados, apenas 10% responderam que existe uma estrutura adequada para atuação internacional, enquanto 38% assinalaram a necessidade de uma melhor estrutura.

Ao analisarmos a evolução da estrutura paradiplomática dos estados das regiões periféricas – isto é, as instituições voltadas para a gestão dos assuntos internacionais dentro dos estados – verificamos que, na maioria das vezes, quando há um órgão voltado para as relações internacionais, eles estão inseridos em algumas Secretarias e voltados para assuntos específicos (como comércio exterior e turismo). Nesse formato, a autonomia desses órgãos é prejudicada, “já que seguem as orientações de uma hierarquia de órgãos ou agentes dentro da Secretaria a qual pertencem, e esses agentes (funcionários) têm que lidar com diversos outros assuntos além da temática internacional” (Froio, 2015a, p. 129).

Em relação ao nível de preparo para lidar com assuntos internacionais, cerca de 33% e 29% do total dos respondentes das regiões Norte e Nordeste, respectivamente, indicaram que as pessoas envolvidas possuem pouco ou nenhum preparo para lidar com questões internacionais. De forma geral, como esperado, as melhores condições objetivas (como estrutura institucional, recursos financeiros, recursos humanos, infraestrutura) foram observadas na região Sudeste. “A estrutura física dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo foi indicada como satisfatória por 77% dos respondentes e somente 15% apontaram a necessidade de funcionários qualificados” (Froio, 2015a, p. 108). Também nas regiões Sul e Sudeste, nesta ordem, foram 36,4% e 43,4% pessoas que indicaram haver muito preparo para lidar com assuntos internacionais.

Portanto, a conclusão geral a partir dos dados levantados é de que a paradiplomacia dos governos periféricos no Brasil pode ser ativa e intensa, mas sofre com problemas como a falta de planejamento, falta de estrutura apropriada, despreparo dos gestores e dos funcionários, falta de recursos financeiros e de autonomia. Nesse cenário, de atuação internacional mesmo em ambiente adverso, torna-se relevante compreender com mais detalhes as particularidades dessa paradiplomacia periférica e do seu modo de funcionamento e, por isso, trataremos em seguida da atuação internacional do estado da Paraíba.

4. O estado da Paraíba e o exercício da paradiplomacia periférica

A O estado da Paraíba localiza-se na região Nordeste do Brasil, uma região que ainda apresenta características de desenvolvimento periférico, com estados com IDHM piores do que a média nacional, principalmente quando analisamos os índices de educação e renda. Em 2010, havia 47,7% dos municípios nordestinos com IVS alto e 32,4% com

IVS muito alto. Na faixa de baixo IVS encontravam-se apenas algumas poucas cidades, entre elas a capital da Paraíba (o município de João Pessoa/PB) e mais 6 cidades paraibanas (IPEA, 2015, p. 58). O PIB da Paraíba em 2020 foi de cerca de R\$ 70 bilhões de reais⁷, o que correspondia a 0,92% do PIB do país, ocupando assim a 18ª colocação no ranking de estados brasileiros com maior PIB nacional.

Em relação à sua configuração territorial, o estado da Paraíba possui 223 municípios, sendo que a grande maioria deles (84,7% dos municípios) possuem menos de 20 mil habitantes. Somente a capital, João Pessoa, é que possui população acima de 500 mil habitantes⁸. A segunda maior cidade da Paraíba, em termos populacionais, é Campina Grande e possui cerca de 385 mil habitantes. Trata-se, assim, de um estado povoado por cidades pequenas.

A partir desse perfil de território subnacional periférico é que buscamos compreender a atuação internacional do estado. Primeiramente, é preciso destacar que a pesquisa foca no governo estadual e não em governos municipais e refere-se ao período entre 2015 e 2016 – momento em que foram realizadas a maioria das entrevistas deste estudo. Esse período corresponde à gestão do governador Ricardo Coutinho (2011-2019) do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Sobre os projetos e ações de cooperação internacional, foram identificados 9 projetos de cooperação técnica e 11 de cooperação financeira neste período, com destaque para os seguintes projetos:

1. Programa do Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE): programa em parceria com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA);
2. Programa de Modernização Fiscal do Estado da Paraíba (PROFISCO): programa em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com intermédio do Governo Federal;
3. Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR): programa com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio do Ministério do Turismo/Governo Federal;

⁷ Dados disponíveis no site do IBGE. Ver: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 18 de abril de 2023.

⁸ De acordo com o IBGE, a população estimada de João Pessoa em 2021 é de 825.796 habitantes. Ver: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>. Acesso em 18 de abril de 2023.

4. Projeto Cooperar PB: projeto voltado para a redução da pobreza rural e em parceria com o Banco Mundial (BIRD).

Os gestores públicos estaduais ligados a esses projetos internacionais ou aos órgãos com atuação internacional no estado e que foram entrevistados na pesquisa são:

1. Roberto Vital (Projeto Cooperar/PB): entrevista concedida em 12/04/2016;
2. André Freitas Félix (Empreender/PB): entrevista concedida em 14/04/2016;
3. Vlaminck Saraiva (Gestão Unificada EMATER/PB): entrevista concedida em 25/04/2016;
4. Ruth Avelino (PBTur): entrevista concedida em 26/04/2016;
5. Marcos Procópio (SETDE/NAI): entrevista concedida em 29/04/2016;
6. Fábria Maia (PRODETUR): entrevista concedida em 14/06/2016;
7. Jefferson Dantas (PROFISCO): entrevista concedida em 28/06/2016;
8. Luiz Carlos Rangel Soares (Projeto Eixos Integrados/SEPLAG): entrevista concedida em 29/06/2016;
9. Ana Patrícia Almeida (PROCASE): entrevista concedida em 06/07/2016.

4.1. Capacidades e estrutura institucional da paradiplomacia na Paraíba

Uma primeira característica identificada na paradiplomacia da Paraíba consiste na sua estrutura institucional descentralizada: não tem sido criado um setor específico de relações internacionais que concentre todas as ações internacionais do estado e foram identificadas várias Secretarias e órgãos que desenvolviam projetos e atividades paradiplomáticas de forma autônoma. As instituições públicas estaduais identificadas foram: 1) Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP); 2) Companhia Docas da Paraíba; 3) Empresa Paraibana de Turismo (PBTur); 4) Gestão Unificada (EMAPA; INTERPA e EMATER); 5) Núcleo de Atração de Investimentos (NAI); 6) Empreender-PB; 7) Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG); 8) Secretaria da Infraestrutura, dos Recursos Históricos e do Meio Ambiente (SEIRHMA); 9) Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT); 10) Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba (SETDE).

Algumas dessas instituições não existem mais, como o Núcleo de Atração de Investimentos, extinto em 2014. Por outro lado, órgãos como o CINEP criou em 2019 um Departamento de Atração de Investimento e Relações Internacionais. Essas oscilações na

criação e extinção de órgãos, bem como a gestão descentralizada dos assuntos internacionais por meio de diversos órgãos é um problema relevante para a continuidade das atividades paradiplomáticas e está relacionado à ausência de planejamento ou estratégias de internacionalização.

Esse modelo descentralizado de gestão traz diversos outros empecilhos, como relatado nas entrevistas com os funcionários do estado. As relações internacionais do governo da Paraíba ocorrem de forma isolada, ou seja, em função do empenho de determinados gestores e sem coordenação ou comunicação com demais órgãos – muitos projetos internacionais poderiam envolver mais setores da administração estadual ou mesmo contar com a *expertise* daqueles que já desenvolvem ações internacionais. A compreensão dos entrevistados é de que se houvesse um órgão específico para lidar com a área de relações internacionais este poderia ajudar as demais secretarias do estado, tornando-as preparadas para atrair e lidar com as oportunidades de âmbito internacional. Isso porque um dos principais problemas relatados também é a questão da falta de preparo e qualificação técnica dos funcionários envolvidos. Muitos funcionários dentro da administração estadual não têm conhecimento da área de relações internacionais e de outras línguas estrangeiras e não tem conhecimento técnico sobre como elaborar projetos e lidar com as instituições estrangeiras – e isso faz com que os atores estrangeiros e seus interesses se sobreponham aos interesses do governo da Paraíba.

Outra questão relevante identificada nas entrevistas foi a relação do estado da Paraíba com o Governo Federal, a qual é marcada pelo distanciamento e abandono. Vlamínck Saraiva, Ana Patrícia Almeida, Marcos Procópio, Luiz Carlos Rangel Soares relataram que houve impasses e divergências entre o governo estadual e o Governo Federal durante a cooperação internacional e, muitas vezes, as instâncias estaduais têm que assumir os custos financeiros e de logística, o que limita a ação internacional buscada. Diante da ausência do Governo Federal, os gestores da Paraíba entendem que a existência de um órgão específico para lidar com a área de relações internacionais poderia facilitar a articulação e sistematização das atividades, a comunicação interna entre os órgãos e as secretarias, e a relação com as entidades estrangeiras.

Essas dificuldades encontradas no ambiente paradiplomático paraibano não diminuiu, no entanto, o interesse pela paradiplomacia. Uma das principais razões relatadas pelos entrevistados para a permanência do interesse e a persistência em atuar internacionalmente consiste na percepção subjetiva do governador Ricardo Coutinho. O

então gestor do Núcleo de Atração de Investimentos do estado à época, Marcos Procópio, relatou que o governador dava certa autonomia para que os órgãos pudessem atuar e a Presidente da PBTur, Ruth Avelino, também informou que Ricardo Coutinho tinha uma visão extremamente moderna e arrojada para a expansão da área, apesar de enfrentar dificuldades em relação à forma de pensar dos funcionários do estado. Vlamínck Saraiva (Gestão Unificada/EMATER) informou ainda que o governador sempre estava por perto, dando suporte e autonomia para que o financiamento externo pudesse chegar até a Paraíba.

De forma geral, o que se percebe é que a atuação internacional do estado da Paraíba provém de fato da motivação de pessoas, o que inclui o governador, mas também os gestores dentro do governo. Essa é uma característica geral da paradiplomacia e não está circunscrita aos governos periféricos. Como destaca Carlos Matsumoto:

A decisão pode ter sido tomada pelos motivos mais diversos, como uma experiência internacional que o político tenha tido antes de assumir o governo local (um intercâmbio quando era estudante, por exemplo), uma formação universitária em Comércio Exterior ou Relações Internacionais, ou outra hipótese correlata. O fato é que nem sempre as decisões de políticas públicas em nível local seguem uma lógica racional. O personalismo, nesses casos, pode ter grande influência nas medidas adotadas (Matsumoto, 2011, pp. 112-113).

Essa atuação internacional descentralizada, personalista e sem planejamento contribui para a observação do fenômeno do *stop and go*, que nada mais é do que a descontinuidade de ações, projetos ou mesmo instituições e gestores em razão da mudança nas lideranças políticas, fazendo com o que era importante torne-se obsoleto (Vigevani, 2006; Vigevani & Prado, 2009). Dessa maneira, a paradiplomacia não é executada de maneira contínua. No caso da Paraíba, essa situação pode ser exemplificada com o encerramento das atividades do NAI após a saída de Marcos Procópio da coordenação do órgão.

4.2. Os projetos e as ações de cooperação internacional na Paraíba

Uma Ao pesquisar os projetos e ações internacionais do estado da Paraíba percebe-se que a condição de periferia não retira dos governos o interesse pelo bem-estar das suas populações, pelo crescimento econômico e, conseqüentemente, por promover ações internacionais que proporcionem esses benefícios. Há, claramente, deficiências na

capacidade e estrutura institucional dessas localidades, o que determina um modo de atuar distinto, mas não diminui a utilidade da paradiplomacia.

As temáticas dos projetos estão voltadas para o desenvolvimento, o que confirma a tendência geral de que a paradiplomacia é buscada principalmente para fins econômicos: projeção no comércio internacional, atrair investimentos, captar recursos. O objetivo é que os investimentos e recursos captados possam ser direcionados para o crescimento econômico, como é o caso do Projeto Cooperar que, apesar de focar a pobreza rural, objetiva desenvolver economicamente localidades do interior da Paraíba. Isso também fica evidente quando identificamos os principais parceiros internacionais dos projetos, que são as instituições financeiras internacionais: Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA). Os projetos focam, portanto, em obras de infraestrutura, capacitação de pessoas, modernização da gestão local, aumento de produtividade e competitividade, investimento em setores produtivos locais, estratégias de produção e comercialização. O problema da ausência do Governo Federal também tem um impacto nos projetos. Segundo Vlaminc Saraiva (Gestão Unificada/EMATER), houve momentos em que havia interesse em buscar parceria com atores externos mas, para um estado periférico como o da Paraíba, era muito difícil fazer uma prospecção desse tipo sem o auxílio de um organismo preparado, como é o caso do Governo Federal. O que tem facilitado a paradiplomacia do estado é o envolvimento de outros órgãos dentro do estado, sejam eles públicos ou privados. Em razão da complexidade do financiamento com o BID, os gestores do PROFISCO, por exemplo, buscaram contratar uma empresa que fornecesse consultoria durante o processo de elaboração do projeto e no acompanhamento da execução de suas ações. Jefferson Dantas, diretor do PROFISCO, ressaltou que, como o BID prezava por qualidade nas atividades implementadas, isso permitiu que a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) contratasse instituições que fornecessem as melhores condições técnicas.

Luiz Carlos Rangel (Projeto Eixos Integrados/SEPLAG) destacou ainda a exigência desses organismos internacionais no que tange a implementação e execução dos projetos. Havia o problema da “falta de funcionários qualificados para lidar com os assuntos técnicos e internacionais nas instâncias das secretarias envolvidas na execução das ações do programa” (Batista, 2019, p. 59). Nesse sentido, foi necessário que o governo do estado firmasse parcerias com outras entidades públicas ou mesmo privadas, em razão

das necessidades de 5 eixos de atuação do projeto. “Todo o aporte de estratégia, modernização, integração, fortalecimento e desenvolvimento do programa teve auxílio de consultorias realizadas pela empresa Macrologística” (Batista, 2019, p. 59).

No Projeto Cooperar, Roberto Vital também relatou alguns problemas com o Banco Mundial (BIRD) durante a execução do projeto.

Semestralmente, os funcionários internacionais e nacionais do BIRD deslocavam-se para a Paraíba com o intuito de monitorar e avaliar a execução dos projetos nas comunidades locais. Além de reunirem-se com o chefe executivo do estado e sua equipe, os gestores do Cooperar/PB e os funcionários da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), os técnicos do BIRD conversaram diretamente com a população envolvida a fim de tentar compreender a sua realidade local. Esse monitoramento, relata Roberto Vital, era maçante devido à pressa que o BIRD tinha para poder obter resultados, ignorando, alguma das vezes, a realidade do estado, que por possuir uma região extremamente pobre não conseguia reproduzir todas as atividades de uma maneira automatizada e rápida (Batista, 2019, p. 62).

Em todos os projetos os entrevistados relataram diversos problemas na relação com os organismos internacionais, especialmente a questão do nível de exigência, qualificação técnica dos funcionários do governo do estado, a posição centralizadora da instituição internacional e a falta de conhecimento destas entidades acerca das regras jurídicas locais e da própria realidade da população local. Há, no entanto, uma avaliação positiva dos projetos, que conseguem atender as principais demandas locais.

Durante a pesquisa, foi possível acompanhar uma das ações do Projeto Cooperar na cidade de Itabaiana, interior da Paraíba, no dia 28 de abril de 2016. Tratou-se de um encontro com alguns beneficiários das ações do projeto, como os catadores de lixo da cidade. Pelos relatos obtidos, verificou-se que houve melhoras nas condições de trabalho e de vida dos moradores. O Projeto permitiu abrir novas vagas para catadores de lixo, o quais relatam que conseguiram sair das ruas a partir do emprego obtido. No entanto, os moradores reclamaram da demora no repasse financeiro feito pelo Governo do Estado da Paraíba e pela prefeitura da cidade.

Em 2019, o atual governador da Paraíba (João Azevêdo) anunciou o novo Programa Paraíba Rural Sustentável também sob coordenação do Projeto Cooperar e em parceria com o BIRD. O programa objetiva fornecer capacitação, gerar segurança hídrica (com a perfuração de poços e implantação de cisternas), promover a sustentabilidade da caatinga (por meio da construção de barragens e recomposição de mata ciliar), criar alianças produtivas e estrutura logística para as cadeias produtivas do estado. Essa

renovação do Projeto e obtenção de novos recursos junto ao Banco Mundial demonstram tanto a relevância do projeto quanto o interesse do governo do estado acerca da área internacional.

De forma geral, os entrevistados demonstram que os projetos firmados possuem fragilidades, as quais esboçam algumas limitações domésticas do estado do Paraíba, decorrentes da sua condição de estado periférico. Mas há a percepção de que são ações importantes para o estado, que trazem recursos, capacitação e transformam a realidade local.

5. Considerações finais

O estudo de caso do estado da Paraíba (Brasil) permite problematizar a atuação internacional dos governos periféricos e qualificar melhor o problema da assimetria nas pesquisas sobre paradiplomacia. Há o entendimento de que as condições objetivas (ou materiais) locais resultam em capacidades distintas de atuação internacional, ocasionando limitações ou retrações na paradiplomacia de governos periféricos. Nesse sentido, os territórios com melhores níveis de desenvolvimento teriam melhores condições institucionais, de infraestrutura, de recursos humanos e estariam mais preparados para desenvolverem suas atividades paradiplomáticas. Por outro lado, as localidades em piores condições de desenvolvimento não teriam esses mesmos recursos, o que impactaria a intensidade da sua atuação internacional.

De fato, como observado no caso brasileiro, as condições locais evidenciaram problemas importantes e capacidades bastante díspares, atreladas aos níveis de desenvolvimento de cada região. A realidade das regiões periféricas brasileiras dificulta o exercício da paradiplomacia e pode limitar a diversificação e inserção internacional. Todavia, é preciso destacar que isso não tem impedido a motivação desses governos subnacionais periféricos, que mesmo assim buscam parcerias internacionais com o objetivo de promover o desenvolvimento, o bem-estar e a modernização dos seus territórios. A motivação para fazer relações internacionais, seja dos governos de territórios desenvolvidos ou de territórios periféricos, é a mesma: desenvolvimento econômico. Por isso que foram encontrados diversos projetos e ações de cooperação internacional no estado da Paraíba, no período entre 2015 e 2016, voltados para essa área.

Um fator importante nesse processo de internacionalização, talvez mais importante do que a condição de governo subnacional periférico, é a decisão das lideranças políticas e a sua percepção sobre as vantagens ou desvantagens de desenvolver

ações internacionais. A consideração do líder político pode impactar mais os rumos da paradiplomacia do que o seu PIB. No Brasil, a paradiplomacia não tem se apresentado de maneira homogênea e, apesar de não ter sido normatizada, cada governo subnacional pode definir suas atividades internacionais de acordo com as suas competências. Assim, o líder político é determinante e possui autonomia. No caso do estado da Paraíba, o governador e os gestores dos projetos eram pessoas conscientes da relevância das relações internacionais e foram responsáveis pelo avanço da paradiplomacia no estado.

Quando analisamos especificamente o estado da Paraíba, percebemos ainda que a ausência do Governo Federal também teve um impacto importante na paradiplomacia do estado, na medida que não há amparo e o governo precisa assumir todas as responsabilidades financeiras e de logística. O *know how* do Ministério das Relações Exteriores também poderia auxiliar o governo, particularmente nas questões mais técnicas atreladas aos organismos internacionais.

Em síntese, há particularidades referentes à paradiplomacia dos governos periféricos que precisam ser consideradas para melhor avaliar qual é a real capacidade de atuação internacional desses governos e de que forma isso limita suas atividades. No caso do estado da Paraíba, percebe-se que o governo do estado desenvolve atividades paradiplomáticas mesmo com as dificuldades apresentadas e isso evidencia um *modus operandi* diferenciado, porém persistente. Essa seria a real condição da paradiplomacia periférica: forma de atuar, interesses e/ou capacidades distintas dos governos subnacionais mais desenvolvidos, mas não a sua inação

Referências

Batista, Leandra Myrela Pereira. (2019). *A paradiplomacia estadual da Paraíba: características do ambiente paradiplomático periférico em construção*. (Monografia de final de curso), UFPB, João Pessoa, Brasil.

Blatter, Joachim; Kreutzer, Matthias; Rentl, Michaela & Thiele, Jan. (2010). Preconditions for foreign activities of european regions: tracing causal configurations of economic, cultural and political strategies. *Publius*, 40 (1), 171-199.

Brigagão, Clóvis. (2005). *Relações Internacionais Federativas no Brasil: Estados e Municípios*. Rio de Janeiro: Gramma.

Bueno, Ironildes. (2010). *Paradiplomacia contemporânea: trajetórias e tendências da atuação internacional dos governos estaduais do Brasil e EUA*. (Tese de doutorado em Relações Internacionais), IREL/UNB, Brasília, Brasil.

Burnett, Jennifer. (2015). Beyond borders: State International Trade Offices. *Capitol Ideas – The Council of State Governments*, November/December, 30-31. Disponível em: https://issuu.com/csg.publications/docs/ci_nov_dec_2015_website. Acessado em 05/02/2024.

FNP. (2024). *Site da Frente Nacional de Prefeitos*. Cooperação internacional descentralizada. Disponível em: Portal FNP - Cooperação Internacional Descentralizada. <https://www.fnp.org.br/internacional/cooperacao-internacional-descentralizada>. Acesso em 05/02/2024.

Fonseca, Marcela Garcia. (2013). *Os entes federativos brasileiros frente ao direito internacional*. (Tese de doutorado em Relações Internacionais), IRI/USP, São Paulo, Brasil.

Froio, Liliana Ramalho. (2015a). *A paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação internacional dos estados brasileiros*. (Tese de doutorado em Ciência Política) UFPE, Recife, Brasil.

Froio, Liliana Ramalho. (2015b). A cooperação internacional e o Nordeste brasileiro. *Observatório Brasil e o Sul*. Disponível em: <https://obs.org.br/cooperacao/836-a-cooperacao-internacional-e-o-nordeste-brasileiro>. Acessado em 18/04/2023.

Froio, Liliana Ramalho & Medeiros, Marcelo de Almeida. (2020). Analysing the Asymmetry in decentralised international co-operation: the case of Brazil/Europe sub-national relations. *Contexto Internacional*, v. 42, p. 303-325.

Gomes Filho, Francisco. (2011). *A paradiplomacia subnacional no Brasil: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia*. (Tese de doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional), IREL/UNB, Brasília, Brasil.

Froio & Batista. *Paradiplomacia periférica e os governos subnacionais brasileiros: o caso do estado da Paraíba*

IPEA. (2015). *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. Brasília: IPEA. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acessado em 18/04/2023.

IPEA, PNUD & FJP. (2019). *Radar IDHM: evolução do IDHM e de seus índices no período de 2012 a 2017*. Brasília: IPEA; PNUD; FJP. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9150/1/Radar%20IDHM_evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20IDHM%20e%20de%20seus%20%C3%ADndices%20componentes%20no%20per%C3%ADodo.pdf Acessado em 18/04/2023.

Keating, Michael. (2004). Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estratégias. In: Tullo Vigevani, Luiz Eduardo W. Wanderley, Maria Inês Barreto & Marcelo Passini Mariano. *A dimensão subnacional e as relações internacionais* (pp.49-75). São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Bauru: EDUSC.

Keating, Michael. (1999). Regional and international affairs: motives, opportunities and strategies. In: Francisco Aldecoa & Michael Keating. *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments* (pp 1-16). Londres: Frank Cass Publishers.

Kugelmas, Eduardo & Branco, Marcello Simão. (2005). Os governos subnacionais e a nova realidade do federalismo. In: Tullo Vigevani & Luiz Eduardo W. Wanderley. (Orgs). *Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul* (pp. 161-188). São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; FAPESP.

Kuznetsov, Alexander. (2014). *Theory and practice of paradiplomacy: subnational governments in international affairs*. Abingdon: Routledge.

Lecours, André. (2008). Political issues of paradiplomacy: lessons from the developed world. In: Virginie Duthoit & Ellen Huijgh. (Eds.). *Discussion papers in diplomacy* (pp. 1-22). Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'. Disponível em <<http://www.kamudiplomasisi.org/pdf/kitaplar/paradiplomacylessonsfromthe.pdf>>. Acessado em 05/09/2020.

Lessa, José Vicente da Silva. (2007). *Paradiplomacia no Brasil e no Mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais*. Viçosa: Ed. UFV.

Maia, José Nelson Bessa. (2012). *A paradiplomacia financeira dos estados brasileiros: evolução, fatores determinantes, impactos e perspectivas*. 599f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - IREL/UNB, Brasília.

Matsumoto, Carlos Eduardo Higa. (2011). *Os determinantes locais da paradiplomacia: o caso dos municípios brasileiros*. (Dissertação de mestrado em Relações Internacionais), IREL/UNB, Brasília, Brasil.

Rodrigues, Gilberto Marcos Antônio. (2004). *Política Externa Federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios brasileiros*. (Tese de doutorado em Ciência Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Froio & Batista. *Paradiplomacia periférica e os governos subnacionais brasileiros: o caso do estado da Paraíba*

Soldatos, Panayotis. (1990). An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors. In: Hans Michelmann & Panayotis Soldatos, *Federalism and international relations: the role of subnational units* (pp. 34-53). New York: Oxford University.

Tavares, Rodrigo. (2016). *Paradiplomacy: cities and states as global players*. Cambridge: Oxford University Press.

Vigevani, Tullo. (2006). Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (62) outubro, 127-139.

Vigevani, Tullo & Prado, Débora Figueiredo (2009). Ações e problemas da paradiplomacia no Brasil. In: José Blanes Sala & Ana Lúcia Gasparoto. (Orgs.). *Relações internacionais: polaridades e novos/velhos temas* (pp. 25-54). Marília: Unesp – Oficina Universitária.

Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020

Care for people with disabilities in institutional care services in Brazil: analysis based on Censo SUAS, 2020

Jéssica de Souza Lopes¹ 
Éverton Luís Pereira² 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.66770]

Recebido em: 25/05/2023
Aprovado em: 20/05/2024

Resumo: O objetivo é analisar a oferta de serviços de acolhimento para pessoas com deficiência (PCDs) no Brasil, através do mapeamento geográfico e classificação sobre tipo de gestão. Trata-se de estudo transversal descritivo, a partir dos dados Censo SUAS 2020. Obteve-se o total de 4.852 instituições na modalidade Abrigo, 823 na modalidade Casa-Lar, totalizando 5.675 instituições. 38% são governamentais, e do restante não governamental, 54% possuem algum convênio. Destas 4.131 instituições, 72,79% afirmam ter PCDs acolhidas além do público-alvo. Há 335 instituições exclusivas para PCDs, separadas em 312 (adultos) e 23 (crianças/adolescentes). Concluiu-se que a oferta do acolhimento institucional no Brasil está disposta desigualmente. Portanto, faz-se necessário construir e fortalecer a intersetorialidade entre SUAS e SUS. Os resultados demonstram que a maioria de instituições não governamentais estão à margem das capitais. Há muitas PCDs acolhidas em grande parte desses serviços no país, por um lado se consente um convívio que pode ser produtivo, entretanto, é necessária atenção para a demanda de acessibilidade. Ressalta-se a importância da desinstitucionalização, para restabelecer a autonomia e inclusão social das PCDs, assim, repercutirá na ampliação da proteção social e oferta, com impacto direto qualidade de vida dos sujeitos.

Palavras-chave: cuidado; pessoas com deficiência; acolhimento institucional; assistência social; saúde coletiva.

¹ Universidade de Brasília (UnB)– E-mail: jessicalopes.scunb@gmail.com.

² Universidade de Brasília (UnB)– E-mail: evertonpereira@unb.br.

Abstract: The objective is to analyze the provision of institutional care services for people with disabilities (PWDs) in Brazil, through geographic mapping and classification about type of management. This is a descriptive cross-sectional study, based on the 2020 SUAS Census data. A total of 4,852 institutions were obtained in the Shelter modality, 823 in the Casa-Lar modality, totaling 5,675 institutions. 38% are governmental, and of the remainder non-governmental, 54% have some agreement. Of these 4,131 institutions, 72.79% claim to have PWDs in addition to the target audience. There are 335 institutions exclusively for PWDs, separated into 312 (adults) and 23 (children/adolescents). It was concluded that the provision of institutional care services in Brazil is unevenly distributed. Therefore, it is necessary to build and strengthen the intersectorality of SUAS and SUS. The results demonstrate that the most of non-governmental institutions are outside the capitals. There are many PWDs welcomed in most of these services in the country. On the one hand, it allows for a coexistence that can be productive, however, attention is needed to the demand for accessibility. The importance of deinstitutionalization is highlighted, to reestablish the autonomy and social inclusion of PWDs, thus, it will have an impact on the expansion of social protection and provision, with a direct impact on the quality of life of the subjects.

Keywords: care; people with disabilities; institutional care; social support; public health.

1. Introdução

As trajetórias das pessoas com deficiência (PCDs) são marcadas por histórias de exclusão, abandono e desproteção. Do convívio social aos processos educativos, do acesso às cidades e edifícios ao desfrute da arte e da cultura, as PCDs foram distanciadas da vida social ao longo do desenvolvimento das sociedades. Muitos fatores contribuem para a opressão e discriminação das PCDs e para a sua exclusão das principais decisões que afetam a qualidade de suas vidas (BARTON, 2005).

Este artigo tem o objetivo de analisar a distribuição dos serviços de acolhimento que contam com PCDs entre seus acolhidos no Brasil, refletindo sobre os vazios assistenciais, as formas de gestão e o perfil da oferta, a partir do Censo SUAS 2020. Com isso, traça um panorama sobre como essa oferta no território ainda está aquém do esperado, além de ainda necessitar de uma série de revisões para concretizar o proposto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) (BRASIL, 2009b)

De acordo com o Censo de 2010, realizado pelo IBGE, o Brasil possui 46 milhões de pessoas com deficiência, o que representa 24% da população. O número de PCDs em relação ao Censo anterior aumentou, devido a mudanças no modo de contagem/nomeação dessa população. Este número tem implicações diretas no modo como a sociedade deve se organizar para tratar a deficiência com mais justiça e igualdade (SANTOS, 2008).

Por um lado, é possível visualizar um conjunto de evidências que demonstram como a exclusão pode ser verificada com base nas diversas barreiras vivenciadas por essa população. As barreiras dificultam ou impedem a vida plena das PCDs e sua real inclusão nos espaços coletivos, como a escola, o trabalho, etc. (ABBERLEY, 1987; DAVIS, 2013; BRASIL, 2009b). Para esse contingente da população, diversas pesquisas científicas foram ou estão sendo construídas, bem como políticas públicas vêm sendo implementadas com maior ou menor sucesso.

Por outro lado, existem PCDs que vivem situações ainda mais complexas de exclusão, devido a insuficiência de alternativas de proteção social. Essas pessoas, vivendo em situação de dependência, abandono, ou com vínculos familiares rompidos, muitas vezes são levadas ao acolhimento institucional durante a maior parte de suas vidas, sem perspectivas de fortalecimento da convivência familiar e limitando sua participação na sociedade (BRASIL, 2014), necessitando de olhares ainda mais detalhados, tanto em termos de pesquisas, quanto em ações de políticas públicas.

Instituições destinadas estritamente para PCDs surgiram no Brasil a partir de meados do século XIX. A forma incipiente do tratamento médico da deficiência consistia essencialmente na reclusão social e experimentação, iniciando o chamado Paradigma da Institucionalização da Deficiência. Esse paradigma consistia na retirada das PCDs de suas comunidades de origem e manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente situadas em localidades distantes de suas famílias (ARANHA, 2001).

Conforme Marques (1998), a perspectiva assistencialista reforçava o modelo adotado, da institucionalização das PCDs. A este respeito, Santos e Velanga e Barba (2017) descrevem que, a partir de 1717 foram as “Santas Casas de Misericórdia” que exerceram um papel de suma importância na educação das PCDs no Brasil, pois elas acolhiam as crianças pobres e doentes que eram abandonadas pelos familiares. Até a década de 1960, o paradigma da institucionalização serviu a segregação das PCDs sob a justificativa da necessidade de tratamento e de educação (SIERRA, 2010; FRANÇA, 2014).

No Brasil, anteriormente à década de 1970, as ações voltadas para as PCDs concentraram-se na educação e em obras caritativas e assistencialistas. São instituições que, com o intuito caridoso e da ação de acolher aqueles que, de alguma forma, não

possuíam mais possibilidades e/ou vínculos sociais, deram conta de uma população bastante excluída do cuidado pelo Estado (LANNA JUNIOR, 2010).

Entretanto, em muitas situações, a institucionalização se mostra como a única possibilidade para a família, tendo em vista a falta de recursos financeiros e materiais para o trato de seu membro com deficiência, a falta de instrução e/ou de identificação para com ele, a falta de política de cuidados etc. A institucionalização como instrumento, que tem seu papel, traz a percepção da proteção social por parte do Estado com as PCDs (MAIA, 2009).

A realidade dos serviços de acolhimento e da vida das PCDs nesses espaços tem se transformado ao longo dos anos no Brasil. Mudanças importantes nas políticas de saúde, bem como a construção da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), trouxeram novas oportunidades em termos de serviços e de organização de pontos de cuidado no SUS e no SUAS (BRASIL, 2005).

A PNAS prevê a construção e articulação de ações e serviços que visem a superação da vulnerabilidade social. Os objetivos da PNAS explicitam que são sujeitos da Política aquelas pessoas e famílias que dela necessitarem, durante o tempo que estiverem em situação de vulnerabilidade social e/ou violação de direitos (BRASIL, 2005).

Além disso, prevê na caracterização dos municípios brasileiros as metrópoles, identificadas como as cidades com mais de 900 mil habitantes, que embora numericamente sejam contadas em apenas 15 cidades, sua população total corresponde a 20% de toda população brasileira (BRASIL, 2005). É importante dar destaque a localização da instituição, pois é como se dará a integração com os demais setores, facilitando a inserção dos usuários nos demais serviços, programas e ações que integram o SUAS, e com a sua rede de relações sociais.

Na PNAS, a deficiência é um dos fatores de vulnerabilidade, porém não pelas condições físicas ou biológicas. A situação que transforma PCDs em um grupo vulnerável é o fato de terem vivenciado violência histórica e estrutural, o que os impossibilitou de um acesso pleno à cidadania e a outros direitos garantidos para o restante da população. A PNAS traz esse argumento quando coloca que essa vulnerabilidade pode ser intensificada em função da pobreza ou de outras condições sociais desfavoráveis. As PCDs são consideradas as mais pobres, com estigmas e níveis mais baixos de escolaridade da população mundial (ONU, 2011).

Os objetivos da PNAS apontam a necessidade da configuração de uma rede de serviços e ações articuladas para a prevenção e/ou superação de vulnerabilidades, inclusive para evitar a institucionalização. Essas ações e serviços articulados estão tipificados no SUAS de acordo com graus ou níveis de complexidade (CAVALCANTE; RIBEIRO, 2012).

Além da Proteção Social Básica, o SUAS possui a Proteção Social Especial (PSE), que é subdividida em dois níveis: a Média e a Alta Complexidade. A PSE trabalha com indivíduos e famílias que estão com os laços sociais rompidos e que enfrentam situações de violação de direitos. (BRASIL, 2005).

A média complexidade conta com um serviço tipificado, os Centro-dia de referência para PCDs em situação de dependência e suas famílias. Também possui uma função estratégica para evitar as situações de rompimento de vínculos e institucionalização (BRASIL, 2022c).

A Alta Complexidade trabalha em situações mais frágeis, caracterizada pelos serviços de acolhimento, nos quais estão os sujeitos que perderam seus vínculos familiares e sociais e que estão em situações extremas de vulnerabilidade, visto que a rede de apoio, muitas vezes, já não existe mais. Para as PCDs, temos caracterizadas as “Residências Inclusivas” que buscam reinserir esse público na esfera cotidiana e da produção de autonomia. Mesmo com um serviço tipificado, as PCDs estão em diferentes serviços de acolhimento institucional, como nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e outros para crianças e adolescentes (BRASIL, 2022d).

O acolhimento deve favorecer o convívio familiar e comunitário, a utilização dos demais equipamentos e serviços disponíveis na comunidade onde está localizado. Destaca-se que o acolhimento é ofertado em diferentes modalidades, como, por exemplo Abrigo Institucional e Casa-Lar. Ambos devem ser serviços provisórios, com aspecto semelhante ao de uma residência e inseridos na comunidade, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade, sem identificação de placas indicativas da natureza institucional do equipamento (BRASIL, 2009).

Debater sobre a rede de serviços no enfrentamento da questão da institucionalização é de fundamental importância, pois a integração das políticas públicas e articulação intersetorial contribui para obter melhores resultados frente a essa demanda.

É importante pensar a articulação entre diferentes políticas sociais, em especial a saúde, assistência social e a educação.

Relacionar a proteção social e os serviços de acolhimento pode nos fornecer elementos para pensar a organização e atuação intersetorial, em especial dos sistemas universais de saúde e assistência social, com o enfoque da oferta de cuidado para as PCDs. Cabe destacar que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) determina que o SUAS e o SUS deverão promover ações articuladas para garantir às PCDs e suas famílias a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com a finalidade de propiciar sua plena participação social (BRASIL,2015).

2. Metodologia

Trata-se de estudo transversal descritivo que aborda as características do acolhimento institucional para PCDs por meio da análise do Censo SUAS 2020. O ano foi escolhido por ser o último disponibilizado, estar com os dados completos e por ser marcado pela pandemia da Covid-19.

O banco de dados das informações do SUAS é produzido anualmente a partir das respostas de um questionário eletrônico pelas unidades de assistência social (BRASIL, 2020). O banco é disponibilizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social, que faz parte do Ministério da Cidadania. São dados públicos que estão dispostos para a população no site do governo federal³. A partir daí, escolheu-se a pasta Unidade de Acolhimento, e a planilha referente ao Censo Suas 2020 com dados gerais e o dicionário das variáveis.

Para responder ao objetivo deste artigo, considerou-se variáveis que fornecem as informações das regiões, estados e municípios (utilizou-se o número do IBGE), tipo de modalidade; natureza da unidade (governamental ou não); quando não governamental, se possui convênio com o poder público; se há algum acolhido com deficiência (aqui considerou >1 dentro do nº de total dos acolhidos); deficiência física/ sensorial/ intelectual e Transtorno Mental.

No Censo SUAS há oito tipos de modalidade para as instituições de acolhimento, mas nesta análise utilizou-se os dados mais expressivos, sendo Abrigo, Casa-lar e residências inclusivas.

3. Resultados

³<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snass/vigilancia/index2.php>

Como resultado do mapeamento da oferta dos serviços de acolhimento no Brasil, decidiu-se por apresentar as instituições de acolhimento em 3 categorias na 1ª tabela: 1ª Instituições de acolhimento geral (divididas em abrigo institucional e casa lar); 2ª Instituições que dentre o público acolhido declaram ter PCDs; e 3ª Instituições exclusivas para PCDs, que são as residências inclusivas (separadas em adultos e crianças/adolescentes), além de 1 mapa representando cada categoria. Na 2ª tabela, seguindo a mesma estrutura, mostra-se o tipo de gestão das instituições e quando não governamental se possui convênio ou não. Em todas as tabelas têm-se os dados totais do país, Região, Estados e capitais.

Conforme a tabela 1, na 1ª categoria de acolhimento geral, obteve-se o total de 4.852 instituições na modalidade de Abrigo, 823 na modalidade de Casa-Lar, totalizando 5.675 instituições. Os abrigos institucionais representam 84,42% do país em relação a casas-lares. A região Norte possui 4%, a região Centro-Oeste 10%, a região Nordeste 13%, a região Sul 20%; e a região Sudeste 53% do total de instituições do Brasil.

O estado que possui o menor número de instituições, que são abrigos, é o Amapá com 5, representando 2% da região, e 0,08% do país. Distrito Federal possui 32 instituições, já o estado de São Paulo possui 1.512 instituições, e destas 1.364 são da modalidade abrigos. SP representa 51% do quantitativo da região sudeste, 26% do Brasil e o estado de Minas Gerais representa 32% da região sudeste, e 17% do país. Por conta disso, o Sudeste detém o maior percentual das instituições do país.

Há 802 instituições na modalidade de abrigo (17%) e 107 casas-lares (13%) localizadas nas capitais. A capital que concentra o maior número dessas instituições é São Paulo com 239, representando 26% das capitais do país.

Tabela 01: Instituições Gerais de acolhimento nas modalidades abrigo e casa-lar, que acolhem PCD e exclusivas para PCD por região, UFs e capitais, em 2020

Capital/ UF/ Região	Instituições de Acolhimento Geral						Instituições que acolhem PCD						Instituições Exclusivas					
	Abrigo institucional		Casa-lar		Total		Abrigo institucional		Casa-lar		Total		Adultos com deficiência		Crianças/adolescente com deficiência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	20	9%	1	4%	21	8%	13	9%	1	14%	14	9%	0	0%	0	0%	0	0%
AM	26	11%	1	4%	27	1%	16	11%	0	0%	16	10%	2	67%	1	2%	3	75%
AP	5	2%	0	0%	5	2%	3	2%	0	0%	3	2%	0	0%	0	0%	0	0%
PA	92	40%	14	61%	106	4%	64	43%	3	43%	67	43%	1	33%	0	0%	1	25%
RO	43	19%	4	17%	47	1%	20	13%	1	14%	21	13%	0	0%	0	0%	0	0%
RR	20	9%	2	9%	22	9%	18	12%	2	29%	20	13%	0	0%	0	0%	0	0%
TO	26	11%	1	4%	27	1%	16	11%	0	0%	16	10%	0	0%	0	0%	0	0%

Lopes & Pereira. Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020.

Rio Branco	12	16%	0	0%	12	15%	7	13%	0	0%	7	13%	0	0%	0	0%	0	0%
Macapá	4	5%	0	0%	4	5%	3	6%	0	0%	3	6%	0	0%	0	0%	0	0%
Manaus	15	20%	1	20%	16	20%	10	19%	0	0%	10	19%	1	100%	1	25%	2	100%
Belém	15	20%	2	40%	17	22%	12	22%	0	0%	12	22%	0	0%	0	0%	0	0%
Porto Velho	8	11%	0	0%	8	10%	5	9%	0	0%	5	9%	0	0%	0	0%	0	0%
Boa Vista	17	23%	2	40%	19	24%	15	28%	0	0%	15	28%	0	0%	0	0%	0	0%
Palmas	3	4%	0	0%	3	4%	2	4%	0	0%	2	4%	0	0%	0	0%	0	0%
Capitais	74	32%	5	22%	79	31%	54	36%	0	0%	54	34%	1	33%	1	100%	2	50%
NORTE	23	91%	2	9%	25	4%	15	96%	7	4%	15	4%	3	75%	1	25%	4	1%
AL	39	6%	1	9%	50	7%	29	6%	7	10%	36	7%	1	3%	0	0%	1	2%

Lopes & Pereira. *Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020.*

BA	21 5	34%	3 6	29 %	25 1	3 4 %	17 0	35%	1 9	28 %	18 9	34%	6	15%	2	5 %	8	19%
CE	82	13%	1 4	11 %	96	1 3 %	65	13%	1 2	17 %	77	14%	8	20%	0	0 %	8	19%
MA	46	7%	1 2	10 %	58	8 %	33	7%	8	12 %	41	7%	9	23%	0	0 %	9	21%
PB	40	6%	7	6%	47	6 %	32	7%	4	6%	36	7%	2	5%	0	0 %	2	5%
PE	11 0	18%	1 5	12 %	12 5	1 7 %	83	17%	6	9%	89	16%	12	30%	1	2 %	1 3	30%
PI	21	3%	0	0%	21	3 %	15	3%	0	0%	15	3%	1	3%	0	0 %	1	2%
RN	44	7%	6	5%	50	7 %	38	8%	4	6%	42	8%	1	3%	0	0 %	1	2%
SE	27	4%	2 3	19 %	50	7 %	18	4%	9	13 %	27	5%	0	0%	0	0 %	0	0%
Maceió	19	11%	1	3%	20	1 0 %	16	11%	1	4%	17	3%	1	5%	0	0 %	1	5%
Salvador	38	22%	7	23 %	45	2 2 %	30	21%	4	17 %	34	6%	2	11%	2	6 7 %	4	18%
Fortalez a	29	17%	5	17 %	34	1 7 %	25	17%	4	17 %	29	5%	6	32%	0	0 %	6	27%

Lopes & Pereira. Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020.

São Luis	11	6%	6	20 %	17	8 %	11	8%	5	22 %	16	3%	1	5%	0	0 %	1	5%
J. Pessoa	16	9%	0	0%	16	8 %	13	9%	0	0%	13	2%	1	5%	0	0 %	1	5%
Recife	22	13%	4	13 %	26	1 3 %	17	12%	3	13 %	20	4%	6	32%	1	3 3 %	7	32%
Teresina	17	10%	0	0%	17	8 %	13	9%	0	0%	13	2%	1	5%	0	0 %	1	5%
Natal	15	9%	2	7%	17	8 %	14	10%	2	9%	16	3%	1	5%	0	0 %	1	5%
Aracaju	8	5%	5	17 %	13	6 %	5	3%	4	17 %	9	2%	0	0%	0	0 %	0	0%
Capitais	17 5	28%	3 0	24 %	20 5	2 7 %	14 4	30%	2 3	33 %	16 7	30%	19	48%	3	1 0 0 %	2 2	51%
NORDE STE	62 4	83%	1 2 4	17 %	74 8	1 3 %	48 3	88%	6 9	12 %	55 2	13%	40	93%	3	7 %	4 3	13%
DF/Bras ília	21	5%	1 1	10 %	32	6 %	16	4%	9	2%	25	7%	4	17%	1	4 %	5	21%
GO	20 1	46%	2 3	21 %	22 4	4 1 %	16 4	43%	1 3	3%	17 7	47%	6	25%	1	4 %	7	29%
MS	13 0	30%	1 7	16 %	14 7	2 7 %	85	22%	1 4	4%	99	26%	9	38%	1	4 %	1 0	42%

Lopes & Pereira. *Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020.*

MT	88	20%	5 6	52 %	14 4	2 6 %	53	14%	2 6	7%	79	21%	2	8%	0	0 %	2	8%
Goiânia	16	41%	5	38 %	21	4 0 %	13	43%	3	30 %	16	4%	1	17%	1	1 0 0 %	2	29%
Campo Grande	16	41%	2	15 %	18	3 5 %	11	37%	2	20 %	13	3%	4	67%	0	0 %	4	57%
Cuiabá	7	18%	6	46 %	13	2 5 %	6	20%	5	50 %	11	3%	1	17%	0	0 %	1	14%
Capitais	39	9%	1 3	12 %	52	1 0 %	30	9%	1 0	16 %	40	11%	6	29%	1	3 3 %	7	29%
CENTR O-OESTE	44 0	80%	1 0 7	20 %	54 7	1 0 %	31 8	84%	6 2	16 %	38 0	9%	21	88%	3	1 3 %	2 4	7%
ES	12 4	4%	2 6	10 %	15 0	5 %	88	4%	1 2	8%	10 0	4%	20	10%	0	0 %	2 0	9%
MG	88 4	30%	7 8	29 %	96 2	3 2 %	69 6	33%	4 5	30 %	74 1	33%	66	33%	6	3 8 %	7 2	34%
RJ	33 4	11%	1 5	6%	34 9	1 2 %	24 6	12%	4	3%	25 0	11%	21	10%	3	1 9 %	2 4	11%

Lopes & Pereira. *Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020.*

SP	13 64	46%	1 4 8	55 % 12	15 12	5 1 %	10 51	51%	8 7	59 %	1.1 38	51%	95	47%	3	1 9 %	9 8	46%
Vitória	16	4%	0	0%	16	4 %	11	3%	0	0%	11	3%	4	10%	0	0 %	4	9%
Belo Horizonte	87	20%	1	9%	88	2 0 %	68	20%	1	20 %	69	20%	14	33%	2	5 0 %	1 6	35%
Rio de Janeiro	93	22%	1	9%	94	2 2 %	67	20%	0	0%	67	20%	6	14%	2	5 0 %	8	17%
São Paulo	23 0	54%	9	82 %	23 9	5 5 %	18 6	56%	4	80 %	19 0	56%	18	43%	0	0 %	1 8	39%
Capitais	42 6	16%	1 1	4%	43 7	1 5 %	33 2	16%	5	3%	33 7	15%	42	21%	4	2 5 %	4 6	21%
SUDESTE	27 06	91%	2 6 7	9%	29 73	5 2 %	20 81	93%	1 4 8	7%	2.2 29	54%	20 2	100 %	16	7 5 %	2 1 4	64%
PR	34 1	40%	1 7 5	58 %	51 6	4 5 %	26 0	32%	7 1	9%	33 1	41%	24	52%	1	2 %	2 5	50%
RS	33 4	39%	1 0 4	34 %	43 8	3 8 %	26 4	32%	8 4	10 %	34 8	43%	14	30%	3	6 %	1 7	34%

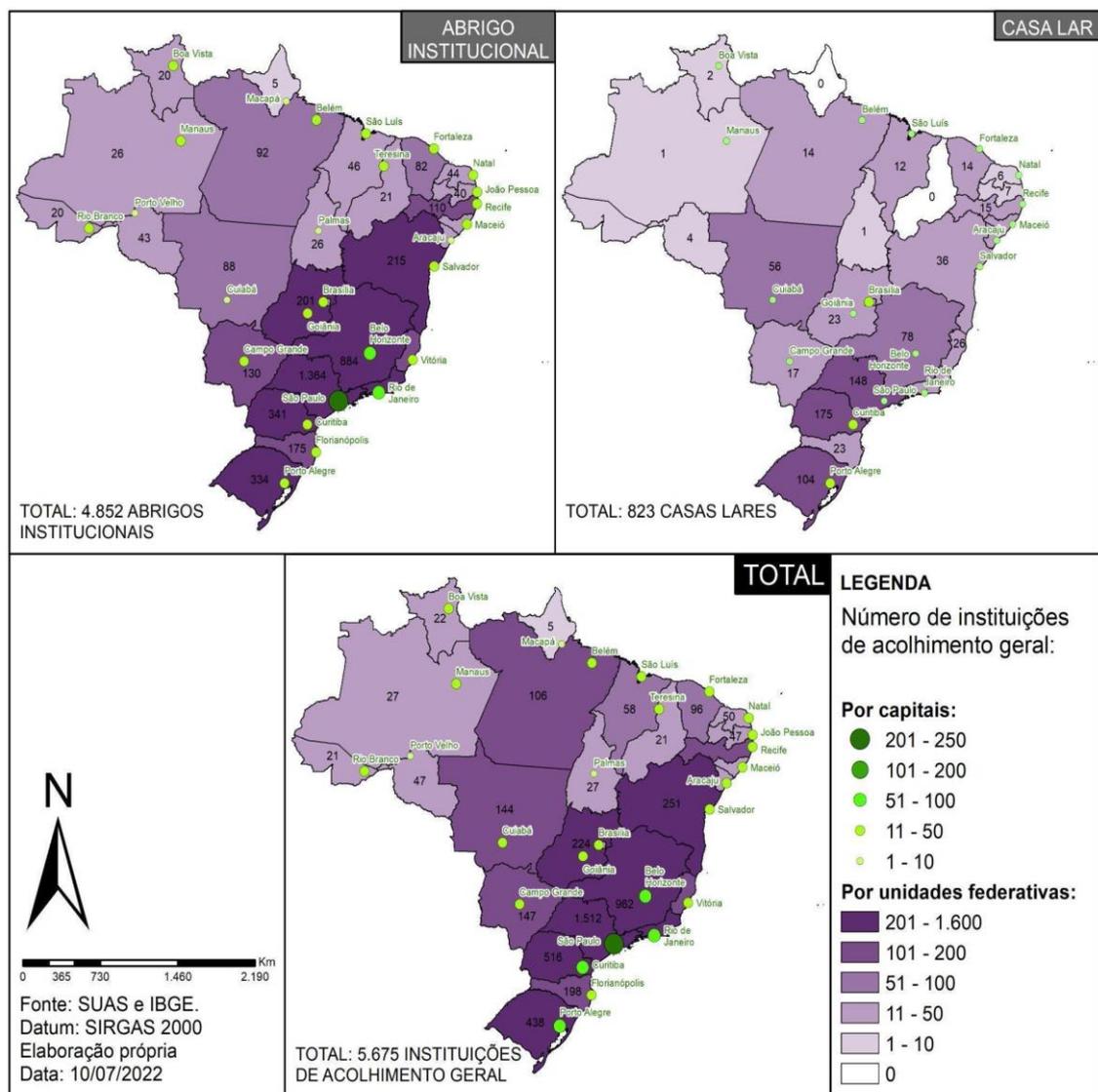
Lopes & Pereira. Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020.

SC	17 5	21%	2 3	8% 8	19 8	1 7 %	12 3	15%	1 1	1% 1	13 4	16%	8	17%	0	0 %	8	16%
Curitiba	38	43%	1 8	38 %	56	4 1 %	32	44%	2	8%	34	35%	3	75%	1	2 5 %	4	50%
Porto Alegre	33	38%	3 0	63 %	63	4 6 %	29	40%	2 2	92 %	51	53%	1	25%	3	7 5 %	4	50%
Florianópolis	17	19%	0	0%	17	1 3 %	12	16%	0	0%	12	12%	0	0%		0 %	0	0%
Capitais	88	10%	4 8	16 %	13 6	1 2 %	73	11%	2 4	14 %	97	12%	4	9%	4	1 0 0 %	8	16%
SUL	85 0	100 %	3 0 2	100 %	11 52	2 0 %	64 7	80%	1 6 6	20 %	81 3	20%	46	92%	4	8 %	5 0	15%
Total Capitais	80 2	17%	1 0 7	13 %	90 9	1 6 %	63 3	17%	6 2	14 %	69 5	17%	72	23%	13	5 7 %	8 5	25%
BRASIL	48 52	85%	8 2 3	15 %	56 75	1 0 0 %	36 79	89%	4 5 2	11 %	41 31	100%	31 2	93%	23	7 %	3 3 5	100 %

Fonte de dados: Elaboração própria a partir do Censo SUAS 2020, 2022.

Como visualiza-se na Figura 1, os mapas nº 1, 2 e 3 possuem faixas de cores fortes e fracas e diferentes entre si, e a Região Sudeste é representada sempre com a cor mais forte em cada mapa. Quanto mais forte a cor, maior é o número de instituições no estado.

Figura 01: Mapas nº 1, 2 e 3 das instituições de acolhimento geral (abrigo e casa-lares), no Brasil, a partir do Censo SUAS 2020



Fonte de dados: Elaboração própria a partir do Censo Suas 2020 (2022).

A capital São Paulo abriga de 201 a 250 abrigos, demonstrando uma discrepância com as outras capitais, que em grande parte mantêm-se em 51 a 100 abrigos, e apenas Porto Velho, Macapá, Palmas, Cuiabá e Aracajú estão com número de 1 a 10 instituições. Em relação às Casas Lares, é notório que os números em todos os estados são bem

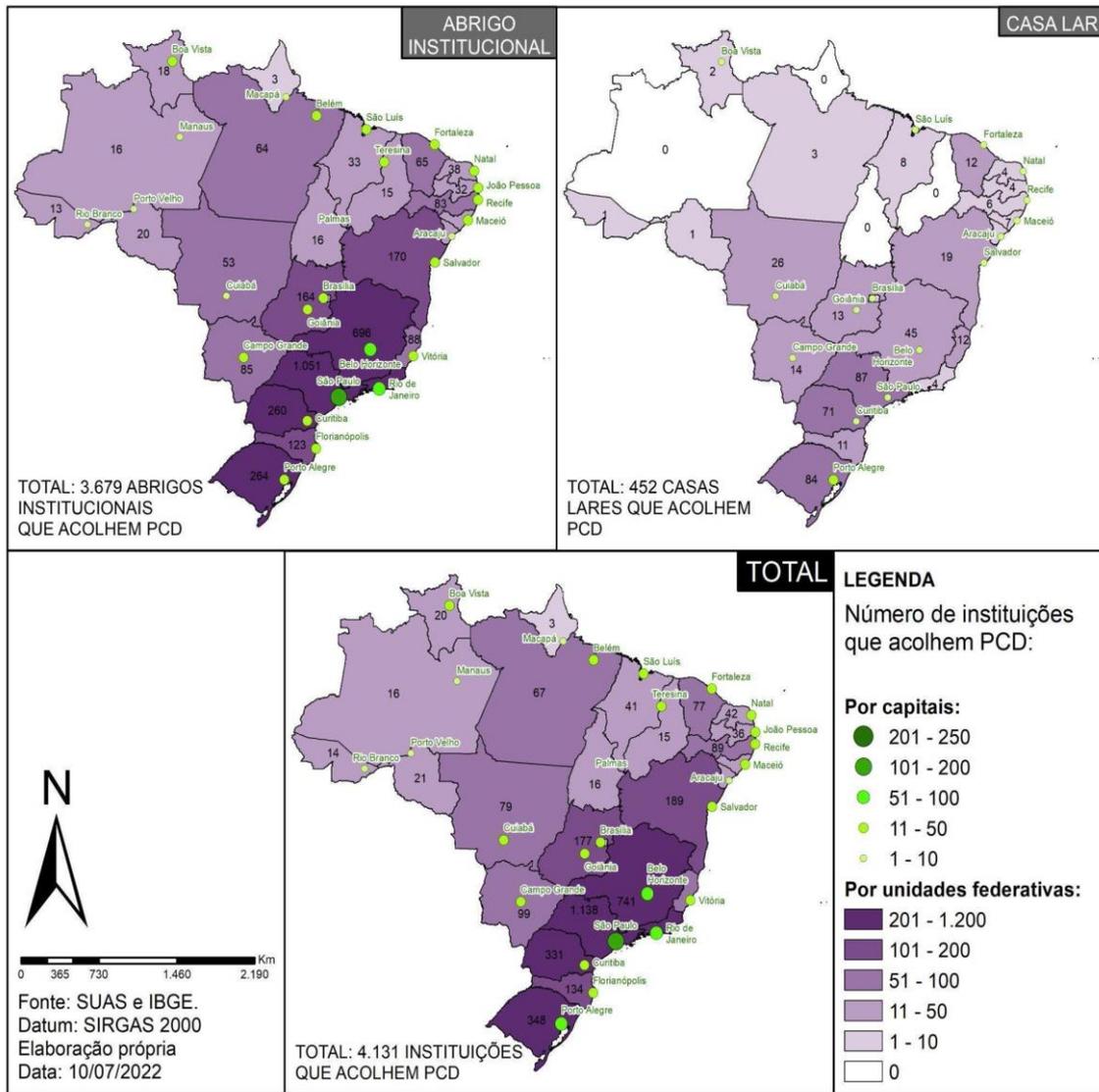
Lopes & Pereira. *Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020.*

menores em comparação com os abrigos. Os estados do Amapá e Piauí não possuem Casa-Lar, e os estados de Amazonas, Acre e Tocantins, apenas 1.

No mapa nº 2, verifica-se que o estado que possui o maior número de Casa-Lar é o Paraná com 175. As capitais Brasília, Curitiba e Porto Alegre estão com 51 a 100 Casas Lares. Apesar dos estados do Acre (1), Rondônia (4), Tocantins (1), Espírito Santo (26) e Santa Catarina (23) apresentarem os quantitativos de Casas Lares, nota-se que nenhuma está localizada em suas capitais, Rio Branco, Porto Velho, Palmas, Vitória e Florianópolis, respectivamente.

Essa análise nos mostra que a grande maioria das instituições, exceto São Paulo, não estão localizadas nas capitais e suas regiões metropolitanas, área em que muitos municípios se interligam física, política, cultural e economicamente (PERES et al., 2018).

Figura 02: Mapas nº 4, 5 e 6 das instituições de acolhimento (abrigos e casa-lares), que acolhem Pessoas com Deficiência dentro do seu público específico, no Brasil, a partir do Censo SUAS 2020

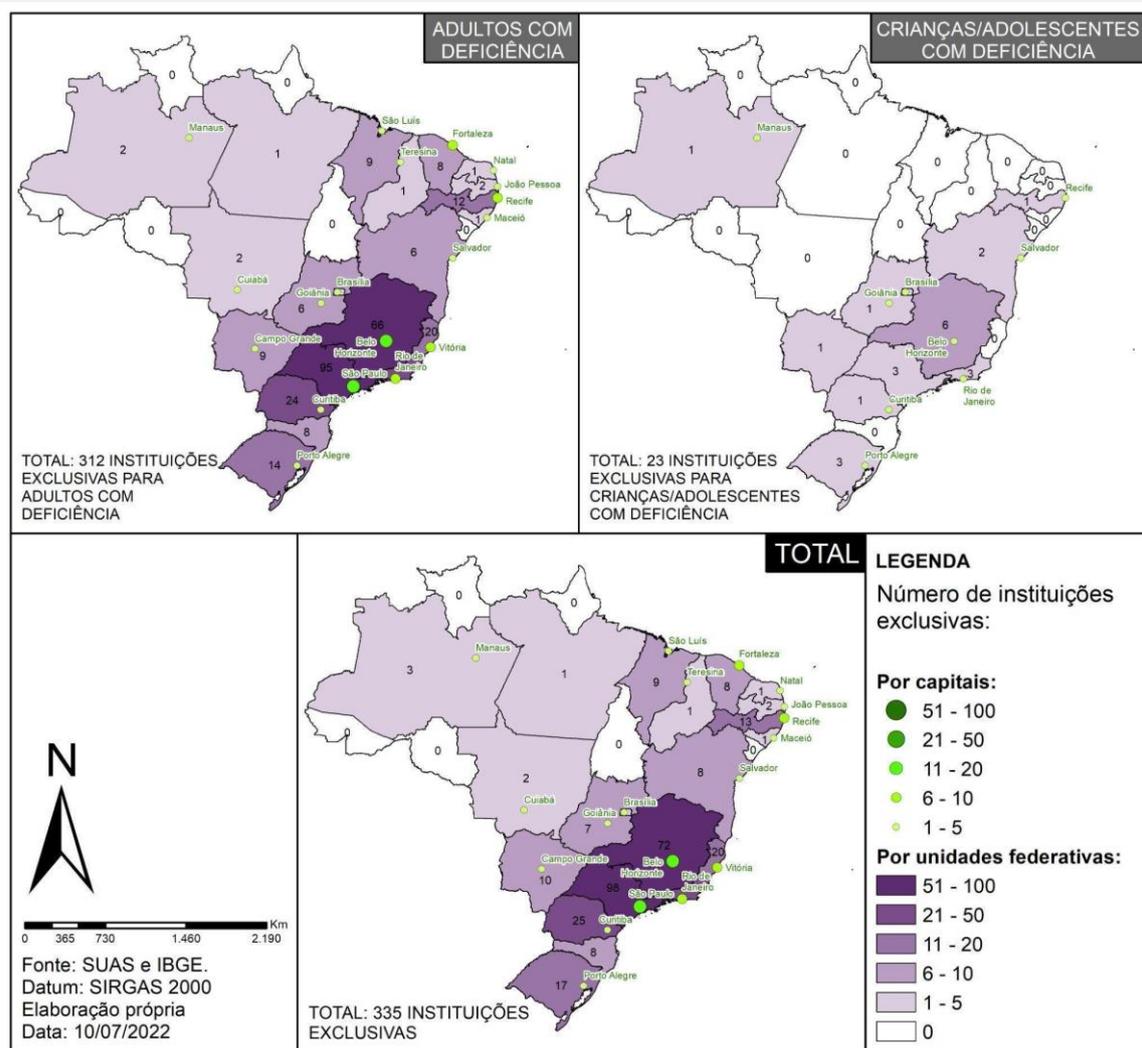


Fonte de dados: Elaboração própria a partir do Censo Suas 2020, 2022.

A diferença do número de abrigos institucionais que acolhem PCD também em relação às casas-lares é expressivo, e as cores se mostram bem mais claras nas casas-lares. Os estados Amazonas, Amapá, Piauí e Tocantins não possuem casas-lares com PCD acolhidos.

Em relação às capitais, São Paulo se destaca com 101 a 200 instituições localizadas na capital. Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre com 51 a 100. Macapá, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco e Aracaju com 1 a 10 instituições, e as demais com 11 a 50.

Figura 03: Mapas nº 6, 7 e 8 das instituições de acolhimento exclusivas para Pessoas com Deficiência, no Brasil, a partir do Censo SUAS 2020



Fonte de dados Elaboração própria a partir do Censo Suas 2020 (2022)

Conforme o mapa nº 7, em relação às instituições exclusivas para adultos com deficiência, o estado de SP e MG possuem a cor mais forte do mapa, seguidos pelo estado do Paraná. No mapa nº 8, em relação às instituições exclusivas para crianças/adolescentes com deficiência, MG possui 6 instituições, o maior número do país, e 16 estados não possuem instituições exclusivas para esse público.

Em relação às capitais, São Paulo e Belo Horizonte se destacam com 11 a 20 instituições localizadas na capital. Rio de Janeiro, Vitória, Fortaleza e Recife, de 6 a 10. As demais com 1 a 5 instituições localizadas na capital, exceto Belém e Florianópolis que não possuem nenhuma instituição exclusiva.

3.1. Tipo de gestão desses serviços de acolhimento no Brasil

Em relação ao tipo de gestão, do total das 5.675 instituições de acolhimento do país, 38% são governamentais, e do restante não governamental, 54% possuem algum tipo de convênio, sendo com a própria prefeitura municipal, com outros municípios, ou estadual. 8% não possuem nenhum tipo de convênio. Na região Norte (83%); Nordeste (52%) e Centro Oeste (50%) predomina a gestão governamental. Nas regiões Sudeste (65%) e Sul (44%) são as não governamentais, sendo que 71% e 69%, respectivamente, possuem algum tipo de convênio.

Sobre as 4.131 instituições que acolhem PCD além do seu público específico, 30% são governamentais e 60% não são governamentais e possuem convênio. 81% da região Norte e 45% da Nordeste 45% são governamentais. 71% na região Sudeste, 59% na Sul e 51% na Centro-Oeste não são governamentais, mas são conveniadas.

Das 335 instituições exclusivas, 70% não são governamentais e possuem convênio. Na região Norte e Nordeste, 50% e 72%, respectivamente, são governamentais. Nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, 75%, 79% e 70% são não governamentais, mas conveniadas. MS possui 50%, PR 54% e PE 39% das instituições exclusivamente governamentais. Os estados com mais instituições exclusivamente governamentais (mas conveniadas), são SP e MG, com 50% e 36% respectivamente. Em relação às capitais, 26% são governamentais e 47% não são governamentais, e destas 26% são conveniadas.

4. Discussão

Os dados apresentados demonstram como os serviços de acolhimento institucional no Brasil estão distribuídos de forma desigual no território. Sabe-se que a oferta de serviços pode auxiliar no acesso e, conseqüentemente, ampliar a qualidade de vida e a garantia dos direitos (TRAVASSOS & MARTINS, 2004; STOPA et.al, 2017).

Em se tratando de serviços para PCDs, esta questão é ainda mais salutar. A baixa oferta de serviços (DE CASTRO, et al., 2021), a falta de acessibilidade (CLEMENTE, et al., 2022), a ausência do Estado (DOS SANTOS & WIESE, 2021), a invisibilidade sistemática vivida por essas pessoas (PEREIRA, et al., 2021) fazem com que as PCDs vivam ainda mais à margem. O que a realidade da oferta de acolhimento mostra reafirma o vivido por PCDs em outras esferas.

A concentração no Sudeste segue uma lógica de outros serviços, bem como pode ser compreendida pela densidade populacional. Isso mostra uma desigualdade regional que precisa ser enfrentada, especialmente para consolidar os princípios do SUAS e do

SUS. A ausência desses serviços obriga, muitas vezes, que as pessoas sejam acolhidas em outros municípios, o que dificulta a reinserção social. Em casos ainda mais extremos, faz com que as famílias que não podem ou não conseguem estar com seus familiares com deficiência precisem assumir completamente o cuidado, podendo causar violências (MELLO, et al., 2020).

Pode-se perceber que a maior parte dos serviços estão nas metrópoles ou áreas metropolitanas. Isso não significa que os serviços de acolhimento não sejam necessários em outros territórios. É preciso refletir sobre a necessidade de garantir serviços de qualidade para as PCDs e suas famílias em seus territórios (BRASIL, 2005), como preconizado pela PNAS, possibilitando um cuidado integral e em diálogo com as redes sociais do sujeito.

A desinstitucionalização é uma forma de criar meios terapêuticos funcionais para o ser humano e para o incentivo de relações autênticas e espontâneas, desmontando os meios que servem ao propósito da naturalização das desigualdades e da banalização da violência (CASTEL, 1987). Desinstitucionalização implica questionar nossas instituições, nossas práticas, nossos papéis e nossos engessamentos sociais e não deve ser confundida com a ação, mais simples, de ‘Desospitalização’.

Essa distinção é importante, prevenindo uma visão estreita que pode contribuir para que as novas modalidades de atendimento, no atual contexto político marcadamente neoliberal – caracterizado por tentativas estratégicas de despolitizar e desprestigiar as questões sociais em nível de Estado –, não se transformem em uma mera externalização da lógica manicomial/institucional, onde os indivíduos são privados de participar ativamente nas decisões que mais afetam suas vidas, inclusive na condução do seu tratamento (OLIVEIRA et al., 2011).

Destaca-se que a desinstitucionalização está presente no contexto de luta organizada das PCDs e de ressignificação da deficiência, na medida em que também possibilitou (e ainda permite) avançar nas discussões sobre: a participação social, cidadania, reabilitação, reinserção social e construção de projetos de vida do segmento (HIRDES, 2009).

Os próprios parâmetros da institucionalização geram a impossibilidade de produção e inserção social, que acaba por promover distâncias entre esses sujeitos e o restante da sociedade (MARQUES, 1998). No âmbito da saúde esse processo das pessoas que viveram por longos períodos em instituições é consequência do início da Reforma

Psiquiátrica Brasileira, que é baseada pela avaliação das condições dos hospitais psiquiátricos no Brasil, com a instituição do Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares (PNASH) – Psiquiatria. Outras medidas foram a indicação do fechamento de instituições asilares, a criação de serviços substitutivos ao manicômio – como os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) e serviços de atenção psicossocial – como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A desinstitucionalização é uma questão central da lei nº 10.216/2001, uma vez que prevê a criação de estratégias de alta programada para usuários internados por longos períodos (BRASIL, 2001).

A construção de serviços de acolhimento para PCDs com base e inserção comunitária e com o propósito de possibilitar maior autonomia para as pessoas com deficiência tem assumido a pauta internacional. Países europeus têm investido em diferentes estratégias para a desinstitucionalização, iniciando o processo com a proposta de serviços humanizados e com o objetivo da inclusão plena e a vida independente (EUROPEAN UNION, 2018). Entretanto, uma pesquisa realizada pela European Network on Independent Living sobre a situação da vida independente e do acolhimento demonstrou que 72% dos países pesquisados ainda estão com suas estruturas inadequadas para contemplar o proposto na CDPD (EUROPEAN NETWORK ON INDEPENDENT LIVING, 2022)

É possível perceber que PCDs estão acolhidas em instituições diversas (a maior parte dos serviços conta com pelo menos uma entre seus acolhidos). Por um lado, a literatura demonstra a importância da inclusão em todas as esferas da vida, evitando a segregação e o uso de serviços exclusivos (PAIVA & BENDASSOLLI, 2017). Porém, cabe destacar que também é evidente a ausência de acessibilidade na maior parte dos serviços (CASTRO, et al., 2011), além das barreiras atitudinais que esses sujeitos enfrentam em suas vidas cotidianas (RIBEIRO & GOMES, 2017).

Os dados apresentados mostram que existem no país 335 instituições exclusivas para PCDs. A distribuição dessa oferta é desigual nas regiões do país e demonstra uma baixa proporção de pensarmos em termos de demanda acumulada, especialmente se pensarmos que, muitas vezes, crianças e adolescentes com deficiência acolhidas “precisam” ser transferidos para outros serviços quando completam a maioria (BERNARDI, 2020). A qualidade dos serviços prestados também é influenciada pela baixa oferta, uma vez que as instituições excedem seus limites de

acolhidos, além de sempre existir filas de espera para acolhimento no país (BASTILHA, 2020; LICIO, et al., 2021; DOS SANTOS, GUEDES, PEIXOTO, 2024)

É importante refletir sobre a necessidade de o Estado e a sociedade civil repensarem as estratégias dispensadas para PCDs que necessitam de acolhimento. O modelo institucional, mesmo com as propostas de inclusão comunitária, ainda carece de novas medidas, principalmente para contemplar as autonomias e os desejos individuais. A desinstitucionalização precisa ser pensada em seus termos mais amplos para possibilitar vidas independentes às PCDs, garantindo os apoios e os cuidados necessários. Mas é preciso avançar na construção de modelos mais individualizados, que garantam a escolha dos sujeitos, com a presença do Estado quando e com os suportes necessários.

A maior parte dos serviços de acolhimento analisados são conveniados, não de execução própria ou governamental. Quando a gestão é de responsabilidade pública, é possível que seja direta ou indireta, a partir do poder público municipal ou estadual. Quando é privada, costuma ser gerenciada através de ONGs, porém não deixam de ser públicas, uma vez que ofertam serviços de responsabilidade da política pública de assistência social e estão sob fiscalização do poder público. Além disso, as instituições geralmente possuem convênios com o poder público, recebendo recursos financeiros para a manutenção ou implementação de ações específicas de cada abrigo (VIEIRA, 2019).

Duas questões podem auxiliar na compreensão desses dados: o primeiro, de que a filantropia marcou a trajetória das ações públicas para PCDs no Brasil (PEREIRA & SARAIVA, 2017). O Estado assume a responsabilidade para com esse público tardiamente e, aos poucos, vem incorporando entre suas preocupações a ampliação de políticas públicas para PCDs. O segundo diz respeito ao caráter caritativo que a assistência social assumiu historicamente no país (BRASIL, 2004). A PNAS e a consolidação do SUAS emergem como formas de romper com essa lógica, porém, os modelos consolidados há anos ainda vigoram em quase todo o território nacional.

Além disso, as PCDs parecem apresentar histórico de maior tempo de institucionalização. De acordo com o relatório da Human Rights Watch (2018), mais de 60% das crianças com deficiência viviam nas instituições há mais de seis anos, em comparação com 5,7% das crianças sem deficiência. Para adultos com deficiência, quase 62% estão em instituições há mais de seis anos.

Destaca-se a relação entre o SUS e o SUAS, onde a ação de acolher e institucionalizar uma pessoa, é pautada pelo conceito de cidadania – o usuário é, antes de

tudo, um cidadão. E é justamente a partir dessa perspectiva que os campos da saúde e da assistência social se entrelaçam, e nesse caso dos serviços de acolhimento, sempre será necessário o trabalho conjunto de ambos os sistemas, pois as PCDs, devido às dificuldades que enfrentam, necessitam de ambos os cuidados da saúde e da proteção básica devido a exclusão e abandono (SALATIEL & LISE, 2019).

5. Considerações finais

Os dados apresentados demonstram como os serviços de acolhimento no Brasil estão distribuídos de forma desigual no território, principalmente para a região Norte e Nordeste. Sabe-se que a oferta de serviços pode auxiliar no acesso e, conseqüentemente, ampliar a qualidade de vida e a garantia dos direitos. Além disso, são executados em sua maioria por organizações do terceiro setor com convênios com o Estado.

Destaca-se ainda que há PCDs acolhidas em grande parte dos serviços de acolhimento no país. Ao mesmo tempo que permite um convívio que pode ser produtivo, é preciso atentar-se para a necessidade de ampla oferta e acessibilidade nesses espaços.

Ressalta-se a importância da desinstitucionalização, para reafirmar a autonomia e a inclusão social das PCDs, pois são as pessoas que apresentam histórico de maior tempo de institucionalização. A desinstitucionalização pode trazer maior qualidade de vida e novas oportunidades de vínculos afetivos, ainda que os laços em família tenham se rompido.

As limitações deste estudo ocorreram pelo fato do formulário do Censo SUAS ser por vezes incompleto e de autopreenchimento pelo profissional ou gestor, o que pode influenciar na qualidade dos dados. Além disso, poucas são as informações sobre PCDs no formulário. Assim, seria importante incluir mais questões específicas, como por exemplo, idade, raça, sexo e quantitativo dos acolhidos PCD por instituição, além de separar por campo único os tipos de deficiência, já que o Censo SUAS considera as deficiências física, sensorial e intelectual como um campo único, e outro classificado como Doença Mental (Transtorno Mental).

Além da pouca produção bibliográfica, teve-se o grande desafio de encontrar informações oficiais acerca do tema. A falta de ênfase na população das PCDs como tema central da institucionalização, tornou-se o embasamento teórico de uma forma geral desafiador e instigante para novas produções. É necessário pensar em novos estudos que tenham como objetivo compreender e detalhar as trajetórias da institucionalização, bem como pensar em soluções práticas para desinstitucionalizar as PCDs.

Referencias [formato APA, LS, 12 pts, uma linha entre cada referência, espaçamento simples, justificado.

Abberley, P. (1987). The concept of oppression and the development of a social model of disability. *Disability, Handicap & Society*, 2(1), 5-19. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02674648766780021>

Aranha, M. S. F. (2001). Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, 11(21), 160-173. <https://claudialopes.psc.br/wp-content/uploads/2021/08/Paradigmas.pdf>

Barton, L. (2005). Emancipatory research and disabled people: Some observations and questions. *Educational Review*, 57(3), 317-327. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00131910500149325>

Bastilha, R. R. (2020). Políticas públicas: Um olhar sobre os serviços de acolhimento. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 9, e671986042. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6042>

Bernardi, D. C. F. (2020). *Levantamento nacional sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de covid-19: Apresentação dos resultados: volume 1*. São Paulo: NECA: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e Fice Brasil. <https://fcaa.mg.gov.br/dados/biblioteca/5/arquivo/Levantamento%20Nacional.pdf>

Brasil. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. (2001). Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. (2005). Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Brasília. http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/07/PNAS_2004.pdf

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf

Brasil. (2009). Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social. (2014). Institucional, orientações técnicas serviço de acolhimento para jovens e adultos com deficiência em residências inclusivas - Para gestores, profissionais, residentes e familiares – Perguntas e respostas. Brasília.

Lopes & Pereira. *Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020.*

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_residencias_inclusivas_perguntas_respostas_maio2016.pdf

Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

Brasil, Ministério da Cidadania. (2022c). Acessar Centro-Dia. <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-centro-dia>

Brasil, Ministério da Cidadania. (2022d). Serviço de acolhimento para pessoas com deficiência. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/servico-de-acolhimento-para-pessoas-com-deficiencia>

Brasil, Secretaria Nacional de Assistência Social. (n.d.). Censo SUAS – Bases e resultados. <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>

Castel, R. (1978). *A ordem psiquiátrica: A idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal.

Cavalcante, P., & Ribeiro, B. B. (2012). O Sistema Único de Assistência Social: Resultados da implementação da política nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46, 1459-1477. <https://www.scielo.br/j/rap/a/bwPZgHkvMbPcWCcYcgKHtPb/abstract/?lang=pt>

Castro, S. S., Azevedo, S. M., Lima, R. F., & Silva, D. A. (2011). Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência. *Revista de Saúde Pública*, 45, 99-105. <https://www.scielo.br/j/rsp/a/JmzdmXDzwZ48DJGB8xnrvCN/abstract/?lang=pt>

De Castro, A. M., Almeida, J. C., & Oliveira, G. P. (2021). Barreiras ao acesso a serviços de saúde à PCD no Brasil: Uma revisão integrativa. *Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva*, 2, e11351. <https://revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/11351>

Clemente, K. A. P., Silva, M. A., & Almeida, M. R. (2022). Barreiras ao acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde: Uma revisão de escopo. *Revista de Saúde Pública*, 56, 64. <https://rsp.fsp.usp.br/artigo/barreiras-ao-acesso-das-pessoas-com-deficiencia-aos-servicos-de-saude-uma-revisao-de-escopo/>

Davis, L. J. (2016). *The disability studies reader*. New York: Routledge.

Oliveira, W. F., dos Santos Padilha, C., & de Oliveira, C. M. (2011). Um breve histórico do movimento pela reforma psiquiátrica no Brasil contextualizando o conceito de desinstitucionalização. *Saúde em Debate*, 35(91), 587-596. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406341765011>

Dos Santos, G. A. B., Guedes, A. C. O., & Peixoto, A. C. A. (2024). Intervenções no contexto do acolhimento institucional: Uma revisão integrativa. *Peer Review*, 6(9), 166-179. <https://www.peerw.org/index.php/journals/article/view/2122/1217>

Lopes & Pereira. *Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020.*

Dos Santos, R., & Wiese, M. L. (2021). SUS e proteção social: Desafios postos às famílias frente à pandemia da Covid-19. *Humanidades & Inovação*, 8(35), 196-209. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5350>

European Union Agency for Fundamental Rights. (2018). From institutions to community living for persons with disabilities: Perspectives from the ground. Agency Report. https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2018-from-institutions-to-community-living-ground-perspectives_en.pdf

European Network on Independent Living. (2022). Independent living survey summary report, December 2020. Agency Report. https://enil.eu/wp-content/uploads/2022/03/IL-Survey_Summary-report_Dec2020.pdf

França, T. H. (2014). A normalidade: Uma breve introdução à história social da deficiência. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 6(11). <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10550>

Human Rights Watch. (2018). “Eles ficam até morrer”: Uma vida de isolamento e negligência em instituições para pessoas com deficiência no Brasil. <https://www.hrw.org/report/2018/05/23/they-stay-until-they-die/lifetime-isolation-and-neglect-institutions-people>

Hirdes, A. (2009). A reforma psiquiátrica no Brasil: Uma (re)visão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 297-305. <https://www.scielo.br/j/csc/a/GMXKF9mkPwxfK9HXvfl39Nf/abstract/?lang=pt>

Lanna Júnior, M. C. M. (2010). História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da PCD. https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf

Licio, E. C., et al. (2021). Reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e implementação de novas modalidades: Família acolhedora e repúblicas (2010-2018). https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/210506_ri_web.pdf

Maia, A. C. N. (2009). Institucionalização de pessoas com deficiência mental: Um estudo no Abrigo Desembargador Olívio Câmara. In IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão. http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/institucionalizacao-de-pessoas-com-deficiencia-mental-um-estudo-no-abrigo-desembargador-olivio.pdf

Marques, C. A. (1998). Implicações políticas da institucionalização da deficiência. *Educação e Sociedade*, 19, 105-122. <https://www.scielo.br/j/es/a/RBtVW8xhfLKghrGzcnb96bq/abstract/?lang=pt>

Lopes & Pereira. *Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020.*

Mello, N. F. de, et al. (2021). Casos de violência contra pessoas com deficiência notificados por serviços de saúde brasileiros, 2011-2017. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 30(3), e2020747. <https://www.scielo.org/article/ress/2021.v30n3/e2020747/>

Organização das Nações Unidas (ONU). (2011). Relatório mundial sobre a deficiência. São Paulo: SEDPcD. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf

Paiva, J. C. M., & Bendassolli, P. F. (2017). Políticas sociais de inclusão social para pessoas com deficiência. *Psicologia em Revista*, 23(1), 418-429. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v23n1/v23n1a25.pdf>

Peres, J. L. P., et al. (2018). O Estatuto da Metrópole e as regiões metropolitanas: Uma análise teórico-conceitual à luz do conceito miltoniano de “território usado”. *Cadernos Metrópole*, 20, 267-288. <https://www.scielo.br/j/cm/a/x93tTJ5CTTQ5ShMcHQvmFpf/?lang=pt>

Pereira, J. A., & Saraiva, J. M. (2017). Trajetória histórico-social da população deficiente: Da exclusão à inclusão social. *Ser Social*, 19(40), 168-185. https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677

Pereira, É. L., et al. (2021). Invisibilidade sistemática: Pessoas com deficiência e Covid-19 no Brasil. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 25. <https://www.scielo.br/j/icse/a/5jt6TTK54FxZnwdD9jkpNBm/?format=pdf&lang=p>

Ribeiro, D. M., & Gomes, A. M. (2017). Barreiras atitudinais sob a ótica de estudantes com deficiência no ensino superior. *Práxis Educacional*, 13(24), 13-31. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/927>

Salatiel, V. G., & Lise, R. C. (2019). Rede de cuidados no SUS e SUAS. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, 2, 66-75. <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/244/73>

Santos, W. R. dos. (2008). Pessoas com deficiência: Nossa maior minoria. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 18, 501-519. <https://www.scielo.br/j/physis/a/SDWpCmFGWGn69qtRhdqqGSy/abstract/?lang=pt>

Santos, J. P. da C. dos, Velanga, C. T., & Barba, C. H. (2017). Os paradigmas históricos da inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 14(35), 313-340. <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/3237>

Sierra, V. M. (2010). Da luta pelo reconhecimento dos direitos de cidadania às pessoas com deficiência. *Revista Sinais*, 08(1), 54-78. <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2767>

Stopa, S. R., et al. (2017). Acesso e uso de serviços de saúde pela população brasileira, Pesquisa Nacional de Saúde 2013. *Revista de Saúde Pública*, 51, 3s. <https://www.scielo.org/article/rsp/2017.v51suppl1/3s/pt/>

Lopes & Pereira. *Cuidado às pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional no Brasil: análise a partir do Censo SUAS, 2020.*

Vieira, A. S. G. (2019). Reinterpretando o acolher: Um estudo sobre as instituições de acolhimento de infantojuvenil em São Paulo. <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/19963>

Travassos, C., & Martins, M. (2004). Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 20, 190-198. <https://www.scielo.br/j/csp/a/PkyrsjDrZWwzzPVJJPbbXtQ/abstract/?lang=pt>

RESENHA: The Elgar Companion to Gender and Global Migration. Beyond Western Research

María del Carmen Villarreal Villamar¹ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.65891]

Recebido em: 20/02/2023
Aprovado em: 22/04/2024

Resumo: O livro *The Elgar Companion to Gender and Global Migration. Beyond Western Research*, editado por Natalia Ribas-Mateos e Saskia Sassen, objetiva visibilizar a rica e relevante pesquisa existente sobre gênero e migrações além dos cânones ocidentais. Na obra, que reúne 44 autores da África, Ásia, Europa e América Latina, são analisados fenômenos tão diversos como as mobilidades femininas e os impactos diferenciados da globalização e do neoliberalismo, bem como as consequências das políticas migratórias, as fronteiras, os conflitos e as crises humanitárias na vida das mulheres; a migração qualificada; os vínculos entre migração, gênero e desenvolvimento; a interseccionalidade; a agência e o crescente protagonismo feminino na mobilidade humana contemporânea. Aborda-se também a evolução dos estudos sobre gênero e migrações, desde a sua relativa invisibilidade até o crescente interesse devido à fenômenos como a feminização das migrações e a multiplicação de estudos com olhares feministas, críticos, pós e decoloniais. Por fim, são examinados os desafios da pesquisa global sobre gênero e migrações, apontando limitações, potencialidades e futuras agendas de trabalho.

Palavras-chave: migrações; gênero; globalização, neoliberalismo.

1. Introdução

The Elgar Companion to Gender and Global Migration. Beyond Western Research, editado por Natalia Ribas-Mateos, socióloga e professora da Universitat Autònoma de Barcelona, e Saskia Sassen, também socióloga, escritora e professora da University of Columbia, constitui um recurso essencial para todas e todos os pesquisadores, ativistas, trabalhadores do setor humanitário e formuladores de políticas públicas interessados nos estudos sobre gênero e migrações.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – E-mail: mariavillarreal85@gmail.com

O texto oferece um panorama amplo, diverso e bem estruturado sobre as pesquisas, as realidades e os desafios migratórios além do Ocidente, reconhecendo a crescente importância das mulheres migrantes em todas as direções e processos. Ao mesmo tempo, a obra parte da premissa de que África, Ásia e América Latina são regiões produtoras de um sólido e heterogêneo conhecimento sobre gênero e migrações e que a pesquisa global sobre estes temas não pode prescindir dos saberes originários do Sul Global.

Além de serem duas pesquisadoras reconhecidas internacionalmente, pelos seus trabalhos sobre fenômenos como as migrações, os estudos de gênero, os estudos urbanos e os impactos das novas tecnologias, ambas as editoras reúnem nesta obra mais de quarenta autores de África, Ásia, Europa e América Latina, com uma presença majoritária de mulheres (30), valorizando a riqueza da produção e os avanços alcançados internacionalmente nas pesquisas sobre gênero e migrações, a partir de conceitos chave como globalização, interseccionalidade, violência, mobilidades, agência, feminização da pobreza e feminização das migrações.

Apesar de que a presença das mulheres nos fluxos migratórios é histórica (Sinke, 2006), desde a segunda metade do século XX, as migrações experimentaram importantes transformações que levaram a uma feminização da mobilidade humana e a superação da sua relativa invisibilidade nos estudos migratórios. Com efeito, a denominada feminização das migrações implica na presença crescente e frequentemente majoritária de mulheres nos deslocamentos humanos, bem como a inclusão da variável gênero nos processos, estudos e políticas sobre migrações (Oso; Ribas-Mateos, 2013).

Atualmente, de acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DAES), as mulheres representam pouco menos da metade da população migrante internacional do mundo, isto é, 135 milhões (48,1%). Entretanto, na Europa, na América do Norte e na Oceania, as mulheres constituem a maioria absoluta das pessoas migrantes (DAES, 2020). Além disso, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), mulheres e meninas constituem cerca de 50% da população refugiada, deslocada internamente ou apátrida no âmbito global.

As mulheres estão presentes em todas as direções e modalidades de migração, deslocando-se cada vez mais de forma autônoma e não apenas como parte de processos de reunificação familiar (Sinke, 2006). Superando narrativas hegemônicas e papéis de gênero tradicionais, em muitos casos, são elas que começam os processos migratórios e

se tornam as provedoras econômicas do lar, ocupando um papel importante também em relação aos países de origem, por meio das relações políticas Estado-diáspora, mediante o envio de remessas ou por meio da criação de redes de cooperação científica no caso das migrações qualificadas.

Por sua vez, as mulheres migrantes são as vítimas majoritárias de fenômenos como o tráfico de pessoas e sofrem múltiplas formas de violência de gênero, ao tempo em que promovem importantes processos de resistência e construção de políticas migratórias e abordagens alternativas perante a mobilidade humana (Oso; Ribas-Mateos, 2013).

Como resultado da crescente presença feminina nos deslocamentos humanos ou, pelo menos, da sua maior visibilidade, nas últimas décadas aumentou o número de pesquisas e o interesse no fenômeno por parte de pesquisadores, agências internacionais e formuladores de políticas públicas.

A migração das mulheres ocorre no contexto da globalização capitalista de cunho neoliberal, que têm gerado um aumento sem precedentes das desigualdades internacionais e profundas transformações na divisão internacional do trabalho (Villarreal; Echart, 2022). Este processo é consequência de fenômenos como o fracasso das estratégias de desenvolvimento no Sul Global; maiores impactos da pobreza e das desigualdades na vida das mulheres -provocando a feminização da pobreza ou da sobrevivência-; conflitos socioambientais e processos de expulsão das populações; processos de securitização e precarização global; políticas migratórias; e demanda de mão-de-obra feminina em certos setores, como serviços ou cuidados nos países desenvolvidos (Sassen, 2003, 2015; Villarreal; Echart, 2022).

Partindo destas premissas, o livro começa com uma introdução, escrita por Natalia Ribas-Mateos e Saskia Sassen, na qual as autoras abordam narrativas da história mundial, reconhecendo que as migrações adquirem maior relevância no contexto do capitalismo neoliberal globalizado de origem europeu.

No texto, o ponto de partida são os anos 1980 e, desde então, são analisados os impactos da globalização neoliberal capitalista e suas transformações sobre as migrações, os estudos de gênero e as problemáticas específicas das mulheres migrantes. Desde uma perspectiva feminista, as autoras convidam os leitores a repensarem suas crenças, afirmando que, nas últimas décadas, tem-se experimentado profundas alterações que levaram a uma mudança de época e a um período de turbulência global, marcado pela

crescente importância dos problemas ambientais, das desigualdades e de fenômenos como a urbanização e a mobilidade humana.

No que tange aos estudos sobre gênero e migrações, em particular, cabe estudar e questionar quais são os problemas, os impactos e os desafios que experimentam as mulheres nas migrações contemporâneas, bem como evidenciar a relevância sistêmica das mulheres exploradas e infra valoradas no mundo, que, não sem dificuldades e limites, constituem, atualmente, importantes atores políticos e são responsáveis pela criação de discursos, práticas e políticas alternativas que garantem majoritariamente a sobrevivência.

Além da introdução, a obra está composta por seis partes, que buscam oferecer um vasto panorama sobre os estudos migratórios além do Ocidente. A primeira parte, “Background”, está composta por três capítulos que realizam uma ampla revisão bibliográfica para ilustrar o estado da arte dos estudos sobre gênero e migrações. Neles, são analisados alguns dos principais temas e autores clássicos, mas também as relativas carências e pesquisas emergentes sobre gênero e migrações.

Junto com o estudo dos vínculos entre migrações e cuidados, questões como migração interna e migração familiar, migrações qualificadas, migração em busca de maior liberdade e igualdade de gênero e interseccionalidade são apontadas como agendas relevantes para a pesquisa futura sobre gênero e migração (p. 33-34).

Os vínculos entre gênero, migrações e desenvolvimento, que não podem ser reduzidos somente às remessas e que precisam de uma urgente revisão, bem como o crescente protagonismo das mulheres como atores políticos e sociais também são identificados como temas importantes (p. 38-41).

Além disso, nesta primeira parte, são apontadas as potencialidades para os estudos migratórios das perspectivas africanas e pan-africanistas a partir de olhares feministas, pós e decoloniais, ao passo que é questionada a ausência das imagens de mulheres migrantes nas fotografias coloniais francesas (p. 79-80).

A segunda parte, denominada “América Latina”, contém sete capítulos, que exploram diversas realidades experimentadas pelas mulheres migrantes na região ou originárias da América Latina em outras latitudes. O crescente vínculo entre extrativismos, violências, e migrações forçadas, com forte protagonismo feminino, é um dos temas mais presentes (p. 85), bem como os processos de luta e resistência das mulheres às fronteiras e ao extrativismo e sua centralidade na construção de alternativas

de vida perante os modelos hegemônicos de desenvolvimento e de gestão das migrações (p. 134).

Processos de violência, punição e encarceramento experimentados por mulheres migrantes, em contextos de alta informalidade, precarização e securitização, promovidos pelo capitalismo neoliberal, são também alguns dos temas tratados nesta parte (p. 98).

Outrossim, a partir de categorias como gênero e de perspectivas críticas e interseccionais, são analisadas mobilidades científicas como a do fotógrafo Gustaf Bolinder na Colômbia, que contribuíram para consolidar visões de racialização e alteridade, em relação às populações indígenas da região (p. 110); os vínculos entre etnicidade e migração no mercado de trabalho da indústria agrícola entre México e Estados Unidos (p.125); as causas e as características das múltiplas mobilidades de mulheres em territórios como a Amazônia (p. 148); e os problemas como a violência e a falta de proteção social que afetam às jovens mulheres migrantes indígenas oriundas da Guatemala (p.162).

A terceira parte, “Ásia”, contém sete capítulos, que abordam diversas tipologias, problemáticas e desafios das migrações de mulheres no continente. Este terceiro bloco começa com a análise das especificidades das mulheres deslocadas internamente após o desastre nuclear de Fukushima (p. 173).

A seguir, são examinadas importantes questões, como as dinâmicas das migrações internas de mulheres chinesas no contexto da globalização (p.181) e as migrações transnacionais de mulheres chinesas muito além da família, focando em fenômenos como as migrações por estudos e as migrações profissionais (p. 188).

A crescente relevância das migrações qualificadas de mulheres brasileiras em países como Dubai, os problemas que elas enfrentam nestes contextos, sua capacidade de agência e o potencial destes processos para promover sua emancipação e empoderamento são também objeto de estudo (p. 197).

Por outro lado, em contextos caracterizados por conflitos, crises humanitárias e diversas tipologias de violência, são visibilizados os impactos diferenciados do deslocamento interno e da migração na vida das meninas e mulheres do Afeganistão (p. 212) e, a partir de uma perspectiva de direitos humanos, são estudados os problemas e desafios das migrações forçadas de mulheres em países como a Índia (p. 222).

Por fim, os vínculos entre gênero, migrações e desenvolvimento são explorados a partir do envio de remessas, consideradas criticamente como bem moral, mas também

como um meio de abuso, especialmente em contextos como a recente pandemia da Covid-19 (p. 233).

A quarta parte, “África”, contém três capítulos que analisam respectivamente o papel de mulheres migrantes no comércio transfronteiriço entre Angola e República Democrática do Congo (p. 241); os problemas e os desafios de mulheres migrantes do Camarões em um cenário de conflito armado e crise socioeconômica, que se soma aos crescentes problemas ambientais e mudanças climáticas da era do Antropoceno (p. 254); e as diversas formas de violência e reconfigurações dos papéis de gênero em contextos de presença de tropas humanitárias, como no caso de Casamansa, no Senegal (p. 265).

Os três capítulos examinam, portanto, histórias dramáticas, atravessadas por múltiplas formas de desigualdade e violência, ao tempo em que evidenciam o protagonismo das mulheres na formação de redes, construção de lutas e processos de empoderamento, que garantem não apenas a sobrevivência delas e a da sua família, mas também a criação de futuros alternativos com maior justiça social, direitos e bem-estar.

A quinta parte, “O Mediterrâneo”, contém quatro capítulos que analisam algumas das particularidades do panorama migratório neste cenário. O primeiro, estuda as lutas de mães e mulheres originárias da Tunísia que, desde 2011, protestam e buscam respostas das autoridades perante a desaparecimento dos seus filhos, companheiros ou esposos migrantes no Mediterrâneo (p. 278). Buscando transcender a invisibilidade deste fenômeno, o texto sublinha o caráter político destas lutas e reivindicações que constituem uma pedagogia da justiça social em contextos de silêncio, multifacetadas formas de violência e impunidade.

A crescente relevância dos vínculos entre saúde, gênero e migração é também examinada em um dos capítulos, a partir das migrações na cidade de Palermo, na Itália. As históricas vulnerabilidades que enfrentam as mulheres em contextos migratórios são aqui analisadas a partir de uma abordagem interdisciplinar, que combina os estudos sociológicos com análises médicas e que considera tanto as diversas consequências da violência física e sexual na vida das mulheres migrantes provenientes dos países do Sul Global, como o papel das doenças virais, oferecendo importantes contribuições para a adoção de enfoques preventivos e baseados em uma abordagem de direitos humanos e saúde integral (p. 287).

Por fim, as experiências das mulheres migrantes subsaarianas, sírias e haitianas no contexto do mercado de trabalho, de crises humanitárias, terremotos e processos de abrigo são também objeto de análise nesta parte da obra, evidenciando os impactos

destes processos nos seus corpos, emoções e trajetórias marcadas por sofrimento e precariedade, mas também por coragem, solidariedade e resiliência.

Os capítulos da sexta parte “Europa” analisam as experiências, problemas e desafios multidimensionais enfrentados por mulheres migrantes, trabalhadoras do setor agrícola de Huelva (Espanha), com foco nos impactos destas atividades na sua saúde individual e familiar (p. 327-328), bem como os processos de organização e luta de mulheres migrantes em Roma em prol de uma moradia adequada, reconhecida como direito, em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (p.334).

A obra aqui resenhada não representa um panorama exaustivo das pesquisas sobre gênero e migrações no âmbito global e tem o limite de oferecer um tratamento assimétrico dos estudos regionais-com uma prevalência de textos sobre Ásia e América Latina e uma menor presença das pesquisas sobre o contexto africano e mediterrâneo.

Ela constitui, contudo, um recurso excepcional para todas e todos aqueles que se interessam pelo tema e querem ter uma primeira aproximação aos estudos sobre gênero e migrações. Como as editoras do livro destacam, o texto não representa um produto final e sim uma obra de reflexão coletiva em construção que vai poder ser complementada e enriquecida com novas contribuições nos próximos anos.

Além disso, o livro representa um convite feminista e interdisciplinar para questionar as visões predominantes sobre gênero e migrações e, sobretudo, para ampliar o olhar além das pesquisas e das cosmovisões ocidentais.

Neste sentido, o livro resgata a importância das abordagens críticas, feministas, pós e decoloniais; a necessidade de análises econômicas, sócio-políticas e culturais, bem como a adoção de novos formatos e metodologias de estudo e pesquisa.

Finalmente, analisando realidades estruturais e conjunturais que enfatizam o aprofundamento das desigualdades de gênero, no contexto da pandemia de Covid-19, o texto deixa claro que as mulheres importam e as mulheres migrantes ao redor do mundo não são uma exceção.

As mulheres migrantes são agentes de transformação social e atores relevantes do cenário internacional com vozes, experiências, lutas e projetos autônomos. Elas merecem, portanto, maior atenção e a multiplicação de iniciativas como esta que, além de fazer uma retrospectiva dos estudos sobre gênero e migrações, visibilizam também temas emergentes e novas agendas de pesquisa.

Referências

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2022). Global Trends. Forced Displacement in 2021. Recuperado em: <https://www.unhcr.org/62a9d1494/global-trends-report-2021>

Department of Economic and Social Affairs. (2020). International Migrant Stock. United Nations Population Division. Recuperado em: <https://www.un.org/development/desa/pd/content/international-migrant-stock>

Oso, L; & Ribas-Mateos, N. (2013). An Introduction to a Global and Development Perspective: A Focus on Gender, Migration and Transnationalism. *The International Handbook on Gender, Migration and Transnationalism*. Cheltenham, U.K. and Northampton, Massachusetts: Edward Elgar, 1-41.

Sassen, S. (2003). *Contrageografías de la globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*, Madrid: Traficantes de Sueños.

Sassen, S. (2015). *Expulsiones. Brutalidad y complejidad en la economía global*. Buenos Aires: Katz Editores.

Sinke, S. M. (2006). *Gender and migration: Historical perspectives*. *International Migration Review*, 40 (1), 82-103.

Villarreal, M.; Muñoz, E. (2022). Globalization as a “simulation” of development. In: López Castellano, F.; Lizárraga, C; Manzanera Ruiz, R. (Org.). *Neoliberalism and Unequal Development Alternatives and Transitions in Europe, Latin America and Sub-Saharan Africa*. 1ed. London: Routledge, v. 1, p. 63-76.

Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia

Between theory and freedom: pluralizing the archives of International Relations from critical fabulations about Esperança Garcia

Maria Lidia Mattos Valdivia¹ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.65790]

Recebido em: 11/02/2023

Aprovado em: 22/04/2024

Resumo: Neste artigo, busco engajar produtivamente com o silêncio e com as violências contidas nos arquivos disponíveis sobre a vida de mulheres afro-brasileiras em cativeiro a partir de um alargamento e de um aprofundamento do conceito (e da prática) de teorizar desenvolvido por feministas negras, pós-coloniais, decoloniais e pós-estruturalistas. Sobretudo a partir de um questionamento acerca dos arquivos da disciplina de Relações Internacionais considerados legítimos e neutros, busco apresentar formas outras de conceber a epistemologia por meio da relação entre a literatura feminista negra, o conceito de fabulação crítica de Saidiya Hartman, e o conceito de interrupção crítica como proposto por David Kazanjian. Ao invés de tentar preencher os silêncios do escasso arquivo colonial sobre a vida de mulheres negras em cativeiro, este exercício permite imaginar criticamente seus modos de teorizar sobre o mundo ao seu redor a partir de interrupções às narrativas dominantes sobre elas, trazendo outras relações, dinâmicas e experiências como centrais para a produção epistemológica e, principalmente, para a produção de conhecimento sobre o internacional. Para realizar tal movimento, tomo como exercício imaginativo o escasso arquivo sobre Esperança Garcia, uma mulher negra escravizada reconhecida pela Ordem dos Advogados, secção Piauí, como a primeira advogada piauiense.

Palavras-chave: Feminismo negro; Epistemologia; Arquivo; Fabulação crítica; Esperança Garcia.

Abstract: In this article, I seek to productively engage with the silence and violence contained in the available archives on the lives of Afro-Brazilian women in captivity by broadening and deepening the concept (and practice) of theorizing developed by black,

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – E-mail: mattos.mvaldivia@gmail.com.

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

post-colonial, decolonial, and post-structuralist feminists. Particularly, by questioning the archives of the discipline of International Relations considered legitimate and neutral, I seek to present other ways of conceiving epistemology through the relationship between black feminist literature, Saidiya Hartman's concept of critical fabulation, and the concept of critical interruption as proposed by David Kazanjian. Instead of trying to fill in the silences of the sparse colonial archive about the lives of black women in captivity, this exercise allows for a critical imagining of their ways of theorizing about the world around them by interrupting the dominant narratives about them, thus bringing other relationships, dynamics, and experiences as central to the epistemological production and, mainly, to the production of knowledge about the international. To carry out such a movement, I take as an imaginative exercise the scarce archive on Esperança Garcia, a black enslaved woman recognized by the National Bar Association of Brazil, Piauí section, as the first lawyer from Piauí.

Keywords: Black feminism; Epistemology; Archive; Critical fabulation; Esperança Garcia.

A perda de histórias aguça a fome por elas. Então é tentador preencher as lacunas e oferecer fechamento onde não há nenhum. Criar um espaço para o luto onde ele é proibido. Fabricar uma testemunha para uma morte não muito notada (Hartman, 2020 [2008], p. 25).

1. Introdução

Quais são as histórias escondidas na forma como entendemos o mundo? A *realidade* é uma experiência que apenas somos capazes de apropriadamente entender após um longo período de devoção à academia e às observações científicas que fornecem dados sobre o empiricamente verificável? A observação daquilo que é empiricamente comprovável pode ser desvencilhada da nossa construção como sujeitos que observam? Isto é, quando observamos, não estamos também *vivenciando* um fenômeno? E, posteriormente, quando o interpretamos e escrevemos sobre ele, não estamos o tornando parte de nós e, simultaneamente, deixando nossa marca permanente na forma como aquele conhecimento passa a habitar o mundo?

Tais e outras perguntas parecem me corroer. O que fazer, então, dos conhecimentos abjetos, esquecidos, enterrados nas covas daquilo considerado ilegítimo? Quem tem autoridade para designar tal legitimidade? Como acessar o insepulto? Isto é, aquilo que não foi propriamente enterrado, mas sabe-se que está morto. A epígrafe acima evidencia uma perturbação que me assola há muito tempo, mas para a qual não tenho resposta capaz de superar a profunda violência que constitui o arquivo das histórias que não podemos plenamente acessar. Tenho uma necessidade devastadora de saber sobre quem sou, sobre quem veio antes de mim, sobre os avós dos meus avós, e sobre as histórias de violência e resistência que assolam o arquivo colonial.

Há hiatos nessas histórias. Estes hiatos são constituídos por dolorosos silêncios. Eu não sou capaz de apropriadamente traduzi-los ou decifrá-los sem me deparar diretamente com o enorme abismo que me encara de volta. Há um buraco que me segue onde quer que eu vá, mas que se mostra especialmente presente nos lugares onde eu quero desesperadamente provar a importância e a dificuldade de minha presença, como na academia. Este artigo, portanto, é uma tentativa de ler esses hiatos a partir do que eles poderiam ser. É uma tentativa de conversar com o silêncio e de radical e, de forma insubmissa, imaginar possibilidades em um mundo que sistematicamente nega tal direito à população negra, de modo geral, e às mulheres negras, em particular.

Aqui busco servir de testemunha à “morte não muito notada” (Hartman, 2020 [2008], p. 25), não apenas em relação à existência ou não de um arquivo empírico comprobatório da morte material destas mulheres negras, mas também da morte simbólica do conhecimento por elas produzido. Ou seja, o epistemicídio (Carneiro, 2023) e/ou a supressão de pessoas negras (Collins, 2000). Isto é, pretendo prosseguir o caráter inquisitivo da literatura pós-colonial, decolonial e feminista negra ao desenvolver, tensionar e problematizar as questões acerca da produção de conhecimento considerado científico, legítimo, objetivo e crível. Meu objetivo é fornecer formas outras de engajar com a epistemologia e desenvolver a posição de mulheres negras como teóricas — de modo geral, e do internacional, especificamente — a partir da compreensão da teoria como verbo (Zalewski, 1996) e como prática de libertação (hooks, 2013).

O exercício que busco desenvolver ao longo deste artigo é um engajamento epistemológico, ontológico e político transversal (Collins, 2000; Bigo, 2017) entre as diversas formulações de teóricas do feminismo negro e pós-colonial e a *fabulação crítica* proposta por Saidiya Hartman (2020 [2008]) como forma de criticamente interagir com os arquivos coloniais (sobretudo, com a falta deles) e pós-coloniais e a sistemática subalternização e apagamento dos saberes situados desenvolvidos por mulheres negras. De forma similar à qual David Kazanjian (2016), em resposta à Hartman (2020 [2008]), encorajou a pluralização das fontes arquivísticas com as quais interagimos, bem como uma “leitura mais especulativa dos arquivos que temos, por seu trabalho teórico mais do que apenas por seu conteúdo empírico” (Kazanjian, 2016, p. 140, tradução nossa), procuro desenvolver aqui, mesmo que preliminarmente, uma fabulação crítica transversal que busca ler os silêncios e os hiatos da história a partir das formas múltiplas de teorização impulsionadas pelas mulheres negras que vieram e pelas que estão em atividade.

Esse exercício exige de nós uma suspensão da temporalidade que distingue o passado, o presente e o futuro. Devemos ignorar, momentaneamente, tais convenções temporais para observar, transversalmente, as inscrições do passado no presente em que vivemos. A posição de subalternização das mulheres negras na atualidade — a despeito dos consecutivos avanços promulgados em diversos âmbitos do movimento negro, ativistas de base e mulheres negras na academia — é consequência de um extenso processo de desumanização, exploração e violência contra o sujeito negro escravizado e o racismo institucional e estrutural (atrelado ao patriarcado) que se desenvolveu nos anos subsequentes. Similarmente, a fabulação crítica que pretendo desenvolver aqui também

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

exige a superação de uma analítica escalar (que prescreve o local, o nacional e o global como níveis separados), dado que procuro evidenciar as práticas teóricas destas mulheres negras dentro de redes múltiplas e atravessadas que conectam diversas agentes, locais e saberes (Bigo, 2017).

Explicitados meus objetivos, retomo a um terceiro grupo de perguntas que me assola. O que é um arquivo sobre o conhecimento de mulheres negras? Como podemos acessar esse arquivo? Um arquivo histórico da produção teórica de mulheres negras pode se desvencilhar de um arquivo de escravidão? Se não podemos desvencilhá-los, somos capazes de acessar tais arquivos para além da dor, da violência e da morte? Dada a impossibilidade de trazer essas mulheres de volta à vida, qual deve ser nosso comprometimento com a memória resgatada a partir de suas práticas de teorização?

Isto é, para além de propor uma reflexão sobre o cuidado necessário ao adentrar tais arquivos de escravidão de mulheres negras, a fim de evitar que nos tornemos reprodutores de violência, nos encorajo a ponderar sobre o horizonte político neles contidos. A dificuldade de acessar essas histórias de violência e resistência colonial, juntamente com as práticas violentas nas quais o conhecimento dominante se inscreve e mantém, apontam para a importância da viabilização de tais histórias no que diz respeito ao processo de formação das bases educacionais no Brasil, de modo geral, e no ensino e prática das Relações Internacionais, especificamente. Em outras palavras, a recuperação destas histórias faz parte de um cenário sociopolítico que envolve não apenas a imprescindibilidade de pluralização de narrativas históricas da escravidão a partir de epistemologias e metodologias advindas das experiências de pessoas racializadas, como também a necessidade de formulação de políticas de reparação, acesso a instituições de ensino (por meio de políticas afirmativas) e construção de seus currículos de modo a considerar pessoas negras como produtoras de conhecimento.

Na tentativa de responder e refletir sobre tais questões — ou pelo menos “ficar com o problema” (Haraway, 2016) —, apresento uma interrupção crítica sobre a produção de conhecimento de mulheres negras a partir da fabulação da seguinte forma: a primeira seção desenvolve um conceito plural e flexível de *arquivo* a partir da produção de conhecimento pós-colonial e feminista negro, levando em consideração os obstáculos e as violências contidas no que, historicamente, se considera um conhecimento *legítimo*. Ainda, ofereço caminhos teórico-metodológicos a partir da relação entre a extensa produção feminista negra e o conceito de fabulação crítica proposto por Saidiya Hartman

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

(2020 [2008]). A segunda seção coloca esses caminhos teórico-metodológicos em prática a partir de fabulações críticas sobre as formas de teorização de Esperança Garcia, uma mulher negra escravizada, reconhecida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), secção de Piauí, em 2017 como a primeira advogada piauiense (Instituto Esperança Garcia, s/d). O que espero desse engajamento é oferecer formas outras de interagir com o conceito de teoria e com o escasso e violento arquivo colonial. Finalmente, apresento na última seção breves considerações finais.

2. Pluralizando o arquivo a partir de um feminismo libertador

O primeiro passo deste anseio imaginativo advém da pluralização das formas como compreendemos e engajamos com os arquivos. O que é um arquivo sobre mulheres negras? O que constitui um arquivo do internacional? A partir de um entendimento pós-colonial, como proposto por Siba Grovogui (2006), aqui entendo o *arquivo* não como uma evidência material comprobatória, estática e autocontida de um fenômeno que existe na realidade, mas sim como uma *forma* de compreender o mundo ou um fenômeno particular. Isto é, um conhecimento socialmente produzido que é disseminado e constitui maneiras particulares de *saber* sobre algo. Os arquivos, portanto, não são individuais, universais ou unívocos. As bases epistemológicas dominantes que configuram formas de conhecer o internacional, por exemplo, são compostas por discursos particulares que se constituem como fonte de autoridade para delimitar os espaços, os sujeitos e as práticas do internacional e, portanto, excluir outros saberes (Grovogui, 2006, pp. 20-21).

Entendido como o conjunto do empírico, o arquivo que nos é acessível nas diversas áreas da academia, de modo geral, e nas Relações Internacionais (RI), particularmente, é organizado de uma maneira específica. Esta organização envolve não só uma classificação contestável da realidade, mas também uma narração do passado que podemos (e *devemos*) questionar. Como propõe Karine de Souza Silva (2021, p. 38), as RI, como disciplina, e as relações internacionais, como a prática da política internacional, estão intrinsecamente relacionadas às dinâmicas de hierarquias raciais, embora a literatura dominante omita a relevância da raça para o entendimento e a constituição do internacional. Isto requer, segundo a autora, que consideremos a raça e a branquitude como categorias fundamentais para o estudo das RI, a partir de cartografias de produção

e reprodução do conhecimento, embasadas nas dimensões da geo-corpo-política² do conhecimento e do questionamento da agenda predominante da disciplina que obscurece a dimensão racial (Ibid., p. 43).

Esta omissão da raça, tanto como uma categoria fundamental para a análise do internacional quanto pelo protagonismo do conhecimento produzido por pessoas negras, constitui o que Sueli Carneiro (2023) — a partir de Boaventura de Souza Santos (1995) — toma por *epistemicídio*:

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção de indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isso porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento considerado legítimo e legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado, sequestrando a própria capacidade de aprender (Carneiro, 2023, pp. 88-89).

Tendo isso em vista, a extensa literatura feminista negra pós-colonial e decolonial está voltada para a produção de um conhecimento comprometido com a reconstituição e resgate da memória indígena, negra e diaspórica e um saber comprobatório, denunciatório, plural e sensível. Além disso, centraliza as mulheres negras, especificamente, como produtoras de um conhecimento qualificado, bem como busca desencobrir as bases racistas e patriarcais da epistemologia dominante e do próprio movimento feminista (hooks, 2015; Lugones, Spellman, 1983; Collins, 2000; Carneiro, 2003; Mohanty, 1984). Como forma de *ir contra a maré* do conhecimento tradicionalmente produzido na academia, — ocidental, masculino, branco e cis-heteronormativo — estas autoras evidenciam a potencialidade de seu *ponto de vista* localizado como forma de acessar e compreender a realidade vivida de forma profunda

² A autora acrescenta o “corpo” ao termo “geopolítica do conhecimento” para evidenciar a necessidade de questionarmos tanto a espacialidade da produção do conhecimento, quanto os sujeitos que participam deste processo.

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

(Collins, 2000; bell hooks, 2013).³ O desenvolvimento de uma epistemologia feminista negra a partir da experiência plural de mulheres negras na sociedade constitui o que Patricia Hill Collins chama da posição de “*outsiders within*” (forasteiras de dentro) (1986), evidenciando as formas pelas quais as mulheres negras habitam a vida nas *fronteiras* — ou seja, a partir de um jogo de proximidade e distanciamento, de internalização e externalização, de marginalização e inclusão em espaços político-sociais (Collins, 1986, p. 15; *Ibid.*, 2000, p. 11). Estes posicionamentos ambivalentes garantem às mulheres negras um olhar privilegiado para as dinâmicas sociais dentro e fora de diversas instituições, bem como a capacidade de engajar criativamente com a marginalidade na produção de um “conhecimento oposicional” (*Ibid.*, 2000, p. 9), mesmo diante da violência e da dor que tal fenômeno seja capaz de causar (*Ibid.*, 1986, p. 15).

De maneira similar, bell hooks (2013) subverte o arquivo epistemológico dominante ao propor formas outras de compreender o *ato* de teorizar. Consonante com o convite que Marysia Zalewski (1996) nos faz a partir do entendimento da teoria como verbo (*teorizar*) e do processo de teorização como uma atividade cotidiana praticada (mesmo que inconscientemente) por *todos* os sujeitos (Zalewski, 1996, p. 346), hooks aponta a capacidade da teorização de atuar de maneira curativa (hooks, 2013, p. 85). Isto é: “[q]uando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática” (*Ibid.*, p. 85-86).

O alargamento e o aprofundamento proporcionados pela perspectiva feminista negra sobre epistemologia, conseqüentemente, nos leva à pluralização do arquivo do internacional e do desenvolvimento de uma *teoria social crítica* (Collins, 2000) das seguintes formas: (1) há uma mudança na *textura* em que o arquivo é compreendido, uma vez em que ele deixa de ser apenas um documento material em sentido estrito e abre a possibilidade para, transversalmente, vermos textualidade para além da escrita (como a oralidade, a música e a dança) (Collins, 2000, p. 9); (2) há uma atenção especial dada não à *nomeação* do que constitui uma teoria (o que é feito, na maioria das vezes, por figuras dominantes do campo que produzem um conhecimento parcial e excludente sobre algo), mas à *prática* da teorização e, portanto, à *descolonização* do conhecimento (hooks, 2013,

³ Outras autoras são consideradas basilares no desenvolvimento do feminismo do ponto de vista (Hartsock, 1998; Harding, 2004). Evidencio aqui a sua contribuição, mas centralizo no artigo o desenvolvimento desta teoria por mulheres negras.

p. 86); (3) a inseparabilidade entre epistemologia/ontologia e teoria/prática evidencia o processo de co-constituição da subjetividade/experiência e da construção do saber (Zalewski, 1993, p. 348). Esta dinâmica possibilita não apenas a *historização* do conhecimento (principalmente em um contexto de a-historização das bases epistemológicas disciplinares tradicionais nas RI)⁴, como também evidencia a inexistência de um sujeito produtor de conhecimento constituído *previamente* à experiência vivida (Scott, 1991, p. 304).

2.1. Entre fabulações e interrupções arquivísticas

Apresento aqui mais uma porção de questionamentos. Reformular e reconstituir as maneiras pelas quais interagimos com a epistemologia a partir do engajamento com formas criativas e plurivalentes de produzir conhecimento sobre/para mulheres negras é suficiente diante da escassez dos arquivos coloniais sobre mulheres em cativeiro? Se a tentativa de acessar estas experiências a partir de novos engajamentos teóricos é insuficiente diante do silêncio ensurdecido da violência colonial e do racismo estrutural que dela ecoa, o que fazer dos nossos anseios por saber sobre as nossas histórias? O que fazer quando a busca desesperada por preencher as lacunas deixadas pelo processo desumanizador do colonialismo nos leva não à recuperação das vidas perdidas, mas a reviver, mesmo que momentaneamente, memórias de dor e violência? Isso é tudo que somos capazes de acessar?

Saidiya Hartman (2020 [2008]) centralizou estas e outras angústias em seu artigo intitulado “*Venus in Two Acts*” (Vênus em Dois Atos),⁵ após visitar o arquivo da escravidão à procura de Vênus, uma de duas meninas negras assassinadas pelo capitão de um navio negreiro que, posteriormente, foi acusado e levado a julgamento. Ao revirar o arquivo em busca de uma história que fosse capaz de retrospectivamente capturar, mesmo que brevemente, uma narrativa sobre o momento de conforto entre duas meninas

⁴Este fenômeno é muito bem elucidado por Cynthia Enloe em seu artigo “*Margins, Silences and Bottom Rungs: how to overcome the underestimation of power in the study of international relations*” (1996), ao evidenciar que o olhar disciplinar apenas aos *grandes atores* (i.e. Estados) e os *grandes eventos* (i.e. conflitos entre grandes potências) obstrui a análise profunda das relações de poder, pois desconsidera a participação histórica das margens na construção da política internacional.

⁵O artigo “*Venus in Two Acts*” (2020 [2008]) é fruto de reflexões de Saidiya Hartman acerca do processo de pesquisa e escrita de seu livro “*Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*” (2022 [2006]). Especificamente, o artigo revela os receios, dúvidas e as dificuldades de Hartman durante a escrita do sétimo capítulo do livro, intitulado “O livro dos mortos”, no qual a autora descreve em doloroso detalhe os inúmeros processos de violência (física e simbólica) aos quais as duas garotas a bordo do navio foram submetidas.

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

escravizadas antes de serem maculadas pela marca da morte, — seja um instante em que uma menina abraçou a outra; seja o testemunho de um marinheiro durante o julgamento afirmando que elas eram amigas (Ibid., p. 24) — Hartman encontrou apenas silêncios. Se recusando a contribuir com a possível romantização destas vidas (e destas mortes), diante de uma mísera menção de Vênus no arquivo do julgamento (Ibid., p. 23) e frente à confirmação esmagadora da absolvição do capitão de ambos os assassinatos (Ibid., p. 24), Hartman conclui:

No fim, eu não podia dizer mais sobre Vênus do que tinha dito sobre sua amiga: “Não tenho certeza se é possível resgatar uma existência a partir de um punhado de palavras: o suposto assassinato de uma garota negra.

Eu não podia mudar coisa alguma: “A garota ‘nunca terá qualquer existência fora do domicílio precário das palavras’ que permitiu que ela fosse assassinada.”

Eu não poderia ter chegado a outra conclusão. Então era melhor deixá-las como eu as tinha encontrado. Duas garotas, sozinhas. (Ibid., p. 25)

Mesmo diante da percepção de sua própria falha na tentativa de narrar essas histórias, Hartman (2020 [2008]) nos encoraja a dar mais um passo em nossa jornada revisionista e questionadora dos arquivos disponíveis ao propor a possibilidade de criticamente fabular sobre eles. Isto é, diante da escassez dos arquivos coloniais sobre essas mulheres, como engajamos produtivamente com o silêncio? Ela define a fabulação crítica da seguinte maneira:

A intenção aqui não é tão miraculosa como recuperar as vidas das pessoas escravizadas ou redimir os mortos, mas em vez disso trabalhar para pintar o quadro mais completo possível das vidas de cativos e cativas. Este gesto duplo pode ser descrito como um esforço contra os limites do arquivo para escrever uma História cultural do cativo e, ao mesmo tempo, uma encenação da impossibilidade de representar as vidas dos cativos e cativas precisamente por meio do processo de narração (Hartman, 2020 [2008], p. 28).

Hartman nos encoraja a trabalhar os espaços fronteiros do arquivo por meio da dupla tentativa de “contar uma história impossível quanto amplificar a impossibilidade de que seja contada” (2020 [2008], p. 28). Este esforço, em diálogo com o engajamento feminista negro em produzir uma epistemologia contra-hegemônica, parte da reorganização dos “elementos básicos da história” e da representação da sequência dos eventos a partir de outros pontos de vista, a fim de perturbar a composição hierárquica dominante que os constitui e, portanto, abrir possibilidade para novas formas de temporalização e teorização (Ibid, p. 29).

De forma similar à perspectiva que Patricia Hill Collins (2000) tem acerca do papel e da potencialidade do feminismo negro, a fabulação crítica se recusa a nos fornecer um fechamento ou um preenchimento desses espaços em branco. Esta concepção abre margem para entender o conhecimento como *inacabado* e, portanto, como um fenômeno em constante construção (Ibid., p. 270). Compreendê-lo desta forma possibilita evidenciar as tensões internas do conhecimento dominante construído como essencial, neutro e natural e potencializa ressignificações e reivindicações de saberes marginalizados, revisões históricas de narrativas consideradas “certas”, bem como traz a vivência como componente fundamental da produção do saber.

Como resposta à perspectiva de Hartman de sua falha diante da impossibilidade de narrar Vênus, David Kazanjian (2016) nos oferece dois caminhos para fabular criticamente sobre histórias em cativeiro, desagregando o empírico do inverificável por meio da “interrupção crítica” produtiva (Spivak, 2008) entre o empírico/social e o literário/filosófico (Kazanjian, 2016, p. 143) — o primeiro caminho exige que pluralizemos os arquivos com os quais interagimos (a passagem “do arquivo” da escravidão para “os arquivos da escravidão”, para além das narrativas puramente anglocêntricas do colonialismo); o segundo sugere engajar produtivamente com a impossibilidade proposta por Hartman (da representação de Vênus fora das estruturas da subalternidade), a partir de um deslocamento do empírico para o teórico. Ou seja, ao invés de tentar narrar histórias de liberdade a partir da recuperação da *vida* destes sujeitos, podemos engajar produtivamente com as formas cotidianas pelas quais *estes* indivíduos praticavam o ato de teorizar sobre a própria liberdade (Ibid., p. 140).

3. A carta de Esperança Garcia, o escândalo do arquivo internacional⁶

O restante deste trabalho privilegia o segundo caminho proposto por Kazanjian (2016), embora tangencie o primeiro por se tratar de um arquivo colonial afro-brasileiro. Para desenvolver a posição de mulheres negras como praticantes de um saber sociopoliticamente interseccional (Collins, 2000, p. 257), trago como protagonista desta tentativa de fabulação crítica e pluralização arquivística do internacional Esperança Garcia, postumamente considerada a primeira advogada piauiense (Instituto Esperança

⁶ O título desta seção é inspirado em uma das seções de “Vênus em Dois Atos” intitulada: “O caixão aberto, o escândalo do arquivo”.

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

Garcia, s/d). A comprovação material de que Esperança existiu está contida em três documentos, um deles escrito por ela a próprio punho, se apresentando na forma de uma carta datada de 6 de setembro de 1770 e dirigida ao Governador da Capitania piauiense:

Eu Sou hua escrava de V.S administração do Cap.^{am} Anto^o Vieira de Couto, cazada. Desde que o Cap.^{am} p^a Lá foi administrar, q. me tirou da Fazd^a dos algodois, onde vevia co meu marido, para ser cozinheira da sua caza, onde nella passo mto mal.

A primeira hé q. há grandes trovoadas de pancadas enhum Filho meu sendo huã criança q lhe fez estrair sangue pella boca, em min não poço esplicar q Sou hu colcham de pancadas, tanto q cahy huã vez do Sobrado abacho peiada; por mezericordia de Ds esCapei.

A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confeçar a tres annos. E huã criança minha e duas mais por Batizar.

Pello ã Peço a V.S pello amor de Ds e do Seu Valim ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar a Porcurador que mande p. a Fazda aonde elle me tirou pa eu viver com meu marido e Batizar minha Filha De V.Sa. sua escrava

Esperança Garcia (Mott, 1985, p. 106).⁷

A carta de Esperança Garcia foi encontrada pelo historiador Luiz Mott e integrou o livro “Piauí Colonial: população, economia e sociedade” (1985). Sobre a descoberta da cópia da carta de Esperança Garcia no Arquivo Público do Estado do Piauí, — estando a original em Portugal (Silva, 2015, p. 8) — Mott relata o seguinte: “[u]ma das primeiras constatações que o pesquisador de nossa história faz, após realizar prolongadas pesquisas nos arquivos tanto nacionais como estrangeiros, é a ausência quase total de documentos que tratem ou se refiram ao sexo feminino” (1985, p. 105). Esta afirmação é resultado da constatação do autor de que “[o]s arquivos estão povoados de requerimentos, abaixo assinados, ofícios, petições, processos, etc, quase invariavelmente assinados por homens” (Ibid). Para Mott, a descoberta da carta de autoria de Esperança Garcia representa uma dinâmica “duplamente insólita” (Ibid): de um lado, a insubmissão de uma mulher, por dirigir-se diretamente ao Governador; de outro lado, a posição de uma pessoa escravizada que denuncia a este Governador os maus tratos sofridos na administração colonial (Ibid).

⁷ A transcrição da carta em português atual, feita por Sousa e Silva (2017, p. 7), é a seguinte: “Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu, sendo uma criança, que lhe fez extrair sangue pela boca; em mim, não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus, escapei. A segunda: estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria, pelo amor de Deus, ponha aos olhos em mim ordinando, digo mandar ao procurador que mande para a fazenda onde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha”.

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

O segundo documento encontrado por Mott (1985) é outra carta, infelizmente sem data ou assinatura, que desenvolve de maneira mais aprofundada a situação de violência sofrida por Esperança e pelos sujeitos escravizados sob a administração de Antônio Vieira de Couto, Inspetor da Residência de Nazaré. Estima-se que a autoria da carta é do tenente José Esteves Falcão, administrador da fazenda Algodões (residência de Esperança Garcia previamente à sua transferência para trabalhar como cozinheira na Residência de Vieira de Couto) (Sousa & Silva, 2017, p. 18). Ela diz o seguinte:

Conta que dou a V.Sa. da residência de Nazaré, que é procurador o capitão Antonio Vieira do Couto: (ele) tirou uma escrava chamada Esperança, casada, da fazenda dos Algodões e não tem concedido tempo algum para a dita ir fazer vida com seu marido, vendo apertada com vários castigos tem fugido por várias vezes e o dito Capitão tem posto tão tímida a dita em forma uma quinta feira deu tanta bordoadas com um pau e com ela no chão o depois jurou que havia de amarrar dita escrava se arretirou com dois filhos, um nos braços, de 7 meses e outro de 3 anos; até o presente não tem sido noticia dela e tem feito umas correias para castigar e diz que veio para ensinar os ditos escravos. Tem mostrado como os escravos têm experimentado que tem clamado contra o dito procurador até que foi ouvido da intercessão de V.Sa. veio uma portaria até a fazenda da Serrinha e como tem um padrinho que orou para o dito procurador não teve (realização) do seu mau instinto, em forma que aperta os ditos escravos (que) não têm descanso. Todas as noites trabalham sem descanso algum, sendo preto velho e se fora moço, tudo podia a sua mocidade suportar. Como no sustento do dito, muito mal que não come farinha que a fazenda faz, porque serve para ajuntar com o que o dito procurador faz para seu negócio, do que pedindo licença o intercessor de V. As., não quiz consentir em forma alguma de que contra a ordem, dizendo que era dos seus escravos. Que estorva os ditos escravos para o seu serviço em socar mamona, em desmanchar mandioca e outro serviço. Até tirou algumas escravas para fiar algodão e diz, como no ano passado, que era para (trabalharem) na fazenda e fez redes para seu negócio e não tem dado cumprimento alguma na sua obrigação, não tem corrigido as ditas fazendas faltando a sua obrigação, tendo o criador da fazenda Tranqueira certas rezes em particular (e) querendo dar esta conta a V. Sa. Como pai e Sr. Põe os olhos de piedade em ver estas lástimas porque não tem quem fale por estes mais que a misericórdia divina de V. Sa. Abaixo de Deus, pois os ditos escravos não têm outro jazigo senão o amparo de V.Sa. (Mott, 1985, p. 106-107).

O terceiro arquivo sobre Esperança Garcia que se tem conhecimento faz parte do acervo da Biblioteca Nacional. O documento nomeia Esperança como integrante de uma seção da lista de escravos das fazendas que compunham a Inspeção de Nossa Senhora de

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

Nazaré⁸ intitulada “Fazenda dos Algodões”, datado de 1778 e assinado por Manuel Antunes da Assumpção (Biblioteca Nacional Do Brasil, 2020; Sousa & Silva, 2017, p. 19).

3.1. Habitando as fronteiras da (im)possibilidade de (re)contar uma história colonial

Apresentados os arquivos empíricos existentes sobre Esperança Garcia, me encontro tomada por mais questionamentos. Após desesperadamente ler e reler sua carta, sinto que me encontro em uma encruzilhada entre “o livro dos mortos” de Hartman (2020 [2008]; 2022 [2006]) e a “surpresa da liberdade” de Kazanjian (2016), permeada pela tradição do conhecimento fronteiriço praticado por mulheres negras. Sou tomada pela percepção devastadora de que, assim como Hartman (2020 [2008]) constatou, não há como recuperar ou reconstruir narrativas sobre Esperança Garcia sem falar de seu encontro cruel com a violência. Não sou capaz de contar uma história sobre Esperança sem que ela seja sucessivamente um “colchão de pancadas”, sem que se arranque sangue da boca de seu filho, sem que ela seja continuamente raptada de seu marido, tirada da fazenda Algodões para trabalhar na Residência de Antônio Vieira de Couto (Mott, 1985, p. 106). No momento que busco mais sobre Esperança Garcia na tentativa de pluralizar este arquivo, novamente narro sua dor. Eu a encontro e a deixo novamente insepulta.

Constato, desta forma, a impossibilidade de narrar sobre a vida de mulheres negras escravizadas (no Brasil, para os fins deste arquivo, mas no contexto do tráfico internacional de pessoas escravizadas, de modo geral) sem esbarrar, a despeito de quaisquer tentativas do oposto, com a violência. E, dado que este exercício supera temporalizações estáticas e estritas, sem que essa dor se manifeste na atualidade. A minha tentativa de engajar com a sugestão de Kazanjian (2016), portanto, não deve ignorar a dor do colonialismo e que, de um modo ou de outro, a experiência de Esperança Garcia e tantas outras mulheres negras escravizadas anonimizadas é marcada pelo violento encontro com o poder colonial. Este encontro é o que prescreve a posição de mulheres negras como “*outsiders within*” (Collins, 1986). Este encontro é o que me preenche com anseios para pluralizar os arquivos da disciplina de Relações Internacionais a partir de análises que centralizem a raça como constituinte da política internacional. Deste modo, vejo potencialidade em engajar com o arquivo de Esperança Garcia e a impossibilidade

⁸ A Inspeção Nazaré era composta por onze fazendas, incluindo a Fazenda Algodões, local de trabalho e moradia original de Esperança Garcia (Sousa e Silva, 2017, p. 27)

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

de desvencilhá-lo da violência colonial a partir das ambivalências que ele nos oferece — há violência, porém, há *mais* que somente isso.

A tradição do feminismo negro nos aconselha a superar a ideia de que uma perspectiva aditiva de opressões configura maneiras mais aprofundadas de entender o social (Collins, 2000, p. 270). Portanto, em oposição a perguntar “onde estão as mulheres?” (Enloe, 1990) juntamente com “onde estão as pessoas negras?”, segundo a perspectiva de que tal adição seria capaz de *dar voz* às margens, compreendo a necessidade da *pluralização* do arquivo a partir de suas ambivalências como uma forma de *despatologizar* a vida precária. Isto é, parte fundamental do pensamento crítico especulativo advém da capacidade de nos depararmos com as narrativas do arquivo colonial e encontrar não apenas violência, mas também momentos de solidariedade, luto, socialidade, e agência dentro dos constrangimentos do poder colonial. É assim que saímos dos estereótipos sobre a passividade e a barbaridade de pessoas negras (entre outros). É assim que a carta de Esperança Garcia se constitui como um arquivo das relações internacionais (e das RI), *por excelência*.

Como evidencia Karine de Souza Silva, as bases disciplinares de Relações Internacionais, contrariamente ao que é tradicionalmente narrado, foram desenvolvidas com o objetivo de otimizar/organizar a administração colonial europeia (2021, p. 40-41). Dentro de uma dinâmica violenta que, segundo Achille Mbembe (2016, p. 31), atua na “tripla perda” do sujeito negro escravizado (perda do lar, perda de direitos sobre o corpo e perda do *status* político), Esperança Garcia se apresentar como uma mulher escravizada alfabetizada configura um ato de insubmissão e insubordinação frente ao processo colonial no qual ela estava inserida. Consideremos a dinâmica sociopolítica do Piauí colonial durante o período que se estima ter vivido Esperança Garcia. Presume-se que ela era “uma escrava pertencente a uma das fazendas reais que foram incorporadas à Coroa quando da expulsão dos padres jesuítas” (Mott, 1985, p. 105). É provável que Esperança Garcia tenha aprendido a escrever durante a administração jesuítica das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré, seja diante da interação com outras crianças filhas de fazendeiros que estavam participando do processo educacional; seja diante da participação de aulas “em locais improvisados” que reuniam crianças de diferentes posições sociais e privilegiavam exercícios de memorização (Vieira, 2011, p. 15). Independente da maneira pela qual Esperança Garcia foi alfabetizada, sua escrita “tod[a] chei[a] de garranchos [e] com muitos erros de português” (Mott, 2010 apud Silva, 2015,

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

p. 8) configura um duplo movimento: sua posição como “*outsider within*”, capaz de acessar um mundo textual voltado aos brancos e privilegiados (Collins, 1986, p. 14); e sua participação na constituição do que Lélia Gonzalez (1984, p. 225) chama de “*pretuguês*”, tanto por assumir uma posição discursiva frente à tentativa de *domesticação* do negro infantilizado, quanto por praticar (e *produzir*) — a despeito da perspectiva dominante — o que tomamos hoje como o português brasileiro (Ibid., p. 238).

O arquivo de Esperança Garcia não se constitui como um arquivo das RI por excelência apenas porque diz respeito ao comércio transatlântico de sujeitos escravizados para trabalharem nas fazendas piauienses; similarmente, não lhe confiro tal titulação apenas porque ele pluraliza a maneira como compreendemos as relações coloniais no Brasil apresentando as particularidades piauienses vividas por Esperança Garcia e outras pessoas escravizadas.⁹ Na verdade, acredito que este arquivo é referente às RI porque se constitui como um dos primeiros do gênero literário afro-brasileiro (Souza, 2014, p. 358) a *teorizar* sobre os *direitos humanos* e, portanto, *sobre o direito internacional* — sobretudo em uma conjuntura em que a autoridade epistêmica para tal era primordialmente concedida a homens brancos europeus que legitimavam juridicamente a violência colonial e a desumanização do negro. Isto ocorre a partir de uma série de diagnósticos que Esperança faz sobre o cenário sociopolítico em que viveu e, relacionadamente, de suas maneiras de *teorizar* sobre liberdade.

Em primeiro lugar, a Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil (Cvenb), a partir da elaboração uma pesquisa de dois anos entregue ao Conselho Seccional da OAB/PI em 2017, argumenta que a carta de Esperança Garcia configura um documento jurídico, uma vez em que ela dirige uma *petição* diretamente ao Governador da Capitania Piauiense (Sousa & Silva, 2017). Esta petição não é apenas sobre sua experiência pessoal com a violência perpetrada por Vieira de Couto, mas refere-se ao tratamento ao qual estava submetido o conjunto de trabalhadores sob a administração do Inspetor (o que é comprovado na carta que acompanhou a reivindicação de Esperança). Desta forma, devemos considerar que Esperança se apresenta como uma espécie de porta-voz da causa da comunidade de trabalhadores escravizados em sua Inspeção pela

⁹Como, por exemplo, o padrão de comércio das pessoas escravizadas para o Piauí que, durante o domínio da Companhia do Comércio na região (1755-1778), era praticado de maneira terrestre e não apenas transatlântica. É possível, desta forma, que os ancestrais de Esperança Garcia sejam de origem de Guiné-Bissau, traficados para os portos de Grão-Pará e Maranhão e posteriormente levados para as fazendas no Piauí (Leal, 2021, p. 51).

capacidade de ler e escrever. Portanto, a Comissão afirma que a carta de Esperança é um texto advocatício denunciatório das violações à dignidade negra e, ainda, um relato literário afro-brasileiro sobre a *experiência* — ou seja, o *ponto de vista* — de uma mulher negra escravizada durante o colonialismo (Sousa & Silva, 2017, p. 10), ambos componentes da longa *tradição intelectual* de mulheres negras que conhecemos hoje (Collins, 2000, p. 3).

Segundo, devemos considerar o relato/petição de Esperança como o reconhecimento *interseccional* (Crenshaw, 1989; Collins, 2000) das maneiras pelas quais a opressão contra mulheres negras se manifesta — o que, segundo Collins, ocorre em três dimensões: há uma violência perpetrada por Vieira de Couto a partir de uma dimensão *trabalhista*, uma vez que Esperança reconhece a ilegitimidade da ação do Inspetor de capturá-la para ser sua cozinheira pessoal, forçá-la a realizar uma multitude de outros serviços na Casa Grande (bem como os demais sujeitos escravizados) e impedi-la de ver o marido; há uma violência perpetrada em dimensão *política* pela negação de direitos básicos, pela repressão e punição diante da recusa da realização dos múltiplos trabalhos exaustivos e pela falta de acesso (ou existência) de um canal para os escravizados reivindicarem seus direitos; e, finalmente, há uma violência de cunho *ideológico* a partir da construção dominante de imagens racistas e sexistas de mulheres negras como promíscuas e passivas, a fim de justificar sua opressão (Collins, 2000, pp. 4-5).

Seria esta uma leitura excessiva das entrelinhas da carta de Esperança? Como posso provar, sobretudo, seu diagnóstico da última forma de opressão desenvolvida por Collins (ideológica)? Peço que consideremos que uma das razões pelas quais Esperança se encontrava um “colchão de pancadas” nas mãos de Vieira de Couto seria resultado de sua *recusa* ou *retaliação* em relação aos avanços sexuais do Inspetor (Souza, 2014, p. 362). Ou seja, de maneira contrária à noção da democracia racial de que a miscigenação impulsionava relações harmônicas entre Casa Grande e Senzala e também a inclusão social do negro, Esperança Garcia identificava o oposto — consonante com os escritos de Lélia Gonzalez (1984, p. 234), a “iniciação e a prática sexual [do homem branco] com crioulas” era fruto do simultâneo desejo do colonizador pela mulher negra e das suas tentativas de reprimí-lo por meio da violência.

Quais são as estratégias de Esperança para teorizar e, ao mesmo tempo, negociar sobre sua própria liberdade? Além de denunciar os maus tratos sofridos sob a administração de Vieira de Couto, ela reivindicava o direito de retorno ao marido na

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

Fazenda Algodões e de batismo de sua filha e de mais dois outros filhos de suas amigas em cativo. Para tal, ela subverte o que Audre Lorde chama de “*as ferramentas do senhor*”¹⁰ (2021) ao reivindicar para si os direitos (e proteção) garantidos pelos costumes matrimoniais e religiosos da época — “fazer vida com seu marido” e exercer a prática do catolicismo. Ela também as usa contra o próprio senhor, uma vez que faz da língua escrita um instrumento legal contra a mesma autoridade que a legitima.

Finalmente, segundo a ética do cuidado (Collins, 2000, p. 264) como base da produção epistemológica negra, a apresentação de si e de outras mulheres negras como vítimas de violência semelhante indica um *conhecimento* e, sobretudo, uma *reivindicação* elaborada de maneira conjunta por meio do diálogo em comunidade. Me parece, portanto, que minha fabulação/especulação crítica sobre Esperança Garcia está em concordância com as conclusões apresentadas por Kazanjian (2016) em seu próprio exercício especulativo:

E se esta carta desafiar a ideia de liberdade como algo a ser calculado e codificado, como algo que constitui uma ruptura definitiva com a escravidão, como algo que deve ser conquistado de um senhor através do trabalho árduo? E se também oferecer uma espécie de tratado sobre a liberdade como sempre intimamente e recursivamente ligada à servidão. Mais ainda, e se ela argumentar que a liberdade é algo estruturado pela surpresa: algo que alguém encontra inesperadamente, algo que nos surpreende, algo para o qual não estamos preparados, que até nos ataca sem avisar? (Kazanjian, 2016, p. 142, tradução nossa).

Não se sabe o que exatamente aconteceu com Esperança Garcia nos anos subsequentes ao envio da carta. Sabe-se que ela fugiu e precisou de uma rede de apoio para entregar a carta ao Governador. Sabe-se que ela conseguiu. Imagina-se a surpresa que este Governador teve diante das teorizações de Esperança para negociar sua própria liberdade — ou melhor, de sua *teoria como prática de libertação* (bell hooks, 2013). Imagina-se, também, que este Governador solicitou que Vieira de Couto se apresentasse para depoimento. Não se sabe o que aconteceu com ele. Sabe-se, entretanto, que Esperança Garcia foi novamente avistada em um documento de 1778, de volta à Fazenda Algodões, então com 27 anos e junto do marido Ignácio (Biblioteca Nacional Do Brasil, 2020; Sousa & Silva, 2017, p. 19).

¹⁰ Audre Lorde afirma que “as ferramentas do senhor jamais derrubarão a Casa Grande” (2021). Argumento, logo em seguida, que este não parece ser exatamente o objetivo de Esperança Garcia. Ela não parece pretender se libertar *plenamente* da Casa Grande, mas habitar os interstícios e as ambivalências entre a liberdade e o cativo, utilizando, portanto, a própria terminologia do senhor (contra ele) para fazê-lo.

4. Teoria como prática de libertação,¹¹ uma reprise

Neste artigo, busquei desenvolver caminhos epistemológicos e ontológicos a partir dos conceitos de fabulação (Hartman, 2020 [2008]) e interrupção crítica (Spivak, 2008) articulados por David Kazanjian (2016), juntamente com a produção de conhecimento pós-colonial e do feminismo negro para engajar produtiva e radicalmente com os hiatos e os silêncios do inverificável do arquivo colonial.

Em um primeiro momento, busquei alargar e aprofundar nossas concepções sobre os arquivos epistemológicos da disciplina de Relações Internacionais a partir de um olhar pós-colonial, decolonial, pós-estruturalista e feminista negro que questiona e subverte as narrativas dominantes sobre o que configura um conhecimento legítimo do internacional e, ainda, oferece caminhos outros para conceber os agentes, as temporalidades e os espaços da produção de conhecimento. Este movimento, que abre espaço para formas não-hegemônicas de engajar com a epistemologia, permite a reconstituição e o resgate de vivências, narrativas e histórias sobre mulheres negras em cativeiro a partir de um “conhecimento oposicional” (Collins, 2000, p. 9) que, de maneira insubmissa, desafia os limites dos arquivos disponíveis a partir da *fabulação* criativa sobre suas possibilidades e seus silêncios.

Em um segundo momento, coloquei em prática o exercício imaginativo crítico proposto por Saidiya Hartman (2020 [2008]) por meio da leitura do escasso arquivo colonial afro-brasileiro sobre Esperança Garcia, uma mulher negra escravizada reconhecida pela OAB/PI em 2017 como a primeira advogada piauiense (Instituto Esperança Garcia, s/d). Habitando as fronteiras dos silêncios e das violências deste arquivo colonial de maneira produtiva, busquei recuperar não a *vida* de Esperança por completo, mas fornecer um breve vislumbre da potencialidade de ler seus arquivos a partir de seus modos de *teorização*.

Mais do que puramente um exercício teórico e metodológico, neste artigo busquei evidenciar a abundância de possibilidades sociopolíticas e epistemológicas que a pluralização de nossos arquivos disciplinares oferece. Para além de constituir um movimento de repensar o que tradicionalmente compreendemos como “*o internacional*”,

¹¹ O título da seção é inspirado no capítulo cinco da obra “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” (2013) de bell hooks com o mesmo nome.

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

as reflexões aqui desenvolvidas diante do escasso arquivo colonial de/sobre Esperança Garcia abrem possibilidades para discussões mais abrangentes e complexas sobre o cenário educativo brasileiro — quais são as histórias que contamos sobre nosso passado? Quais são os parâmetros tradicionalmente utilizados para legitimar um sujeito como produtor de conhecimento? Quais as potencialidades na viabilização de documentos que contam histórias de pessoas racializadas, tal qual os de Esperança Garcia, para o desenvolvimento de cursos, currículos e programas de ensino mais plurais e igualitários?

A partir do protagonismo de mulheres negras (dentro e fora da academia) como produtoras de conhecimento através do tempo e espaço, este artigo engajou com a perspectiva de bell hooks sobre a teoria como processo de libertação (2013) de duas maneiras relacionadas: a primeira, a partir da análise do escasso arquivo sobre/de Esperança Garcia de modo a compreendê-la como uma *teórica* da própria liberdade e, ainda, como uma teórica do internacional; a segunda, a partir da perspectiva de que o resgate ou a reconstituição crítica de narrativas sobre mulheres negras atua em nosso processo de autorecuperação e de libertação coletiva como mulheres negras que lutam para enegrecer os espaços da produção de conhecimento na contemporaneidade. A história de Esperança Garcia é apenas uma em um vasto oceano pouco explorado de arquivos com experiências de pessoas racializadas. Finalizo este exercício imaginativo com um convite para o cultivo de outros anseios que, assim como eu, buscam fornecer maneiras contra-hegemônicas de compreender e praticar o ato de teorizar a partir da vida nas margens.

Referências

Biblioteca Nacional Do Brasil. (2020). Galeria Manuscritos. *Biblioteca Nacional Do Brasil*. Recuperado de: <http://bndigital.bn.br/projetos/escravos/galeriamanuscritos.html>.

Bigo, D. (2017). International political sociology: Rethinking the international through dynamics of power” In: Tugba Basaran et al. (eds.). *International Political Sociology: Transversal Lines*. London; New York: Routledge, pp. 24-48.

Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex. A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, 140, pp. 139-167.

Collins, P. H. (2000). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge.

_____. (1986). Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought, *Social Problems* 33 (6), pp. 14-32.

Enloe, C. (1990) *Bananas, Beaches, and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press.

_____. (1996). Margins, Silences, and Bottom Rungs: How to overcome the underestimation of Power in the Study of International Relations, In: Smith, S.; Booth, K.; Zalewski, M. (eds.) *International theory: Positivism and Beyond*, Cambridge: Cambridge University Press,, pp. 186-202.

Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, pp. 223-244.

Grovogui, S. (2006). *Beyond eurocentrism and anarchy: memories of international orders and institutions*. New York: Palgrave MacMillan.

Haraway, D. (2016). *Staying with the Trouble. Experimental Futures*. Durham, NC: Duke University Press.

Harding, S. (eds). (2004). *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*. Londres: Routledge.

Hartman, S. (2020 [2008]). Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, 23(3), 12–33. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>

_____. (2022). Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Hartsock, N. (1998). The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism. In *The Feminist Standpoint Revisited and Other Essays*, Boulder: Westview Press, pp. 105-132.

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

hooks, b. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes.

_____. (2015). *Ain't I a woman*. New York: Routledge.

Instituto Esperança Garcia. Reconhecimento pela OAB. *Instituto Esperança Garcia*, s/d. Recuperado de: <https://esperancagarcia.org/reconhecimento-pela-oab/>

Kazanjan, D. (2016). Freedom's Surprise: Two Paths Through Slavery's Archives. *History of the Present* 1 October; 6 (2): 133–145. doi: <https://doi.org/10.5406/historypresent.6.2.0133>

Leal, M. (2021). *Quando a esperança é símbolo de liberdade: Um estudo sobre a História de Esperança Garcia e a construção de sua imagem*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Fronteira Sul]. Repositório da Universidade Federal do Fronteira Sul. <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/5150>

Lorde, A. (2021). As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. In: *Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 1. Ed; 2 reimp, pp. 135-140.

Lugones, M. & Spellman, E. (1983). Have We Got a Theory for You! *Women's Studies International Forum*, 6(6), pp. 573-581.

Mbembe, A. (2016). Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção política da morte. *Arte & Ensaios*, v. 1, n. 32, pp. 131-151 Recuperado em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>

Mohanty, C. (1984). Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Boundary 2* 12/13, pp. 333–58. <https://doi.org/10.2307/302821>

Mott, L. (1985). *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella.

Scott, J. (1991). The Evidence of Experience. *Critical Inquiry* 17(4), pp.773- 797.

Silva, K. S. (2021). “Esse Silêncio Todo Me Atordoa”: a Surdez e a Cegueira Seletivas Para as Dinâmicas Raciais Nas Relações Internacionais. *Revista De Informação Legislativa* 58, no. 229: pp. 37–55.

Silva, L. A. (coord.) (2015). *A carta de Esperança Garcia: uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia: conclusões acerca do projeto realizado no período 2014-2015 no âmbito do Edital Minc/UFPE 2013: Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-brasileiro*. Recife; Porto Alegre: UFPE.

Sousa, M & Silva, M. (Orgs) (2017). *Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito*. Teresina: EDUFPI.

Souza, E. F. (2014). Literatura Afrodescendente: da gênese dos relatos de experiências escritos pelos próprios escravos do Brasil, Cuba e Estados Unidos à tradição da narrativa

Valdivia *Entre a teoria e a liberdade: pluralizando os arquivos das Relações Internacionais a partir de fabulações críticas sobre Esperança Garcia.*

autobiográfica contemporânea da diáspora e no periódico *Cadernos Negros*. In: Eugênio, J. K. *Escravidão Negra no Piauí e Temas Conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014. pp. 357-378.

Spivak, G (2008). Our Asias—2011: How to Be a Continentalist, In: *Other Asias*, New York: John Wiley & Sons, pp. 226–227.

Vieira, M. (2001). *A educação destinada a algumas crianças no Piauí (1730-1859)*. 183 f. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte] Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14389>

Zalewski, M. (1996). “All these theories yet the bodies keep piling up’: theory, theorists, theorising.” In: Smith, S; Booth, K; & Zalewski, M. (eds). *International Theory: positivism and beyond*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 340-353.

Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônia (COICA) (+ breve info COICA)

Aline Contti Castro¹ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.70297]

Recebido em: 24/05/2024

Aprovado em: 22/06/2024

Fany Kuiru Castro é descendente de autoridades tradicionais do povo Uitoto e cresceu em La Chorrera, no meio da Amazônia colombiana. Está envolvida com o movimento dos povos indígenas na Colômbia desde a juventude. Como líder comunitária, ela lutou para aumentar a conscientização sobre as violações de direitos humanos relacionadas à exploração desumana da borracha que afetaram o povo Uitoto e as comunidades vizinhas, além de ter ajudado sua comunidade de Putumayo a obter reconhecimento como uma reserva indígena. Sua trajetória também inclui ter estudado direito e trabalhado como servidora pública.

1) Pra começar, poderia falar um pouco sobre a história da COICA [Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônia] e de como se conformou essa organização?

F: Foi há 32 anos que se criou a COICA. A luta indígena no início não tinha nenhum apoio do Estado, nem de aliados. Hoje, temos aliados que nos apoiam, digamos, com recursos financeiros para nossas lutas. Mas quando se criou a COICA, foi por iniciativa de alguns líderes que estavam muito interessados em ter presença no espaço internacional, porque sempre se falava da Amazônia, mas não havia presença de nenhum

¹ Universidade Federal da Paraíba – E-mail: alinecufpb@gmail.com

Castro. Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) (+ breve info COICA)

indígena amazônico. Então Evaristo Nugkuag Ikanan (que hoje está doente) e um grupo de líderes decidiram criar a COICA. Se criou no Peru inicialmente. A organização passou por debilidades organizacionais, mas de alguns anos para cá há muita força dos líderes da COICA para poder levar a voz aos temas que nos interessam, como a Amazônia e sobretudo ultimamente, o tema das mudanças climáticas. Sempre denunciemos o extrativismo na Amazônia, e isso tem implicado na perseguição dos nossos líderes. Há criminalização dos nossos líderes quando denunciemos os fatos graves que afetam o território, a acumulação de terra, a fronteira agrícola que se expande, o monocultivo, os hidrocarbonetos, a mineração ilegal, uma série de afetações graves que está vivendo a Amazônia. E uma das coisas mais graves eu diria que é o financiamento dessas atividades, o que estão fazendo alguns bancos. Como dialogar com eles? Nós sabemos que, para eles, uma boa vida na cidade, o bom viver na cidade, é contar com todos os serviços. Isso é do ser humano querer estar melhor a cada dia, mas isso não pode ser à custa da morte dos demais. Ou seja, não pode haver um bom viver para um grupo e um mal viver ou morte para outros grupos. Aqui temos que olhar como equilibrar isso porque não podem matar a floresta amazônica, não podem contaminar e envenenar os povos indígenas porque um grupo na cidade quer viver bem.

2) Como se construiu a relação da COICA com a COIAB [Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira], com as organizações indígenas brasileiras?

F: Quando se criou a COICA, obviamente se conformou na bacia amazônica, então se somaram algumas organizações que já estavam estruturadas em cada um dos países. A COIAB se somou desde o início. Mas hoje essas afiliações, essas representações nos países, estão ficando pequenas. Hoje necessitamos reorganizar e reestruturar a COICA e essa é a minha tarefa, para que a COICA seja mais inclusiva, mais representativa e que atue na transparência também, porque às vezes há muitas falhas no interior da organização.

3) Então a COICA se constituiu com apoios também internacionais. Pode falar um pouco como é a visão da COICA sobre a cooperação internacional, como vocês estão pensando, se a cooperação pode ajudar ou não a organização?

Castro. *Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) (+ breve info COICA)*

F: Claro. A COICA depende muito da cooperação internacional, não tem autonomia financeira, isso é preocupante. É preocupante porque se não há apoio externo não se pode mover. Temos que fazer um esforço para que seja autônoma economicamente, mas por hora dependemos dos cooperantes, ambientalistas sobretudo, estávamos com os fundos do Jeff Bezos [fundador da Amazon]. Mas isso no momento está em standby porque a COICA entrou em uma crise desde setembro do ano passado, quando íamos ter eleição do Conselho diretivo. Dois homens disputavam o cargo de coordenação geral, e as organizações que faziam parte da instituição se dividiram em dois blocos. Então nós mulheres entramos solicitando que nos dessem a oportunidade de voltar a unir a instituição, e essa é minha tarefa. Tenho que trabalhar a unidade, venho trabalhando na reestruturação da instituição para que não sofra no futuro com as divisões que tem sofrido a cada quatro anos, como a crise que vivemos agora.

4) Você foi eleita [Presidenta da COICA]. Pode contar como foi essa crise?

F: Quando surgiu a crise, foi no contexto da divisão dos dois blocos. A COIAB, Brasil, Equador, Suriname, as duas Guianas, não as bases, mas seus dirigentes, se retiraram porque seus candidatos não iam ganhar. Foi terrível e nesse jogo não se pode ficar. O Brasil entrou nesse jogo lamentavelmente, e aí estamos. Hoje estamos divididos em dois blocos. E nós mulheres dizemos: vocês homens dividiram a instituição, e nós mulheres vamos uni-la. Mas essa unificação não é tão fácil porque tem que ser um trabalho de base, e isso tem um custo muito grande. Mas estamos alinhados que nos vão apoiar a fazer esses trabalhos no território. Como é importante que a COICA seja uma organização forte que represente a bacia amazônica porque hoje ela está em uma situação muito débil. E esse é meu trabalho, fazer uma jornada territorial na bacia amazônica, recorrer os diferentes espaços para reorganizar a COICA, logo ir a um congresso da unidade, onde todos apoiemos a nova instituição reestruturada ou reorganizada. Queremos uma instituição de verdade, representativa, não que a cada quatro anos os homens disputem os cargos e ponham em crise a nossa organização, isso não pode ser. Então estou falando com as equipes técnicas, com os cooperantes, porque essa foi uma situação muito ruim que se viveu. Um grupo que se abriu ficou com os fundos da instituição, eu me movi com os meus próprios recursos. Não tive apoio da cooperação [internacional] porque esta apoiou um lado quando se deu a crise, não nos apoiou. Nesse

Castro. *Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) (+ breve info COICA)*

momento, só temos o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Conservação Internacional, que são nossos aliados firmes que tem estado aí porque já tínhamos alguns compromissos anteriores. Com eles vamos olhar de que maneira vamos reorganizar essa instituição porque a COICA não pode estar dividida em uma conjuntura tão grave para Amazônia. Quando se fala de ponto de não retorno, quando damos um salto no vazio na Amazônia, a instituição não pode ser um ator débil, um ator sem capacidade de ação. Essa é a minha preocupação e vou com tudo para arrumar isso. De fato, estava pensando em recorrer a fundos internacionais a partir de uma plataforma para fazer esse trabalho, não ia esperar a doação dos cooperantes.

5) E como pensa em estruturar um modelo de desenvolvimento que atenda os interesses dos indígenas amazônicos?

F: Bom, o que parece é que nesse momento há um diálogo muito grande sobre a bioeconomia amazônica. Viemos dialogando com o BID e com a Conservação Internacional sobre esse tema, mas nós temos dito: o que é a economia para a Amazônia? Nós, povos indígenas, temos dito que temos manejado uma economia para a Amazônia baseada na reciprocidade, na coletividade, na solidariedade, no bem viver. Com base nesses princípios, temos trabalhado na Amazônia para não destruí-la. Agora, como pode caber, em uma bioeconomia para a Amazônia, o extrativismo? Esse é um diálogo grande que tem que ser feito. [No caso da Colômbia] o presidente Petro falou de moratória, ele disse: não mais exploração de hidrocarbonetos na Amazônia. Mas não sabemos como é a posição do Brasil. Esse ponto de não retorno, é uma situação grave que se vive no território, nós estamos perdendo biodiversidade em grande escala, rápido. Estamos perdendo a capacidade da soberania e da autonomia alimentar na Amazônia, há uma afetação grave na biodiversidade e nos recursos naturais. Os grandes bancos, os grandes financiadores dos gases de efeito estufa devem parar, devem rever em que vão aportar. Creio que esse é o momento de pensar e repensar e unir conhecimentos científicos e conhecimentos indígenas para tirar a Amazônia do ponto em que está. Se não fizermos esse diálogo de saberes, vai ser outra vez um discurso e intenções falidas, e vamos chegar à savanização da Amazônia.

6) Mas vocês estão pensando em termos de geração de renda com os fundos internacionais ou não necessariamente [o modelo de desenvolvimento indígena para

a região] passa por algum tipo de produção? Como vocês pensam a relação com a economia?

F: Sim, claro, a Amazônia tem que viver, tem que viver com seus próprios recursos, mas como fazer para não degradar? Como fazer para não acabar com os recursos naturais? Esse é o diálogo que precisamos ter.

A: Na Colômbia, há projetos muito interessantes de parques públicos nacionais...

F: Mas isso não é garantia nesse momento. Os únicos territórios conservados são os indígenas. Hoje, as áreas protegidas nos parques nacionais, que foram também demarcados para proteger a Amazônia, têm sido territórios de atores ilegais, o narcotráfico, a mineração ilegal, as madeireiras.

A: Mas o governo colombiano, o anterior, falava muito bem dos parques nacionais como uma experiência de sucesso.

F: Sim, mas quando não se é dono do território dificilmente se pode cuidar, porque o território indígena se cuida desde a espiritualidade, enquanto um parque nacional se cuida a partir das leis do Estado. Por isso eu não vejo garantia nos parques nacionais [colombianos] como proteção da Amazônia. Você tem que fazer os parques, eles têm defendido um regime compartilhado, uma administração compartilhada com os povos indígenas, mas não tem ocorrido exatamente assim, [além de gerar um conflito com as comunidades que vivem ao redor dos parques].

7) Como vocês estão se preparando para as conferências internacionais, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), da COP, que mensagem você quer levar da COICA para essas conferências?

F: Estamos nessa discussão. A ideia é nos prepararmos antes e irmos com propostas sólidas e claras. Eu sei que vai ter muita presença dos povos indígenas, acampamentos, vai ter muita gente do Brasil. Minha preocupação é a seguinte, quando há concentrações máximas, é para reclamar, é para propor, é para dizer tantas coisas, que vai ser difícil recorrer e dizer aos governos. Então temos que ter muito cuidado com isso, de fazer grandes espaços, muitas discussões, quando nós sabemos o que está passando na

Amazônia. Temos que pensar em como ser estratégicos e buscar os pontos chaves que podemos incluir na declaração final da conferência. Temos que ser muito estratégicos. Eu pessoalmente estou preocupada que haja muitos espaços paralelos, que vamos chegar com uma lista de mercado do que as pessoas querem e na hora da decisão nem sequer vão levar em conta [os temas] na declaração final. Falei com a minha equipe, vamos ter que preparar as pessoas que vão representar a COICA nesses espaços. Nós vamos com a proposta que fizemos em Letícia, muito mais trabalhada, muito mais estruturada, dos 80 por 25 que é a nossa proposta de proteger a Amazônia, proteger 80% da Amazônia até 2025.

8) E acha que o novo Presidente da Colômbia, Petro, está atento a essas demandas?

F: Sim, isso sim, há uma abertura do governo colombiano de escutar nossa proposta de 80 por 25. Nos reunimos com alguns funcionários na Colômbia para apresentar essa proposta e como se poderia cumprir, então aí vamos. Mas sim me preocupa o que vamos fazer, [como será o diálogo] com os povos indígenas amazônicos no Brasil.

9) E a relação com a ministra Sônia Guajajara? Agora o Brasil tem um Ministério dos Povos Indígenas, uma coisa muito distinta [em nossa história]. Há muitas diferenças entre os povos indígenas brasileiros, mas a agenda da Ministra pode ser um fator de mobilização. Acha que a COICA pode ter uma boa relação com a nova Ministra?

F: A COICA, como ator internacional, deve ter boas relações com todos os organismos, ministérios, especialmente indígenas. Mas temos que fazer esforços, temos que nos projetar coletivamente como amazônicos mais além das fronteiras, trabalhando nossos objetivos comuns. E a Sônia, eu conheço há muito tempo, fizemos parte da conferência de mulheres originárias que organizamos na Colômbia. Mas em sua qualidade de servidora pública é diferente. Eu já fui servidora pública e você não pode se expressar livremente. E era difícil porque eu não me calava, aí me diziam que eu parecia uma ONG, não parecia governo (risos). Mas você não deixa de ser o que é quando está nesses espaços, então aspiramos que a Sônia seja a voz dos povos indígenas, tanto do Brasil como de todos os povos amazônicos, pois ela é hoje a Ministra mais visível que

temos em toda a América Latina e na bacia amazônica, ela é uma figura [importante] para nós.

10) Finalmente, aqui no Brasil há um movimento importante das mulheres indígenas que estão se organizando [a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, ANMIGA]. Gostaria de saber como as mulheres indígenas estão se organizando na COICA, se há um movimento de mulheres indígenas?

F: Nós criamos a rede de mulheres indígenas da bacia amazônica, defensoras da Amazônia. Mas todos tem que se mover. Se você não trabalha, as coisas ficam aí. Quando se estabilizar a COICA, vou tomar as rédeas desse tema e vamos mobilizar as mulheres. Há muitas coisas, há muita criminalização, há muito feminicídio na Amazônia, isso está invisível, quero visibilizar isso. A mulher desempenha um papel importante no cuidado território, ela refloresta, ela restaura a terra, ela recorre o território pra ver como está a biodiversidade, somos pescadoras, somos o território amazônico. Precisamos proteger as mulheres, a mulher é vida, a mulher é que dá alimento à comunidade. É um papel fundamental, e nossas mulheres estão sendo massacradas, as estão assassinando, as estão criminalizando. Os atores armados as perseguem, as jovens são usadas como mulas para carregar cocaína. Então qual o futuro das nossas mulheres? É preocupante. Eu às vezes me sinto muito só porque eu tenho muita vontade, sempre estou ativa, mas muitos não tem essa mesma vontade. Digo que a Amazônia é minha casa, e eu a vou defender, nossa grade maloca ancestral.

[...]

11) Pode falar um pouco sobre as suas origens, qual é seu território?

F: Meu território fica em La Chorrera, na Colômbia, é um dos maiores resguardos de território coletivo indígena. Desde muito jovem, eu trabalhei sempre na luta. Eu tinha 22 anos quando começamos a luta de recuperar a propriedade coletiva do nosso território, das mãos do Estado e de quem havia comprado [a terra] do Estado colombiano. Fizemos a luta e recuperamos o território. É o maior território coletivo indígena do mundo. Por exemplo, a Amazônia equatoriana tem 12 milhões de hectares, ou seja, quase a metade da Amazônia equatoriana é o meu território ancestral. Minha luta há sido desde muito pequena. Lutei com minha família e as autoridades do nosso território, mas eu era a única

Castro. Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) (+ breve info COICA)

mulher jovem, indígena, em todo esse processo. Tenho uma foto com o Presidente [colombiano, Virgílio Barco Vargas] em 1988, no dia em que eles foram entregar aos 10 povos indígenas essa propriedade coletiva como território legalmente constituído para os povos indígenas. Isso não é gratuito, isso tem a sua história. Nesse território se explorou a borracha (caucho) no início do século passado, quando exterminaram povos inteiros. A mão-de-obra utilizada foi indígena, escravizada, destruída, exterminada. Então meu povo que, por exemplo, era [composto de] mais de 10.000 pessoas, em quase 30 anos de escravidão, de tratos cruéis e inumanos, após ainda o conflito com os peruanos, quando se liberou o meu território (porque quando se acabou essa fase da borracha, a Colômbia recuperou essa parte), só restaram 64 pessoas. Nós havíamos nos deslocado para o Brasil, temos Uitotos no Brasil, outros foram para o Peru. Nós poucos que ficamos lá, meus bisavós, foram vítimas da escravidão, dos maus tratos, da fase da borracha (caucheria). Conheci minha bisavó com sua cara desfigurada porque a castigaram, mataram o filho que ela carregava, fizeram emboscada e bateram muito nela, tanto que seu rosto ficou destroçado. A mim todas as situações do meu povo me converteram em ser uma mulher forte e lutar contra tudo, assim que não tenho medo de nada. Eu creio que a única coisa da qual eu tenho medo é do Criador. Deste tamanho é a minha luta. Desde muito jovem venho lutando por territórios, pelos direitos das mulheres, pelos direitos dos povos indígenas.

11) E como foi estudar Direito? A luta a levou a ser advogada?

F: Sim, eu estudei Direito para fazer justiça com meu povo, são pensamentos de quando se é uma garota. Recordo muito da história na minha vida, a nós diariamente as avós, as tias, nossas mães, nos narravam os fatos ocorridos durante a época da borracha, como eram massacradas, como eram violadas, como eram exterminadas, como eram assassinadas. Uma garota escutando isso, e eu me questionava porque ninguém fez nada, e eu quis estudar Direito para ir reclamar o direito do meu povo ao governo britânico porque a Inglaterra financiou a exploração de borracha na Amazônia. Há uma casa, que foi do empresário da borracha, e sua casa serviu de tudo, como calabouço, como depósito de borracha, e essa casa existe como um símbolo histórico. Eu lutei para que fosse reconhecida como um bem de interesse cultural de caráter nacional. Ou seja, tenho uma história de luta pra contar, então essa casa se reconstruiu e se declarou como bem cultural

Castro. Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) (+ breve info COICA)

de caráter nacional pelo símbolo, pela história, como uma lembrança do que não deve voltar a ocorrer na Amazônia. Então eu venho desse povo, sobrevivente.

A: Nesse sentido, esse é um momento melhor para a luta indígena pois muitos indígenas estão estudando Direito para defender seus povos. Algumas lideranças indígenas importantes estão travando esse caminho de buscar justiça...

F: Sim, justiça pelo povo. Ainda há muitas coisas pendentes, muito caminho para percorrer para deixar em ordem. No dia a dia, é duro para que reconheçam direitos indígenas, sociais, econômicos e culturais. Esses direitos são reconhecidos às pessoas que vivem nas cidades, os urbanos, mas os direitos reconhecidos nos instrumentos internacionais não chegam à floresta. Os povos indígenas na floresta não sabem que têm direitos, nunca desfrutaram desses direitos reconhecidos. Esse é outro projeto que tenho encaminhado: como gozam os direitos os povos indígenas e as mulheres que vivem nas zonas apartadas amazônicas? Não vivenciam, então nós vamos trabalhar para que as mulheres desfrutem dos seus direitos. Como implementar isso? No território, e também ensinando às mulheres que elas têm direitos reconhecidos dos quais são beneficiárias, por exemplo os direitos econômicos, sociais e culturais [que são parte dos Direitos Humanos]. Por exemplo, o tema da saúde, como gozar desse direito no território? Vamos fortalecer a medicina tradicional para que possam desfrutar da medicina própria, mas também vamos ensinar como acessar os serviços ofertados pelo Estado, para que realmente haja um gozo efetivo desse direito. Então o programa de formação que estamos construindo se chama “palavreando”, falando e vivendo os direitos na comunidade. A ideia é como aterrizar os direitos sociais, econômicos e culturais no território. Dessa maneira estou pensando em organizar um programa de formação para mulheres. Está sendo um desafio grande porque o tempo é muito curto, estou envolvida em reorganizar a COICA. Essa é a minha paixão, trabalhar com as mulheres, organizar, quando vou ao território com elas, nos reunimos, recorremos o território, vamos cantando pelo caminho, celebramos, cozinhamos, é uma maravilha. A vida é muito mais linda assim do que [enfrentando] esses problemas em que estou agora. Estou esperando agora reestruturar a COICA e entregá-la, e eu me dedicarei a trabalhar nesse tipo de projeto, com as mulheres, até os últimos dias da minha vida. É bonito, elas respondem, em nossas mãos o dinheiro se converte em abundância.

A: É importante para elas esse apoio também...

F: Exato, eu aonde vou as mulheres quando me veem, me abraçam, me dizem que sou um exemplo, que bom. E essa coragem é precisamente porque eu venho de um povo que foi massacrado, quase exterminado, creio que a força dos meus ancestrais me ajuda a seguir lutando. Os direitos podem ser um enfeite em um papel se não se vive, eu sou das que digo que os direitos têm que ser vividos. Para defender os direitos das outras mulheres, primeiro tenho que defender os meus direitos, isso eu tenho claro. Se eu não tenho condições de defender o meu direito próprio, de me defender, como poderei defender as outras? Esse mundo não tem sido fácil, quanto mais para uma mulher indígena, da floresta. Não tem sido fácil pra mim, mas vou com tudo.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2023.